TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 9
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 59
1ªSECAM - Pautas 59
1ªSECAM - Atas 59
1ªSECAM - Acórdãos 59
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 59
2ªSECAM - Pautas 59
2ªSECAM - Atas 59
2ªSECAM - Acórdãos 59
ATOS DE RELATORIA 59
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 59
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 59
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 62
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 63
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 64
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 64
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 64
Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 70
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO 71
Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA 72
Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO 72
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 72
Auditora MURYEL HEY 72
Auditor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 72
CORREGEDORIA-GERAL 72
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 72
OUVIDORIA DE CONTAS 72
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 73
ATOS DIVERSOS 73
Resenhas de Distribuição 73
Editais 75
Despachos 75
Informações 76
Atos de Alerta Municipais 76
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 77
ATOS NORMATIVOS 77
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 77
GP - Despachos 77
GP - Termo de Ajuste de Gestão 78
GP - Portarias 78
LICITAÇÕES E CONTRATOS 78
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024 79
Tribunal Pleno 79
Primeira Câmara 79
Segunda Câmara 79
Corregedoria-Geral 79
Ministério Público de Contas 79
Conselheiros – Diretores de Gabinete 79
Auditores – Coordenadores de Gabinete 79
Inspetorias de Controle Externo 79
Administrativo 79

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

TRIBUNAL PLENO
ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 3,
EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (14/11/2023), com início às quatorze (09:00) horas, realizou-se a Terceira Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, com a presença dos Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI, bem como dos Conselheiros Substitutos SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, TIAGO ALVAREZ PEDROSO, LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, MURYEL HEY e JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a Procuradora-Geral, VALERIA BORBA. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária do Pleno, MARIA DAS GRAÇAS GRECO. Ausente o Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA, por motivo justificado. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, submeteu à homologação do Plenário a Ata de nº 2, da Sessão do dia 8 de novembro de 2023, a qual foi homologada. Com a palavra, o Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães "gostaria de fazer dois esclarecimentos preliminares, primeiro que essa sessão é continuidade da sessão de quarta-feira passada, mas por uma questão de sistema, que não aceita, é necessário nominar como uma nova Sessão Extraordinária. Até Conselheira Substituta Muryel vamos já pensar nisso, incluir na proposta da nossa reforma do Regimento, do Código do Processo. Porque a sessão é contínua e não outra. E o segundo esclarecimento, tanto à Vossas Excelências, como também a quem nos assistem pelo YouTube, pelas mídias sociais, deu um problema de superaquecimento dos nossos servidores do núcleo de imagem em função da falha do ar condicionado dado ao extremo calor e o pessoal de manutenção está trabalhando, estão com vários ventiladores sendo alocados em funcionamento lá no

núcleo e provavelmente não teremos problemas de transmissão, mas se ocorrer eventual queda de energia no núcleo ou de sinais, será em função do superaquecimento dos equipamentos". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pede a palavra "Senhor Presidente, primeiro bom dia a Vossa Excelência, cumprimentar a todos os demais colegas presentes, nossa colega Conselheira Substituta Muryel, nossa Procuradora, nossa secretária, demais servidores. Senhor Presidente, apenas rapidamente também no início dessa sessão, gostaria, como já comuniquei a Vossa Excelência, colocar nos termos do artigo 429, peço licença a Vossa Excelência, mais uma vez, porque realmente não é usual, como também Vossa Excelência acaba de colocar e não é o artigo 429, é o artigo 400, Senhor Presidente, tem que cuidar aqui porque senão o Bonilha, que está do meu lado aqui, ele me salva. Parágrafo primeiro do artigo 400 do Regimento Interno, Senhor Presidente, me permita, o Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente aos órgãos e poderes competentes a aplicação de medidas cautelares, que é o caso, definidas em lei ou determinar aquelas previstas neste Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil. E aí, invoco o parágrafo primeiro, a solicitação ou a determinação conforme o caso em tela deverá ser submetido ao Tribunal Pleno para a análise do processo, no caso na primeira sessão subsequente a decisão devendo ser apresentada em mesa, que é o que estou fazendo, para apreciação independentemente de inclusão prévia na pauta de julgamento, nos termos do artigo, aí que eu invoco 436, 3º da redação dada pela resolução número 02 de 2006. Senhor Presidente é essa a situação que eu trago em mesa para que Vossa Excelência possa colocar, submeter ao Pleno e a sua decisão". Tem a palavra, o Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães "Conselheiro Fabio, apenas para registrar em ata, qual o número do protocolo? Não sei se Vossa Excelência anunciou no início, pode ser uma falha minha". Com a palavra o Conselheiro Fabio de Souza Camargo "desculpe, Senhor Presidente, coloquei em mesa uma cautelar, Senhor Presidente, do despacho 1613/23, é isso?". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, com a palavra "sim, só preciso do número do protocolo, para constar em ata, porque Vossa Excelência, solicitou a inclusão agora, verbalmente. Só preciso do número do protocolo só para mencionar na ata, mas de qualquer forma, Conselheiro Fabio, agradeço". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, interrompe "não entendi, o que o Senhor quis dizer". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, repete "o número do protocolo para constar na ata". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, responde "foi comunicado, o Senhor fez a comunicação, Senhor Presidente". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, esclarece "não fiz a comunicação". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, continua "não, não, não, estou entendendo o que Vossa Excelência quer dizer". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, repete "o número do protocolo". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, responde "tem uma cautelar em mesa, Senhor Presidente, não estou entendendo". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, continua "só quero o número do protocolo para constar na ata, Conselheiro Fabio. Vossa Excelência anunciou um despacho". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, interrompe "é, pois não, Senhor Presidente". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, continua "não tenho nenhuma informação aqui, só para constar na ata". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, interrompe "faço questão de responder para o Senhor, faço questão de responder para o Senhor, olha o número do protocolo está aqui, Senhor Presidente, é o número 453044/23. Veja, Senhor Presidente, nós estamos aqui falando de um assunto sério, Senhor Presidente, é a única cautelar que tem na mesa". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, continua "Conselheiro Fabio, com o devido respeito, estou". O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, interrompe novamente "devido respeito, eu estou dizendo ao Senhor que o número é 453044/23, é uma cautelar. Está havendo ausência de transparência no procedimento de alienação da Companhia Paranaense de Energia, sendo que não está havendo abertura do trâmite dos autos, termo de distribuição 3382/23, em poder do Conselheiro Augustinho Zucchi, tomado obscuro a forma de aplicação dos valores arrecadados com a venda das cotas da empresa estatal. Está respondido, Senhor Presidente". O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, tem a palavra "a presidência agradece. É só questão da necessidade de constar em ata. De qualquer forma, já informei também a Vossa Excelência, que esse despacho de cautelar na forma do artigo 53, parágrafo primeiro da Lei Complementar 113, deverá ser submetido à apreciação do órgão competente para análise do respectivo processo, que embora seja no Tribunal Pleno, nós estamos numa Sessão Extraordinária e não na Ordinária, então o processo será incluído em pauta para a próxima Sessão Ordinária deste Tribunal Pleno, da mesma forma o despacho que proferi anulando a distribuição por dependência feita a Vossa Excelência. Então o Presidente agradece a Vossa Excelência". Foi comunicado a devolução do processo nº 60934/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, pelo Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro IVENS ZCHOERPER LINHARES, Relator da Prestação de Contas do Governador do Estado, Senhor CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, exercício financeiro de 2022, que manteve sua proposta de voto "no sentido de que este Tribunal Pleno emita Parecer Prévio pela regularidade das Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná referentes ao exercício financeiro de 2022, com ressalvas, determinações e recomendações, nos termos adiante resumidos: RESSALVAS: 1) baixa em duplicidade na conta contábil 12111999900 - OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO, referente à desincorporação dos créditos a receber oriundos do Banestado, ocasionando demasiada redução de valores a receber, no montante de R$ 4.375.762.176,10, regularizada intempestivamente, e assim afetando a fidedignidade das Demonstrações Contábeis do exercício 2022; 2) falta de justificativas sobre a evolução do saldo da conta contábil 12111990300 (-) AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS, que passou de R$ 48.681.840,26 em 31/12/2021 para R$ 1.083.081.690,52 em 31/12/2022; 3) falta de justificativas sobre a evolução do saldo da conta contábil 12111990400 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA, que passou de R$ 31.099.450.157,57 em 31/12/2021 para R$ 37.883.621.472,13 em 31/12/2022; 4) não comprovação de ações efetivas para o saneamento das divergências entre os valores dos ativos apresentados no Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná (SIAF) e no Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel (GPM); 5) superavaliação do Balanço Patrimonial do Poder Executivo em R$ 2,8 bilhões, em razão da manutenção indevida do registro desse montante no grupo "Outros Créditos de Longo Prazo" do Ativo Não Circulante, regularizada intempestivamente em março de 2023; 6) falta de fidedignidade e tempestividade dos registros no Balanço Patrimonial do Poder Executivo, pois apresentam uma distorção de R$ 19 bilhões no grupo "Imobilizado" do Ativo Não Circulante, decorrente da inobservância da NBC TSP 07 e da Portaria nº 548/2015 da STN; 7) falta de fidedignidade e tempestividade das Demonstrações Contábeis do Poder Executivo, pois apresentam uma divergência de R$ 3,9 bilhões entre a Dívida Ativa controlada pela Receita Estadual e os valores contabilizados no Balanço Patrimonial; 8) divergência entre os saldos dos Estoques constantes do Balanço Patrimonial e do sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), em descumprimento ao prazo previsto na Portaria STN nº 548/2015 para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques, e consequente descumprimento ao art. 22, IV, da Lei Complementar Estadual nº 231/2020; 9) ausência de dedução, na LDO, da estimativa de renúncias de receita em relação à receita potencial e de demonstrativo dos respectivos cálculos, em inobservância ao art. 4º, § 2º, V, da LRF; 10) Concessão de tratamento tributário diferenciado no âmbito do Programa Paraná Competitivo, no exercício de 2022, sem a observância do disposto no art.14, I e II, da LRF; e 11) Não atendimento ao art. 14, II, da LRF, quando da instituição de novos benefícios de ICMS no exercício de 2022. DETERMINAÇÕES: 1) ao Chefe do Poder Executivo, para que os benefícios que venham a ser concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo, no exercício de 2024, observem o art. 14, da LRF, pois se amoldam às hipóteses legais de renúncias de receita; 2) ao Chefe do Poder Executivo, para que, na instituição de novos benefícios que impliquem renúncia de receita, ao apresentar as medidas de compensação, para o atendimento ao art. 14, II, da LRF, observe o princípio da neutralidade orçamentária dos benefícios tributários, a fim de que a compensação da renúncia de receita seja contemporânea e vinculada à sua implementação, levando-se em conta as hipóteses taxativas do texto legal, dentre as quais não se inclui o excesso de arrecadação; e 3) ao Chefe do Poder Executivo, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Acórdão, providencie a plena operacionalização da previdência complementar estadual de forma a limitar, no âmbito do RPPS, as contribuições e benefícios previdenciários dos novos servidores efetivos e dos optantes ao teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do artigo 40, § 14, da Constituição Federal. RECOMENDAÇÕES: 1) à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, por meio da Diretoria de Contabilidade Geral do Estado, que divulgue em Notas Explicativas as metodologias e as memórias de cálculos utilizadas nos ajustes para perdas de seus ativos (Dívida Ativa), nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; 2) ao Chefe do Poder Executivo, que tome providências para garantir coercitividade à atuação da SEFA, quando necessária ao desempenho da competência estabelecida no art. 27 da Lei Estadual nº 19.848/2019, a fim de assegurar: (i) um controle efetivo dos Bens Móveis e Imóveis que compõem o Ativo Imobilizado, atentando-se à NBC TSP 07; (ii) o cumprimento dos prazos fixados na Portaria nº 548/2015 da STN relativamente aos Bens Móveis e Imóveis que compõem o Ativo Imobilizado do Estado; e (iii) a observância dos procedimentos constantes no MCASP – em relação aos Bens Móveis e Imóveis que compõem o Ativo Imobilizado; 3) ao Chefe do Poder Executivo, que, visando atender ao item 22 da NBC TSP 03, implante, via SEFA e unidade de Contabilidade Geral, a partir do Exercício de 2023, mecanismos de verificação e reconhecimento, no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante, de todas as provisões e passivos contingentes dos processos judiciais em andamento (inclusive os relativos às Universidades Estaduais); 4) ao Chefe do Poder Executivo, que providencie o levantamento da efetiva Dívida Ativa do Estado, bem como sua correta contabilização no Balanço Patrimonial; 5) ao Chefe do Poder Executivo do Estado, que tome providências para garantir coercitividade à atuação da SEFA, quando necessária ao desempenho da competência estabelecida no art. 27 da Lei Estadual nº 19.848/19, a fim de assegurar: (i) a compatibilização dos saldos dos Estoques constantes dos registros contábeis com os controles do sistema GMS; e (ii) a implementação de mecanismos que garantam a utilização obrigatória do GMS por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado, em obediência ao Decreto Estadual nº 5.880/2020; 6) ao Chefe do Poder Executivo do Estado, que, visando a qualidade, a fidedignidade e a tempestividade das informações contábeis, edite normatização que atenda ao disposto no item 1 da NBC TSP 04, de 25/11/2016, que estabelece o tratamento contábil para os estoques; 7) ao Chefe do Poder Executivo, que estabeleça procedimentos específicos de acompanhamento do crescimento da despesa total de pessoal ativo do Poder Executivo, para que não ultrapasse, a cada exercício, 80% do crescimento real da Receita Corrente Líquida apurada no exercício anterior, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 231/2020; 8) ao Chefe do Poder Executivo, que aprimore o processo de projeções de despesas de pessoal nas leis orçamentárias, para que sejam projetadas considerando estimativas individuais de despesa para cada tipo de verba constante no sistema de gerenciamento de folha do Estado, e não apenas com base em valores globais brutos; 9) ao Chefe do Poder Executivo, que promova a revisão dos fluxos de informação entre os órgãos responsáveis pelo orçamento e pela gestão de pessoal, com vistas a especificar melhor e fazer cumprir as atribuições de cada unidade administrativa, especialmente no que se refere: (i) à elaboração dos estudos de impacto financeiro-orçamentário pelos Grupos Orçamentários e Financeiros Setoriais; (ii) ao alcance e conteúdo das manifestações da SEFA nos projetos de lei que impliquem aumentos de despesa, sobretudo quanto à apreciação crítica do atendimento aos requisitos dos arts. 16 e 17 da LRF; 10) ao Chefe do Poder Executivo, que implemente, via sistema, controle centralizado dos protocolos referentes a aumento de despesa de pessoal, com potencial de gerar impacto orçamentário, bem como das respectivas medidas de compensação indicadas; 11) ao Chefe do Poder Executivo, que promova a efetiva implementação do sistema único e integrado de acompanhamento de execução de obras, englobando todas as obras e serviços de Engenharia de todos os órgãos do Poder Executivo, sistema que naturalmente promoverá a transparência, explicitará a completude dos projetos básicos, bem como as medidas para reduzir a possibilidade de aditamentos contratuais, com melhoria do controle e acompanhamento de execução de obras e serviços de Engenharia; 12) ao Chefe do Poder Executivo, que promova ações junto aos diversos Órgãos e Secretarias para evitar o surgimento e a manutenção de obras paralisadas, incumbindo a Controladoria-Geral do Estado – CGE/PR – da responsabilidade de controlar, relatar e divulgar os dados pelo menos com periodicidade anual; 13) ao Chefe do Poder Executivo, que promova a adoção das medidas necessárias junto aos órgãos responsáveis pela gestão de ações governamentais financiadas por renúncias de receita para que divulguem informações detalhadas da estimativa da renúncia de receita, com a metodologia que

foi empregada para o cálculo dos benefícios fiscais concedidos e a indicação, quando for o caso, em especial no Programa Paraná Competitivo, dos beneficiários e dos instrumentos de acompanhamento das condições impostas, juntamente com os resultados obtidos; 14) à CGE/PR, que providencie a disponibilização regular e tempestiva das informações sobre as renúncias de receita no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual; 15) à CGE/PR, que providencie a publicação tempestiva dos requisitos necessários para acesso a cada uma das renúncias de receita , bem como do procedimento previsto para as respectivas concessões; 16) à CGE/PR, que providencie a publicação tempestiva dos dados quantitativos sobre as renúncias de receita já realizadas e, quando possível, das em andamento, contendo as seguintes informações: (i) espécie; (ii) justificativa e fundamento legal; (iii) beneficiário (nome e CNPJ) e/ou setor; (iv) valor renunciado ou valor agregado na arrecadação; (v) previsão do montante a ser renunciado de acordo com as leis orçamentárias; (vi) contrapartida e/ou impacto obtido e/ou estimado (dados sobre resultados sociais, econômicos e/ou ambientais dos incentivos fiscais que tenham sido alcançados, tais como: sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas; geração de emprego direto e/ou indireto; investimento direto na região; melhoria da infraestrutura; investimento em eficiência energética, energia limpa e/ou retrofit de prédios; inovação tecnológica; qualificação/inclusão da mão de obra; qualidade ambiental; apoio a pesquisa e desenvolvimento; desenvolvimento regional), e; (vii) prazo de caducidade; 17) à CGE/PR, que providencie a disponibilização dos dados quantitativos das renúncias de receita, referidos no item anterior, em local de fácil acesso, sobretudo no seu Portal da Transparência, observados, ainda, os seguintes requisitos: (i) acesso gratuito às bases e publicação com licença aberta; (ii) dados legíveis por máquina (formatos como ".csv" e ".json"); (iii) possibilidade de download dos dados; (iv) publicação de dados atualizados (referentes, no mínimo, ao exercício anterior); (v) apresentação de série histórica (referente a, no mínimo, os últimos cinco exercícios); (vi) linguagem didática, incluindo "dicionários", documentação, ou elemento explicativo dos dados quando necessário; 18) ao Chefe do Poder Executivo, que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado, em atenção ao art. 24-E, do Decreto-Lei nº 667/1969, incluído pela Lei Federal nº 13.954/2019, c/c art. 1º-A, da Lei Estadual nº 17.435/2012, incluído pela Lei Estadual nº 20.635/2021; 19) ao Chefe do Poder Executivo, que providencie a efetiva subscrição do contrato de gestão a ser celebrado com a Paranaprevidência, o qual regerá o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado, em atenção ao § 2º, do art. 2º, da Lei estadual nº 17.435/2012, incluído pela Lei Estadual nº 20.635/2021; e 20) à CGE/PR, que aprimore os mecanismos de monitoramento do saneamento das ressalvas e do cumprimento das determinações e recomendações expedidas por este Tribunal de Contas na análise das Prestações de Contas do Governador do Estado, com vistas a incrementar a propositura de medidas e a cobrança de efetividade no atendimento a essas deliberações, de maneira sistemática e periódica". O Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva tem a palavra para a leitura da sua proposta de voto divergente "bom dia a todos, todas, a minha primeira palavra é de escusa, quero desculpar-me especialmente perante o ilustre Relator, mas também aos demais Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Conselheira Substituta, por estar trazendo o voto no último minuto que me restava, antes do início desta sessão. Meu desejo era tê-lo feito, Doutora Valéria, nossa Procuradora Geral, com mais antecedência, imaginava que ontem mesmo, na segunda-feira, poderia até ter apresentado, era assim minha intenção, apresentar, ao Conselheiro, os meus pontos de vista, isso não foi possível. Eu concluí alguns detalhes agora assentado na nossa bancada, então fica aqui o meu pedido de desculpas, mas que foi consequência das circunstâncias que vivemos e vou tratar delas aqui no meu voto. Analisamos as contas de 2022 do Chefe do Poder Executivo Estadual, Senhor Governador, Carlos Alberto Massa Junior, com substâncias no processo nº 60934/23, de relatoria do ilustre Conselheiro, Doutor Ivens Linhares, lemos com atenção o minucioso voto do relator, proferido na última sessão do dia 8 de novembro, que nos foi disponibilizado poucos dias antes, lemos o relatório final da equipe de trabalho integrada por mais de 20 auditores desse Tribunal e coordenada pelo Doutor Marcio José Assumpção. Lemos a instrução da Coordenadoria de Gestão Estadual elaborada por 11 auditores e assinada por seu Coordenador Doutor Ednilson da Silva Mota. Lemos, também, os documentos e respostas apresentados em sede de contraditório pelo Secretário da Casa Civil, Senhor João Carlos Ortega. Ao ler esses documentos e tendo acesso a dúzias de muitos outros no processo, verifiquei questões merecedoras de análise mais atenta, questões que poderiam fundamentar um voto mais consistente do que este que apresento aqui, favorecendo no meu entender a atividade fiscalizatória deste Tribunal, houvesse mais tempo aprofundaria a minha análise sobre diversos pontos relevantes das contas, que não tratarei em meu voto ou mesmo trataria da gestão orçamentária da qual tratarei, da qual abordarei, apenas sumariamente, assim em razão do tempo exíguo para análise das contas do Governo como um todo, nos concentramos em três pontos específicos do voto do Senhor Relator, onde considero que posso contribuir com um entendimento diverso, ora na avaliação dos temas, ora no entendimento a eles oferecidos ou mesmo nos desdobramentos que poderiam advir desta análise. O primeiro desses pontos concerne, Senhoras e Senhores, Conselheiros e Conselheiras, o primeiro concerne na ausência de documentos e informações concernentes ao lançamento de mais de 12 bilhões de reais nas contas contábeis de ajustes para perdas, essenciais para o julgamento das contas. O segundo se refere ao resultado atuarial do Fundo de Previdência do Estado cujo cálculo foi feito em desacordo com as determinações anteriores deste Tribunal. O terceiro trata do que considerei um desrespeito frontal à norma constitucional positiva e a lei de responsabilidade fiscal ao se praticar no ano de 2022 a renúncia de receita de mais de 17 bilhões de reais e ao executar-se o programa Paraná competitivo. São problemas, no meu entendimento, graves que demandam atenção desta Corte e da Assembleia Legislativa a quem o parecer prévio se destina, antes, porém, peço licença para tratar brevemente de algumas questões preambulares, o rito e os prazos do procedimento de análise das contas, a análise do contexto econômico de 2022, o diagnóstico de políticas públicas e alguns elementos da gestão orçamentária. Me perdoem, também, por me exceder um pouquinho no tempo. Lembro de uma frase de Churchill, no Parlamento Inglês, onde ele ao iniciar um pronunciamento, dizia "me desculpem o longo discurso que farei, porque não tive tempo de fazê-lo mais curto", e expressa exatamente a realidade que trago aqui, gostaria muito de tê-lo feito mais curto e o faria se tivesse, houvesse mais tempo para sua análise. Das questões preambulares, dos prazos para julgamento das contas do governador, trago aqui um olhar de quem não é contador, nem advogado e que está a analisar pela primeira vez uma prestação de contas, tão relevante e complexa como esta, trago a perplexidade de alguém que se deparou com um prazo regimental de 24 horas para o exame de um voto minucioso e que apenas pela gentileza e pela benesse do Plenário teve mais alguns dias concedidos para analisá-lo. É sabido que a constituição estadual outorga ao Tribunal de Contas o prazo de 60 dias para emitir o parecer prévio das contas do governador, a contar do seu recebimento, cito os artigos, vou evitar de estar enumerando cada um deles. A nossa lei orgânica reforça o prazo de 60 dias para o julgamento, o Regimento Interno traz outros prazos mais específicos, a Coordenadoria de Gestão Estadual tem 30 dias para instrução, o Ministério Público de Contas 10 dias para lançar seu parecer, o relator 20 dias para elaborar o relatório final e o parecer prévio. As contas devem ser apreciadas em sessão extraordinária a ser realizada 48 horas antes do término do prazo constitucional, aos demais Conselheiros lhes é concedido vista do processo por igual prazo de 24 horas, como tento demonstrar é o aperto em que o Tribunal acaba sendo colocado, quando tem diante de si uma das tarefas, a mais relevante e importante a ser realizada que é a avaliação das contas do Governo Estadual. Sobre isso devo notar que o curtíssimo prazo constitucional, não estou me referindo aos procedimentos apenas internos, o curtíssimo prazo constitucional de 60 dias, Doutora Valeria, como conversamos é, no entanto, este prazo reiteradamente elastecido, só basta que o relator conceda qualquer prazo para o exercício de contraditório que já se tornará impossível seguir o prazo constitucional e isso ocorre a cada ano, todo ano, parece não ser possível, creio mesmo que não é possível respeitá-lo. Digo isso, não como crítica aos que relataram processos de contas do Governo e eventualmente extrapolaram o prazo, mas como fundamento para uma moção de reforma do procedimento, em especial dos prazos, inclusive com alteração da norma constitucional. O Tribunal para exercer adequadamente sua função fiscalizadora e auxiliar a Assembleia Legislativa no julgamento das contas do Governador precisa de mais tempo, precisa de um procedimento que permita examinar melhor as contas e naturalmente o voto do relator, às 24 horas regimentais de vista processual estão estipuladas, entendo eu, para forçar o cumprimento de um prazo, que diga-se de passagem novamente nunca ou raramente foi cumprido, entendo, portanto, como temos um prazo constitucional conceder apenas 24 horas é compreensível pela obrigatoriedade de cumprirmos o prazo constitucional, daí o prazo, o tempo de vista ser tão curto. Na busca do melhor exercício do controle externo é preciso conceder mais prazo àqueles que no exercício da sua função devem examinar áridos documentos contábeis e extenuantes análises jurídica". Após a leitura do seu relatório, o Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva apresentou seu voto divergente propondo que este Tribunal Pleno emita Parecer Prévio "pela regularidade das contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná referentes ao exercício financeiro de 2022, acompanhando as ressalvas, determinações, recomendações e encaminhamentos, apresentados pelo relator. Entretanto, consigno, neste voto, minha discordância quanto aos termos da análise do contexto econômico, tal como expresso no voto do relator, e apresento reservas quanto ao diagnóstico de políticas públicas, nos termos da fundamentação. Voto para que seja adicionada a seguinte ressalva e determinação, relativas ao resultado atuarial deficitário do Fundo de Previdência do Estado: i. Ressalvar o resultado atuarial consolidado do Fundo de Previdência do Estado, deficitário na ordem de R$ 16.728.518.217,78, haja vista a inadequação do uso da premissa de geração futura na elaboração do cálculo. ii. Determinar ao Chefe do Poder Executivo para que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação deste Acórdão de Parecer Prévio, realize nova Avaliação Atuarial do exercício de 2023 sem a inclusão da geração futura no resultado atuarial e, constatado novo déficit, adote as medidas para o seu equacionamento, observando o estipulado nos artigos 53 a 55 da Portaria MF nº 464/2018 e pelas Instruções Normativas que os regulamentam. Por fim, proponho a realização de duas auditorias, uma relativa aos créditos de longo prazo lançados nas contas contábeis de ajustes para perdas do balanço patrimonial, e outra relativa a todas as concessões de renúncia fiscal do Estado do Paraná realizadas ou vigentes nos últimos 05 anos, no seguinte sentido: 1. Determinar a realização de Auditoria por este Tribunal de Contas, nos termos do art. 253 do Regimento Interno, para apurar a adequação e legalidade do lançamento dos créditos a longo prazo nas contas contábeis de ajustes para perdas do Balanço Patrimonial, que somam 43,3 bilhões de reais e tiveram um aumento de 12 bilhões de reais entre 2021 e 2022. (Conta 12111.999900, Outros Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo; conta 12111.990300, Ajustes de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos; e Conta 12111.990400, Ajuste de Perdas de Dívida Ativa). 2. Determinar a realização de Auditoria por este Tribunal de Contas, nos termos do art. 253 do Regimento Interno, para apurar o descumprimento das determinações constitucionais e legais referentes à renúncia fiscal, em especial o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao implementar os benefícios sem a observância das condicionantes ali estabelecidas, bem como levantar a responsabilidade pelo descumprimento dessas normativas a fim de responsabilização. Considerando que adiro ao voto do relator em sua quase totalidade, adicionando apenas uma ressalva com determinação e dois encaminhamentos, peço que cada um desses elementos seja votado em separado, como destaque". O Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva, após apresentar sua proposta de voto divergente, continuou com a palavra "me permita, antes de devolver a palavra, não posso deixar de dizer que mais uma vez me servi, me aproveitei do conhecimento, não apenas dos técnicos da Casa, mas do Conselheiro Ivens. Foi um trabalho penoso para mim, mas extremamente enriquecedor, pude aprender muito e apresentei essas divergências, mas muito respeitosamente, muito humildemente, convencido que estou, de sua razoabilidade, mas muito disposto a ouvir os demais Membros do Pleno e, também os Senhores Conselheiros Substitutos, porque o que se deseja aqui é aperfeiçoar, como lembra sempre o Conselheiro Fábio. O nosso propósito aqui é aperfeiçoar os métodos, os sistemas, enriquecer as análises, trazer pontos de vistas diversos, muito respeitosamente, de maneira que possa ser o mais fértil possível. O trabalho feito pela CGE, o trabalho feito, pelo grupo de trabalho, é merecedor de todos os elogios e da mesma forma como é merecedor de todos os elogios, como fala sempre o Conselheiro Durval, muito bem lançado o voto do ilustre Conselheiro Ivens". Tem a palavra, o Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, "a presidência agradece a Vossa Excelência e para esclarecer ao Conselheiro Maurício, primeiro a matéria está em discussão e eventualmente as proposições serão discutidas, depois caso o Relator também na sua manifestação acolha algumas determinações, não haveria motivo para votação em destaque, se o Pleno também concordar. Continua em discussão a matéria. Agradecendo a Vossa Excelência e a sua equipe pelo trabalho, nesse período, realizado". O Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral pede a palavra "Excelentíssimo, Senhor Presidente, Senhora

Procuradora, Senhora Conselheira Substituta, senhora secretária, Senhores Conselheiros, já ressaltei aqui, na sessão, próxima passada, de julgamento das contas do Governador a importância para o Tribunal de Contas, não só do Paraná, mas do Brasil, quando tem a oportunidade de analisar as contas de Governo, talvez seja o ato, o ápice da discussão, porque além da análise pura e simples da questão financeira, Conselheiro Ivens, foi como sempre extremamente feliz ao analisar as políticas públicas e os novos parâmetros inclusive dessa análise, então reitero aqui o que já havia dito a semana passada, entendo que o voto do Conselheiro Ivens está totalmente amparado em estudos técnicos, atualizações, análise profunda de todos os pontos e de todos os tópicos. Quero também, nesse momento, parabenizar o Conselheiro Maurício que mesmo com pouquíssimo tempo conseguiu trazer para a discussão temas da maior relevância na história do Estado do Paraná, temas que não se restringem só a esses anos de governo, da administração do Governador, Júnior, mas que são reiterados, rediscutidos, alguns com ações muito diretas de governos passados para se alcançar os resultados que hoje estamos colhendo no estado do Paraná. Então essa análise não se cinge somente nas considerações do Conselheiro Maurício, muito bem lançadas. A análise desses anos de governo que terá prazo fatal para desocupar a cadeira e novamente no processo democrático será eleito novo Governador, com novas políticas públicas, com novas situações assim muito rapidamente, "en passant", porque já sei, aqui o brilhantismo do bem lançado, como disse aqui o Conselheiro Maurício, a divergência parcial do Conselheiro Maurício, algumas questões me chamam a atenção até pelos dados trazidos pelo Conselheiro Maurício. Com relação ao Capítulo 2.10 que trata da Gestão Previdenciária, mais especificamente no Item - 2.10.4. A Avaliação Atuarial e seus resultados (fls. 120). Vossa Excelência faz um minucioso histórico a respeito da avaliação atuarial e seus resultados, e destaca, também, que essa matéria é objeto de questionamento por esta Corte, inclusive cita os diversos julgados exarados por esse Plenário, porque a Paranaprevidência tem considerado a hipótese de geração futura na consolidação dos resultados da geração atual, o que a meu juízo fere a legislação de regência. Destaca também, que é relativa a presunção de regularidade de que o Ministério do Trabalho e Previdência Social não se opôs à metodologia adotada pelo Estado do Paraná, conforme alegado pelo PRPREV. Isto porque no referido Parecer SEI n.º 20153/2020/ME não há qualquer concordância ou autorização para a utilização da hipótese da geração futura na consolidação do resultado atuarial. Para além, destaco que nos trabalhos realizados pela 5ª ICE, no quadriênio 2019-2022, consta um estudo que revelou que nenhum dos Estados da federação, o Distrito Federal e a União, consolidam o resultado da geração futura no resultado atuarial do fundo capitalizado. O Estado do Paraná é o único a adotar tal prática. Percebo, que em seu voto Vossa Excelência, dada especificidade técnica da matéria, deixa de emitir juízo de valor a esse respeito nesta decisão e afasta a competência do Governador, posição essa que acompanho Vossa Excelência. Entretanto, data máxima venia, no intuído de assegurar a posição desta Corte sobre a incorreta utilização da hipótese de geração futura no resultado atuarial, ouso sugerir que seja consignado ao voto o seguinte enunciado: Diante de todo o exposto, entendo que toda esta questão e especialmente a ventilada presunção de regularidade, deva permanecer sendo discutida e apreciada nos processos específicos e adequados que tramitam nesta Corte de Contas. Então, já me dou por satisfeito, Conselheiro Ivens, se houver a possibilidade por parte de Vossa Excelência em atender essa modesta sugestão. Com relação às renúncias fiscais, eu tenho decisão de análise de contas, nesse sentido, recomendação, ressalvas, aqui muito bem trazida pelo Conselheiro Maurício, e pessoalmente não concordo com a auditoria. Ela até poderá acontecer, em algum determinado momento, mas enquanto nós estivermos discutindo reforma tributária no Brasil, enquanto nós estivemos discutindo renúncia fiscal, guerra fiscal, nós não podemos aqui, até entendo, vamos fazer o relatório de renúncia fiscal, um relatório genérico, tudo bem, mas é inegável, é inquestionável que a Audi, a Volkswagen, a Renault, a Sumitomo e tantas mega empresas e grandes empresas não estariam aqui no Paraná, Conselheiro Ivan, se não fosse os mecanismos fiscais usados pelo Governo do Paraná, para atrair essas empresas, então nós não podemos expor, efetivamente, esses mecanismos que todos os estados da Federação usam e é realmente uma guerra fiscal, é uma guerra fiscal que eu quero que acabe, que todos nós desejamos que acabe, mas entendo que este não é o melhor momento, o momento mais apropriado para se fazer uma auditoria, porque isso diminuiria nesse momento a continuidade da tração de grandes empresas para o estado do Paraná, com geração de emprego e renda. E assim, colocar o seguinte para concluir a minha proposta, então eu acompanho integralmente, Conselheiro Fernando, a proposta do Conselheiro Ivens, nessa questão da renúncia fiscal, acho que a proposta dele é corretíssima e acompanho integralmente então a proposta do Conselheiro Ivens, nesse ponto. Discordando e divergindo, respeitosamente, da proposta de auditoria do Conselheiro Maurício e no terceiro ponto, também da gestão patrimonial, eu também acompanho a proposta do Conselheiro Ivens, pela desnecessidade de realização de auditoria, acho que as medidas propostas pelo Conselheiro Ivens, nesse momento, na sua proposta de voto atendem a demanda e a expectativa do Tribunal de Contas em relação à análise das contas do Governador, então só com essa sugestão já consentida e entendida pelo Conselheiro Ivens é a minha única sugestão no sentido de que na questão previdenciária, isso fica bem específico, bem claro, bem anotado, como já está, mas só com esse reforço e no demais acompanhando em relação a esses dois outros itens lançados pelo Conselheiro Maurício, eu acompanho a proposta original do Conselheiro Ivens". Com a palavra o Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, para suas considerações finais "acompanho, integralmente, as ponderações do Ilustre Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva com relação à necessidade de aperfeiçoamento da parte da instrução processual referente ao "Contexto Econômico", no sentido de que se busque uma padronização desse levantamento de dados, baseada em critérios técnicos, visando contemplar, de forma imparcial, objetiva e abrangente, informações úteis do cenário econômico para a tomada de decisão nas contas do Governador, o que deve incluir indicadores sociais. Da mesma forma, deve-se reconhecer a possibilidade de aprimoramento da metodologia utilizada no diagnóstico das políticas públicas, por exemplo, com a expansão do cadastramento dos destinatários dos questionários, em cada uma das áreas temáticas, e com o acompanhamento do efetivo oferecimento das respostas, valendo citar, exemplificativamente, a experiência do ProGov em relação às contas dos Prefeitos, aliada, ainda, à interação com o controle social, cuja participação na avaliação dos serviços públicos disponibilizados pelo Estado é de extrema pertinência. Com relação à proposta de auditoria nas contas contábeis para ajustes de perdas no Balanço Patrimonial, diante da manifestação do Presidente, de que será deflagrado um procedimento fiscalizatório próprio, organizado pelas unidades competentes do Tribunal, inclusive com a oportunidade de oferecimento de propostas pelos gabinetes, entendo que a proposição restaria prejudicada, vez que atingida sua finalidade com a alternativa proposta. Idêntico raciocínio aplico em relação à proposta de auditoria da renúncia de receitas, valendo ressaltar que, neste caso, já existe uma auditoria em curso, mencionada pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, por meio de comissão nomeada pela Presidência, nos termos da Portaria nº 582/23, integrada por servidores da 4ª Inspetoria de Controle Externo, a quem compete, desde o início deste ano, a fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda. Com relação à objeção levantada em Plenário, de que a referida auditoria compreenderia, apenas, o exercício de 2023, sem abranger o de 2022, ora em análise, entendo que a finalidade da fiscalização seria o aprofundamento da análise das irregularidades apontadas, com vistas, principalmente, ao seu saneamento, o que, em princípio, prescinde da verificação dos exercícios anteriores, sem prejuízo de que venham a ser deflagrados outros procedimentos, caso apontadas irregularidades de gravidade que justifiquem medidas mais rigorosas. Por último, divirjo da proposta de ressalva pelo fato de ter sido considerada a geração futura no cálculo atuarial, com a consequente imposição de determinação, para que outro seja elaborado. Além do fato de que essa matéria não foi objeto específico de contraditório, reitero meu entendimento de que seu tratamento deve se dar, com mais propriedade, nos processos específicos em trâmite, já indicados na fundamentação, envolvendo o Fundo Previdenciário e o Paranaprevidência, tratando-se de assunto predominantemente técnico, que extrapola o objeto das presentes contas de governo. Por esse motivo, aliás, acolhi a proposta do Ilustre Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, no sentido de que não se emita juízo de valor acerca da inclusão da geração futura no resultado atuarial, remetendo o aprofundamento da sua análise aos processos específicos ainda em trâmite, com a efetiva participação dos agentes públicos responsáveis". Após as discussões, ponderações, manifestações e considerações dos Senhores Conselheiros e Conselheiros Substitutos, o Senhor Presidente, Fernando Augusto Mello Guimarães, colocou em votação a proposta de voto do relator, Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral, Fabio de Souza Camargo e Augustinho Zucchi e a proposta de voto divergente do Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva (voto vencido). Por 5 votos a 1, foi aprovado o voto do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães e os Conselheiros Ivens Zschoerper Linhares e Mauricio Requião de Mello e Silva, propuseram voto de louvor, com anotação nas respectivas fichas funcionais, para os servidores do gabinete do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; servidores da 7ª Inspetoria de Controle Externo, servidores da Coordenadoria de Gestão Estadual e servidores do gabinete do Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva, que integraram a equipe de trabalho responsável pela análise da Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, Senhor CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR: Cinthya Pedron Caciatori – matrícula 51.386-5; Giovana Benevides Sales – matrícula 51.854-9; James Robles de Andrade – matrícula 51.571-0; Lohaide Cristine Souza – matrícula 51.630-9; Marcelo Augusto Biehl Ortolan – matrícula 52.173-6; Rodrigo Martins de Oliveira – matrícula 51.761-5; Vivian Von Hertwig Fernandes de Oliveira – matrícula 52.234-1; Wellington Glass da Silva – matrícula 51.601-5; Marcio José Assumpção – matrícula 51.094-7; Aloisio Antonio Mazia – matrícula 51.742-9; Anderson Regis Saladino – matrícula 51.649-0; André Castanheira Santos – matrícula 52.145-0; Ariovaldo José Amarante Junior – matrícula 51.337-7; Danielle Cristina Jaques Urban – matrícula 51.355-5; Eliane Rodrigues Guimarães – matrícula 51.143-9; Fabíola Ferreira Delazari Cecato – matrícula 50.438-6; Geovane Karvat – matrícula 51.226-5; Juliano Woellner Kintzel – matrícula 51.389-0; Marcus Vinicius Machado – matrícula 51.660-0; Mario Antonio Cecato – matrícula 50.693-1; Mauritânia Bogus Pereira – matrícula 50.201-4; Priscila Escuissato – matrícula 51.364-4; Regiane De Andrade Mazur – matrícula 52.334-8; Robson Fernandes Soares – matrícula 51.582-5; Solange Sa Fortes Ferreira Isfer – matrícula 50.907-8; Ednilson da Silva Mota – matrícula 51.239-7; Alexandre Bimbato Freire – matrícula 51.110-2; Danielle Moraes Sella – matrícula 50.630-3; Gilberto Silva Fregatto – matrícula 51.254-0; José Mário Wojcik – matrícula 51.103-0; Marcos Tadeu Puente D'Alpino – matrícula 51.964-2; Nei Jorge Ribeiro da Costa – matrícula 50.328-2; Onivaldo Ferreira dos Santos – matrícula 50.686-9; Paulo Vitoriano de Oliveira – matrícula 51.628-7; Rodrigo Leite Kremer – matrícula 51.330-0; Rossana Illescas Bueno – matrícula 50.282-0; Thais Yumi Gohara - matrícula 51.471-3; Alexandre Antonio dos Santos – matrícula 50.616-8; Andréa Kugler Batista Ribeiro – matrícula 52.479-4; Bruno Cesar Deschamps Meirinho – matrícula 52.488-3; Carlos Lopatiuk – matrícula 51.259-1; Danielle de Mello e Silva – matrícula 52.478-6; Maiara Bitencourt de Lima – matrícula 52.418-2; Marcelo Ribeiro Losso – matrícula 50.387-8; Mariana Raquel Costa – matrícula 52.475-1; Nicole Kyvria Luy – matrícula 52.497-2; Ricardo Fernandes Bezerra – matrícula 52.496-4; Rodolfo Brandão de Proença Jaruga – matrícula 52.539-1; Rosicler Rodrigues dos Santos – matrícula 52.413-1 e Rafael Xavier Schuartz – matrícula 52.411-5. Transcorrida a fase de julgamento e não havendo quem mais desejasse usar da palavra, às onze horas (11h) e cinquenta e seis minutos (56min), do dia quatorze do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (14/11/2023), o Senhor Presidente encerrou a Terceira Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária do Tribunal Pleno, Maria das Graças Greco e pelo Presidente do Tribunal Pleno, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.**********

TRIBUNAL PLENO
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 38,
EM 8 DE NOVEMBRO DE 2023

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (08/11/2023), com início às quatorze horas (14h), realizou-se a Trigésima Oitava Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, com a presença dos Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI, bem como dos Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, TIAGO ALVAREZ PEDROSO, LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, MURYEL HEY e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, a Procuradora-Geral VALERIA BORBA. A Secretaria da Sessão

foi exercida pela Secretária do Pleno, MARIA DAS GRAÇAS GRECO. Ausente o Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA, por motivo justificado. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, submeteu à homologação do Plenário a Ata de nº 37, referente a Sessão realizada no dia 1º de novembro de 2023, a qual foi homologada. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II do art. 436 do Regimento Interno e para devolução e inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, e o art. 522 do Regimento Interno. Foram apresentados em mesa e incluídos para julgamento os processos nºs: 575425/23, na pauta do Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 725064/23, na pauta do Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 704667/23, na pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo. Foram devolvidos os processos nºs: 715973/15, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, pelo Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 714219/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 450451/20, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Foi comunicado o sobrestamento do processo nº 698691/23, de Representação, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, conforme despacho nº 1348/23. O Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva, pede a palavra “Presidente, me concede um segundo a mais, apenas, estou aguardando a presença do professor no plenário. Boa tarde a todos! Acho que alguns já notaram minha satisfação, hoje, nesta sessão. Minha alegria é porque me sinto muito honrado com uma presença ilustre, acompanhando essa sessão e que se encontra aqui no nosso miniauditório. É uma figura que marcou muito a minha vida, como de resto marcam a vida de todos nós, alguns professores, algumas professoras, certamente marcam as nossas vidas, cada um de nós tem uma lembrança de um mestre, de uma mestra e hoje eu recebo este presente, que me traz então muita alegria e que mais do que alegria, me honra muito e francamente eu diria que a visita do Professor José Luís honra esta casa. Nos conhecemos desde os idos de 1960, o professor me deu aula de matemática, mas muito mais do que aula de matemática eu aprendi com ele um amor extraordinário, entusiasmo raríssimo de se encontrar em alguém, em um professor, o entusiasmo pelo conhecimento, pelo magistério, pela pesquisa, pelo exercício da profissão de professor, foram poucas vezes na vida que encontrei alguém como o professor José Luís, como ele gosta de ser chamado, na verdade José Manoel Luís da Silva. Ele me contava agora, que já completou, há poucos dias, 90 anos e com 90 anos ele que dedicou a vida toda à pesquisa, à ciência, ao ensino, continua como professor, fazendo palestras, dando cursos, recebendo homenagens, porque ele é pioneiro da sociedade brasileira, fundador da Sociedade Brasileira de Astrônomos Profissionais, ele integra a Associação dos Planetários e quando eu digo isso já estou antecipando qual é a atividade dele que o tomou a vida toda, professor é matemático, professor de matemática, é físico, professor de física e de modo muito particular astrônomo e astrofísico se me permite, se não estou errado professor, uma carreira extraordinária, uma carreira extraordinária. Ele sempre foi um professor muito disciplinador, acho que ele trouxe um pouco essa disciplina, essa energia disciplinadora. Ele trouxe acho que da formação militar. Professor José Luiz é Coronel do exército, foi Coronel muito jovem, Coronel Aviador, participou de inúmeras incursões em que o Brasil foi convocado a participar dentre elas a Nicarágua, não é professor? Lá ele recebeu, pasmem vocês, dois balaços, cujas cicatrizes ele carrega até hoje, embora não lhe incomodem muito, porque ele aos 90 anos é um menino e a saúde é de um menino, mas essa energia toda, essa paixão pela ciência, pelo estudo, que o levou à astronomia e acho que é a principal das suas contribuições na astronomia. Poucos sabem, pouca gente mesmo sabe que o Brasil participou com alguns profissionais, extremamente bem selecionados, da missão Apolo. Missão Apolo, todos nós sabemos, foi aquela missão que levou o homem à lua, pois a NASA e o governo americano pediram ao Brasil e a alguns outros poucos países a indicação de alguns profissionais e o Brasil selecionou 20, 21 ou 22 profissionais que passaram a se dedicar e a integrar o projeto Apolo e assim foi a participação, desde a Apolo 8, se não me engano, até depois Apolo 11 que foi a busca de informações astronômicas, de observações da lua, do nosso satélite que eram repassadas à NASA e utilizadas pela NASA e pelos nossos astronautas, que ajudaram a orientar os passos até a descida e mesmo depois de fora da nave, então digo assim é um homem grande, é um homem grande, um homem de muita importância e trabalhou, vejam só na escola pública, não só no Colégio Estadual, acho que ele deu aula também no Colégio Militar, mas só no Colégio Estadual desde 69, no Colégio Estadual poucos sabem tem um curso de astronomia de nível médio, curso técnico, tem também um planetário maravilhoso que era dirigido pelo Professor José Luís, um planetário impecável, dirigiu aquele planetário como uma preciosidade, como uma joia e eu frequentei muito esse planetário, vendo as estrelas. Um dia cheguei ao planetário, já como secretário de educação e conversamos bastante e no momento que eu estava para sair, tinha uma caixa grande de papelão, eu disse, mas o que é isso aqui professor? “É um telescópio!”. Mas na caixa? “É, eu consegui que esse telescópio fosse doado ao Brasil, pelo governo da Alemanha, é um telescópio de muita qualidade, mas que infelizmente está na caixa, nós não temos um observatório astronômico, Curitiba é um pouco nublado e tal”. Eu disse, mas não tem jeito, o que acontece, não dá para a gente encontrar uma utilidade para isso? “Dá, inclusive é o seguinte, tem um ex-aluno aqui que disponibilizou para nós um terreno em Campo Magro, um morro, que tem uma condição meteorológica muito aceitável para um telescópio e mais eu tenho aqui do meu lado, um projeto arquitetônico pronto para construirmos um observatório astronômico”. E assim nasceu o observatório astronômico do Colégio Estadual em Campo Magro, que existe até hoje e que tem uma utilidade imensa e que saiu ali das mãos do nosso querido professor. Então, professor muito bem-vindo, muitíssimo obrigado pela sua presença aqui. Foi de uma gentileza! Obrigado pela sua presença! Só para lhe dizer não há uma possibilidade de olhar para o céu, para uma estrela, sem lembrar do meu querido professor. Muito obrigado! Era isso, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, tem a palavra “agradeço as palavras de Vossa Excelência e não posso também deixar de agradecer a presença do Professor José Luiz. Também sou egresso. Falo egresso, porque minha primeira experiência estadual, foi para ir para a diretoria, por problema de comportamento, mas tive aula com o professor José Luís, das feiras de ciências, inclusive, que o senhor organizava e ajudava, mandava inclusive as premiações que os alunos tiveram para a NASA. Me lembro do projeto do sistema solar e é uma honra recebê-lo aqui. Me lembro do Senhor no Estadual junto com outros professores, um tanto que inesquecíveis, Baggio, Zélia, Eraldo, Milleo, uma série de professores que formaram, Conselheiro Mauricio, a nossa base educacional. Falei da ida para a diretoria, que ali eu aprendi que eu tinha que ter um melhor comportamento, a gente fala muito hoje na escola pública, mas graças a Deus eu estudei no estadual e graças a Deus tive o senhor como professor e quis o destino que hoje o meu Tribunal, que estou presidindo recebesse a presença de Vossa Excelência. Seja bem-vindo! É uma honra para nós, de todos do Tribunal recebê-lo aqui, para conhecer o nosso trabalho e fazer uma visita de cortesia”. O Conselheiro Substituto Sergio Ricardo Valadares Fonseca, tem a palavra “obrigado Senhor Presidente, também estudei no colégio militar e sou filho de professora, assim como o presidente e é sempre bom homenagear os mestres, os professores, então o meu respeito, a minha devoção à Vossa Excelência e a todos os professores deste país. Parabéns, professor! Obrigado pela visita!”. Tem a palavra, a Senhora Procuradora, Doutora, Valeria Borba “eu também sou aluna do Estadual e tive a honra de conhecê-lo pelos corredores e sou muito grata a tudo que eu aprendi no colégio, foi muito bom, foi uma experiência grandiosa. Eu me formei num curso, de profissionalizante a época, de auxiliar de administração de empresa e tinha já o nosso planetário ali, no nosso entorno do colégio. Ao lado das secretarias todas, então professor estamos aqui tentando honrar o que a gente aprendeu na escola, tentando seguir os passos dos nossos professores, que eram e são brilhantes até hoje e naquela época criavam os sonhos e todos nós atingimos os nossos sonhos, inspirados nos nossos professores. Então, é uma honra, muito grande, poder agradecer pessoalmente o professor. Olha, quantos alunos o Senhor tem nessa bancada aqui, o Doutor Maurício, eu Valéria e o Doutor Fernando, então professor acho que valeu a pena hein, valeu todos os sacrifícios, eu acredito. Professor muito obrigada pela sua presença aqui, me sinto honrada, me sinto rejuvenescida, porque vendo o senhor aí, voltamos ao começo, na inspiração do que o senhor foi e o que o senhor é. Muito obrigado, Professor!”. O Conselheiro Augustinho Zucchi, pede a palavra “Senhor Presidente, para encerrar, o Conselheiro Maurício chamou algumas pessoas ali, eu tive o privilégio de conhecer o professor e perguntei a ele qual é o segredo dessa vitalidade, ele me respondeu com três palavras, ele disse “genética e juízo!”. Aí falei para ele, juízo, é o nosso problema! Seja bem-vindo professor!”. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, consulta os Conselheiros e Conselheiros Substitutos, se concordam em relatar apenas os processos incluídos em mesa e os processos urgentes, como cautelares e certidão liberatória, e após adiar toda a pauta ordinária, para na sequência dar início à Segunda Sessão Extraordinária, de julgamento das Contas do Governo. Não houve oposição, sendo a pauta adiada para a próxima sessão ordinária do Tribunal Pleno. O Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pede a palavra “obrigado, Senhor Presidente, também não poderia ser diferente, não tive a honra, a oportunidade de aprender com nosso professor José Manoel Luís da Silva, mas fiquei honrado de apertar sua mão e sentir sua energia, sua positividade, sua humildade, sua respeitabilidade. Dizer que, com certeza, essa Corte de Contas hoje, se sente muito lisonjeada com a sua presença e também dizer, pessoalmente, desse humilde Conselheiro que tem aprendido muito, tivemos a oportunidade no biênio passado, professor, de fechar um termo de cooperação com o Ministério de Ciência e Tecnologia e recebemos o Ministro Pontes aqui e hoje temos a nossa capacidade de também orientar através de satélite e obviamente graças a esse trabalho magnífico que o senhor, com os demais desbravadores trazem essa solução. Então quero aqui com muito respeito e não seria diferente, tamanha humildade, da tamanha grandeza da sua capacidade. Muito obrigado pela sua presença! Parabéns! Amém!”. O Professor José Manoel Luís da Silva, agradece pelas palavras, pelo carinho e diz que a honra é dele em visitar e participar da sessão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Encerrada a fase de comunicações, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Conselheiros e aos Conselheiros Substitutos para o relato de suas pautas. Foram julgados os processos nºs: 575425/23 (Aprovação), 725064/23 (Aprovação), da pauta do Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 704667/23 (Deferimento), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo. Mantiveram-se com vista os processos nºs: 295714/16, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 403990/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 225358/22, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 616582/21, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral. Foram adiados os julgamentos dos processos nºs: 715973/15 (Adiado por devolução pós-vista), 123230/23 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 189088/23 (Adiado por pedido do relator), 321725/23 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 405299/23 (Adiado por pedido do relator), 714219/22 (Adiado por devolução pós-vista), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 450451/20 (Adiado por devolução pós-vista), 720189/22 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 260633/22 (Adiado pelo Presidente), 275863/23 (Adiado por pedido do relator), 70913/23 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. Permaneceu adiado o julgamento do processo nº 650241/21 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral. Não houve pauta de julgamento dos Conselheiros Substitutos Sergio Ricardo Valadares Fonseca, Thiago Barbosa Cordeiro, Tiago Alvarez Pedroso, Livio Fabiano Sotero Costa, Muryel Hey e José Mauricio de Andrade Neto. Transcorrida a fase de julgamento e não havendo quem mais desejasse usar da palavra, às quatorze horas (14h) e trinta e sete minutos (37min), do dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (08/11/2023), o Senhor Presidente encerrou a Trigésima Oitava Sessão do Tribunal Pleno, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e dois do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (22/11/2023), no horário regimental. E, para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária do Tribunal Pleno, Maria das Graças Greco, e pelo Presidente do Tribunal Pleno, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.**********

TRIBUNAL PLENO
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 22,
REALIZADA ENTRE OS DIAS 20 E 23 DE NOVEMBRO DE 2023

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (20/11/2023), com início às doze horas (12h), e encerramento da Sessão aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (23/11/2023), com término às quinze horas (15h), realizou-se a Vigésima Segunda Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, com a presença dos Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO

DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI, bem como dos Conselheiros Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, TIAGO ALVAREZ PEDROSO, LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, MURYEL HEY e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, a Procuradora-Geral VALERIA BORBA. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária do Pleno, MARIA DAS GRAÇAS GRECO. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, submeteu à homologação do Plenário Virtual a Ata de nº 21, referente a Sessão Virtual do Tribunal Pleno, realizada entre os dias 06 e 09 de novembro de 2023, a qual foi homologada. O Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II do art. 436 do Regimento Interno e para devolução e inclusão em mesa dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, e o art. 522 do Regimento Interno, as quais foram registradas ciência, por unanimidade. Foram apresentados em mesa e incluídos para julgamento os processos nºs: 725257/23, na pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 738359/23, na pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 743654/23, na pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 641010/23, na pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 649054/23, na pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 743518/23, na pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 743810/23, na pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 712205/23, na pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. Foram devolvidos os processos nºs: 129875/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 651140/21, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, pelo Senhor Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 415334/18, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 291532/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 673245/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 622320/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 755414/20, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 732721/22, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, pelo Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 28355/22, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 296194/12, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 490306/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 553120/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 19438/23, da pauta do Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva, pelo Conselheiro Augustinho Zucchi; 204069/16, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, pelo Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 495251/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, pelo Senhor Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Foi comunicado o arquivamento dos processos n°s: 476974/23, 625244/23, 666382/23, 671858/23, 723980/23, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 547421/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 619317/23, 636998/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 399740/23, 488700/23, 596538/23, 600179/23, 635819/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. Foi comunicado o sobrestamento dos processos n°s: 477800/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 685573/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. Foi comunicado a prorrogação do sobrestamento dos processos nºs: 408939/10, 271888/12, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Foi comunicado a revogação do sobrestamento do processo nº 103778/19, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. Foi comunicado a Decisão Judicial do processo n° 116849/09, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, conforme despacho nº 1544/23. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, concedeu a oportunidade para os julgamentos pelo Plenário Virtual do Tribunal Pleno nº 22, onde foram julgados os processos nºs: 703281/23 (Aprovação), da pauta do Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 275967/22 (Conhecimento e provimento parcial), 684852/23 (Conhecimento e provimento), 575360/23 (Encerramento), 504206/22 (Não conhecimento), 718528/23 (Deferimento), 688076/23 (Homologação de Cautelar), 725257/23 (Homologação de Cautelar), 738359/23 (Homologação de Cautelar), 743654/23 (Homologação de Cautelar), 621743/16 (Aprovação), 285192/23 (Regular com ressalvas), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 737049/22 (Conhecimento e provimento), 129875/23 (Conhecimento e não provimento), 378611/23 (Outros), 90553/22 (Conhecimento e não provimento), 682646/20 (Não conhecimento), 651140/21 (Conhecimento e procedência parcial com determinações), 555943/22 (Outros), 469072/23 (Conhecimento e improcedência), 641010/23 (Homologação de Cautelar), 649054/23 (Homologação de Cautelar), 704474/23 (Homologação de Recomendações), 743518/23 (Homologação de Recomendações), 743810/23 (Homologação de Recomendações), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 415334/18 (Outros), 291532/23 (Outros), 484136/23 (Conhecimento e não provimento), 499419/23 (Conhecimento e provimento), 430133/23 (Conhecimento e provimento), 460024/23 (Conhecimento e não provimento), 630376/22 (Conhecimento e resposta), 450505/22 (Conhecimento e improcedência), 291737/23 (Regular), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 755414/20 (Conhecimento e procedência parcial), 717142/21 (Outros), 674911/23 (Não conhecimento), 712205/23 (Deferimento), 112565/23 (Conhecimento e improcedência), 112662/23 (Conhecimento e improcedência), 351268/23 (Conhecimento e improcedência), 199792/23 (Regular), da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 624744/23 (Conhecimento e não provimento), 627409/23 (Conhecimento e não provimento), 7109/13 (Conhecimento e improcedência com recomendações), 204069/16 (Encerramento), 685529/22 (Conhecimento e procedência parcial com recomendações), 718811/23 (Homologação de Cautelar), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 495251/23 (Conhecimento e procedência sem novo julgamento), 716495/23 (Deferimento), 276648/20 (Regular), 276770/20 (Regular), 276869/20 (Regular), 276940/20 (Regular), 277156/20 (Regular), 277326/20 (Regular), 277334/20 (Regular), 387962/20 (Regular), da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi; 267980/18 (Conhecimento e procedência parcial com determinações), da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 717998/23 (Conhecimento e provimento), da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro; 346990/23 (Conhecimento e improcedência), da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania. No julgamento do processo nº 621743/16, de Prejulgado, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, o relator votou pela "aprovação deste prejulgado, para que o Tribunal assim se pronuncie sobre a interpretação e aplicação do artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000: 1. Ficam mantidos os itens 1, 2 e 3 do Prejulgado n.º 15 deste Tribunal (Acórdão 1490/11 do Tribunal Pleno). 2. Revogam-se os itens 4 e 5 do Prejulgado n.º 15 deste Tribunal. 3. Serão considerados na determinação da disponibilidade de caixa os encargos e despesas compromissadas até o final do exercício, incluindo as obrigações de despesas contraídas no próprio exercício, mesmo em seu primeiro quadrimestre, e as remanescentes de exercícios anteriores. 4. Em princípio, evidencia violação ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal o resultado negativo das disponibilidades de caixa frente às obrigações de despesa ao final do último ano do mandato (31 de dezembro), em agrupamentos de fontes de recursos conforme a origem, a serem definidos mediante instrução normativa, independentemente da data em que as obrigações foram contraídas. 5. O resultado financeiro de fontes vinculadas de recursos será considerado na análise do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme for estabelecido em instrução normativa. 6. As disponibilidades por fonte de recursos devem ser capazes de suportar as respectivas obrigações. 7. Em regra, a constatação, ao final do último ano do mandato, de superávit no grupo Recursos ordinários/livres superior à totalização dos déficits nos agrupamentos de fontes de recursos afasta a irregularidade referente ao descumprimento do artigo 42 da LRF. 8. O resultado das disponibilidades de caixa frente às obrigações de despesa em 31 de dezembro maior que o apurado em 30 de abril não afasta, por si só, a violação ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 9. A posição da disponibilidade líquida em 30 de abril em contraste com o resultado em 31 de dezembro tem especial relevância nos casos de comprovação de programação financeira compatível com o histórico de arrecadações do período, evolução incomum das receitas, adoção das providências de limitação previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal ou de outros fatos relevantes eventualmente demonstrados no caso concreto. 10. A apuração da disponibilidade de caixa: 10.1. Deve conter o somatório de todas as fontes, segregadas por vinculação, na sistemática do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional; 10.2. Deve se dar pela diferença entre o saldo do ativo financeiro e o somatório dos saldos do passivo financeiro e de despesas não empenhadas (ativo financeiro – (passivo financeiro + despesas não empenhadas). 11. No âmbito municipal, as fontes vinculadas devem ser agrupadas de modo compatível com o Relatório de Gestão Fiscal do Município, RGF – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, na forma publicada por este Tribunal de Contas. 12. No cômputo do ativo financeiro, devem ser excluídas as contas do ativo financeiro realizável que decorram de saídas financeiras que não passaram pela execução orçamentária, ou seja, ativos financeiros que não possuem disponibilidade de caixa dando suporte. 13. A contração de obrigação de despesa se dá com a emissão do empenho ou com o reconhecimento da obrigação deixada de empenhar. 14. Os empenhos porventura excedentes ao valor a ser executado no exercício devem ser cancelados antes da inscrição em restos a pagar e os que eventualmente restarem inscritos devem ser cancelados caso a obrigação pactuada não venha a ser executada e de fato não haja um passivo exigível. 15. Os empenhos e os restos a pagar legalmente cancelados serão subtraídos do total das obrigações contraídas. 16. A realização de despesa sem prévio empenho caracteriza contração de obrigação de despesa. 17. Incluem-se entre as obrigações deixadas de empenhar as despesas não empenhadas por indisponibilidade orçamentária. 18. Cabe ao órgão ou entidade, por meio dos agentes competentes, o reconhecimento da obrigação deixada de empenhar, em conta contábil criada para esse fim. 19. Os encargos e despesas compromissadas a pagar correspondem à soma do saldo do passivo financeiro e do saldo de despesas deixadas de empenhar. II. Por determinar à Coordenadoria de Gestão Municipal e à Coordenadoria de Gestão Estadual: a) Que nos processos que tratem da observância do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, informem e opinem, com base em critérios técnicos que considerem adequados, sobre os seguintes aspectos, inclusive de ofício, quando possível, e sem prejuízo de outros que se façam relevantes no caso concreto: 1. A listagem de empenhos e de registros feitos na conta contábil Obrigações deixadas de empenhar, na forma indicada na Instrução 368/20-CGM e na fundamentação da presente decisão, para evidenciação das obrigações contraídas sem a suficiente disponibilidade de caixa. 2. A relevância do déficit, quando constatado. 3. O resultado financeiro apurado no encerramento do mandato anterior. 4. O resultando financeiro apurado ao final de cada ano do mandato que compreende o exercício sob análise. 5. O resultado financeiro apurado ao final do exercício subsequente ao analisado, nos casos em que esta informação estiver disponível quando da emissão da instrução processual. 6. Quando constatado déficit nas fontes vinculadas: 6.1. A existência de superávit no grupo Recursos ordinários/livres capaz de supri-lo. 6.2. O recebimento pelo órgão ou entidade, em momento posterior ao encerramento do exercício, dos recursos vinculados sob análise. 6.3. A responsabilidade do gestor das contas pelo déficit, diante das circunstâncias do caso concreto. 7. A regularidade do cancelamento de empenhos e de restos a pagar, respeitado o entendimento do Tribunal de que, em matéria estadual, essa análise é pertinente às contas dos gestores dos órgãos de que se originaram os cancelamentos. b) A adoção das providências necessárias à adequação da metodologia de análise quanto à observância do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal ao contido na presente decisão, inclusive no que se refere ao detalhamento, por fonte de recursos, das despesas não empenhadas e dos ativos realizáveis e às adaptações necessárias para a adequada captação de dados no âmbito estadual. c) A aplicação de metodologia adequada ao contido nesta decisão, a partir da instrução das prestações de contas anuais municipais e estaduais, referentes aos próximos exercícios, que tenham em seu escopo de análise item relativo ao artigo 42 da LRF, previsto em instrução normativa. d) A criação de mecanismos de controle dos recursos destinados ao combate de calamidade pública, para os casos que se amoldarem ao contido no artigo 65, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal. e) A utilização da análise de contratos no âmbito de prestações de contas anuais como instrumento subsidiário de aferição do disposto no artigo 42 da LRF, adotando-o nos casos em que se mostrar tecnicamente necessário. III. Após a remessa dos autos à CGM e à CGE em razão das determinações acima, pelo encaminhamento autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, para as providências de sua atribuição, relacionadas ao cumprimento da presente decisão, diante do contido em seus Despachos n.º 365/20 (peça n.º 26) e 427/20 (peça n.º 30), bem como para, por meio de instrução normativa, especificar as fontes vinculadas de recursos que efetivamente devem ser consideradas para efeito de avaliação do atendimento do artigo 42 da LRF. IV. Recomendar aos gestores das contas, por meio da publicação do acórdão, que: a) Constatado o

resultado negativo a que se refere o item I, 4, acima, assegurem-se de fazer constar desde logo da prestação de contas as justificativas pertinentes, acompanhadas da documentação comprobatória, de modo que possam ser analisadas pela unidade técnica competente desde o primeiro exame. b) O empenho se restrinja ao valor a ser executado no exercício. c) O empenho seja efetuado antes da contratação correspondente. d) O número do empenho conste do contrato correspondente", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Fernando Augusto Mello Guimarães, Jose Durval Mattos do Amaral, Ivens Zschoerper Linhares e Augustinho Zucchi. O Conselheiro Fabio de Souza Camargo apresentou seu voto divergindo parcialmente do voto do relator "em relação aos itens abaixo mencionados, nos seguintes termos: I. (...) (...) 3. Serão considerados na determinação da disponibilidade de caixa os encargos e despesas compromissadas até o final do exercício, contraídas nos dois últimos quadrimestres do exercício de encerramento de mandato. 4. Em princípio, evidencia violação ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal o resultado negativo das disponibilidades de caixa frente às obrigações de despesa ao final do último ano do mandato (31 de dezembro), em quaisquer agrupamentos de fontes de recursos conforme a origem, desde que contraídas nos últimos dois quadrimestres do último ano de encerramento mandato, não abrangendo as fontes de recurso vinculadas. 5. Exclusão do item "5". (...) 8. Para efeito exclusivo da aplicação do artigo 42, da Lei Complementar n.º 101/2000, o resultado das disponibilidades de caixa frente às obrigações de despesa em 31 de dezembro maior que o apurado em 30 de abril afasta a violação do referido dispositivo. (...)", (voto vencido), acompanhado pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 737049/22, de Recurso de Revista, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, o relator votou pelo "conhecimento e provimento do Recuso de Revista interposto por Beni Rodrigues Pinto, para o fim de se emitir juízo pela improcedência da Representação de autoria de Waldecir Francisco Gonçalves dos Santos, Diretor de Controle Interno da Câmara de Foz de Iguaçu, tendo como representado Beni Rodrigues Pinto, por conta de despesas com publicidade para campanha educativa de enfrentamento da COVID-19, e consequente afastamento da determinação de ressarcimento de valores e da multa prevista no item III do Acórdão n.º 2801/22-STP", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Fabio de Souza Camargo, Ivens Zschoerper Linhares e Maurício Requião de Mello e Silva. O Conselheiro Ivan Lelis Bonilha apresentou seu voto divergindo do voto do relator pela "procedência parcial do recurso, mantendo somente a aplicação de multa administrativa prevista no art. 87, inciso III, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 ao Sr. Beni Rodrigues Pinto, em virtude do descumprimento da medida cautelar, posteriormente homologada pelo Acórdão 3608/20 – STP", (voto vencido), acompanhado pelo Conselheiro Augustinho Zucchi, solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 682646/20, de Recurso de Revista, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, o relator votou pelo "não conhecimento do presente Recurso de Revisão, devendo ser mantido inalterado o Acórdão n.º 2762/20-STP (peça n.º 354)", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivens Zschoerper Linhares, Maurício Requião de Mello e Silva, Augustinho Zucchi e o Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa. O Conselheiro Fabio de Souza Camargo apresentou seu voto divergindo do voto do relator pelo "sobrestamento do feito e retirada de pauta até julgamento do processo nº. 701885/22", (voto vencido), solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 651140/21, de Representação da Lei nº 8.666/1993, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, o Senhor Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, proferiu voto de desempate, acompanhando o voto parcialmente divergente do Conselheiro Augustinho Zucchi, pela "parcial procedência da representação, proposta por PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., tendo por objeto a apuração de desvios na fase de execução do contrato firmado entre PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS e CARLETTO GESTÃO DE FROTAS LTDA., por dispensa de licitação, para a prestação de serviços de gerenciamento de frota, em razão da falha na comprovação da realização da pesquisa de preços e de justificativa para a ausência de orçamentos acostados aos autos para a lavratura do termo de referência. Determinando ao MUNICÍPIO DE SENGÉS para que, em futuros procedimentos de contratação, proceda à hígida pesquisa de preços para fins de ofertar o necessário subsídio para fixação dos preços dos bens/serviços que pretende contratar". Os autos foram julgados pela maioria e permaneceram com a mesma relatoria, nos termos do art. 458, §1º do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 743810/23, de Homologação de Recomendações, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, o relator votou pela "homologação das recomendações contidas no Relatório da 5ª Inspetoria de Controle Externo", acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Fabio de Souza Camargo, Ivens Zschoerper Linhares, Mauricio Requião de Mello e Silva e Augustinho Zucchi. Houve manifestação do Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva "acompanho o voto do relator, todavia, sugiro que o relatório de fiscalização seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para ciência e adoção das providências que entender cabíveis, nos moldes dos encaminhamentos propostos nos autos n. 711799/23 e 743518/23, em julgamento também nesta Sessão do Pleno Virtual". No julgamento do processo nº 499419/23, de Recurso de Revista, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, o relator votou pelo "CONHECIMENTO e, no mérito, pelo PROVIMENTO do Recurso de Revisão, a fim de reformar o Acórdão nº 1692/23 – Tribunal Pleno (peça 157), que negou provimento ao recurso de revista apresentado contra o Acórdão de Parecer Prévio nº 727/20 – 1ª Câmara (peça 117), para julgar regulares as contas do Município de Santa Amélia, referentes ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade de Jarbas Carnelossi, com a ressalva em relação a ausência de publicação do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) do 3º bimestre e a ausência de publicação do relatório de gestão fiscal (RGF) do primeiro semestre, ambos de 2016", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Jose Durval Mattos do Amaral, Ivens Zschoerper Linhares e Augustinho Zucchi. O Conselheiro Ivan Lelis Bonilha apresentou seu voto divergindo do voto do relator pelo "parcial provimento do recurso, para o fim de converter em ressalva as irregularidades relativas à ausência de prova da publicação do RREO do 3º bimestre e RGF do 1º semestre do exercício de 2016, mantendo-se, contudo, as respectivas multas aplicadas ao gestor", (voto vencido), acompanhado pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 430133/23, de Embargos de Declaração, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, o relator votou pelo "CONHECIMENTO e, no mérito pelo PROVIMENTO dos Embargos de Declaração opostos, reconhecendo-se a ocorrência de omissão na decisão proferida em sede de Recurso de Revista, consubstanciada no Acórdão nº 1438/23 – STP (peça 136), reformando-se a decisão embargada afastando a aplicação da multa administrativa prevista no art. 87, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e quatro vezes a multa administrativa prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 aplicadas pelo Acórdão nº 19/22 – S1C (peça 117)", (voto vencido). O Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares apresentou seu voto divergindo parcialmente do voto do relator para "propor que sejam conhecidos e providos os presentes embargos, sem, contudo, conceder-lhes efeitos infringentes", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral, Maurício Requião de Mello e Silva e Augustinho Zucchi. Os autos foram redistribuídos ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares por ter proferido voto vencedor. No julgamento do processo nº 630376/22, de Consulta, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, o relator votou para "responder a presente Consulta nos seguintes termos: a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas? Resposta: A inscrição dos nomes de tomadores de recursos (Municípios ou entidades do terceiro setor) no Cadin Estadual, e a eventual inscrição em Dívida Ativa de débitos decorrentes da execução de convênios, deverão observar as exigências fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327, vale dizer, tais medidas deverão ser precedidas de julgamento de prestação de contas, Tomada de Contas Especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação; b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação? c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação? Resposta: Aplica-se o disposto no art. 25, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal aos convênios destinados à promoção de ações vinculadas a políticas de educação, saúde e assistência social, permitindo-se, nessas hipóteses, a formalização de acordos ou aditivos com entidades que possuam pendências fiscais ou perante o Tribunal de Contas, desde que haja motivação escrita do gestor do concedente apontando, de maneira expressa, a essencialidade do serviço a ser prestado, o prejuízo ao interesse público decorrente de sua eventual interrupção e, em caso de a beneficiária ser entidade do terceiro setor, a demonstração de que inexiste instituição similar apta à prestação do referido serviço. d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 25 §3º da LC 101/2000, ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente Resposta: Os convênios visando à construção, reforma ou ampliação de escolas são vinculados à área da educação, enquadrando-se, dessa forma, na exceção prevista no art. 25, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal", (voto vencido), acompanhado pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. O Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares apresentou seu voto divergindo parcialmente do voto do relator para "propor a seguinte redação em resposta ao questionamento formulado pelo Consulente descrito na letra "a": a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve a Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas? Resposta: Sim, sem prejuízo da remessa e do julgamento da tomada de contas especial a este Tribunal, deve o ente repassador adotar todas as medidas ao seu alcance para reparação do dano, dentre elas, a inscrição do débito em dívida ativa, ficando condicionada apenas a inscrição no Cadin Estadual ao julgamento de prestação de contas, tomada de contas especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação, conforme orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral e Augustinho Zucchi. Os autos foram julgados pela maioria e permaneceram com a mesma relatoria, nos termos do art. 458, §1º do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 450505/22, de Representação da Lei n° 8.666/1993, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, o relator votou pela "IMPROCEDÊNCIA da presente Representação", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Jose Durval Mattos do Amaral, Ivens Zschoerper Linhares e Augustinho Zucchi. O Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva apresentou seu voto divergindo do voto do relator para "julgar PROCEDENTE a representação, ante os seguintes apontamentos: i. ausência de análise individualizada das propostas; ii. inexequibilidade das propostas de preço, com a consequente formalização de aditivos indistintamente; iii. inconformidades da comissão de licitação. Propondo, ante as irregularidades verificadas, a aplicação de três multas administrativas, individualmente, do artigo 87, IV, g, da Lei Complementar n. 113/2005, aos srs. JOÃO EVARISTO DEBISASI (6/3/2020-31/12/2022) e CLEBER OLIVEIRA MATA (de 17/1/2023 até o momento). Propondo, ainda, DETERMINAÇÃO à SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO que não prorrogue, sob nenhuma hipótese, o contrato firmado, sob pena de aplicação das sanções da LCE n. 113/05. Ainda, tendo em vista a gravidade dos fatos narrados, encaminhem-se ao Ministério Público para providências", (voto vencido), acompanhado pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 112565/23, de Representação da Lei n° 8.666/1993, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, o relator votou para "julgar improcedente o objeto da presente Representação da Lei nº 8.666/1993", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral, Fabio de Souza Camargo e Augustinho Zucchi. O

Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva apresentou seu voto divergindo do voto do relator para "julgar procedente a representação, já que a licitação foi realizada pela modalidade pregão, que é incompatível com a contratação de serviços médicos, no mesmo sentido do que este Tribunal Pleno já declarou por meio do Acórdão 3733/20. Procedente a representação, APLICAR ao gestor GERSON DENILSON COLODEL a multa do art. 87, IV, d, da Lei Orgânica do TCE/PR, e expedir RECOMENDAÇÃO à entidade para que não promova aditivos ao contrato decorrente do pregão que é objeto da presente representação e, caso faça nova licitação para a contratação de objeto similar, abstenha-se de realizá-la na modalidade pregão", (voto vencido), solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 112662/23, de Representação da Lei n° 8.666/1993, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, o relator votou para "julgar improcedente o objeto da presente Representação da Lei nº 8.666/1993", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral, Fabio de Souza Camargo e Augustinho Zucchi. O Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva apresentou seu voto divergindo do voto do relator para "julgar procedente a representação, já que a licitação foi realizada pela modalidade pregão, que é incompatível com a contratação de serviços médicos, no mesmo sentido do que este Tribunal Pleno já declarou por meio do Acórdão 3733/20. Procedente a representação, APLICAR ao gestor GERSON DENILSON COLODEL a multa do art. 87, IV, d, da Lei Orgânica, e expedir RECOMENDAÇÃO à entidade para que não promova aditivos ao contrato decorrente do pregão que é objeto da presente representação e, caso faça nova licitação para a contratação de objeto similar, abstenha-se de realizá-la na modalidade pregão", (voto vencido), solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 204069/16, de Representação, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, o relator votou pela "PROCEDÊNCIA desta representação, reconhecendo que o ex-prefeito agiu de forma irregular ao desconsiderar procedimentos e formalidades em dispensas de licitação, bem como por deixar de realizar processo licitatório, quando necessário, em diversas ocasiões. Pelo exposto, aplicar multa prevista no art. 87, IV, g, do Regimento Interno aumentada em seu décuplo, com fulcro no §2º-A, em face ao ex-prefeito Jefferson Cássio", (voto vencido). O Conselheiro Fabio de Souza Camargo apresentou seu voto divergindo do voto do relator, pela "extinção da representação", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha, Jose Durval Mattos do Amaral, Ivens Zschoerper Linhares e Augustinho Zucchi. Os autos foram redistribuídos ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo por ter proferido voto vencedor. No julgamento do processo nº 495251/23, de Pedido de Rescisão, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, o Senhor Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, proferiu voto de desempate, acompanhando o voto do relator, Conselheiro Augustinho Zucchi, pelo "CONHECIMENTO e, no mérito, pela PROCEDÊNCIA do Pedido de Rescisão proposto por EVERTON BARBIERI e MARIA LUCIA DE MEDEIROS BARBIERI, para rescindir o Acórdão n.º 1.398/20 – S1C, confirmado pelo Acórdão n.º 1.301/21 – TP (Recurso de Revista) e Acórdão n.º 956/23 – TP (Recurso de Revisão), nos autos 195972/13, haja vista a pouca expressividade da Transferência realizada, conforme as considerações expostas na fundamentação". Houve manifestação do Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães "acompanho, em desempate, o voto do Relator, ressalvando, porém, minha posição pessoal em relação ao conhecimento do pedido de rescisão, não objeto de divergência. Ressalto, em relação ao mérito, minha posição em relação à fundamentação, que caberia em relação ao conteúdo do documento novo, referente a matéria de fato anterior à decisão originária". Foram concedidos os pedidos de vista aos processos nºs: 209278/21, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 338388/21, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 678352/22, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 710221/22, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 765891/22, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 167521/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 356642/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 608706/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 711799/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 523140/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 660961/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 20273/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 283250/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 19438/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, a Conselheira Substituta Muryel Hey; 693860/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo. O Processo nº 732721/22, de Recurso de Revista, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, está com vistas, para proferir voto de desempate, do Senhor Presidente, por ter ocorrido empate na votação nesta Sessão Virtual nº 22 do Tribunal Pleno, tendo sido apresentado pelo relator o voto pelo "conhecimento dos presentes Recursos de Revista, para afastar as preliminares suscitadas e, no mérito, negar-lhes provimento", acompanhado dos Conselheiros Fabio de Souza Camargo e Maurício Requião de Mello e Silva. O Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral divergiu pelo "conhecimento e provimento dos recursos de revistas interpostos por ALDO MARCHINI JUNIOR, ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI e ALESSANDRO RENAUX MARCHINI e conhecimento e provimento parcial das irresignações recursais propostas por CESAR RIBEIRO FERREIRA e pela empresa JMK SERVIÇOS S/A para considerar procedente a tomada de contas, considerando irregulares as contas em razão tão somente da precariedade dos serviços executados, mantendo em razão dessa impropriedade somente as sanções previstas nos Itens VII.a, por 1 (uma) vez, VII.h, por 1 (uma) vez, e X.f, do Acórdão n.º 2811/2022, ou seja: • aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por uma vez à empresa JMK SERVIÇOS S/A; • aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por uma vez a CESAR RIBEIRO FERREIRA, enquanto diretor do DETO; e • inclusão do nome de CESAR RIBEIRO FERREIRA na lista dos responsáveis com contas irregulares, com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar Estadual 113/2005", sendo acompanhado pelos Conselheiros Ivan Lelis Bonilha e Augustinho Zucchi. Mantiveram-se com vista os processos nºs: 486015/23, da pauta do Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 600250/23, da pauta do Presidente Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 19373/23, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 463197/19, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 727295/21, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 752355/21, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 539620/22, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 701885/22, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 744358/20, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 486392/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 422882/23, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 462779/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 466030/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 474203/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 420278/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 553715/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 562536/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 46620/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa; 692061/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 254840/23, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 717692/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 143525/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 254386/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 277335/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 369094/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 389150/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 397110/23, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 259612/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 93900/22, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 168927/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 292080/22, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 151079/22, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 570400/21, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 21599/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 62384/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 530588/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 263180/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 325585/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 384026/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foram adiados os julgamentos dos processos nºs: 622320/22 (Adiado para análise de voto divergente), 673245/22 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 28355/22 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 296194/12 (Adiado para análise de voto divergente), 337940/23 (Adiado para análise de voto divergente), 490306/23 (Adiado para análise de voto divergente), 553120/23 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 285907/23 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 622320/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 673245/22, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 28355/22, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva.
Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 296194/12, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 337940/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 490306/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 553120/23, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, por ter sido apresentado voto divergente, pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo. Foi adiado para a próxima sessão ordinária no Plenário Virtual do Tribunal Pleno, o processo nº 285907/23, da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca para anexar a proposta de voto no sistema de votação. Permaneceram adiados os julgamentos dos processos nºs: 247126/23, (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 331782/21, (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 286192/22, (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 722273/19, (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foram retirados de pauta os processos nºs: 453044/23 (Retirado de Pauta), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 19527/23 (Retirado de Pauta), 289010/18 (Retirado de Pauta), 625961/23 (Retirado de Pauta), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 678291/23

(Retirado de Pauta), da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro. Não houve pauta de julgamento dos Conselheiros Substitutos Tiago Alvarez Pedroso, Livio Fabiano Sotero Costa, Muryel Hey e José Maurício de Andrade Neto. Transcorrida a fase de julgamento, às quinze horas (15h), do dia vinte e três do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (23/11/2023), o Senhor Presidente encerrou a Vigésima Segunda Sessão do Tribunal Pleno, convocando a próxima Sessão Ordinária para realização entre os dias quatro e sete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três (04 e 07/12/2023), no horário previsto na Resolução n° 77/2020. E, para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária do Tribunal Pleno, Maria das Graças Greco, e pelo Presidente do Tribunal Pleno, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.**********

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-415334/18
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE:-INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ
INTERESSADO:-ANDRÉ LUIZ LIEVORE, EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, GERALDO ALVES, INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ, IRAM DE REZENDE, JOSÉ LEOCI SANTIN, JOSE LUIZ BOVO, JOSÉ LUIZ SCROCCARO, MAURILIO GUERREIRO CAMPOS, MAURO RICARDO MACHADO COSTA, PEROLA MARIA DE LIMA SANTOS
ADVOGADO / PROCURADOR-DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, MARIA ISABEL MONTEIRO, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3725/23 - TRIBUNAL PLENO

Tomada de Contas Extraordinária. Fase de cumprimento de decisão. Ausência de intimação da parte para pagamento da dívida. Nulidade das certidões de débitos. Inexistência de diferença de valores a pagar. Dívidas pagas. Emissão das certidões de quitação de débitos e consequente baixa de responsabilidade pecuniária.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos da fase de cumprimento da decisão da Tomada de Contas Extraordinária, instaurada a partir de Comunicação de Irregularidade (peça 3) formalizada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) e relativa à utilização de receitas de capital para cobertura de despesas correntes pelo Instituto das Águas do Paraná, provenientes da 'fonte 125', no valor total de R$ 19.118.048,86 (dezenove milhões cento e dezoito mil quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), qualificadas erroneamente como despesas de capital (investimentos).

O Acórdão n.º 1369/20 - Tribunal Pleno (peça 117), de relatoria do ilustre Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, entendeu pela procedência do presente expediente e, consequentemente, julgou irregulares as contas dele oriundas, responsabilizando Iram de Rezende, Geraldo Alves, André Luiz Lievore, José Leoci Santin e Maurílio Guerreiro Campos. Aplicou, ainda, 1 (uma) multa administrativa aos últimos 3 (três) e, a Iram de Rezende, 2 (duas) multas – além da inabilitação para exercício de cargo em comissão pelo período de 1 (um) ano.

Foram interpostos Recursos de Revista pelos interessados Geraldo Alves, André Luiz Lievore, Iram de Rezende (peças 122 a 139) e José Leoci Santin (141 a 146), os quais foram julgados pelo Acórdão n.º 922/21 - Tribunal Pleno (peça 159), de relatoria do ilustre Conselheiro Nestor Baptista, cuja decisão conheceu dos expedientes e, no mérito, julgou-os desprovidos.

Às peças 162 e 163, Geraldo Alves, André Luiz Lievore e Iram de Rezende opuseram Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, em face da prévia decisão (peça 159), os quais, por meio do Acórdão n.º 2153/21 - Tribunal Pleno (peça 169), foram conhecidos e, no mérito, rejeitados.

Os mesmos interessados interpuseram, à peça 172, Recurso de Revisão em face do decisum retro, sob o argumento de que o julgamento reflete posicionamento em sentido diametralmente oposto àquele adotado por esta Casa no bojo do processo de Tomada de Contas Extraordinária n.º 130244/19[1]. Por intermédio do Acórdão n.º 728/22 - Tribunal Pleno, de relatoria do ilustre Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, o recurso foi conhecido e, no mérito, desprovido.

As partes intentaram a modificação do decisum por meio de nova oposição de Embargos de Declaração (peças 189 e 190), a qual foi rechaçada pelo Acórdão n.º 2914/22 - Tribunal Pleno (peça 196).

O acórdão transitou em julgado no dia 16/12/2022, conforme certidão de peça 198.

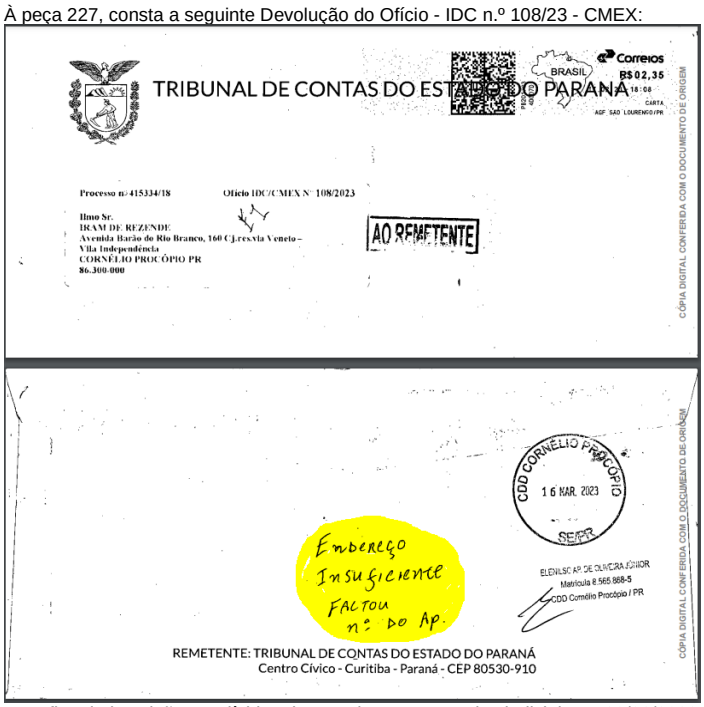
Por força do art. 338-A, III, do Regimento Interno, o processo foi a mim redistribuído, em 20/01/2023 (peça 200), de modo que determinei, pelo Despacho n.º 92/23 - GCFC (peça 201), o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para o cumprimento daquele Acórdão n.º 1369/20 do Tribunal Pleno (peça 117).

A CMEX emitiu as Instruções de Cobrança n.º 106/23 a n.º 110/23 (peças 206 a 210) e indicou (Informação n.º 557/23 - CMEX, peça 211) o registro de todas as medidas impostas pela decisão de peça 117, encaminhando os autos "ao Gabinete da Presidência para comunicar a Secretaria de Estado da Administração e Previdência e a Prefeitura de Curitiba da inabilitação para o exercício de cargo em comissão de IRAM DE REZENDE , CPF nº XXX.032.XXX-53, pelo período de 16/12/2022 a 16/12/2023", cujo atendimento se deu pela expedição dos Ofícios n.º 291/23 - GP (peça 212) e n.º 292/23 - GP (peça 213), com retorno positivo dos Avisos de Recebimento (AR) às peças 221 e 222.

Os interessados Maurílio Guerreiro Campos (peça 216) e Geraldo Alves (peças 218 a 220) juntaram os respectivos comprovantes de recolhimento dos valores decorrentes das sanções que lhe foram aplicadas.

A CMEX, pelas Informações n.º 1137/23 - CMEX (peça 225) e n.º 1134/23 - CMEX (peça 226), atestou a adesão, de José Leoci Santin e André Luiz Lievore, ao parcelamento das multas impostas (respectivamente, às peças 209 e 206), em 7 (sete) parcelas mensais e sucessivas, nos termos do art. 502 do Regimento Interno.

À peça 227, consta a seguinte Devolução do Ofício - IDC n.º 108/23 - CMEX:


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Processo nº 415334/18 Ofício IDC/CMEX Nº 108/2023

Ilmo Sr.
IRAM DE REZENDE
Avenida Barão do Rio Branco, 160 C Lorexia Veneto –
Vila Independência
CORNÉLIO PROCÓPIO PR
86.300-000

AO REMETENTE

CDD CORNÉLIO PROCÓPIO
16 MAR. 2023
SEPOR

Endereço Insuficiente
Faltou nº do Ap.

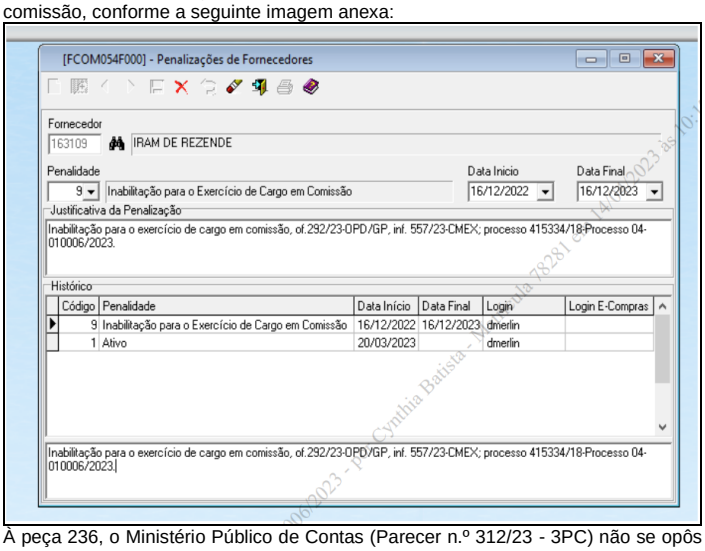
REMETENTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Cívico - Curitiba - Paraná - CEP 80530-910

Para fins de inscrição em dívida ativa e cobrança executiva judicial, em 29/03/2023, a CMEX expediu as Certidões de Débito n.º 314/23 (peça 228) e n.º 315/23 (peça 229) contra IRAM DE REZENDE, tendo em vista que, no seu entender, restou expirado o prazo para cumprimento da decisão de peça 117, sem a comprovação do recolhimento dos valores de R$ 5.244,39 (cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e R$ 3.933,29 (três mil novecentos e trinta e três reais e vinte e nove centavos), respectivamente.

Ato contínuo, em 11/04/2023, a CMEX procedeu ao registro da inscrição em dívida ativa junto à Secretaria de Estado da Fazenda e indicou que, a partir de então, o pagamento deveria ser efetuado exclusivamente pelo código de receita '5215' (Informação n.º 1294/23 - CMEX, peça 230).

Pelas Instruções n.º 207/23 - CMEX e n.º 208/23 - CMEX (peças 231 e 232), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções certificou que os valores pagos por Geraldo Alves e Maurílio Guerreiro Campos estão corretos e recomendou a baixa da responsabilidade pecuniária.

O Poder Executivo de Curitiba, pela Petição Intermediária n.º 258632/23 (peças 234 e 235), comunicou que, em atenção ao Ofício n.º 292/23 - GP (peça 213), procedeu ao registro da inabilitação de IRAM DE REZENDE para exercício de cargo em comissão, conforme a seguinte imagem anexa:



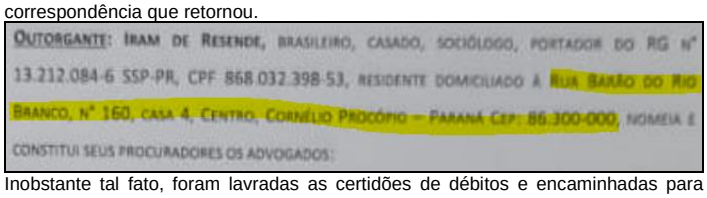
À peça 236, o Ministério Público de Contas (Parecer n.º 312/23 - 3PC) não se opôs às baixas de responsabilidades pecuniárias propostas pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, às peças 231 e 232, diante do correto recolhimento feito por Geraldo Alves e Maurílio Guerreiro Campos. Acrescentou que o feito merece continuidade para acompanhar o parcelamento da sanção imposta a José Leoci Santin e observou que IRAM DE REZENDE e André Luiz Lievore não haviam efetuado os recolhimentos, razão pela qual propôs a intimação dos devedores para "o pronto pagamento sob risco de sofrer a execução fiscal cabível".

Pelo Despacho n.º 558/23 - GCFSC (peça 237), de 04/05/2023, determinei que a CMEX realizasse o acompanhamento do parcelamento requerido por André Luiz Lievore e observei que o Ofício n.º 108 - CMEX, encaminhado a IRAM DE REZENDE (peça 227), foi devolvido por conter "Endereço Insuficiente", faltando o número do apartamento do devedor.

Às peças 238 e 239, a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções expediu as respectivas Certidões de Quitação de Débito de Maurílio Guerreiro Campos (n.º 124/23) e Geraldo Alves (n.º 123/23), atestando a baixa da responsabilidade pecuniária de ambos.

Por sua vez, em 04/05/2023, a CMEX encaminhou os autos à Diretoria de Protocolo para, em atendimento ao Despacho n.º 553/23 - GCFSC (peça 237), "proceder nova intimação do devedor IRAM DE REZENDE, em virtude do retorno do Ofício n.º 108 –

IDC/CMEX com o motivo 'endereço insuficiente'" (peça 240), cujo cumprimento ocorreu por comunicação eletrônica dos advogados da parte (peça 242), credenciados nos autos desde 12/08/2020.
À peça 244, de 29/05/2023, IRAM DE REZENDE juntou aos autos o comprovante de recolhimento (peça 245) da sanção que lhe foi aplicada e requereu a baixa da sua responsabilidade pecuniária.
O interessado Geraldo Alves peticionou (peça 248) solicitando a emissão de certidão explicativa, requerimento que foi por mim indeferido (peça 251), tendo em vista que pedido idêntico foi protocolado nos autos de Requerimento Externo n.º 420561/23.
A CMEX também atestou os pagamentos de 5 (cinco) – das 7 (sete) –parcelas das dívidas de José Leoci Santin (peça 252) e André Luiz Lievore (peça 253). Ato sequencial (peça 254), a Coordenadoria requereu a baixa da responsabilidade pecuniária de José Leoci Santin – exclusivamente em relação ao item II do Acórdão n.º 1369/20 - Tribunal Pleno (peça 117) – e encaminhou os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.
À peça 256, por meio do Serviço Integrado de Documentos (SID), de n.º 20.720.743-8, a Receita Estadual do Paraná trouxe, à fl. 16, a Informação n.º 0683 / 2023 -SDA (Setor de Dívida Ativa), datada de 07/07/2023, em razão do pedido de retificação de lançamento formulado pelo jurisdicionado IRAM DE REZENDE, acerca do recolhimento de valores por ele realizado. Segundo a informação, "em 10/04/2023, o débito foi 'indevidamente' inscrito em dívidas ativas sob nºs: 3496700-8 (Certidão T. Contas 03152023) e 3496701-6 (Certidão T. Contas 03142023), em nome do requerente", esclarecendo "que os cálculos retroativos dos valores das Dívidas Ativas 3496700-8 e 3496701-6 para a data do pagamento (30/03/2023) nos dá o valor de R$ 9.268,54, portanto, o pagamento foi feito com insuficiência de R$ 374,34".
A Receita Estadual alertou ser impossível fracionar o pagamento das duas dívidas ativas (n.º 3496700-8 e n.º 3496701-6) e que já ocorreu a "apropriação do pagamento feito em 30/03/2023 para Dívidas Ativas inscritas em 10/04/2022", recomendando, ao final, o "envio de cópia integral deste SID ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – OPD/CMEX para conhecimento e determinação no sentido cancelamento e/ou ajuste de valar de uma das Dívidas Ativas e cancelamento da outra".
Derradeiramente, a CMEX (Informação n.º 3251/23 - CMEX, peça 257) atestou que foi identificado o registro do pagamento de R$ 8.894,20 (oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), valor inferior àquele efetivamente devido, razão pela qual propôs a expedição de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para restituir ou conceder crédito a IRAM DE REZENDE, a fim de "que ele possa utilizar o valor para quitar as dívidas ativas nº 3496701-6 e 3496700-8, pendentes de quitação".
O Ministério Público de Contas (Parecer n.º 723/23 - 3PC, peça 258) acompanhou a proposta da CMEX em relação a IRAM DE REZENDE. Quanto à baixa de responsabilidade proposta pela Coordenadoria, o Parquet de Contas discordou da medida, haja vista que houve parcelamento da dívida e, até julho de 2023, somente 5 (cinco) das 7 (sete) parcelas haviam sido pagas (peça 252), sendo necessário o acompanhamento do efetivo recolhimento das parcelas vincendas.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
De plano cabe destacar, novamente, que a Instrução de Cobrança n.º 108/23 - CMEX (peça 208) – por meio da qual a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções procurou intimar o jurisdicionado IRAM DE REZENDE para pagamento das multas que lhe foram impostas – foi encaminhada para endereço incompleto, conforme demonstrado pelo AR respectivo (peça 227) e já observado pelo Despacho n.º 558/23 - GCFSC (peça 237).
Consta da procuração outorgada à peça 125 dos autos, o endereço completo do jurisdicionado, destoando daquele para o qual lhe foi encaminhada a correspondência que retornou.


OUTORGANTE: IRAM DE REZENDE, BRASILEIRO, CASADO, SOCIÓLOGO, PORTADOR DO RG Nº 13.212.084-6 SSP-PR, CPF 868.032.398-53, RESIDENTE DOMICILIADO À RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 160, CASA 4, CENTRO, CORNÉLIO PROCÓPIO – PARANÁ CEP: 86.300-000, NOMEIA E CONSTITUI SEUS PROCURADORES OS ADVOGADOS:

Inobstante tal fato, foram lavradas as certidões de débitos e encaminhadas para inscrição em dívida ativa (peças 228/229), implicando evidente quebra da isonomia em relação aos demais devedores, aos quais foi assegurada a adequada instrução para pagamento da dívida, conforme determinado pelo art. 90, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005[2].
Diante desse contexto, resta configurada a nulidade das Certidões de Débito n.º 314/23 e n.º 315/23 (peças 228 e 229) por ofensa a norma legal.
Considerando que o interessado, IRAM DE REZENDE, sequer recebeu a Instrução de Cobrança n.º 108/23 - CMEX (pela 208) a tempo de realizar o pagamento dentro do prazo, não há que se falar em valor insuficiente do montante recolhido, de modo que o valor recolhido pelo interessado das multas que lhe foram aplicadas está correto, eis que não foi intimado para o pagamento, conforme assegurado aos demais interessados. Acrescente-se a isso, o valor irrisório tido como insuficiente (R$ 374,34 - trezentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).
Portanto, devem ser expedidas as certidões de quitação de débitos e consequente baixa de responsabilidade pecuniária de Iram de Rezende, decorrente dos itens II e IV do Acórdão n.º 1369/20 - Tribunal Pleno (peça 117).
III. VOTO
Ante o exposto, configurada a nulidade da intimação de Iram de Rezende para recolhimento das multas que lhe foram aplicadas, nos termos da fundamentação, VOTO pela:
(i) declaração de nulidade das Certidões de Débito n.º 314/23 e n.º 315/23;
(ii) registro dos pagamentos efetuados por Iram de Rezende, no montante de R$ 8.894,20 (oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);
(iii) emissão das certidões de quitação dos débitos referentes aos pagamentos das multas aplicadas pelos itens II e IV do Acórdão n.º 1369/20 - Tribunal Pleno, a Iram de Rezende e consequente baixa de sua responsabilidade pecuniária; e
(iv) envio de comunicações à Procuradoria-Geral do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda, dando ciência desta decisão.
Após o trânsito em julgado da decisão, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e cumprimento, adotando as providências de estilo, mantendo-se os autos na CMEX para acompanhamento dos demais pagamentos parcelados.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
Configurada a nulidade da intimação de Iram de Rezende para recolhimento das multas que lhe foram aplicadas, nos termos da fundamentação:
i) declarar a nulidade das Certidões de Débito n.º 314/23 e n.º 315/23;
ii) registrar os pagamentos efetuados por Iram de Rezende, no montante de R$ 8.894,20 (oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);
iii) emitir as certidões de quitação dos débitos referentes aos pagamentos das multas aplicadas pelos itens II e IV do Acórdão n.º 1369/20 - Tribunal Pleno, a Iram de Rezende e consequente baixa de sua responsabilidade pecuniária; e
iv) enviar comunicações à Procuradoria-Geral do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda, dando ciência desta decisão.
Após o trânsito em julgado da decisão, determinar o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e cumprimento, adotando as providências de estilo, mantendo-se os autos na CMEX para acompanhamento dos demais pagamentos parcelados.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
1. Acórdão n.º 1835/20 - Tribunal Pleno.
2. Art. 90. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do trânsito em julgado da decisão, quando líquida, ou a partir da intimação da liquidação da decisão, quando ilíquida.

PROCESSO Nº:-291532/23
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TURVO
INTERESSADO:-DOMINIQUE ACIREMA SCHIO DE OLIVEIRA, JERONIMO GADENS DO ROSARIO, LUIZ CLAUDIO SEBRENSKI, MUNICÍPIO DE TURVO
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3726/23 - TRIBUNAL PLENO
Recurso de Revista. Denúncia. Alegação de desvio de função de servidores ocupantes dos cargos comissionados de Procurador-Geral e Assessor Jurídico. Conhecimento e provimento para julgar improcedente a denúncia e afastar as multas administrativas impostas.
I. RELATÓRIO
Tratam os autos do Recurso de Revista, interposto por JERONIMO GADENS DO ROSARIO e DOMINIQUE ACIREMA SCHIO DE OLIVEIRA (peça 129), da decisão consubstanciada no Acórdão n.º 655/2023 – Tribunal Pleno (peça 125), que julgou procedente a Denúncia formulada por LUIZ CLAUDIO SEBRENSKI, Procurador do Município de Turvo, em desfavor dos recorrentes.
O Denunciante alegou que os ocupantes dos cargos comissionados de Assessor Jurídico e de Procurador - Geral teriam atuado em procedimentos que eram de competência exclusiva do Procurador Municipal e que teriam prestado consultoria jurídica em procedimentos administrativos e judiciais, representando tanto o Município quanto o Chefe do Poder Executivo. Acrescentou que não haveria descrição em lei das atribuições do cargo de assessor jurídico.
Sobre a questão suscitada, o Acórdão recorrido consignou que a procuradoria, cujas atribuições referem-se a serviços típicos de advocacia pública, deve ser integrada por servidores concursados, organizados em carreira e em número suficiente ao desempenho da função, até mesmo para que possa ser prestado, com uniformidade, continuidade e impessoalidade, um serviço público imprescindível para o regular funcionamento do ente municipal. Destacou que o art. 37, inciso V da Constituição Federal[1] estabelece que os cargos comissionados somente se destinam às funções de direção, chefia e assessoramento e que o assessor jurídico somente poderia exercer cargo de chefia ou função gratificada para assessoramento exclusivo do Chefe do Poder Legislativo ou Executivo, conforme Prejulgado n.º 25 deste Tribunal de Contas.
O Acórdão concluiu pela procedência da Denúncia e determinou:
a) aplicação, por duas vezes, da multa administrativa prevista no art. 87, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica deste TCE/PR ao Sr. Jerônimo Gadens do Rosário, ex-prefeito, em razão do desvio de função dos servidores ocupantes dos cargos comissionados de procurador geral e assessor jurídico;
b) aplicação da multa administrativa prevista no art. 87, inciso IV, alínea "h" da Lei Orgânica deste TCE/PR c/c art. 80, inciso II do CPC/15 ao Sr. Jerônimo Gadens do Rosário, ex-prefeito, e à Sra. Dominique Acirema Schio de Oliveira, ex-procuradora geral, por afirmarem, falsamente, que tanto ela quanto o assessor jurídico não atuaram em procedimentos administrativos ou em processos judiciais como procuradores jurídicos concursados do Município de Turvo, quando existente provas em contrário nos autos.
Em defesa apresentada conjuntamente, os recorrentes iniciam procurando afastar as multas por litigância de má-fé que lhes foram aplicadas com fundamento no art. 87, inciso IV, alínea "h" da Lei Orgânica[2] c/c art. 80, inciso II do Código de Processo Civil[3], destacando que se faria necessário o apontamento preciso do trecho que restou configurada a suposta afirmação que motivou a aplicação da multa. Verbis (peça 129, fl. 4).
A motivação para a aplicação da penalidade em questão, conforme consta do acórdão, consiste na afirmação de que "... o Sr. Jeronimo Gadens do Rosario e a Srta. Dominique Acirema Schio de Oliveira afirmaram falsamente, que tanto ela quanto o assessor jurídico não atuaram em procedimentos administrativos ou em processos judiciais como procuradores jurídicos concursados do Município de Turvo".
Alegam que teria havido engano da Coordenadoria de Gestão Municipal ao afirmar que (peça 129, fl. 11): "Quanto ao teor da denúncia, para esta CGM restou comprovado que o assessor jurídico e a Procuradora Geral do Município atuaram em diversos processos judiciais e administrativos, conforme peças 22-45 e quadro

anexado pelo próprio Município em petição de peça 55".
Apontam que no 5º parágrafo da peça 66, os recorrentes buscam esclarecer a interpretação equivocada da CGM que, ao analisar a peça 55 entendeu que a tabela acostada se tratava de pareceres realizados por Dominique Acirema Schio de Oliveira – Procuradora - Geral e por Patrik Odair de Oliveira – Assessor Jurídico.
Isto porque, na interpretação daquilo que fora afirmado durante a instrução processual, especificamente na petição de peça 66, ao apresentarem um quadro comparativo entre os pareceres emitidos pelo Denunciante e pelo Assessor Jurídico nomeado, relativamente aos anos de 2014, 2015 e 2016, período não compreendido na denúncia, o Recorrente Jerônimo Gadens do Rosario ainda não era prefeito do Município de Turvo e nem Dominique Acirema Schio de Oliveira e Patrick Odair de Oliveira ocupavam os respectivos cargos.
Destacam que apenas foi afirmado que o Assessor Jurídico não mais atuava em processos administrativos ou judiciais e que a atuação da Procuradora - Geral passou a ser a título de colaboração e de forma restrita e em montante supostamente menor e que não teriam afirmado que os cargos comissionados não atuaram em favor do Município de Turvo, mas sim, que em determinado momento, o desenho de atividades foi reestruturado, o que supostamente não teria sido corretamente interpretado.
Prosseguem dizendo que nenhuma das afirmações eram falsas, pois se referiam ao momento específico da manifestação, sem confrontar com os documentos constantes dos autos e sem contradizer o que outrora havia sido afirmado.
Quanto ao desvio de função, asseveram os recorrentes que os servidores comissionados teriam atuado tecnicamente em favor do Município de Turvo sem trazer suposto prejuízo ao ente municipal, sem ter havido negligência, imprudência ou imperícia e que teriam atuado de boa-fé e dentro das possibilidades consideradas.
Alegam que decisões judiciais analisaram a atuação da Procuradora - Geral em ações do Município e, supostamente, não apontaram irregularidade. Mencionam o arquivamento do Inquérito Civil n.º MPPR- 0059.17.000305-3, do Ministério Público – 7ª Promotoria de Guarapuava (peça 119, fl. 12), e outros processos judiciais que, na mesma linha, decidiram que não haveria óbice a atuação da Procuradora - Geral (Autos n.º 0014493-38.2018.8.16.0031/0009728-24.2018.8.16.0031/000867-49.2018.8.16.0031/022141-35.2018.8.16.0031 – peça 129, fls. 12 a 17).
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 2283/23 – CGM (peça 135), considerou que as alegações dos Recorrentes já formam apreciadas por este Tribunal no julgamento da Denúncia, sem estes apresentarem novas argumentações.
Da mesma forma, destacou que pelas Instruções n.º 806/22 (peça 103) e n.º 5381/22 (peça 121), as argumentações trazidas pelos Recorrentes já foram analisadas pela Unidade (peça 135, fl. 3).
Pontuou que entre recebimento da Denúncia (peça 47) e o julgamento, os Recorrentes apresentaram 8 contraditórios (peças 55, 66, 79, 85, 87, 94, 106 e 118), de modo que todos os pontos abordados pelos Recorrentes já foram devidamente apreciados.
A Unidade Técnica entendeu que não há razão para alterar o Acórdão que decidiu pela irregularidade na atuação dos servidores comissionados resultando na procedência da presente Denúncia, opinando pelo não provimento do Recurso de Revista.
O Ministério Público de Contas, pelo Parecer n.º 482/23 – 4PC (peça 136, fl. 6), concluiu que não houve falsas alegações pelos recorrentes, pois "as afirmações não eram desprovidas de veracidade, uma vez que os recorrentes confirmaram que o Assessor Jurídico e a Procuradora-Geral atuaram no período referido pelo denunciado, no entanto, fizeram as defesas acima destacadas em referência ao momento específico da manifestação", manifestando-se pela exclusão da multa por litigância de má-fé aplicada a Jeronimo Gadens do Rosário e a Dominique Acirema Schio de Oliveira.
Prossegue o Parquet de Contas afirmando que, quanto à atuação da Procuradora - Geral do Município, Dominique Acirema Schio de Oliveira, não houve a apontada irregularidade de desvio de função, haja vista ter sido esclarecido a competência pelas funções por ela exercidas, em conformidade com a Lei Municipal n.º 11/2015, bem como o art. 29, do Estatuto da OAB (peça 136, fl. 12).
Entretanto, concluiu que restou configurada a irregularidade quanto ao desvio de função do Assessor Jurídico Patrik Odair de Oliveira, "em razão da impossibilidade de sua atuação do titular de cargo comissionado de atuar em juízo como representante legal do Município, a teor do que prescreve o art. 28, inc. III, da Lei Federal nº 8.906/94".
Desta forma, o Ministério Público de Contas manifestou-se pelo provimento parcial do Recurso para manter, exclusivamente, uma das multas do art. 87, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica deste Tribunal, aplicada a Jeronimo Gadens do Rosário, em face do desvio de função do Assessor Jurídico.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Preliminarmente, conheço do Recurso de Revista com fundamento no art. 484 do Regimento Interno[4], pois presentes os pressupostos de admissibilidade.
Quanto aos apontados desvios de funções, inicialmente pontuo que se admite servidor comissionado ocupando o cargo de Procurador-Geral do Município, numa relação de confiança, passível de livre nomeação e exoneração, cabendo à legislação municipal estabelecer os requisitos para o exercício do cargo, suas atribuições, competências e prerrogativas (Acórdão n.º 2390/14 - Tribunal Pleno, processo n.º 20.453-0/13).
A atuação da Procuradora-Geral do Município, Dominique Acirema Schio de Oliveira, encontra respaldo no art. 3º da Lei Municipal n.º 11/2015[5] e suas atribuições são compatíveis com as previstas pelo art. 29 da Lei n.º 8.906/94 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil[6].
A Lei Municipal n.º 11/2015, em seu art. 7º, inciso I, dispõe das atribuições de direção e chefia do Cargo de Procurador-Geral do Município, em consonância com o cargo comissionado[7].
No que tange ao Assessor Jurídico, como cargo comissionado em uma função que pressupõe relação de confiança, sua função se limita ao assessoramento, impossibilitando sua atuação em juízo como representante legal do Município.
A alegação dos Recorrentes de que o Assessor Jurídico e a Procuradora-Geral atuaram em favor do Município de Turvo em caráter de colaboração, sem trazer prejuízos ao ente municipal, deve ser levada em consideração, pois, da análise dos elementos anexados aos autos, compreendo que não restou demonstrada a má-fé ou indícios de erro grosseiro por parte do gestor, o que torna desproporcional a manutenção da sanção imputada pela decisão recorrida.
Assim, restou esclarecida a competência pelas funções ora desempenhadas pela Procuradora-Geral do Município, Dominique Acirema Schio de Oliveira, em consonância à Lei Municipal n.º 11/2015 e à Lei n.º 8906/1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; bem como a presunção de boa-fé do gestor na atuação do Assessor Jurídico com base no princípio da razoabilidade.
Quanto à aplicação da sanção por litigância de má-fé, exponho a análise da Unidade Técnica constante do Parecer n.º 712/20 - CGM (peça 76, fls. 2/3):
"Os documentos em questão, todos datados do ano de 2019, demonstram ser destituídas de veracidade as seguintes afirmações feitas pelos representados na petição de Peça 55, datada de abril/2020:
a) '(...) conforme já defendido, o Assessor Jurídico atualmente não realiza a emissão de pareceres jurídicos em processos licitatórios e também não atua no patrocínio de causas judiciais em favor do Município';
b) '(...) atualmente a atuação da Procuradora Geral em questões administrativas ou judiciais é muito mais restrita do que se verificava no período abrangido pela tabela acostada ao contraditório, ou seja, essa realidade não se repete mais na administração atual';
c) '(...) está claro não haver usurpação de competências, mas apenas a colaboração entre Procuradora Geral e Procurador efetivo na execução célere e efetiva dos serviços jurídicos do Município, ao passo que a Assessoria Jurídica atualmente serve exclusivamente ao gabinete do Prefeito Municipal'".
Diante disso, propôs a aplicação da multa administrativa por litigância de má-fé, "prevista no art. 87, inc. IV, "h" da Lei Orgânica deste TCE/PR c/c art. 80, inc. II do CPC/15 ao Sr. Jerônimo Gadens do Rosário e à Sra. Dominique Acirema Schio de Oliveira ao afirmarem, falsamente, que tanto ela quanto o assessor jurídico não atuam em procedimentos administrativos ou em processos judiciais como procuradores jurídicos concursados do Município de Turvo" (peça 76, fl. 4).
Conforme afirmado pelos recorrentes (peça 66, fl. 2), "o Assessor Jurídico atualmente não realiza a emissão de pareceres jurídicos em processos licitatórios e também não atua no patrocínio de causas judiciais em favor do Município".
Ora, a petição é datada em 23/04/2019 e restou confirmado pelos documentos acostados aos autos a veracidade das informações, senão vejamos: 03/04/2019 (peça 43), 05/06/2018 (peça 35), 09/06/2017 (peça 36), 18/01/2019 (peça 37), 30/01/2019 (peça 38), 05/06/2018 (peça 39) e 16/08/2018 (peça 40).
Da mesma forma a afirmação '(...) atualmente a atuação da Procuradora Geral em questões administrativas ou judiciais é muito mais restrita do que se verificava no período abrangido pela tabela acostada ao contraditório, ou seja, essa realidade não se repete mais na administração atual', à peça 66, fl. 3, é verdadeira. A tabela apresentada à peça 55, fls. 10/11, traz os dados referentes aos anos de 2014 a 2016, período em que Jeronimo Gadens do Rosario ainda não era prefeito do Município de Turvo (gestão 2017/2020) e Dominique Acirema Schio de Oliveira e Patrick Odair de Oliveira não ocupavam os respectivos cargos.
Destaco que o período à época do contraditório, datado de 23/04/2019, demonstrou uma realidade que não se repetiu. Naquele momento, ao tempo na administração municipal, tendo em vista que os documentos, peça 26 – Cumprimento de Intimação; peça 27 – Cumprimento de Intimação; peça 28 – Juntada de Petição; peça 29 – Contestação; peça 30 – Contestação; peça 31 – Contestação; peça 33 – Juntada de Petição; peça 34 – Parecer Jurídico; peça 41 – Ciência de sentença proferida; peça 42 – Juntada de Petição e peça 45 – Termo de Audiência de Instrução e Julgamento, todos datados de 2019 evidenciam as atividades desempenhadas pela Procuradora-Geral dentro de suas atribuições disposta em Lei Municipal n.º 11/2015, em seu art. 3º, incisos I, V, VIII e XXII.
Por fim, a afirmação dos recorrentes "claro que não houve usurpação de competências, mas apenas a colaboração entre Procuradora Geral e Procurador efetivo na execução célere e efetiva dos serviços jurídicos do Município, ao passo que a Assessoria Jurídica atualmente serve exclusivamente ao gabinete do Prefeito Municipal", resta verdadeira. A atuação da Procuradora-Geral do Município está amparada por Lei Municipal e a última atuação do Assessor Jurídico relatada pelo denunciante se deu em 03/04/2019 (peça 43).
Portanto, não se pode depreender das declarações dos Recorrentes a prática das condutas que permitam a caracterização de má-fé.
III. VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo conhecimento do Recurso de Revista e, no mérito, pelo PROVIMENTO para reformar o Acórdão n.º 655/23- Tribunal Pleno, e julgar improcedente a Denúncia apresentada por Luiz Claúdio Sebrenski e afastar as multas administrativas impostas a Jeronimo Gadens do Rosário e a Dominique Acirema Schio de Oliveira.
Transitada em julgado a decisão, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro.
Na sequência, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno[8], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
Conhecer o Recurso de Revista e, no mérito, julgar pelo PROVIMENTO para reformar o Acórdão n.º 655/23- Tribunal Pleno, e julgar improcedente a Denúncia apresentada por Luiz Claúdio Sebrenski e afastar as multas administrativas impostas a Jeronimo Gadens do Rosário e a Dominique Acirema Schio de Oliveira.
Transitada em julgado a decisão, determinar o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro.
Na sequência, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
(...)
V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
2. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:*
(...)
IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
(...)
h) praticar ato de litigância de má-fé, nos termos definidos pelo Código de Processo Civil;
3. *Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:*
(...)
II - alterar a verdade dos fatos;
4. *Art. 484. Cabe Recurso de Revista, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, com efeito devolutivo e suspensivo, contra acórdão proferido por qualquer das Câmaras, ou por ele próprio nas hipóteses dos incisos II, III, IV, VI e XXXV, do art. 5º, e do parágrafo único do art. 466.*
5. *Art. 3º - São atribuições da Procuradoria Geral do Município:*
I - representar judicial e extrajudicialmente o Município; (...)
V - patrocinar judicialmente as causas em que o Município de Turvo seja interessado como autor, réu ou interveniente; (...)
VIII - emitir parecer sobre matérias e processos administrativos submetidos a seu exame: (...)
XXII – analisar projetos e autógrafos de lei, decretos, portarias, contratos, convênios, por solicitação do Prefeito ou de Secretário Municipal;
6. *Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura*
7. *DAS ATRIBUIÇÕES DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO*
Art. 7º Compete privativamente ao Procurador Geral do Município:
I - chefiar a Procuradoria Geral do Município, superintender e coordenar suas atividades jurídicas e administrativas e orientar-lhe a atuação;
8. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-484136/23
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ENTIDADE:-SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBÉ
INTERESSADO:-ANTONIO DE ALENCAR, ARMANDO JAIRO DA SILVA MARTINS, AURELIO JORGE ABDALLA, CELSO FONTES, COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DE CAMBE, MARIA LUIZA DARIDO ABDALLA, SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBÉ, TATIANA MULLER
ADVOGADO / PROCURADOR-DAVID FERNANDES GOUVEA, FABÍOLA LUKIANOU, JONATAS LUIZ MOREIRA DE PAULA, RODRIGO PETROCINI DA SILVA MARTINS
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3727/23 - TRIBUNAL PLENO

Recurso de Revisão. Representação encaminhada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Foro Regional de Cambé, em virtude de supostas irregularidades na aplicação de recursos pela Santa Casa de Misericórdia do Município de Cambé. Alegação de negativa de vigência da Lei de Improbidade Administrativa, para fins de ser reconhecida a ocorrência da prescrição sancionatória do recorrente. Inocorrência. Decorrido menos de 1 (um) ano entre o início da contagem do prazo e a sua interrupção. Conhecimento e não provimento.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos do Recurso de Revisão, amparado no art. 74, III, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005[1] e no art. 486, III, do Regimento Interno[2], interposto por Celso Fontes, em face do Acórdão n.º 210/23 - Tribunal Pleno (peça 133) – parcialmente alterado pelo Acórdão n.º 1645/23 - Tribunal Pleno (peça 145) proferido em sede de Embargos de Declaração – que analisou a Representação de Autos n.º 755431/12, encaminhada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Foro Regional de Cambé, em virtude de supostas irregularidades na aplicação de recursos pela Santa Casa de Misericórdia do Município de Cambé, provenientes de convênios firmados com os Poderes Executivos da União, do Estado e do Município.

O Acórdão n.º 210/23 - Tribunal Pleno julgou procedente aquela representação, nos seguintes termos, in verbis:

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

I - Conhecer e julgar PROCEDENTE a presente Representação, nos termos da fundamentação, para o fim de:

a) determinar ao Sr. Armando Jairo da Silva Martins, beneficiário da remuneração por plantões simultâneos na área de clínica médica e obstetrícia, a restituição do valor recebido em duplicidade, no importe de R$ 34.472,08 (trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oito centavos), devidamente atualizado;

b) determinar ao espólio de Aurélio Jorge Abdalla, beneficiário da remuneração por plantões simultâneos na área de clínica médica e pediátrica, a restituição do valor recebido em duplicidade, no total de R$ 44.246,98 (quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), devidamente atualizado;

c) aplicar ao Sr. Antônio de Alencar, na qualidade de Presidente da entidade, multa proporcional ao dano no percentual de 30% (trinta por cento), nos termos do artigo 89, §1º, da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, diante da má gestão e do irregular pagamento em duplicidade aos profissionais citados;

d) Aplicar a multa prevista no artigo 87, inciso IV, "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, individualmente, ao Sr. Antônio de Alencar, na qualidade de presidente da entidade à época, e ao Sr. Celso Fontes, enquanto contador, haja vista que a ausência do registro dos livros e demonstrações contrariam as normas contábeis e prejudicam a confiabilidade das informações;

e) Aplicar a multa prevista no artigo 87, inciso IV, "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2205, ao Sr. Antônio de Alencar, diante da ausência de controle da efetividade dos médicos nos exercícios de 2011 e 2012; e

f) Determinar o envio de cópia da presente decisão ao juízo representante.

II - Após o trânsito em julgado da decisão, encaminhar à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para a adoção das providências cabíveis. (destaquei)

Em sede de Embargos de Declaração, autuado sob o n.º 137436/23, a decisão supra foi parcialmente alterada pelo Acórdão n.º 1645/23 - Tribunal Pleno, unicamente para o fim de corrigir "erro material na folha 14 do Acórdão n.º 210/23 do Tribunal Pleno, passando a constar a Resolução CFC n.º 1330/11", mantendo-se hígida nos demais termos.

Por intermédio da Petição Intermediária n.º 484136/23 (peças 148 e 149), a parte recorrente aduz, em síntese, que:

- foi contador da Santa Casa de Misericórdia de Cambé entre 02/11/2006 e 26/11/2012, tendo sido condenado a pagar a multa prevista no art. 87, IV, 'g', da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, em razão de não ter providenciado "o registro dos livros e demonstrativos contábeis, o que estaria contrariando normas contábeis e prejudicando a confiabilidade das informações nelas contidas";
- a prescrição da pretensão pecuniária punitiva deve ser interpretada à luz do que estabelece o art. 23 da Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), de modo que "o prazo prescricional para a imputação das sanções administrativas será de 8 (oito) anos contados a partir da data da lesão ao patrimônio público ou da imoralidade administrativa" e, ocorrendo a sua interrupção, a "contagem será retomada e o prazo de 4 (quatro) anos será referencial para a detecção do lapso prescricional";
- a representação foi instaurada em 07/11/2012 (peça 1), a citação do recorrente só se deu em 05/06/2017 (peça 58) e a decisão recorrida foi proferida em 18/02/2023 (peça 133);
- "a interrupção da contagem do prazo prescricional se deu em 07/11/2012 e depois em 05/06/2017 e outra em 18/02/2023";
- "entre a instauração do procedimento administrativo preliminar à referida Representação e o proferimento do acórdão, ultrapassou-se mais de 10 (dez) anos e que entre o recebimento da Representação e o proferimento do acórdão transcorreu o prazo de 5 (cinco) anos";
- há prescrição para a imputação da sanção administrativa ao recorrente;
- "como já se encontra prescrita a sanção por improbidade administrativa, há que se reconhecer, por extensão legal, a prescrição da sanção prevista no artigo 87, IV, "g", da citada lei complementar estadual", devendo ser reformado o acórdão "para proclamar a prescrição da sanção imputada ao recorrente".

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio do Despacho n.º 546/23 - CGM (peça 154), recusou-se a analisar a medida recursal proposta, amparada na letra do art. 487 do Regimento Interno.

O Ministério Público de Contas, pelo Parecer n.º 720/23 - 7PC (peça 157), opinou pelo não provimento do Recurso de Revisão interposto, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, sob os seguintes fundamentos:

O julgamento de atos ímprobos recai exclusivamente sobre o Poder Judiciário, que deverá se atentar às modificações promovidas pela lei indicada, sendo que a análise realizada no processo originário de Representação se restringiu à competência prevista pelo artigo 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, esta Corte de Contas possui regramento próprio envolvendo a matéria da prescrição, havendo o Prejulgado n.º 26 - TCE/PR estabelecido o prazo de 5 anos, contados da data da prática do ato irregular, para a consolidação da prescrição da pretensão sancionatória e ressarcitória, e definido que a interrupção da contagem deste prazo se opera com o despacho que ordenar a citação.

Assim, considerando que a irregularidade imputada ao interessado (livros e demonstrações contábeis não registrados e sem confiabilidade) envolveu os exercícios de 2011 e 2012, e que o Despacho n.º 1009/17 - GCILB (peça n.º 55) que ordenou a sua citação é datado de 31/05/2017, vislumbra-se que não houve o transcurso do prazo prescricional, já que a interrupção se operacionalizou antes do advento dos 5 anos acima indicados.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a situação apresentada pelo recorrente, entendo que o seu Recurso de Revisão não merece provimento. Isso porque, conforme indicado pelo Órgão Ministerial, esta Casa possui regramento próprio acerca da matéria, estabelecido pelo Prejulgado n.º 26, consubstanciado no Acórdão n.º 1919/23 - STP. A inteligência da norma determina a possibilidade de ser reconhecida, de ofício ou mediante requerimento, a prescrição da pretensão ressarcitória, conforme in verbis se observa:

1) Pela possibilidade de reconhecimento de ofício ou a requerimento da parte da prescrição das multas, da restituição de valores e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado;

2) Em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito ex nunc) e reiniciará somente a partir do trânsito em julgado, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo;

Da decisão também consta que o prazo de prescrição, de 5 (cinco) anos, deve ser contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que essa tiver cessado; e ao ser interrompido, por meio do despacho que ordenar a citação do interessado, retroagirá à data de instauração do processo e reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não sendo aplicáveis antes disso as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente.

Nesta senda, observo que a cessação da infração pela qual foi sancionado o recorrente – ausência do registro dos livros e demonstrativos contábeis, contrariando as normas contábeis e prejudicando a confiabilidade das informações – ocorreu em 26/11/2012, quando o recorrente deixou o cargo de contador da Santa Casa de Misericórdia de Cambé. Ou seja, o prazo prescricional começou a contar no dia

seguinte, em 27/11/2012.
A interrupção de tal prazo ocorreu com o comando de citação do recorrente, a qual se deu em 23/10/2013, por meio do Despacho n.º 1406/13 - DAT (peça 47).
Como transcorreu menos de 1 (um) ano entre o início do prazo e a sua interrupção, não há que se falar em prescrição da pretensão sancionatória da parte, de modo que o recurso não deve ser provido.
III. VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo conhecimento e, no mérito, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Revisão em apreço, mantendo-se hígida, em seus precisos termos, a decisão recorrida.
Com o trânsito em julgado, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para inversão dos autos e redistribuição ao relator da decisão de primeiro grau, de modo a possibilitar a adoção das medidas executórias cabíveis, tendo em vista o art. 32, § 3º, do Regimento Interno[3].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
Conhecer e, no mérito, julgar pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Revisão em apreço, mantendo-se hígida, em seus precisos termos, a decisão recorrida.
Com o trânsito em julgado, determinar o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para inversão dos autos e redistribuição ao relator da decisão de primeiro grau, de modo a possibilitar a adoção das medidas executórias cabíveis, tendo em vista o art. 32, § 3º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 74. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferidos, nos seguintes casos: (...)
III – negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;
__2__. Art. 486. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferido, nos seguintes casos: (...)
III - negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;
__3__. Art. 32. (...) § 3º O Relator do processo originário será também competente para a execução, exceto quando houver modificação da decisão em grau de recurso, hipótese em que essa será de competência do Relator do recurso.

PROCESSO Nº:-460024/23
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARILUZ
INTERESSADO:-EDIVANDE JOSÉ DE FREITAS, JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR, MÁRIO SÉRGIO BIEDA DE FREITAS, MUNICÍPIO DE MARILUZ, PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, UHDRE & SANTOS, ADVOGADOS ASSOCIADOS ADVOGADO / PROCURADOR-JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3728/23 - TRIBUNAL PLENO
Embargos de Declaração. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. Irresignações voltadas à rediscussão do mérito. Conhecimento e, no mérito, não provimento.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Embargos de Declaração com efeitos infringentes, opostos por Juarez dos Santos Junior (peça 108), em face do Acórdão n.º 1662/23 – Tribunal Pleno (peça 104), que negou provimento ao Recurso de Revista interposto em face ao Acórdão n.º 1580/22 – Tribunal Pleno (peça 78), que julgou pela procedência parcial da Denúncia n.º 947532/14, quanto a suposta irregularidade na contratação do advogado Juarez dos Santos Júnior e de seu Escritório Uhdre e Santos Advogados Associados, pelo Município de Mariluz.
O Embargante alega, em síntese, que a decisão embargada foi proferida de modo supostamente obscura e omissa quanto: (i) a nulidade absoluta arguida em preliminar de mérito, referente a publicação irregular da pauta da Sessão Ordinária Virtual nº 10, realizada entre 16 e 18 de agosto de 2022; (ii) aos documentos apresentados à peças 64, 66 e 82, consistentes em extratos bancários de conta específica para créditos originários da compensação previdenciária e documentos contábeis atestando o recebimento de referidos créditos previdenciários; e (iii) a contratação dos serviços advocatícios em contrariedade ao Prejulgado nº 06, contudo, as jurisprudências e precedentes invocados na decisão embargada são posteriores a contratação dos serviços.
Diante disso, o Embargante requer sejam os presentes embargos recebidos em seus efeitos suspensivos e modificativos/infringentes, bem como, desde logo, seja esclarecido/corrigido/reformado o Acórdão nº 1662/23 – Tribunal Pleno, para o fim de sanar as omissões, obscuridades e dúvidas apontadas.
Pelo Despacho n.º 1038/23 – GCFSC (peça 109), recebi o presente feito e determinei a sua autuação Embargos de Declaração conforme Termo de Autuação (peça 110).
Considerando eventual risco de efeitos infringentes decorrentes de possível omissão quanto a: (i) inobservância dos documentos acostados aos autos às peças 64, 66 e 82; e (ii) aplicação do Prejulgado n.º 06 no caso em tela, pelo Despacho n.º 1226/23 – GCFSC (peça 113), determinei o encaminhamento do feito ao Ministério Público de Contas para manifestação.
O Ministério Público de Contas, Parecer n.º 697/23 – 6PC, peça 115, se manifestou pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento dos Embargos de Declaração, por entender que as alegações de supostas omissões do Embargante, não devem prosperar.
Destacou que a aplicação do art. 429, §2º, do Regimento Interno, respeita o tratamento sigiloso conferido pelo caput do art. 281, da Lei Complementar n.º 113/05 às Denuncias processadas por este Tribunal, em vista do que as publicações que lhes dizem respeito se limitam a indicar o número dos autos e procuradores habilitados, permitindo a pesquisa pelos interessados, que, devidamente citados, conhecem a numeração processual.
Quanto as demais alegações, o Parquet de Contas constatou que o Embargante exarou teses jurídicas não ofertadas anteriormente neste feito, constituindo inovação recursal, para a qual não prestam os Embargos de Declaração, que objetivam somente ao saneamento de obscuridades, dúvidas, contradições ou omissões do decisum frente aos fatos e razões oferecidos ao longo da instrução processual.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Primeiramente, destaco que o Recurso de Revista objeto destes aclaratórios, diversamente do alegado pela Embargante, analisou de modo detido e fundamentado as razões recursais, esclarecendo as irresignações da ora Embargante, principalmente quanto a preliminar de mérito nulidade absoluta, referente a publicação irregular da pauta da Sessão Ordinária Virtual nº 10, realizada entre 16 e 18 de agosto de 2022, de modo que, entendo pelo não provimento do presente Embargos de Declaração. Explico.
Conforme pacífico entendimento jurisprudencial e doutrinário, os Embargos de Declaração têm como fim primordial aclarar a decisão, aprimorando-a ao afastar contradições, obscuridades e dúvidas concretas, suprindo omissões e corrigindo eventuais erros materiais, de forma que o efeito modificativo se apresenta como exceção, não consistindo, portanto, como meio processual adequado para reavivar o debate posto em exame.
Sobre o tema, é a jurisprudência deste Tribunal:
Embargos de Declaração. A oposição de embargos de declaração está vinculada às hipóteses art. 490 do Regimento Interno desta Corte de Contas, sendo via processual inapropriada para a rediscussão do resultado do julgado. Omissão, obscuridade ou contradição inexistentes. Não provimento[1].
Pois bem, no que tange as alegações do Embargante quanto a nulidade absoluta arguida em preliminar de mérito, referente a publicação irregular da pauta da Sessão Ordinária Virtual nº 10, realizada entre 16 e 18 de agosto de 2022, conforme restou esclarecido pelo Ministério Público de Contas (peça 115), o Regimento Interno deste Tribunal confere sigilo aos processos de Denúncia até o seu julgamento definitivo, nos termos do art. 280, § único c/c art. 281[2].
Para tanto, as publicações no Diário Eletrônico deste Tribunal seguem o disposto no art. 429, §2º, do Regimento Interno[3], indicando o número do processo e o nome do Procurador credenciado nos autos, assim como ocorreu no caso em tela[4], vejamos:

DENÚNCIA

Processo: 947532/14
Entidade: art. 33 da Lei Complementar 113\2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar 113\2005 (Procurador(es): JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR),

Este item restou esclarecido logo de plano na fundamentação da decisão embargada (peça 104, fl. 7), de modo que, não há omissão a ser sanada e/ou esclarecida, tampouco, nulidade daquele ato. O Procurador, ora Embargante, constou na publicação da pauta de julgamento da Sessão do Tribunal Pleno do então Relator Conselheiro Artagão Mattos Leão, do dia 11 de agosto de 2022. Portanto, não havendo omissão a ser suprida, mantenho os fundamentos nos termos do Acórdão embargado.
No mais, corroboro com o entendimento exarado pelo Parquet de Contas, ao destacar que o Embargante exarou teses jurídicas não ofertadas anteriormente neste feito, constituindo inovação recursal, para a qual não prestam os Embargos de Declaração, que objetivam somente ao saneamento de obscuridades, dúvidas, contradições ou omissões do decisum frente aos fatos e razões oferecidos ao longo da instrução processual.
Isso porque, no que tange a alegação do Embargante quanto a suposta omissão frente aos documentos apresentados à peças 64, 66 e 82, consistentes em extratos bancários de conta específica para créditos originários da compensação previdenciária e documentos contábeis atestando o recebimento de referidos créditos previdenciários, verifiquei que este item foi esclarecido pelo Acórdão embargado (peça 104, fl. 11), nos seguintes termos:
No que concerne a não comprovação de ingresso definitivo de valores aos cofres públicos, afirmam os Recorrentes que o Acórdão recorrido teria ignorado os documentos anteriormente apresentados (peças 64/66/82).
No entanto, em que pese a documentação juntada aos autos, não há comprovação da homologação do lançamento e compensação dos valores pela Receita Federal.
(...)
Considerando que os interessados não juntaram documento que comprove a homologação4 dos valores compensados pela Receita Federal, o que traria definitividade ao direito à compensação e consequentemente obrigatoriedade ao pagamento pelos serviços prestados pela contratada, não há garantia de êxito das compensações, impedindo, portanto, o pagamento antecipado dos honorários advocatícios.
Portanto, não havendo omissão a ser suprida, mantenho os fundamentos nos termos do Acórdão embargado quanto a este item.
Por fim, quanto a alegação de omissão frente a contratação dos serviços advocatícios em contrariedade ao Prejulgado nº 06, contudo, as jurisprudências e precedentes invocados na decisão embargada são posteriores a contratação dos serviços, assim como fundamentado na decisão embargada (peça 104, fl. 10), não houve justificativa plausível acerca do motivo que levou a contratação do Sr. Juarez dos Santos Junior, sem realizar concurso público e, por não se tratar de hipótese excepcional, o caso em tela não se encaixa nos termos do Prejulgado n.º 06, deste Tribunal. Ademais, o Município possuía um servidor efetivo na área, o qual seria competente e responsável para orientações e encaminhamentos jurídicos referente à matéria, incluindo a referida compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Municipal, matéria considerada comum e não de alta complexidade.
Portanto, não havendo omissão a ser suprida, mantenho os fundamentos nos termos do Acórdão embargado quanto a este item.
Dessarte, dada a inexistência de qualquer omissão e/ou contradição a ser suprida e o nítido interesse de rediscussão do mérito do julgamento pelo Embargante, mediante a reapresentação de teses de defesa já apreciadas e afastadas e, inovação recursal, resta clara a manifesta improcedência dos presentes Embargos.
III. VOTO
Ante o exposto, inexistindo omissão, obscuridade, dúvida ou contradição a ser

suprida na decisão embargada, VOTO pelo CONHECIMENTO dos Embargos de Declaração e, no mérito, pelo NÃO PROVIMENTO.
Transitada em julgado a decisão, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para inversão dos autos, a fim de que os autos n.º 947532/14, de Denúncia, voltem a figurar como principais, tendo em vista o art. 32, § 3º do Regimento Interno[5].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
CONHECER os Embargos de Declaração e, no mérito, julgar pelo NÃO PROVIMENTO.
Transitada em julgado a decisão, determinar o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para inversão dos autos, a fim de que os autos n.º 947532/14, de Denúncia, voltem a figurar como principais, tendo em vista o art. 32, § 3º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Ac. n.º 3341/17, do Tribunal Pleno, do TCE-PR, nos Embargos de Declaração n.º 439582/17. Rel. IVENS ZSCHOERPER LINHARES, in DETC de 27/07/17.
__2__. Art. 280. Ao denunciante será assegurada a condição de parte interessada, tanto para o acompanhamento da instrução processual, como para oferecimento dos recursos previstos na Lei Complementar nº 113/2005.
Parágrafo único. O denunciante e o denunciado deverão acompanhar as publicações após a citação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ressalvada a comunicação por meio eletrônico. (Redação dada pela Resolução n° 40/2013)
Art. 281. Os processos de denúncia possuem caráter sigiloso e acesso restrito às partes, até o julgamento definitivo.
__3__. Art. 429. As pautas das sessões ordinárias e das extraordinárias serão organizadas pelas Secretarias, sob a supervisão do Presidente do respectivo colegiado. (...)
§ 2º As pautas deverão conter o número e o assunto do processo, o nome da entidade, das partes, dos interessados e de seus procuradores. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
__4__. https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2022/8/pdf/00367404.pdf – fl. 3.
__5__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...)
§ 3º O Relator do processo originário será também competente para a execução, exceto quando houver modificação da decisão em grau de recurso, hipótese em que essa será de competência do Relator do recurso.

PROCESSO Nº:-630376/22
ASSUNTO:-CONSULTA
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INTERESSADO:-RENATO FEDER, RONI MIRANDA VIEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3729/23 - TRIBUNAL PLENO

Consulta. Questionamentos envolvendo a transferência voluntária na área da educação na hipótese de irregularidades nas prestações de contas da entidade tomadora dos recursos ou existência de certidões positivas de débitos. Resposta afirmativa ao primeiro questionamento, no sentido de que, sem prejuízo da remessa e do julgamento da tomada de contas especial a este Tribunal, deve o ente repassador adotar todas as medidas ao seu alcance para reparação do dano, dentre elas, a inscrição do débito em dívida ativa, ficando condicionada apenas a inscrição no Cadin Estadual ao julgamento de prestação de contas, tomada de contas especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação, conforme orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327. Conhecimento e resposta da Consulta.

I. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (Relator)

Tratam os autos de Consulta formulada pelo então Secretário de Estado da Educação e do Esporte Renato Feder a respeito de procedimentos envolvendo a transferência voluntária na área da educação quando constatadas irregularidades nas prestações de contas da entidade tomadora dos recursos ou a existência de certidões positivas de débitos. Os questionamentos efetuados foram os seguintes:
a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 28 §3º da LC 101/2000[1], ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente?
A Consulta veio acompanhada de parecer da assessoria técnica do órgão (fls. 36/42 da peça 3) o qual não abordou todos os temas questionados na Consulta, concluindo pela "aplicação do contido no Art. 25 §3º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 em detrimento ao contido na Resolução n.º 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná".
No Despacho nº 912/22 – GCFAMG (peça 8) o então Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, considerando o teor da matéria tratada, entendeu possível ignorar a falha do parecer técnico, e, presentes os demais requisitos estabelecidos pelo art. 311 do Regimento Interno, recebeu a Consulta.
A Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca (Informação nº 155/22 – SJB, peça 10) listou alguns julgados que abordariam parcialmente os questionamentos efetuados, todavia nenhum deles se adequa completamente ao objeto desta Consulta.
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, no Despacho nº 897/22 – CFG (peça 12), informou não vislumbrar impactos imediatos em sistemas ou em fiscalizações realizadas pelas áreas vinculadas a CGF, nos termos do art. 252–C[2] do Regimento Interno.
Por meio da Instrução nº 876/22 – CGE (peça 13) a Coordenadoria de Gestão Estadual, opinou, preliminarmente, pelo encaminhamento dos autos para à Inspetoria de Controle Externo competente para análise da matéria. No mérito, propôs as seguintes respostas:
1) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
A SEED deve inscrever as pendências das entidades privadas no CADIN, seguindo-se o trâmite regulamentar estadual - Lei 18.466/2015, que induz o adimplemento do convênio, com independência de instâncias e obediência ao princípio da estrita legalidade, tudo com o objetivo de bem gerir a (in)adimplência, uma vez que é direito do Estado do Paraná/SEED condicionar a entrega de transferências voluntárias (às entidades privadas), ao pagamento de seus créditos e obrigações conveniadas.
Importante registrar que no que concerne à interrelação Estado x Município, há julgado em repercussão Geral pelo C.STF, RE 1067086, Rel. Rosa Weber, datado de 16/09/2020, que pontua que a inscrição em CADIN dos entes federados pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido:
a) após o julgamento de tomada de contas especial perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada) e;
b) após a devida notificação da entidade faltosa e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.
2) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
3) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
Relativamente ao segundo e terceiro questionamentos, por dever de obediência ao conteúdo art. 679 do Decreto Estadual 10.086/22, esta CGE concebe que a existência de certidões positivas de débito, sem eficácia suspensa, administrativamente ou judicialmente, condicionam e regulamentam as respostas, quer na assinatura do convênio, quer no seu respectivo aditivo.
Por consequência, a exigência posta na norma vigente deve ser atendida quando da celebração do convênio/aditivo, sendo as referidas certidões negativas e/ou documentos equivalentes imprescindíveis à composição do caderno processual respectivo, cabendo à SEED verificar, caso a caso, os apontamentos positivos/impeditivos ali constantes, que parametrizam que o convenente esteja "em dia" e/ou com "prova de regularidade" para com suas obrigações, situação exigida pelo art. 3º da IN 61/2011 TCEPR, também vigente.
4) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 28 §3º da LC 101/2000, ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente?"
Não há art. 28 §3º da LC 101/2000 na legislação de finanças públicas, o que torna prejudicada a análise nos termos requeridos. A título de instrumentalidade, se a pergunta se referir, teoricamente, ao teor do "art.25, §3º da LC 101/2000", esta unidade instrutiva reitera os fundamentos já apresentados neste opinativo, moldados na necessária obediência ao artigo 3º da IN 61/2011 TCEPR c/c artigo 679 do Decreto Estadual 1.086/22, vale dizer, as certidões de regularidade são necessárias ao convenente privado, pois seus dispositivos seguem vigentes, mormente em casos de irregularidade de contas. (grifos no original)
Considerando o disposto no art. 313, §3º[3] do Regimento Interno, encaminhei os autos para análise por parte da 2ª Inspetoria de Controle Externo (Despacho nº 274/23 – GCFSC, peça 16).
Na Instrução nº 15/23 – 2ICE (peça 17) a 2ª Inspetoria de Controle Externo destacou, preliminarmente, que o Supremo Tribunal Federal, na ADI 4872, confirmou a validade da Resolução nº 28/2011 e da Instrução Normativa nº 61/2011, ambas desta Casa, considerando que os atos normativos foram editados dentro do seu poder de controle externo, que também envolve a competência regulamentar para explicitar deveres legais em matérias de procedimentos e documentação. No mérito, sugeriu as seguintes respostas:
a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
Nos termos da legislação em vigor, deve a Secretaria de Estado da Educação continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas.
b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos

visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
Objetivamente, o art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011 relaciona os documentos que devem instruir a regularidade da formalização da transferência, trazendo, nos incisos IV a X, as certidões negativas mínimas a serem fornecidas pelo tomador dos recursos.
Entretanto, assiste razão ao Consulente ao destacar que o § 3º, do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal excepciona a aplicação de sanções de suspensão de transferências voluntárias, quando se tratar de ações de educação, saúde e assistência social.
Por outro lado, em se tratando de entidades privadas, cabe ao concedente a realização de prévio e formal procedimento de chamamento público, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 13.019/2014.
d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 28 §3º da LC 101/2000, ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente? (grifos no original)
Na hipótese de construção ou ampliação de escolas, cuja aplicação de recursos se destina a dar condições efetivas de operacionalização e funcionamento das atividades de ensino, é possível a suspensão de restrições para transferências voluntárias aos municípios, com fundamento no § 3º, do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Por sua vez, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer nº 160/23 – PGC (peça 18) opinando pelo oferecimento das seguintes respostas ao consulente:
a) a inscrição dos nomes de tomadores de recursos no Cadin Estadual e a eventual inscrição em Dívida Ativa de débitos decorrentes da execução de convênios, deverá observar as exigências fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327, vale dizer, tais medidas deverão ser precedidas de julgamento de prestação de contas, Tomada de Contas Especial ou Extraordinária, ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação;
b e c) aplica-se o disposto no art. 25, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal aos convênios destinados à promoção de ações vinculadas a políticas de educação, saúde e assistência social, permitindo-se, nessas hipóteses, a formalização de acordos ou aditivos com entidades que possuam pendências fiscais ou perante o Tribunal de Contas, desde que haja motivação escrita do gestor do concedente apontando, de maneira expressa, a essencialidade do serviço a ser prestado, o prejuízo ao interesse público decorrente de sua eventual interrupção e, em caso de a beneficiária ser entidade do terceiro setor, a demonstração de que inexiste instituição similar apta à prestação do referido serviço;
d) convênios visando à construção, reforma ou ampliação de escolas são vinculados à área da educação, de modo a atrair a aplicabilidade do art. 25, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a tais acordos.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
De início, reitero o conhecimento da presente Consulta, posto que satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 311 e 312, inciso I, do Regimento Interno[4], sendo superado pelo Despacho nº 912/22 – GCFAMG (peça 8) o fato de o parecer técnico apresentado abordar apenas parcialmente os questionamentos.
A presente Consulta diz respeito a procedimentos envolvendo a transferência voluntária na área da educação quando constatadas irregularidades nas prestações de contas da entidade tomadora dos recursos ou existência de certidões positivas de débitos.
Analisando a instrução do processo, entendo que a Consulta deve ser respondida nos termos propostos pelo Ministério Público de Contas, conforme adiante detalhado.
O primeiro questionamento consiste em:
a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
No âmbito do Estado do Paraná, a Lei Estadual nº 18.466/2015 criou o Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, destinado à consolidação das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, estabelecendo as pendências passíveis de inclusão, o procedimento para inscrição e os graves impedimentos acarretados pelo registro no Cadin[5].
Efetivamente não foi estipulado na referida lei estadual a necessidade de prévio julgamento pelo Tribunal de Contas para possibilitar a inscrição no Cadin em se tratando de transferências voluntárias. Todavia, como bem destacado no decorrer da instrução processual, o Supremo Tribunal Federal, no Tema 327, proferiu a seguinte tese:
A inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido:
a) após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada);
b) após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.
Assim, conjugando o teor da tese proferida em repercussão geral pelo STF com o art. 27 da Resolução nº 28/2011 do TCE-PR[6], que estabelece a necessidade da instauração da Tomada de Contas Especial sempre que verificada irregularidades praticadas pelo tomador que resultem dano ao erário, compartilho do entendimento do Ministério Público de Contas que não se mostra possível a inscrição em cadastros de inadimplentes antes que haja o julgamento por este Tribunal.
Ademais, ainda que o julgado do STF se refira somente a inscrição de entes federados, deve ser estendido este entendimento, consoante bem pontuado pelo Parquet:
Tal solução parece ser pertinente não apenas aos Municípios, mas também às entidades do terceiro setor que sejam tomadores de recursos, tendo em vista a garantia constitucional do devido processo legal e, ainda, a competência dos Tribunais de Contas para julgar as prestações de quem der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (art. 71, II, da Constituição). Demais disso, a decisão do Tribunal constitui título executivo extrajudicial (art. 71, §3º, da Constituição), que consubstancia o instrumento adequado para a adoção das medidas voltadas ao cumprimento forçado da obrigação (como a inscrição no Cadin Estadual e em Dívida Ativa).
Não há razão para uma eventual distinção entre os Municípios e os demais interessados nesta hipótese, ante a competência conferida ao Tribunal de Contas para o julgamento da Tomada de Contas Especial.
No mesmo sentido, a inscrição em dívida ativa pressupõe liquidez e certeza do crédito[7], não sendo possível falar na presença de tais elementos antes do julgamento realizado por este Tribunal.
Assim, voto pela resposta ao primeiro quesito no seguinte sentido:
a) A inscrição dos nomes de tomadores de recursos (Municípios ou entidades do terceiro setor) no Cadin Estadual, e a eventual inscrição em Dívida Ativa de débitos decorrentes da execução de convênios, deverão observar as exigências fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327, vale dizer, tais medidas deverão ser precedidas de julgamento de prestação de contas, Tomada de Contas Especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação;
Os demais questionamentos formulados podem ser analisados de forma conjunta:
b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 25 §3º da LC 101/2000[8], ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente
A regra geral é que as certidões comprobatórias da regularidade fiscal sejam aferidas tanto na celebração quanto na realização de termos aditivos, como estabelece o art. 679 do Decreto Estadual nº 10.086/22[9], que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, e o art. 3º, incisos IV a X[10] da Instrução Normativa nº 61/2011 deste Tribunal.
Entretanto, em se tratando de ações destinadas à educação, saúde e assistência social, considerando o caráter essencial e prioritário de tais áreas, a exigência deve ser sopesada com o que estatui a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 25, §3º:
Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
(...)
§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.Ou seja, se nem mesmo as sanções previstas na LRF podem suspender transferências voluntárias para essas áreas, não será uma eventual pendência financeira motivo suficiente para prejudicar a formalização de acordo ou aditivos relativos a ações de educação, saúde e assistência social, considerando o eminente interesse público que envolve tais áreas.
Todavia, se faz necessária cautela em tal hipótese, razão pela qual novamente destaco excerto do parecer ministerial juntado à peça 18, o qual adoto como razão de decidir:
(...) por se tratar de medida de exceção, entende-se que, independentemente da natureza jurídica do tomador (seja Município, entidade municipal ou entidade do terceiro setor), a aplicação do referido benefício deverá ser motivada de maneira escrita pelo administrador da entidade concedente, de maneira a demonstrar a essencialidade do serviço (seu enquadramento como ação de educação, saúde ou assistência social) e o prejuízo ao interesse público decorrente de sua interrupção.
Vale ponderar, ainda, que em se tratando de entidade do terceiro setor, e existindo pluralidade de entes aptos à prestação do mesmo serviço, deverá ser priorizado aquele que atenda rigorosamente todas as exigências legais e regulamentares para o recebimento dos recursos. Em outras palavras, o benefício previsto no art. 25, §3º, da LRF, deverá incidir apenas quando, diante das peculiaridades do caso concreto, a formalização ou manutenção do convênio se mostrar medida imprescindível para assegurar a continuidade do serviço público.
Desse modo, existindo outras entidades (em caso de parcerias com o terceiro setor), identificadas em processo público de seleção, igualmente aptas ao desempenho da atividade, e sem prejuízo ao interesse público, a presença de certidões positivas de débitos ou reprovação anterior das contas impedirá a formalização do convênio ou de seu aditivo com a entidade que não preencha as condições legais de habilitação. Em tal hipótese, embora inaplicável a sanção de suspensão de repasses, estará vedada a assinatura de aditivos ou novos convênios com a entidade faltante.
Importante ressaltar, por outro lado, que embora a existência de certidões positivas não seja suficiente para obstaculizar a assinatura ou aditivo de convênio naquelas áreas prioritárias, nos termos acima indicados, o concedente deverá velar rigorosamente para que sejam plenamente observadas as demais exigências previstas na legislação e, especialmente, na Resolução nº 28/2011 e Instrução de Serviço nº 61/2011, de modo a impedir a ocorrência de irregularidades no convênio a ser firmado ou aditado.
Assim, entendo que os questionamentos devem ser respondidos por este Tribunal da seguinte forma:
b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria,

ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
Aplica-se o disposto no art. 25, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal aos convênios destinados à promoção de ações vinculadas a políticas de educação, saúde e assistência social, permitindo-se, nessas hipóteses, a formalização de acordos ou aditivos com entidades que possuam pendências fiscais ou perante o Tribunal de Contas, desde que haja motivação escrita do gestor do concedente apontando, de maneira expressa, a essencialidade do serviço a ser prestado, o prejuízo ao interesse público decorrente de sua eventual interrupção e, em caso de a beneficiária ser entidade do terceiro setor, a demonstração de que inexiste instituição similar apta à prestação do referido serviço.
d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 25 §3º da LC 101/2000, ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente
Os convênios visando à construção, reforma ou ampliação de escolas são vinculados à área da educação, enquadrando-se, dessa forma, na exceção prevista no art. 25, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
III. VOTO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (parcialmente vencido)
Diante do exposto, voto no sentido de que deve o Tribunal de Contas do Estado do Paraná responder a presente Consulta nos seguintes termos:
a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
Resposta: A inscrição dos nomes de tomadores de recursos (Municípios ou entidades do terceiro setor) no Cadin Estadual, e a eventual inscrição em Dívida Ativa de débitos decorrentes da execução de convênios, deverão observar as exigências fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327, vale dizer, tais medidas deverão ser precedidas de julgamento de prestação de contas, Tomada de Contas Especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação;
b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
Resposta: Aplica-se o disposto no art. 25, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal aos convênios destinados à promoção de ações vinculadas a políticas de educação, saúde e assistência social, permitindo-se, nessas hipóteses, a formalização de acordos ou aditivos com entidades que possuam pendências fiscais ou perante o Tribunal de Contas, desde que haja motivação escrita do gestor do concedente apontando, de maneira expressa, a essencialidade do serviço a ser prestado, o prejuízo ao interesse público decorrente de sua eventual interrupção e, em caso de a beneficiária ser entidade do terceiro setor, a demonstração de que inexiste instituição similar apta à prestação do referido serviço.
d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 25 §3º da LC 101/2000, ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente
Resposta: Os convênios visando à construção, reforma ou ampliação de escolas são vinculados à área da educação, enquadrando-se, dessa forma, na exceção prevista no art. 25, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Após o trânsito em julgado desta decisão, encaminhe-se o feito à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no art. 175-D, §2º do Regimento Interno.
Posteriormente, fica desde logo autorizado o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo, com fundamento no art. 398, §1º do Regimento Interno.
IV. VOTO PARCIALMENTE DIVERGENTE DO CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES (vencedor)
1. Divirjo, apenas em parte, do Voto Condutor para propor nova redação à resposta ao quesito constante na letra "a", da presente consulta, acompanhando parcialmente os posicionamentos da Coordenadoria de Gestão Estadual e da 2ª Inspetoria de Controle Externo.
Entendo que somente a inscrição dos nomes de tomadores de recursos no Cadin Estadual deverá ser precedida de julgamento de prestação de contas, Tomada de Contas Especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), não se exigindo esse julgamento para a eventual inscrição em Dívida Ativa de débitos decorrentes da execução de convênios, para fins de ressarcimento dos danos.
Esse entendimento encontra eco em vários dispositivos legais e normativos vigentes, inclusive, no âmbito deste Tribunal, na medida em que a fiscalização dos recursos repassados mediante transferência voluntária não é de competência exclusiva do Tribunal de Contas, que é órgão de controle externo, mas, também, do próprio ente repassador, decorrente do art. 70 da Constituição da República:
Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (sem grifos no original)
Nesse sentido, o §1º do art. 233 e o art. 234 do Regimento Interno preveem, inclusive, o esgotamento das medidas administrativas e judiciais que devem ser tomadas, no caso de prestação de contas especial, previamente ao seu envio a esta Corte:
Art. 233, § 1º Esgotadas todas as medidas ao alcance da autoridade administrativa e do órgão do controle interno, visando à apuração dos fatos irregulares, à perfeita identificação dos responsáveis e ao ressarcimento do erário, a Tomada de Contas Especial será encaminhada ao Tribunal para julgamento. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
Art. 234. O processo de Tomada de Contas Especial deverá ser instaurado no prazo de 30 (trinta) dias após esgotado o prazo da apresentação das contas ou da ciência do fato que ensejou a sua instauração, contendo todos os elementos e demonstrativos necessários à instrução da prestação de contas, inclusive o relatório do controle interno e especificação das medidas administrativas e judiciais tomadas para o saneamento das irregularidades encontradas. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
Acrescente-se que a prerrogativa do controle interno na fiscalização dos recursos repassados mediante convênio está replicada na Lei de Licitações e Contratos Estadual, Lei 15608/2007, que, em seus artigos 138 e 139, estabelece o dever de prestar contas ao ente repassador e ao Tribunal de Contas do Estado, autorizando, também, a retenção de valores referentes a parcelas de convênio quando, por exemplo, não tiver havido a comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida.
No mesmo sentido, o art. 48 da Lei das Parcerias 13019/2014[11], que autoriza a retenção de parcelas de recursos até o saneamento das impropriedades.
E mais, o art. 72 da referida Lei[12], que trata das prestações de contas, autoriza, inclusive, em seu parágrafo segundo, que o dano ao erário identificado possa ser objeto de ações compensatórias de interesse público quando identificada irregularidade.
Nesse viés, trago comentário de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que em sua obra Tribunais de Contas do Brasil[13], enfatizou:
A excepcionalidade do procedimento decorre do fato de que o Tribunal de Contas, na (...) condição de instância superior para julgamento das contas dos administradores públicos e demais responsáveis que, de alguma forma, tragam dano ao Erário, somente deve ser acionado após esgotadas as providências cabíveis no âmbito administrativo com vista à recomposição dos valores.
(...)
Para viabilizar a correta aplicação da Tomada de Contas Especial, devem as normas conceder prazo para que o gestor público, cientificado da irregularidade, sane a lesão com o uso de outros instrumentos, como sindicância, investigação policial e ação de reparação de danos. Se a reparação do dano ou repetição do indébito não forem tentadas ou por outros motivos frustrarem a pretensão caberá Tomada de Contas Especial.
Dessa forma, a aplicação do tema 327[14] do Supremo Tribunal Federal ao caso em exame, que se referia, em sua origem ao contingenciamento de repasses constitucionais obrigatórios[15] deve limitar-se ao momento da caracterização da inadimplência, para fins de inscrição dos entes federados no cadastro de inadimplentes, sem extrapolar essa orientação, para o fim de impedir que os entes repassadores, no pleno exercício de seu pode-dever, possam tomar as medidas necessárias para a reparação do dano, quando constatado na origem, com a regular observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, dentre as quais se inclui a inscrição do débito em dívida ativa, para fins de execução.
Vale mencionar que a omissão dos ordenadores de despesas na fiscalização dos recursos repassados e da adoção das medidas para correção de impropriedades e, quando for o caso, à restituição do dano, pode implicar, inclusive, sua responsabilidade solidária com a entidade beneficiária dos recursos e seus gestores, quando for o caso, por essa mesma restituição, conforme previsão do caput do art. 233 do Regimento Interno[16].
Acrescente-se, a propósito, que o art. 160, parágrafo único, I, da Constituição Federal, citado na referida decisão, está inserido no Capítulo 'Da repartição das receitas tributárias", e dispõe sobre a exceção à vedação de retenção ou restrição à entrega ou a emprego dos recursos provenientes de impostos atribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
Dessa forma, o referido tema analisou o contexto das prestações de contas e tomadas de contas especial, abordando de maneira diversa situações em que houve ou não prestação de contas de recursos, restringindo-se seu alcance ao momento em que se mostraria devida a inscrição no cadastro de inadimplentes, sem mencionar as prerrogativas para constituição do crédito não tributário.
Apenas como mera ilustração, mas em corroboração a esse entendimento, vale lembrar que a Resolução 60/2017 prevê a fixação de "valores mínimos relativos ao dano ao erário, apurado ou estimado, para fins de instauração ou processamento"[17], dentre outros processos, das tomadas de contas, o que poderia implicar, na prática, caso prevalente o voto condutor, a impossibilidade de a entidade repassadora de recursos promover a execução do débito nos casos em que o valor do dano estivesse abaixo desse mínimo, na medida em que, nessas situações, não haveria decisão do Tribunal de Contas a respeito.
Ainda em corroboração, o próprio § 3º do art. 2º dessa mesma resolução prevê que "O não encaminhamento de tomada de contas especial quando o dano a ser ressarcido for estimado em valor inferior ao valor mínimo fixado não constitui remissão do débito", evitando, assim, que a não adoção das medidas ressarcitórias implicasse em renúncia de receita, com base em ato normativo interno desta Corte.
Destarte, pontuada a independência entre os poderes, a prerrogativa compartilhada de fiscalização de recursos públicos, em especial, de transferências voluntárias garantida pela Constituição da República, bem como as prerrogativas da autoexecutoriedade e da autotutela da Administração, pelo princípio da reserva legal, não há como condicionar a atuação do Poder Concedente ao prévio julgamento da tomada de contas especial pelos Tribunais de Contas.
Ressalve-se que, em caso de divergência do julgamento da tomada de contas especial em relação à decisão administrativa que tenha motivado, previamente, a promoção da execução judicial do débito, o ajuste deverá ser feito justamente nessa instância, com a confirmação do título executivo e do valor da condenação definitiva nesta Corte, sendo que a eventual necessidade dessa conformação não justifica a protelação das medidas necessárias para recomposição do débito, a serem adotadas, desde logo, na esfera administrativa, observando-se sempre os princípios constitucionais do devido processo legal e do direito ao contraditório e à ampla defesa, na apuração das irregularidades.

2. Pelo exposto, VOTO para propor a seguinte redação em resposta ao questionamento formulado pelo Consulente descrito na letra a):
a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve a Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
Sim, sem prejuízo da remessa e do julgamento da tomada de contas especial a este Tribunal, deve o ente repassador adotar todas as medidas ao seu alcance para reparação do dano, dentre elas, a inscrição do débito em dívida ativa, ficando condicionada apenas a inscrição no Cadin Estadual ao julgamento de prestação de contas, tomada de contas especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação, conforme orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta, em:
I - Responder a presente Consulta nos seguintes termos:
a) Em caso de recursos financeiros destinados ao serviço público na área da educação, verificando-se a irregularidade na prestação de contas, deve esta Secretaria continuar inscrevendo em cadastros de inadimplentes e encaminhando para inscrição em dívida ativa os débitos apurados antes do julgamento pelo Tribunal de Contas?
Resposta: Sim, sem prejuízo da remessa e do julgamento da tomada de contas especial a este Tribunal, deve o ente repassador adotar todas as medidas ao seu alcance para reparação do dano, dentre elas, a inscrição do débito em dívida ativa, ficando condicionada apenas a inscrição no Cadin Estadual ao julgamento de prestação de contas, tomada de contas especial (ou, em caso de omissão do concedente, da Tomada de Contas Extraordinária), ou, quando incabíveis, após a devida notificação do tomador e esgotamento do prazo para adimplemento voluntário da obrigação, conforme orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 327.
b) Em caso de existência de certidões positivas de débitos, pode esta Secretaria, ainda assim, firmar Termos de Colaboração/Convênios com os entes/entidades se o recurso financeiro for destinado ao serviço público na área da educação?
c) Em caso de Termos de Colaboração/Convênios vigentes, diante da existência de certidões positivas de débitos do ente/entidade, pode esta Secretaria firmar aditivos visando a continuidade na prestação do serviço público na área da educação?
Resposta: Aplica-se o disposto no art. 25, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal aos convênios destinados à promoção de ações vinculadas a políticas de educação, saúde e assistência social, permitindo-se, nessas hipóteses, a formalização de acordos ou aditivos com entidades que possuam pendências fiscais ou perante o Tribunal de Contas, desde que haja motivação escrita do gestor do concedente apontando, de maneira expressa, a essencialidade do serviço a ser prestado, o prejuízo ao interesse público decorrente de sua eventual interrupção e, em caso de a beneficiária ser entidade do terceiro setor, a demonstração de que inexiste instituição similar apta à prestação do referido serviço.
d) Levando-se em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a suspensão da restrição para a transferência de recursos aos entes deve ser interpretada restritivamente, em caso de obras para construção/ampliação de escolas, pode a restrição para a transferência de recursos financeiros aos municípios ser suspensa, com fundamento no art. 25 §3º da LC 101/2000, ainda que irregulares as prestações de contas referentes aos recursos já repassados pelo convenente e o município não tenha todas as certidões negativas exigidas legalmente
Resposta: Os convênios visando à construção, reforma ou ampliação de escolas são vinculados à área da educação, enquadrando-se, dessa forma, na exceção prevista no art. 25, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
II - após o trânsito em julgado desta decisão, encaminhar o feito à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no art. 175-D, §2º do Regimento Interno;
III - posteriormente, fica desde logo autorizado o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo, com fundamento no art. 398, §1º do Regimento Interno.
Votou, acompanhando o Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO (parcialmente vencido), o Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Votaram, acompanhando a divergência do Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES (vencedor), os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Em que pese a indicação ao art. 28, §3º da LC nº 101/00, trata-se de erro material pois a remissão deveria ser feita ao art. 25, §3º da LC nº 101/00.*
2. *Art. 252-C. Os processos de consulta, prejulgado, incidente de inconstitucionalidade e uniformização de jurisprudência deverão ser encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização pelas unidades técnicas, previamente à elaboração da instrução, para informar eventuais impactos decorrentes da decisão na área de fiscalização. (Incluído pela Resolução n° 64/2018)*
3. *Art. 313. (...)*
§ 3º Na hipótese de consulta concernente a matéria sujeita ao controle externo das Inspetorias, após a informação prestada pela Escola de Gestão Pública, os autos seguirão à Inspetoria de Controle Externo competente para instrução. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
4. *Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos:*
I - ser formulada por autoridade legítima;
II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa de dúvida;
III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal;
IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;
V - ser formulada em tese.
Art. 312. Estão legitimados para formular consulta:
I - no âmbito estadual, Governador do Estado, Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral do Estado, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo Estado e conselhos constitucionais e legais;
5. *Art. 3º. As pessoas físicas e jurídicas com registro no Cadin Estadual estarão impedidas de realizar com os órgãos e entidades da administração estadual os seguintes atos:*
I - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros da administração estadual;
II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;
III - concessão de auxílios e subvenções;
IV - concessão de incentivos fiscais e financeiros; e
V - expedição de alvarás de licença, de autorização especial, ou de quaisquer outros tipos de alvarás, licenças, permissões ou autorizações decorrentes do Poder de Polícia Estadual.
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica:
I - às operações destinadas à composição e regularização das obrigações e deveres objeto de registro no Cadin Estadual, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade credora; e
II - à concessão de auxílios a municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado, bem como às transferências voluntárias de que trata o § 3º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
6. *Art. 27. Não sendo prestadas as contas ou informações devidas pelo tomador, nos prazos estabelecidos e nos termos dispostos nesta Resolução e na Instrução Normativa nº 61/2011, ou verificada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente do órgão concedente, sob pena de responsabilidade solidária e demais cominações legais, deverá instaurar, dentro de 30 (trinta) dias, a Tomada de Contas Especial, observados o art. 13 da Lei Complementar nº 113/05 e arts. 233 e 234 do Regimento Interno. (Redação dada pela Resolução n. 46/2014)*
7. *Lei nº 6.830/80*
Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
(...)
§ 3º - A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
8. *Como já mencionado, no questionamento originalmente efetuado à peça 3 há erro material, posto que foi feita indicação a um inexistente art. 28, §3º da LC 101/00.*
9. *Art. 679. Os processos administrativos destinados à celebração de convênio e termo de cooperação deverão ser instruídos com os seguintes documentos:*
(...)
III - prova de regularidade do convenente para com as Fazendas Públicas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
a) certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente;
b) certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;
c) certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social;
d) certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos;
e) prova de regularidade do convenente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);
f) certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011.
g) consulta ao Cadin-PR.
10. *Art. 3º A regularidade da formalização da transferência será comprovada mediante processo administrativo do concedente, que deverá ser instruído, no mínimo, com o seguinte:*
(...)
IV - certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos;
V - certidão ou documento equivalente, atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente;
VI - certidão ou documento equivalente, expedido pelo concedente, atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;
VII - certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social;
VIII - certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos;
IX - certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
X - certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440/2011;
11. *Art. 48. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
12. *Art. 72. As prestações de contas serão avaliadas:*
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
§ 1º O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)
§ 2º Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

__13__. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas do Brasil: jurisprudência e competência. 3ª ed. rev.atual.e ampl. Belo Horizonte: Forum, 2013, p. 416 e 420.
__14__. "A inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido: a) após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada); b) após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial".
__15__. (...) Nesse sentido, ampliada a questão, possível compreender que, como expus no início deste voto, em jogo, de um lado, o direito da União, com lastro no art. 160 da Constituição Federal , de condicionar a entrega de novos recursos ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias e ao cumprimento de determinadas obrigações; de outro, a necessidade da observância, pela União e em favor dos supostos entes públicos devedores (não só os Municípios, como é a hipótese em julgamento), da garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal , no âmbito administrativo. (trecho do voto do RE 1067086/BA)
__16__. Art. 233. Diante da omissão do dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e Municípios na forma prevista no inciso VI, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária de seu gestor, deverá adotar providências com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.
__17__. Art. 1º A título de racionalização administrativa e economia processual, o Tribunal poderá, mediante Instrução Normativa, fixar valores mínimos relativos ao dano ao erário, apurado ou estimado, para fins de instauração ou processamento dos seguintes processos ou procedimentos em geral:
I – tomadas de contas;
II – comunicações de irregularidade;
IIII – procedimentos de fiscalização em geral.

PROCESSO Nº:-450505/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INTERESSADO:-GAS COMUNICACAO LTDA, IMAM PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI, JOAO EVARISTO DEBIASI, SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO - SECOM, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ADVOGADO / PROCURADOR-ALISSON RAMOS DA LUZ, PAULA ANGELICA BAEK XAVIER, PEDRO HENRIQUE XAVIER
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3730/23 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei n.º 8.666/93. Secretaria de Estado da Comunicação. Ausência de fundamentos de fato e de direito suficientes para a procedência dos pedidos. Lacuna normativa. Não há evidências de que o procedimento adotado no julgamento técnico tenha infringido os princípios da isonomia e da impessoalidade. Existência de mecanismo adicional de remuneração. Improcedência das Representações.

I. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (Relator)

Tratam os autos de Representação da Lei n.º 8.666/93, apresentada por Imam Publicidade e Propaganda EIRELI e Gás Comunicação LTDA (autos em apenso n.º 46708-4/22), em face do procedimento licitatório de Concorrência Pública n.º 001/2021, da, à época, Secretaria de Estado da Cultura, atualmente Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM (peça 83), que teve por objeto "Contratação de 5 (cinco) agências de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, para atender a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, incluídas as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades vinculadas".

Alega a Representante Imam Publicidade e Propaganda EIRELI (peça 3), em síntese, que a Subcomissão Técnica do certame não analisou individualmente as propostas das licitantes e na elaboração da justificativa, o fez de maneira genérica ao atribuir as notas aos licitantes, o que estaria, aparentemente, violando o art. 11, §4º, da Lei n.º 12.232/10 e a jurisprudência deste Tribunal.

Por sua vez, a Representante Gás Comunicação LTDA (peça 3, autos em apenso n.º 46708-4/22), alegou, em síntese, que as justificativas às propostas técnicas do certame divulgadas pela Comissão de Licitação, estavam recheadas de conceitos abertos e indeterminados, sem análise técnica e fundamentada, aparentemente, em desacordo com o que dispõe o art. 11, §4º, incisos III e V, da Lei n.º 12.232/10, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e deste Tribunal.

Alega ainda, que as justificativas do plano de comunicação publicitária apresentadas à Proposta Técnica, aparentemente, não seguiram os critérios estabelecidos no Edital, o que pode ensejar ofensa aos arts. 2º e 50, inciso III, §1º da Lei n.º 9784/99.

Por fim, as Representantes requereram a suspensão cautelar da Concorrência Pública n.º 001/2021 e a procedência do presente feito.

Pelo Despacho n.º 872/22 – GCIZL (peça 16) e pelo Despacho n.º 885/22 – GCIZL (peça 20), o então Relator Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, determinou a autuação e intimação da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, previamente ao juízo de admissibilidade.

A Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, Petição Intermediária n.º 480072/22 (peças 22/23), requer a prorrogação do prazo da primeira intimação, até o dia 19/08/2022, de modo a coincidir com o prazo final de resposta da segunda Representação.

Pelo Despacho n.º 902/22 – GCIZL (peça 26), o então Relator Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares constatou que as presentes Representações têm por objeto o mesmo Edital objeto da Representação n.º 213422/22 que foi distribuído ao Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, em face a prevenção daquele Conselheiro, lhe foi distribuído por dependência, conforme Termo de Redistribuição n.º 73/22 – DP (peça 27).

O então Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, pelo Despacho n.º 654/22 – GCFAMG (peça 28), assentiu a distribuição por dependência, ratificou todo os atos praticados pelo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares e deferiu o pedido de prorrogação de prazo requerido pela Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, à peça 23.

Em sua defesa (peças 30/33), a Secretaria da Comunicação Social e da Cultura alega, em síntese, que houve a perda do objeto da medida cautelar pleiteada e das Representações, tendo em vista a homologação do resultado do certame e o processo licitatório tendo sido encerrado sem manifestação dos postulantes. Alega ainda que as Representantes se furtaram se comprovar eventual consequência negativa promovida pela subcomissão julgadora, que elegeu as melhores propostas técnicas apresentadas pelas licitantes, cumprindo o qualitativo da decisão administrativa, sem decisão liminar e sem evidências de nulidade a ser declarada (peça 30, fls. 9/10).

A Representada destaca que os recursos administrativos interpostos pelas Representantes, à época do procedimento licitatório, passaram por amplo estudo e averiguação pela Comissão de Julgadores e foi indeferido por tratarem de mero inconformismo das partes, não envolvendo interesse público, o que, na alegação da interessada, ao interromper o certame ensejaria em dano reverso ao interesse público, visto que os contratos se encerrariam em 13/09/2022 e havia a necessidade de novas contratações para a continuidade do serviço prestado ao Estado, quais sejam, campanhas publicitárias institucionais (ex: "Juntos salvamos vidas", à peça 31 e "Campanha de Multivacinação", à peça 32) (peça 30, fls. 13/14).

Quanto às alegações das Representantes de "Vícios no julgamento da Subcomissão Técnica", a Representada alega que não houve ilegalidade nos julgamentos, foram julgamentos fundamentados. Destaca que foram analisados os pontos positivos e negativos do Plano de Comunicação, não sendo viável comparar pontos específicos e isolados de uma campanha com outra, que conta com lógica e estratégia próprias, por se tratar de uma licitação que não leva em conta apenas preço, mas também elementos de técnica muito específicos em razão da peculiaridade do objeto (peça 30, fls. 20/21).

Explica que a Comissão de Licitação, realiza a análise individualizada e o julgamento do plano de comunicação publicitária, com posterior elaboração de ata de julgamento, a qual é encaminhada à Comissão de Licitação, juntamente com as propostas; as planilhas com as pontuações atribuídas e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram individualmente, contudo, as justificativas não são feitas por cada integrante da Subcomissão, o que também não é exigido por lei. E as decisões da Subcomissão Técnica são definidas enquanto órgão colegiado, não havendo exigência quanto à apresentação de justificativas individuais dos membros da subcomissão.

Quanto às alegações das Representantes de "Justificativas do Plano de Comunicação Publicitária", a Representada alega que as notas atribuídas passam por uma análise conjunta para a decisão final, não sendo avaliados apenas os quesitos individuais/isolados entre uma licitante e outra, a decisão é com base na média final. Destaca que os apontamentos "P" (positivo) ou "N" (negativo) dizem respeito ao fator que se destacou no material apresentado e avaliado, consistindo em parâmetro argumentativo que não é exaustivo e que os subquesitos possuem atributos específicos.

Quanto à alegação de "inexequibilidade das propostas de preço das empresas classificadas", a Representada explica que os serviços prestados pelas agências de publicidade, segundo regras próprias deste ramo profissional, são remunerados por diversas fontes. Tanto é assim que da leitura do edital e das cláusulas constantes na minuta do contrato (em especial, cláusulas oitava e nona) se infere que as agências podem obter remuneração de, pelo menos, cinco fontes e que por essa razão, não há o que se falar em inexigibilidade da proposta, pois mesmo que "zere" alguma dessas vias, continuará recebendo valores de modo indireto (peça. 30, fl.49).

Pelo Despacho n.º 674/22 – GCFAMG (peça 35), o então Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, recebeu as Representações, indeferiu os pedidos de urgência e não acolheu o apontamento preliminar da Representada para a extinção do feito em face a homologação da licitação. Ainda, determinou a autuação e citação do interessado João Evaristo Debiasi, gestor da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura.

Irresignadas, as Representantes interpuseram Recurso de Agravo (peças 41 e 46), ao Despacho n.º 674/22 – GCFAMG (peça 35) que indeferiu os pedidos de urgência.

Pelo Despacho n.º 835/22 – GCFAMG (peça 67), os recursos foram recebidos sem juízo de retratação e pelo Acórdão n.º 634/23 – Tribunal Pleno (peça 16, autos n.º 52774-5/22), por unanimidade, foi negado provimento aos recursos.

Por sua vez, a Secretaria da Comunicação Social e da Cultura (peças 50/65), ratificou seus argumentos de defesa apresentados às peças 30/33 e acostou aos autos documentação comprobatória.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, Instrução n.º 17/22 – 2ICE (peça 66), concluiu que as Representantes não apresentaram fundamentos de fato e de direito suficientes para a procedência dos pedidos veiculados pelas respectivas Representações. A Unidade destacou que quanto à perda de objeto da medida cautelar e da própria representação pela adjudicação e homologação do resultado, é incabível a aplicação do Enunciado 5 das 4ª e 5ª Câmaras Cíveis do TJPR, como propõe a Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, além de estarem desatualizados e contrários ao atual entendimento do Supremo Tribunal de Justiça.

A Unidade destaca que da análise da ata de julgamento da subcomissão técnica (peça 10), observou que a avaliação das propostas foi feita de modo individualizado, havendo uma nota atribuída pelo membro da subcomissão para o subquesito analisado (peça 66, fls. 4/5) e informou que o art. 11, §4º, inciso VI, da Lei n.º 12.232/10, possui uma lacuna normativa quanto à exigência formal das justificativas a serem apresentadas. De modo que, ao contrapor os julgados deste Tribunal ao caso em tela, verificou que as justificativas não possuem o mesmo grau de generalismo como sugerem as Representantes.

Quanto a alegação da Representante Gas Comunicação LTDA, a Inspetoria acredita que a justificativa exposta pela Subcomissão gerou uma incompreensão à Representante, contudo, a Unidade constatou que mesmo que fosse atribuída nota máxima ao subquesito objeto da inconformidade da interessada, tal mudança não seria suficiente para alterar sua condição de classificação e, por conseguinte, o resultado do certame.

No mais, a Unidade Técnica concluiu que "considerando que o julgamento das propostas técnicas ocorre em sessão específica pela análise de planos de comunicação apresentados em vias sem a identificação de sua autoria e que o sistema de pontuação e justificativa foi aplicado igualmente a todos os proponentes, é razoável compreender que o procedimento adotado pela subcomissão técnica, por si só, não é capaz de permitir favorecimento ou prejuízo imotivado a participantes específicos não identificados. (...) Pelo exposto nos autos, ainda que não seja previsto nas justificativas um padrão objetivamente uniforme de escalonamento de pontos em caso de atendimento parcial dos subquesitos, não foi constatada a emissão de avaliações infundadas ou julgamentos arbitrários" (peça 66, fls. 09/10).

Ponderou ainda, que no entendimento do Tribunal de Contas da União[1], para o julgamento de propostas avaliadas pelo critério "melhor técnica e preço", a

especificidade do objeto licitado impõe que seja reconhecida a possibilidade de existirem várias soluções possíveis e igualmente válidas para a necessidade de comunicação institucional, de modo que certo grau de subjetivismo seja inerente a avalições técnicas dessa natureza. E, no entendimento da Inspetoria, essas condições foram atendidas no caso em tela, destacando que não há evidências de que o procedimento adotado no julgamento técnico tenha infringido os princípios da isonomia e da impessoalidade (peça 66, fl. 10).

Quanto à alegação de inexequibilidade das propostas de preço das empresas classificadas, a Unidade destacou que a Representante não demonstrou objetivamente a condição sugerida de inviabilidade das propostas das empresas classificadas através de documentação que comprove que os custos de serviço são incoerentes com os de mercado e, conforme demonstrado pela Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, existindo mecanismo adicional de remuneração, além daquela que seria paga pela própria Administração contratante, a exequibilidade da proposta seria mantida pelo desconto-padrão como fonte de receita suficiente para arcar com os custos oriundos da contratação (peça 66, fls. 11/12).

As presentes Representações foram a mim redistribuída, conforme Termo de Redistribuição n.º 403/23 – DP (peça 71), que pelo Despacho n.º 535/23 – GCFSC (peça 72), observei que os Recurso de Agravo (peças 38/44, 45/46 e 47/48) foram recebidos apenas em seu efeito devolutivo, encaminhei os autos para manifestação do Ministério Público de Contas.

O Ministério Público de Contas, Parecer n.º 335/23 – 4PC (peça 73), subsidiado no teor da análise exposta na Instrução n.º 17/22 - 2ICE (peça 66), assim como no conteúdo do exame realizado em sede de cognição sumária pelo Despacho n.º 674/22 - GCFAMG (peça 35), posteriormente confirmado em sede de Recurso de Agravo (autos n.º 527745/22) pelo Acórdão n.º 643/23 – Tribunal Pleno, opinou pela improcedência das Representações.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

Da análise dos autos e do entendimento exarado pela 2ª Inspetoria de Controle Externo e pelo Ministério Público de Contas, entendo pela improcedência das Representações. Explico.

Inicialmente, deixo de receber os documentos acostados às peças 74/80 e 83, pois intempestivos, nos termos do art. 58, do Regimento Interno[2].

No tocante ao mérito das Representações, como bem observado pela Unidade Técnica, as Representantes não apresentaram fundamentos de fato e de direito suficientes para a procedência dos pedidos, isso porque, ao analisar a ata de julgamento da subcomissão técnica (peça 10), observou que a avaliação da proposta foi feita de modo individualizado e, em que pese a lacuna normativa quanto a exigência formal das justificativas a serem apresentadas, verificou-se que as justificativas não possuem o mesmo grau de generalismo como sugerem as Representantes.

As propostas foram analisadas individualmente, porém, com decisão colegiada, baseando-se na pontuação geral da proposta. Conforme destacado pela Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, ora Representada e, atualmente denominada Secretaria de Estado da Comunicação, não é viável comparar pontos específicos e isolados de uma campanha com outra, que conta com lógica e estratégia próprias, por se tratar de uma licitação que não leva em conta apenas preço, mas também elementos de técnica muito específicos em razão da peculiaridade do objeto.

Dessa forma, entendo improcedente a alegação das Representantes quanto a análise das propostas e justificativas teriam sido, aparentemente, genéricas, uma vez que as justificativas ocorreram de forma individualizada, conforme demonstrado na ata de julgamento (peça 10).

Ademais, quanto a alegação da Representante Gas Comunicação LTDA, acompanho o opinativo técnico com relação ao inconformismo da Representante, pois a Unidade constatou que mesmo que fosse atribuída nota máxima ao subquesito objeto da inconformidade da interessada, tal mudança não seria suficiente para alterar sua condição de classificação e, por conseguinte, o resultado final do certame.

Assim, conforme destacado pela Inspetoria, destaco também o entendimento do Tribunal de Contas da União[3], que para o julgamento de propostas avaliadas pelo critério “melhor técnica e preço”, a especificidade do objeto licitado impõe que seja reconhecida a possibilidade de existirem várias soluções possíveis e igualmente válidas para a necessidade de comunicação institucional, de modo que certo grau de subjetivismo seja inerente a avalições técnicas dessa natureza. E que, no caso em tela, essas condições foram atendidas.

Quanto à alegação de inexequibilidade das propostas de preço das empresas classificadas, a Representante não demonstrou objetivamente a condição sugerida de inviabilidade das propostas das empresas classificadas através de documentação que comprove que os custos de serviço são incoerentes com os de mercado e, além disso, restou demonstrado pela Representada que os serviços prestados pelas agências de publicidade, segundo regras próprias deste ramo profissional, são remunerados por diversas fontes, conforme estabelecido no Edital do certame (peça 5, fl. 54 e 117/119). Não há o que se falar em inexigibilidade da proposta, pois mesmo que “zere” alguma dessas vias, continuará recebendo valores de modo indireto, portanto, improcedente o pedido exordial.

Por fim, repisa-se que não há nos autos evidências de que o procedimento adotado pela Representada no julgamento técnico do certame, tenha infringido os princípios da isonomia e da impessoalidade, no procedimento licitatório de Concorrência Pública n.º 001/2021 e, como bem observado pela Inspetoria, considerando que o julgamento das propostas técnicas ocorre em sessão específica pela análise de planos de comunicação apresentados em vias sem a identificação de sua autoria e que o sistema de pontuação e justificativa foi aplicado igualmente a todos os proponentes, é razoável compreender que o procedimento adotado pela subcomissão técnica, por si só, não é capaz de permitir favorecimento ou prejuízo imotivado a participantes específicos não identificados, portanto, pelo exposto, descabe a procedência dos pedidos.

III. VOTO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

Diante de todo o exposto, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente Representação.

Transitada em julgado esta decisão, com fundamento no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[4], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[5].

IV. VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (Divergente)

Trata-se de Representação da Lei n. 8.666/93, apresentada por IMAM PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI e GÁS COMUNICAÇÃO LTDA.[6], em face da Concorrência Pública n. 1/2021, da, à época, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, atualmente SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO (SECOM), que teve por objeto a contratação de cinco agências de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, para atender a administração de indireta do Poder Executivo Estadual, incluídas as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades vinculadas.

O conselheiro relator propõe voto pela improcedência da representação.

Divirjo da proposta apresentada, conforme passo a expor.

Quanto ao mérito, no que se refere à ausência de análise individualizada das propostas, verifico que o julgamento das propostas pela Subcomissão Técnica apresentou vícios. A ausência de análise individualizada das propostas e a elaboração de justificativas coletivas e genéricas para fundamentar as notas atribuídas aos licitantes afrontam o disposto na Lei n. 12.232/10, que normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Transcrevo:

Art. 11. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados no instrumento convocatório.

(...)

§ 4° O processamento e o julgamento da licitação obedecerão ao seguinte procedimento:

I - abertura dos 2 (dois) invólucros com a via não identificada do plano de comunicação e com as informações de que trata o art. 8° desta Lei, em sessão pública, pela comissão permanente ou especial;

II - encaminhamento das propostas técnicas à subcomissão técnica para análise e julgamento;

III - análise individualizada e julgamento do plano de comunicação publicitária, desclassificando-se as que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório, observado o disposto no inciso XIV do art. 6° desta Lei; (Grifamos)

Como se depreende, não há omissão, lacuna ou espaço para dupla interpretação na lei especial. Conforme consta da citada legislação, a análise individualizada das propostas é medida impositiva.

Caso o legislador pretendesse que o julgamento das propostas fosse realizado em conjunto entre os membros da subcomissão, teria silenciado sobre o tema na lei especial, o que atrairia a aplicação do § 3º, do art. 51, da Lei n. 8.666/93. Entretanto, não o fez, diante do caráter particular da contratação de agências de publicidade para prestação de serviços.

Este é o entendimento desta Corte de Contas, conforme citado nos autos e corroborado em pesquisa junto a decisões da Casa, no Acórdão n. 2773/19 – Tribunal Pleno, que julgou procedente representação referente à contratação de agência publicitária, com aplicação de sanções.

Tal irregularidade resta ainda mais flagrante quanto se tem notícias, conforme acima destacado, de investigação do GAECO envolvendo empresas de publicidade que fizeram parte do procedimento licitatório realizado.

Desta forma, entendo que a falta da análise individualizada das propostas técnicas contraria o estabelecido no art. 11, §4º, III e IV, da Lei n. 12.232/10, razão pela qual proponho a PROCEDÊNCIA do pedido quanto a este apontamento, com aplicação de multa.

No que se refere à alegada inexequibilidade das propostas de preço, verifico do constante nos autos que as concorrentes apresentaram descontos impraticáveis, conforme abaixo exposto, compensados posteriormente com a formalização de aditivos:

Licitante	Desconto	Honorários	Contrato	1º aditivo 6/23	2º aditivo – agosto/23
LUA	100%	0%	23/8/22	Acréscimo de 25%	Prorrogação de 14/9/23 a 13/9/24
TIF	70%	0%	24/8/22	Acréscimo de 25%	Prorrogação de 14/9/23 a 13/9/24
VIVAS	80%	0%	24/8/22	R$ 23.750.000,00	
GPAC	100%	0%	23/8/22		
Engenho	80%	0%	24/8/22		
Valor estimado				R$ 118.750.000,00	R$ 118.750.000,00

Observo que, das cinco empresas classificadas para a fase de apresentação das propostas de preços, duas concorrentes concederam 100% de desconto. Ainda, foram realizadas propostas com 80% e 70% de desconto.

Muito embora a representada alegue que os serviços prestados pelas agências de publicidade, segundo regras próprias deste ramo profissional, são remunerados por diversas fontes e que, mesmo que “zere” a obtenção de lucro por algumas dessas vias (oferecendo descontos de até 100%), as demais podem compensar a fonte de receita renunciada. Ou seja, indicam que os descontos que chegam ao valor integral do custo do serviço, não interferem na percepção de lucro pela agência, que continua recebendo valores de modo indireto (peça 30, f. 49).

Entendo que tal alegação não merece prosperar, uma vez que afronta o princípio da competitividade, tornando, o preço lançado na concorrência pública realizada, fictício. Neste aspecto, a representante GAS COMUNICAÇÃO LTDA comprova patente violação à justa competição, uma vez que o procedimento adotado pelas concorrentes no processo licitatório, não observa o disposto no item 27 do Manual da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (peça 12). Cita, ainda, afronta à normas específicas das agências publicitárias: Comunicação Normativa nº 14, do Conselho Executivo das Normas Padrão e Tabela Referencial do Sindicato das Agências de Propaganda (peças 32 e 34, dos autos apensos n. 467084).

Retornando à análise dos fatos, conforme se observa na tabela acima destacada, os descontos se mostraram exacerbados e, menos de um ano após a celebração contratual, foram pactuados aditivos na ordem de mais de R$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) à contratação.

Em simples busca no sítio eletrônico da Secretaria de Comunicação, é possível encontrar dez termos aditivos[7], pactuados menos de um ano após a homologação do certame, distribuídos a cada uma das empresas:

i. VIVAS – dois termos aditivos;
ii. GPAC – dois termos aditivos;

iii. LUA – dois termos aditivos;
iv. TIF – dois termos aditivos;
v. Engenho – dois termos aditivos.

No 1º contrato aditivo com a contratada VIVAS, por exemplo, o valor acrescido ao contrato principal é de R$ 23.750.000,00 (vinte e três milhões setecentos e cinquenta mil reais):

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 A soma das despesas a serem realizadas pela CONTRATADA e pelas outras contratadas ao abrigo da concorrência que deu origem a este ajuste, nos primeiros 12 (doze) meses, foi estimada em R$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), acrescidos nesta ocasião de R$ 23.750.000,00 (vinte e três milhões setecentos e cinquenta mil reais), de modo que o valor estimado até setembro de 2023 é de R$ 118.750.000,00 (cento e dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil reais).[8]

Já, com a contratada GPAC, no 1º termo aditivo o objeto é acrescido em 25%:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1

O presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração da titularidade (polo ativo) do Contrato n° 023/2022, bem como a alteração de sua dotação orçamentária, nos termos do Art. 56 da Lei Estadual 21.352/23, e o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos contratos, com fulcro no art. 112, §1º, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007.[9]

À página 14 do contrato aditivo com a empresa LUA, o item 8.5 estabelece que as cláusulas de honorários e formas de remuneração, podem ser repactuadas no decorrer do termo: "As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas no interesse do CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato."[10]

Percebe-se que o argumento de que os supostos valores recebíveis, de modo indireto, comportariam a concessão de descontos que chegam ao valor integral do custo, não se sustenta.

Nesse sentido, ainda que as concorrentes optem por ser remuneradas apenas pelo desconto-padrão, tais propostas, mesmo que fossem exequíveis, fulminam a justa competição entre as agências de publicidade.

Insta consignar que a lei veda ao agente público admitir atos que frustrem o caráter competitivo do procedimento licitatório.

No caso em tela, ao permitir descontos de tamanha monta, a comissão de licitação infringiu os princípios constitucionais da isonomia e da legalidade, bem como os artigos 5º, 9º, I, "a" e 59 da Lei n.14.133/2021, artigo 11, § 4º, da Lei n. 12.232/2010, artigos 2º e 50 da Lei n. 9784/99.

Desta forma, entendo pela PROCEDÊNCIA do feito quanto ao apontamento, com aplicação de multa.

Quanto às inconformidades da comissão de licitação, destaco que, sem previsão legal e, em afronta ao § 2º, do art. 10, da Lei n. 12.232/10, a comissão de licitação criou a figura do "suplente", justificando tal inovação como "boa prática administrativa".

Verifico dos autos que o membro Fabiano Barbosa de Azevedo, "em face de fatos supervenientes de ordem pessoal", foi substituído por Rita de Cassia do Amaral Kalluf. Tal procedimento afronta o princípio da impessoalidade, que rege a administração pública, tendo em vista que ao adotar como critério para compor o quórum, a simples substituição de membro ausente por outro previamente conhecido, deturpa-se o objetivo da lei.

O procedimento adequado seria a realização de novo sorteio, com lista de nomes composto por pelo menos o triplo de vagas, para substituir membro da subcomissão.

Além do mais, o princípio mais fundamental da Administração Pública é da legalidade, pelo qual esta só pode atuar conforme o que dita a lei e não por motivo de "boa prática administrativa". Tal justificativa não se presta à condução do procedimento licitatório ao arrepio das normas legais.

Desta forma, havendo evidente ilegalidade no procedimento de substituição de membro da subcomissão técnica, entendo procedente o feito, com aplicação de multa.

Diante da gravidade dos fatos narrados, bem como das informações constantes na petição intermediária n. 427094/23, não recebida pelo relator, entendo necessário o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para adoção das medidas que entender pertinentes.

V. VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (vencido)

Ante o exposto, divirjo do voto do condutor a fim de julgar PROCEDENTE a representação, ante os seguintes apontamentos:

i. ausência de análise individualizada das propostas;
ii. inexequibilidade das propostas de preço, com a consequente formalização de aditivos indistintamente;
iii. inconformidades da comissão de licitação.

Proponho, ante as irregularidades verificadas, a aplicação de três multas administrativas, individualmente, do artigo 87, IV, g, da Lei Complementar n. 113/2005, aos srs. JOÃO EVARISTO DEBISASI (6/3/2020-31/12/2022) e CLEBER OLIVEIRA MATA (de 17/1/2023 até o momento).

Proponho, ainda, DETERMINAÇÃO à SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO que não prorrogue, sob nenhuma hipótese, o contrato firmado, sob pena de aplicação das sanções da LCE n. 113/05.

Ainda, tendo em vista a gravidade dos fatos narrados, encaminhem-se ao Ministério Público para providências.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta, em:

I - Julgar IMPROCEDENTE a presente Representação;

II - após transitada em julgado esta decisão, com fundamento no art. 398, § 1º, do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito.

Votaram, acompanhando o Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencedor), os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e AUGUSTINHO ZUCCHI.

O Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (vencido) votou pela procedência da Representação, sendo acompanhado pelo Conselheiro IVAN LELIS BONILHA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. TCU, Acórdão 2813/2017 - Plenário. Rel. Min. Aroldo Cedraz. 06/12/2017
__2__. Art. 58. O prazo para manifestação dos interessados, inclusive na oportunidade do contraditório e ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
__3__. TCU, Acórdão 2813/2017 - Plenário. Rel. Min. Aroldo Cedraz. 06/12/2017.
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__5__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
__6__. Autos em apenso n. 46708-4/22
__7__. Disponível em: https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Concorrencia-Publica-0012021 - data de acesso: 9/11/2023.
__8__. Disponível em: https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/1_termo_aditivo_ao_contrato_022_2022_vivas.pdf - data de acesso: 9/11/2023.
__9__. Disponível em: https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/1_termo_aditivo_ao_contrato_023_2022_gpac.pdf - data de acesso: 9/11/2023.
__10__. Disponível em: https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/contrato020_2022_lua.pdf - data de acesso: 9/11/2023.

PROCESSO Nº:-291737/23
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-EOL POTIGUAR B143 SPE S.A
INTERESSADO:-CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES, MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
ADVOGADO / PROCURADOR-GERONIMO AMILTON THOMAZI, MARIA CRISTINA NAVARRO LINS PAUL, MICHAEL LUIZ DE SOUZA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, ROBERTO CHYLAJENKO ZARPELON, RONALDO BOSCO SOARES, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3731/23 - TRIBUNAL PLENO

Prestação de Contas Anual. EOL POTIGUAR B143 SPE S.A. Exercício Financeiro de 2022. Pela REGULARIDADE das contas.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos do processo da Prestação de Contas Anual da EOL POTIGUAR B143 SPE S.A, vinculada à COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, referente ao exercício financeiro de 2022, da responsabilidade de Carlos Frederico Pontual Moraes, Presidente no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Por meio da Instrução n.º 742/23-CGE (peça 34) a Coordenadoria de Gestão Estadual - CGE concluiu pela regularidade das contas da EOL POTIGUAR B143 SPE S.A, exercício 2022.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas lançou o Parecer n.º 890/23-3PC (peça 35) corroborando o opinativo técnico pela regularidade das contas.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, observo que a constituição do processo da prestação de contas anual da EOL POTIGUAR B143 SPE S.A atendeu ao disposto na Instrução Normativa n.º 176/2022[1].

Ademais, consoante relatado, a Coordenadoria de Gestão Estadual emitiu opinativo técnico pela regularidade das contas, cuja análise esteve cingida nos assuntos e escopo previstos para o exercício de 2022, assim como o Ministério Público de Contas em seu Parecer.

Desta forma, acompanho os opinativos convergentes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas.

III. VOTO

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 113/2005[2], VOTO pela REGULARIDADE da prestação de contas anual da EOL POTIGUAR B143 SPE S.A, referente ao exercício financeiro de 2022, da responsabilidade de Carlos Frederico Pontual Moraes.

Transitada em julgado a decisão, com fulcro no art. 398, § 1º, do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[4].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

Julgar pela REGULARIDADE da prestação de contas anual da EOL POTIGUAR B143 SPE S.A, referente ao exercício financeiro de 2022, da responsabilidade de Carlos Frederico Pontual Moraes.

Transitada em julgado a decisão, com fulcro no art. 398, § 1º, do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Ementa: Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2022, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

__2__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator
__4__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-204069/16
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PEROBAL
INTERESSADO:-ALMIR DE ALMEIDA, JEFFERSON CASSIO PRADELLA, LUIZ CARLOS BARRADAS, MUNICÍPIO DE PEROBAL
ADVOGADO / PROCURADOR-MARCIO ANTONIO BATISTA DA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO Nº 3743/23 - TRIBUNAL PLENO

Paralisação processual por mais de 5 anos. Citação do gestor para se manifestar das imputações decorridos mais de 7 anos dos fatos narrados como irregulares. Não se pode exigir do jurisdicionado que se defenda de ato que não lhe é expressamente atribuído por este Tribunal de Contas, sob pena de infringência do devido processo legal. Prescrição. Reconhecimento. Duração razoável do processo. Inobservância. Garantia constitucional voltada à eficiência e tempestividade das decisões. Voto condutor que aplica o máximo da sanção por continuidade delitiva. Ausência de dano ao erário. Extinção da representação.

1 RELATÓRIO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (relator originário)

Trata-se de representação, proposta pelo então vereador LUIZ CARLOS BARRADAS, em face do MUNICÍPIO DE PEROBAL, por meio da qual noticiou que verificou diversos empenhos sem que ocorresse o devido processo de licitação, dentre eles: a) contrato com Norospar no valor de R$ 36.700,00; b) contrato de transporte com Viação Umuarama Ltda. no valor de R$ 32.276,73; c) serviços hospitalares no valor de R$ 34.000,00; d) Maria Izabel V. Alcantara, empresa de serviços de malotes, no valor de R$ 9.000,00; e) Aquisição de tintas, no valor de R$ 54.299,40; f) serviços de pedreiro e/ou mão de obra no valor de R$ 235.000,00; g) gastos com peças mecânicas no valor de R$ 345.000,00; h) gastos com serviços médicos no valor de R$ 333.478,50; i) gastos em mercados no valor de R$ 45.000,00; j) serviços metalúrgicos no valor de R$ 33.000,00; k) gastos com locação de retroescavadeira e caminhão, no valor de R$ 60.000,00; l) pesquisa e serviços gráficos no valor de R$ 45.000,00.

Diante do exposto, pugna pelo reconhecimento da representação para apuração das irregularidades.

Em contraditório o MUNICÍPIO DE PEROBAL afirmou: a) não existe hospital em Perobal, de modo que procedimentos médicos são encaminhados à Umuarama-PR; b) Viação Umuarama detém o monopólio do transporte de passageiros na linha intermunicipal, fato se enquadraria em dispensa de licitação; c) objeto de representação é impreciso, não especificando do que se refere o valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais); d) o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) de malote decorre de encaminhamentos fiscais de interesse do município, serviço que, devido a especialidade, pode ser objeto de dispensa de licitação; e) como o prédio em que se localizava a prefeitura estava com sérias infiltrações, foi necessário acomodar a nova sede de forma emergencial, de modo que os valores gastos em tintas, no montante de R$ 54.299,40 (cinquenta e quatro mil duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) decorre da acomodação da nova sede; f) valor de R$ 333.478,50 (trezentos e trinta e três mil quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) referente a gastos médicos vinculados à empresa Clínica Médica Franslaine Ltda Me, tendo por objeto o Pregão 003/2013; g) despesas relativas ao mercado decorreram de materiais de limpeza e higiene, gêneros alimentícios, decorrentes do Pregão de n. 039/2015, 382/2015, 018/2015, 025/2015, 018/2015; h) serviços de retroescavadeira foram serviços emergenciais efetuados pelo município no aterro sanitário.

No Despacho n. 09/17, do então corregedor geral à época, Conselheiro Durval Amaral (peça 18), foi determinada a inclusão do município de Perobal e do Prefeito à época (2017), de modo que foi citado o sr. Almir de Almeida, então prefeito, e o Município de Perobal (ARs em peças 26 e 27).

Ocorre que, conforme pontuado pelo sr. Almir de Almeida (peça 29), quem deveria ter sido citado era o sr. Jefferson Cassio Pradella (gestão 2013/2016), sendo assim o município ressaltou que as ilegalidades foram configuradas na gestão passada, antes do prefeito Almir de Almeida assumir o cargo eletivo – 1º de janeiro de 2017.

Em instrução n. 2816/22 (peça 34) a Coordenadoria de Gestão Municipal afirmou que transcorrido o lapso temporal entre os fatos e, não tendo o gestor Jefferson Cassio Pradella sido citado, até o momento, opinou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão sancionatória.

Diferentemente do que propôs a unidade técnica, o Ministério Público de Contas, no Parecer 560/22 – 2PC (peça 35), elaborado pela Procuradora Kátia Regina Puchaski, compreendeu que o prefeito Jefferson Cassio Pradella teria sido citado, pois subscreveu a petição do município. Deste modo, opinou para afastar a prescrição.

Em Despacho 78/22 – GCMRMS, determinei a intimação de JEFFERSON CASSIO PRADELLA (em 1º de dezembro de 2022) (peça 40).

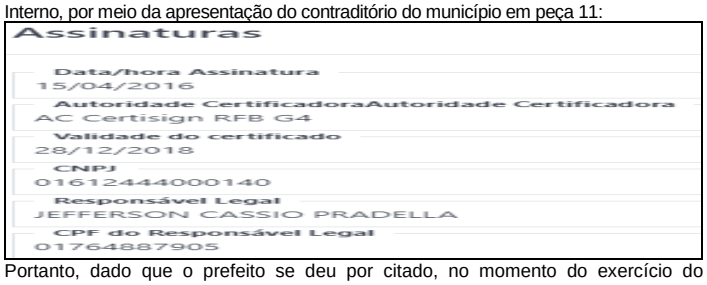
Em contraditório, este pugnou pelo reconhecimento da prescrição.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, conclusivamente, na Instrução 481/23 reiterou a tese da aplicação da PRESCRIÇÃO.

Além disso, ponderou que vários serviços/bens foram adquiridos sem procedimentos/formalidades, razão pela qual propõe a aplicação de MULTA em face de sr. Jefferson Cássio Pradella, em conformidade ao art. 87, IV, g, da Lei Orgânica deste Tribunal:

a) 40 serviços médicos, em favor de Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná, no total de R$ 36.700,00;
b) aquisição de passagens da Viação Umuarama Ltda., no valor de R$ 32.276,73;
c) serviços médicos no Hospital Cemil Med. Mater. Infância Ltda., no valor de R$ 2.500,00, para quatro munícipes;
d) três hospedagens de munícipes, na Central de Apoio Vale do Ivaí Ltda. no valor de R$ 2.358,00, foram pagos diretamente, por meio de suprimento de fundos, dentro do valor permitido;
e) Centro Ortopédico Especializado de Umuarama Ltda., no valor de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos) referentes a três consultas médicas;
f) aquisição de gás oxigênio, para onze munícipes, no valor de R$ 7.800,00, em favor de CBC Equipamentos Respiratórios Ltda. Me;
g) pagamento de serviços médicos, no valor de R$ 3.500,00, em valor do Instituto Nossa Senhora Aparecida;
h) serviços médicos hospitalares, no valor de R$ 4.070,00, em favor do Hospital Geral N. S. Aparecida Ltda.;
i) Maria Izabel Valeriano Alcantara contratada para realização de serviço de malote, no valor de R$ 9.000,00;
j) aquisição da empresa Brancor Tintas de tintas, de massas e de impermeabilizantes, para três diferentes reformas;
k) aquisição de Barreiros Jr. – Tintas de tintas para marcação de tráfego, no valor de R$ 17.490,00;
l) compra de R$ 26.422,90 da Revicollor Ind. E Com. de Tintas Ltda., referente a aquisição de tintas;
m) pagamento de nove serviços prestados como pedreiro por José Aparecido Franço Júnior, no valor de R$ 34.444,13, sem dispensa do processo licitatório;
n) pagamento sem prévio procedimento de dispensa à H. M. M. de Araújo Serviços Me, no valor de R$ 12.692,00, decorrente de três serviços prestados como pedreiro na construção do muro para o Cemitério Municipal;
o) nove serviços de manutenção pagos à Takahashi e Barbosa Ltda. Me, no valor de R$ 18.632,00;
p) oito serviços de manutenção de residências atingidas pela enchente, no valor de R$ 44.994,00 pagos à Hélio José da Silva;
q) quatorze serviços de manutenção no valor de R$ 66.318,00 em favor de H. A. de Paula Construtora Me;
r) cinco reformas pagas à E. de M. Silva Construções Me no valor de R$ 20.204,15;
s) três serviços pagos em favor de Denilson Fopmaggi no valor de R$ 5.785,00;
t) cinco reformas no valor de R$ 15.721,37, pagas à C. R. da Silva Construções Me;
u) despesa no valor de R$ 7.900,00 em favor de Alexandro do Nascimento Haber anulada;
v) doze serviços pagos à M. Santos Prestadora de Serviços Me, no valor de R$ 56.097,15;
v) doze serviços de reformas, no valor de R$ 56.097,15, em favor de M. Santos Prestadora de Serviços Me;
w) serviços de manutenção de veículos, no valor de R$ 6.045,00, em favor de Paula e Cerratti Ltda.;
x) três serviços de mecânica, no valor de R$ 12.500,00, em favor de Serjão Mecânica Ltda.;
y) manutenção de veículos e aquisição de peças, no valor de R$ 35.215,60, pagos à Rodinei Neris Alves – Auto Elétrica;
z) oito serviços de mecânica, no valor de R$ 3.360,00, pagos em favor de T. M. Nascimento Mecânica Me;
aa) dez aquisições de peças agrícolas, no valor de R$ 8.525,69, pagos em favor de Recon Marcado de Peças Agrícolas Ltda;
bb) vinte e quatro serviços mecânicos, no valor de R$ 19.161,15, pagos em favor de Leandro Gonçalves;
cc) seis aquisições de peças, no valor de R$ 13.357,09, pagas em favor de J. R. da Cunha Auto Peças;
dd) quatro aquisições de peças, no valor de R$ 7.112,07, pagos em favor de J. P. F. Bombas Injetoras Ltda.;
ee) seis aquisições de peças, no valor de R$ 4.467,39, pagos em favor de Granvel Granvil e Veículos Ltda.;
ff) treze serviços mecânicos, no valor de R$ 18.278,00, pagos em favor de E. M. Pizaia Retificadora;
gg) vinte e sete serviços mecânicos, no valor de R$ 17.428,00, pagos em favor de E. Gumieri Posto de Molas e Mecânica Diesel Me;
hh) aquisição de pneus, no valor de R$ 4.480, em favor de Comercial Automotiva AS;
ii) vinte e duas aquisições de baterias, no valor de R$ 10.804,00, pagos em favor de Baterias S. N. Ltda;
jj) dezessete serviços de manutenção de veículos, no valor de R$ 28.501,81, pagos em favor de ARAPONOIESEL Bombas Injetores Ltda.;
kk) oito serviços de manutenção de veículos, no valor de R$ 14.985,00, pagos em favor de Anderson Carvalho Guilherme Guilherme;
ll) quatorze manutenções em maquinários e caminhões, no valor de R$ 47.313,00;
mm) trinta e um serviços, no valor de R$ 51.240,00, pagos em favor de Guilherme Peças e Funilaria;
nn) serviço contratual no valor de R$ 333.478,50, firmado com Clínica Médica Franslaine Ltda. Me, decorrente de procedimento licitatório;
oo) valores referentes ao Supermercado Paschoal e F. da Silva Sales Sales não possuem informações no site municipal e no PIT;
pp) contratação direta, e adequada, de quatorze aquisições de materiais para limpeza no valor de R$ 8.450,44, em favor de Douglas de Almeida Costa;
qq) contratação por meio de suprimentos de fundos de quarenta e quatro aquisições de produtos para consumo do CRAS no valor de R$ 17.135,29, em favor de João Laerzio Manduca;
rr) vinte e quatro serviços, no valor de R$ 25.610,00, em favor de Valquíria de Queiroz Silveira;
ss) seis serviços, no valor de R$ 7.600,00, em favor de L. B. Ferreira – Metalúrgica;
tt) três serviços, no valor de R$ 15.600,00, em favor de Maurício Tibeiro;
uu) três manutenções de veículos, no valor de R$ 7.550,00, em favor de Souza Barbosa & Cia Ltda.
vv) oito serviços de Solo Forte Terraplanagem Ltda., no valor de R$ 19.460,00;
ww) serviço de escavadeira hidráulica, no valor de R$ 4.500,00, em favor de V. A. Fenato Me
xx) serviço de confecção de panfletos para campanha conta dengue, no valor de R$ 4.800,00, adequadamente pagos por meio de suprimento de fundos, em favor de H B Cabrobo Impressão Digital ME;
yy) aquisição de blocos e envelopes, no valor de R$ 1.835,00, em favor de Gráfica Polo Ltda, adequadamente pagos por meio de suprimento de fundos;
zz) serviço de panfletos para divulgações, no valor de R$ 5.100,00, em favor de M M Alves Gráfica e Editora, adequadamente pagos por meio de suprimento de fundos;
aaa) serviço de pesquisa de avaliação, no valor de R$ 7.500,00, em favor de Globo

Pesquisas Ltda.
bbb) cinquenta aquisições de panfletos, cartazes, convites, etc., no valor de R$ 17.131,02, em favor de Gráfica e Papelaria Perobal Ltda.
No derradeiro Parecer de n. 555/23 da 2ª Procuradoria do Ministério Público de Contas, a procuradora Kátia Regina Puchaski, corrobora com o opinativo da CGM parcialmente, discordando apenas no que se refere a ocorrência da prescrição, pois compreende que quando o município se manifestou o prefeito sr. Jefferson Cássio já teria tomado ciência do feito, mesmo que indiretamente, pois subscreve a peça.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
2.1 Inocorrência da prescrição da pretensão sancionatória
Conforme os autos sob n. 54109-3/17, este Tribunal, em revisão ao prejulgado 26, reconheceu a possibilidade da prescrição da pretensão sancionatória após o transcurso de cinco anos entre o ato ilícito e a citação:
Por ocasião do julgamento do prejulgado em revisão, foi decidido
que, na ausência de previsão específica sobre o tema no âmbito deste Tribunal, deveriam ser aplicadas as normas de direito público e, no que couber, as do Código de Processo Civil, por força do art. 52 da Lei Complementar nº 113/0512.
Quanto ao prazo e termo inicial, questões de direito material, utilizou-se da analogia com as normas de direito público que estabelecem prazo prescricional de cinco anos e termo inicial como sendo a data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, o dia em que tiver cessado (art. 1º da Lei 9.873/99)13. (...) deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito ex nunc) e reiniciará somente a partir do trânsito em julgado, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo
(...)
I - Possibilidade de reconhecimento de ofício ou a requerimento da parte (Redação dada pelo Acórdão 1919/23) da prescrição das multas e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público que tratam do tema, (Revogado) que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado;
Conforme o inciso segundo da referida decisão, a interrupção da prescrição ocorre com o despacho que ordena a citação e retroagirá à data da propositura da demanda:
II - em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito ex nunc) e (Redação dada pelo Acórdão 1919/23) reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo;
III - nos processos de iniciativa do jurisdicionado, como prestações de contas, em que compete ao próprio gestor de recursos públicos, em cumprimento à norma constitucional, encaminhar a documentação em prazo definido em lei e em normativas desta Corte, em caso de omissão, a contagem do prazo prescricional terá início no dia seguinte ao término do prazo final de envio. (Redação dada pelo Acórdão 1919/23)
No caso em questão, como bem pontuado pelo Ministério Público de Contas, o ex-prefeito Jefferson Cássio Pradella, deu-se por citado, nos termos do art. 381, I, do Regimento Interno, por meio da apresentação do contraditório do município em peça 11:


Assinaturas
Data/hora Assinatura
15/04/2016
Autoridade CertificadoraAutoridade Certificadora
AC Certisign RFB G4
Validade do certificado
28/12/2018
CNPJ
01612444000140
Responsável Legal
JEFFERSON CASSIO PRADELLA
CPF do Responsável Legal
01764887905

Portanto, dado que o prefeito se deu por citado, no momento do exercício do contraditório do município, não há que se falar em prescrição da pretensão sancionatória em face do sr. Jefferson Cássio.
2.2 Irregularidades. Ausência de pesquisa prévia de preços em contratação direta.
Conforme Instrução 481/23 realizada pela CGM e o Parecer 555/23, foram realizadas inúmeras contratações sem qualquer processo licitatório e/ou procedimento de dispensa e/ou inexigibilidade.
Nota-se que não se trata de situação isolada, mas reiterada por diversas vezes. Conforme instrução apresentada pela CGM consta que os serviços de fato foram prestados, no entanto, sem a instauração de procedimento administrativo formal para a contratação de bens e serviços.
É necessário que o gestor, em exercício de mandato eletivo, garanta a observância do princípio constitucional da isonomia, permitindo que de fato haja competitividade na aquisição de bens e serviços e, consequentemente, efetiva vantajosidade à Administração Pública.
A Administração Pública deve zelar pela publicidade e pela formalidade, de modo que em casos de dispensa de licitação, por meio de compra direta (art. 24 e 25 da Lei 8.666/93), caberá prévia análise e parecer da procuradoria.
Caso não fosse necessário formalização, com prévio estudo técnico, estimativa da despesa, justificativa de preço, entre outros procedimentos previstos no art. 72 da Lei 14.133/2021, ficaria a arbítrio do gestor definir o fornecedor. Como bem pontua o Ministro Aroldo Cedraz:
a obrigação de licitar não é mera formalidade burocrática, decorrente apenas de preceitos legais. Ela se funda em dois princípios maiores: os da isonomia e da impessoalidade de competir com outros interessados em fazê-lo, e de eficiência, que exige a busca da proposta mais vantajosa para a administração.
Assim, ao contrário do afirmado nas justificativas apresentadas, a licitação, além de ser exigência legal, quando bem conduzida, visa – e permite – a obtenção de ganhos para a administração. E quando a possibilidade de prejuízos existe, a própria lei, novamente com base no princípio da eficiência, prevê os casos em que o certame licitatório pode ser dispensado. (Acórdão 34/2011, Plenário, rel. Ministro Aroldo Cedraz).
No caso da contratação direta, há formalidades que são suprimidas ou substituídas, porém, não deixam de ser minimamente exigidas. Nas palavras de Marçal Justen Filho:
essa flexibilidade não significa discricionaridade na escolha das hipóteses de contratação direta. (...). A contratação direta não significa que são inaplicáveis os princípios básicos que orientam a atuação administrativa. Nem se caracteriza uma livre atuação administrativa. O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar (ainda nestes casos) a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais (...). Portanto, a contratação direta não significa eliminação de dois postulados consagrados a propósito da licitação. O primeiro é a existência de um procedimento administrativo. O segundo é a vinculação estatal à realização de suas funções.[1]
Conforme demonstrado, a contratação direta não equivale a uma contratação informal, pois é necessário prévio procedimento administrativo:
Ocorre que a dispensa não foi devidamente motivada. Não consta dos autos o processo de dispensa e a justificativa pela escolha do fornecedor dos serviços, dos preços pagos ou outra que a justificasse, nos termos do que determina o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93.
Também não encontra amparo legal a inexistência de contrato entre as partes, pois o art. 62 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) veda essa prática para casos como o ora em discussão (...) Assim, não há outra solução que não a irregularidade das contas pela referida contratação, determinando a restituição do erário e multa aos responsáveis. (TCE PR, 1059-0/19, Tomada de Contas Extraordinária, Processo sob n. 564256/09, Conselheiro Fábio de Souza Camargo).
(...) Irregularidades praticadas em procedimentos. Aplicação de multas administrativas e ressarcimento de valores ao erário. (...) Em que pesem os argumentos da defesa, não foi apresentada
justificativa apta a afastar a violação ao princípio do concurso público (art. 37, II da Constituição Federal) e duplicidade de despesas para a mesma finalidade. Além disso, ambos procedimentos não contam com o parecer jurídico. Na Carte Convite nº 13/2011 foi demonstrado de que forma se determinou o valor dos serviços técnicos. E na Dispensa de Licitação nº 002/2011 não consta termo de contrato ou instrumento equivalente, nem há solicitação da unidade competente. Irregularidade que ofendem a Lei de Licitações (...) Desta forma, além da violação da lei de licitações e contratos administrativos, nota-se que os serviços de deveriam ser executados servidores por ocupantes de cargos de provimento efetivo, advogados e contadores, uma vez que o Município possuía três contadores e um procurador municipal. Diante do exposto neste achado, aplico a multa do art. 87, IV, 'g'11, da Lei Complementar nº 113/2005 (TCE PR, processo n. 533028/11, Acórdão n. 429/22 – Primeira Câmara, Relator Conselheiro Ivan Lelis Bonilha)
Em conformidade decisões acima colacionadas, observa-se que não este Tribunal reconhece que a dispensa indevida e imotivada, bem a ausência de procedimentos para dispensa, implicam em afronta direta ao art. 26 da Lei 8.666/93, bem como ao art. 72 da Lei 14.133/2021 do Estado do Paraná.
Nestes termos, em conformidade a fundamentação presentada, dou procedência a representação promovida em face do ex-prefeito Jefferson Cássio e aplico multa prevista no art. 87, IV, g, do Regimento Interno aumentada em seu décuplo, com fulcro no §2º-A, visto que a prática apurada irregular, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, devem ser compreendidas como a continuação da primeira irregularidade.
Afasto o dever de ressarcimento ao erário, pois tanto a CGM, quanto o Ministério Público de Contas, não apontaram irregularidade nos valores (sobrepreço) ou que os serviços não foram devidamente prestados. Portanto, a fim de evitar o enriquecimento indevido da Administração Pública, não há que se falar em dever de ressarcimento.
3 VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (vencido)
Diante do exposto, VOTO pela PROCEDÊNCIA desta representação, reconhecendo que o ex-prefeito agiu de forma irregular ao desconsiderar procedimentos e formalidades em dispensas de licitação, bem como por deixar de realizar processo licitatório, quando necessário, em diversas ocasiões.
Pelo exposto, aplico multa prevista no art. 87, IV, g, do Regimento Interno aumentada em seu décuplo, com fulcro no §2º-A, em face ao ex-prefeito Jefferson Cássio.
Transitado em julgado, encaminhe-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para providências, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, e tendo em vista o artigo 175-L do mesmo diploma.
4 VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencedor)
Inicialmente, observo que o Despacho nº 9/17 - GCG, peça 18, que recebeu a Representação e determinou a citação dos interessados, incluiu no feito tão somente o Município de Perobal e seu então prefeito, Almir de Almeida, não o agente ora responsabilizado, Jefferson Cássio Pradellla, que era o gestor à época dos fatos tidos por irregulares (2015/2016).
Entre 2 de maio de 2017 a 30 de julho de 2022, o processo quedou arquivado na unidade técnica, resultando 5 anos e dois meses de paralisação processual.
Somente em 13 de dezembro de 2022 foi determinada a intimação (citação) de Jefferson Cassio Pradellla, peça 37.
Entre os fatos iniciais narrados como irregulares e a citação (intimação) do interessado para se defender, decorreram mais de 7 anos.
Contudo, somente pela Instrução nº 481/23 – CGM, de 28/02/2023, peça 46, foi realizada a primeira e única análise conclusiva pela unidade técnica apontando as irregularidades que teriam sido praticadas na gestão do ora representado e indicando o responsável.
Antes disso, pela Instrução nº 2.816/22 – CGM, peça 34, a análise da unidade técnica se limitara à análise da prescrição, concluindo pelo encerramento do processo.
No que tange à responsabilização individual, importa destacar que, ao discorrer sobre o regime jurídico distinto entre as diversas manifestações do ius puniendi estatal, FÁBIO MEDINA OSÓRIO[2] traça distinções entre a interpretação penal e administrativa, alertando, contudo, que a influência das teses humanistas sobre todo o direito está impondo uma "progressiva aproximação dos métodos hermenêuticos, mormente em área comum ao Direito Sancionador, seja ele Penal, seja Administrativo". Verbis.
"A interpretação penal é distinta da interpretação administrativa, pode-se constatar,

em face de toda uma tradição hermenêutica que busca a garantia de direitos individuais contra o poder do Estado. No entanto, essa não é a tendência atual, eis que o Direito Penal começa a ganhar contornos funcionalistas, é pragmático e enfrenta com extremo rigor determinadas formas de criminalidade de alto impacto social. A interpretação do Direito Administrativo Sancionador, por seu turno, ganhou novos ares, renovou-se, aproximando-se do ideário humanista que contagiou toda a evolução das Ciências Penais e da dogmática penal. De todos os modos, a interpretação constitucional, a doutrina universal dos direitos humanos, a teoria dos direitos fundamentais, o papel fundamental da Teoria Geral do Direito, tudo conduz a uma progressiva aproximação dos métodos hermenêuticos, mormente em área comum ao Direito Sancionador, seja ele Penal, seja Administrativo."

Para que se possa relacionar o dano à ação, se faz necessário que se este Tribunal estabelecesse o nexo de causalidade entre a conduta imputada ao agente e os eventos tidos como danosos, o que somente ocorreu com a Instrução conclusiva da unidade técnica de 2023.

Daí por que não se pode considerar apenas o aspecto meramente formal da ciência do jurisdicionado desta representação, vez que não se pode exigir que ele se defendesse de fatos que não lhe foram expressa e pessoalmente atribuídos, por este Tribunal de Contas quando da intimação do Município, de maneira que lhe assegurasse o direito de produzir as provas que entendesse adequadas para a sua defesa, sob pena de infringência do devido processo legal.

Portanto, não pode prosperar o argumento do Ministério Público de Contas de que a mera ciência desta Representação, ainda na fase de recebimento, tenha o condão de afastar a prescrição.

Por outro viés, conforme preceitua o Prejulgado nº 26, conforme a revisão dada pelo Acórdão nº 1.919/23 - Tribunal Pleno, processo nº 54.109-3/17, inobstante este Tribunal de Contas não tenha acatado a prescrição intercorrente, no item 2, parte final, do Prejulgado, em atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal[3], foi assegurada a duração razoável do processo. Verbis (destaquei).

2) em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito ex nunc) e reiniciará somente a partir do trânsito em julgado, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo;

Evidentemente que, se não foi assegurada a duração razoável do processo – aqui se adotando como tal o prazo quinquenal da prescrição intercorrente – o comando constitucional não pode quedar-se tabula rasa, sem consequências no mundo jurídico, sob pena de ineficácia e intempestividade da atuação deste Tribunal.

Não por outra razão estabelece o Código de Processo Civil[4], aplicável subsidiária e supletivamente ao processo administrativo, que o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Nesse sentido, trago recente decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

Processo administrativo – demora injustificada na análise – inobservância da duração razoável do processo e do princípio da eficiência

1. A Administração Pública possui o dever de observância das prescrições legais, isto é, um verdadeiro dever de juridicidade no cometimento de suas mais diversas funções. Dessa forma, quando há inobservância dos deveres a ela impostos pela ordem jurídica, por certo, tem-se a inatividade do Estado.

2. A demora injustificada da Administração em decidir sobre o requerimento do impetrante contraria o direito à duração razoável do processo administrativo, art. 5°, inc. LXXVIII, da CF e o princípio da eficiência, art. 37 da CF.

Acórdão 1225898, 07023339120198070018, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 22/1/2020, publicado no DJE: 3/2/2020.

O art. 487, II do Código de Processo Civil[5], estabelece que haverá resolução de mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

Ainda que eventualmente venha a ser superada a arguição de prescrição apresentada pelo representado, importa destacar que o art. 97, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, autoriza a aplicação da continuidade administrativa delitiva, prevendo a aplicação da sanção correspondente a uma infração, aumentada até o seu décuplo[6]. Assim, forte nos ensinamentos de FABIO MEDINA OSÓRIO[7], tenho para mim que a aplicação da sanção em seu grau máximo, como consta do voto condutor, se mostra por demais severa diante das irregularidades imputadas ao ex-gestor, visto não haver apontamento de dano ao erário, isto é, não consta dos autos irregularidade nos valores (sobrepreço) ou que os serviços não tenham sido devidamente prestados.

Também me pareceria mais adequado se a sanção ficasse limitada a uma única multa do art. 87, III, "d" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[8] (R$ 3.989,40), a qual, inclusive, julgo mais apropriada para o caso em apreço, visto tratar-se de ausência de formalidade determinada em lei em processo licitatório; ao passo que a do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica[9] (R$ 5.319,20) é genérica.

Assim, e considerando que, por qualquer ângulo que se analise os fatos, o processo deve ser encerrado seja pelo reconhecimento da incidência da prescrição da sanção punitiva deste Tribunal de Contas; seja pela inobservância do princípio constitucional da duração razoável do processo, motivos pelos quais VOTO pela extinção da representação.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta, em:

EXTINGUIR a Representação.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e AUGUSTINHO ZUCCHI.

O voto do Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA não foi secundado.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 22.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Ed. 18ª, 2019, SP: Revista dos Tribunais
__2__. Osório, Fábio Medina; Direito administrativo sancionador. 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2019. pág. 136.
__3__. Art. 5º. (...)
LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (destaquei).
__4__. Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
__5__. Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:
(..)
II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;
__6__. Art. 87. (...)
§2º-A. Quando, no mesmo processo, for apurada a prática de duas ou mais vezes a mesma infração administrativa pelo mesmo agente, e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, deverem as subsequentes ser consideradas como continuação da primeira, será aplicada a sanção correspondente a uma infração, aumentada até o seu décuplo. (Incluído pela Lei Complementar n. 213/18)
__7__. Idem.
__8__. d) deixar de observar, no processo licitatório, formalidade determinada em lei, incluindo-se a não exigência de certidões negativas e de regularidade fiscal, podendo ser aplicada ao presidente da comissão de licitação, ao emitente do parecer técnico ou jurídico e ao gestor;
__9__. g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário

PROCESSO Nº:-727295/21
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS - CIMSAMU
INTERESSADO:-ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MJ GLOBAL TEC COMERCIO E SERVICOS LTDA, SCHEILA TRAMONTIM MAINARDES
ADVOGADO / PROCURADOR-CAIO DI GIOSIA LOURENÇO
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 3774/23 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei n.º 8.666/93. Dispensa de licitação. Atendimento móvel de urgência para contratação de operacionalização e execução de ações para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. Requisitos de qualificação técnica. Ausência de razoabilidade. Procedência, sem aplicação de sanção.

1 RELATÓRIO

Trata-se de Representação da Lei n.° 8.666/93, com pedido cautelar, encaminhada por MJ GLOBAL TEC COMERCIO E SERVIÇO LTDA – ME, em virtude de supostas irregularidades no procedimento de Dispensa de Licitação n.º 46/2021 do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais – CIMSAMU, que tem por objeto:

(...) a SELEÇÃO, por menor preço, de empresa especializada em serviços de atendimento móvel de urgência para contratação de operacionalização e execução de ações para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de forma regionalizada, compreendendo a 3ª, 4ª e 21ª Regionais de Saúde do Estado do Paraná, garantindo o funcionamento do mesmo durante 24 (vinte e quatro) horas ininterruptamente, à partir das Oh do dia 25 de dezembro de 2021, bem como sua gestão, responsabilidade técnica e regulação.

Insurge-se o representante contra os seguintes requisitos de qualificação técnica:

4. Qualificação Técnica:

4.1. Comprovação de experiência anterior através de 1 (um) ou mais atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, assinado por representante legal e com firma reconhecida, comprovando que o licitante esteja fornecendo ou forneceu, satisfatoriamente, os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação em pelo menos 30% da demanda solicitada, inclusive relacionado à Regulação Médica de Urgência e responsabilidade técnica, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) meses, que está sendo licitada, que permita o ajuizamento da capacidade de atendimento, conforme Anexo IX, com comprovação de:

4.1.1. A prestação de serviços de gestão operacional e responsabilidade técnica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU), em no mínimo 8 (oito) municípios, concomitantemente, e Regulação Médica de Urgência;

4.1.2. A prestação de serviços de gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU}, em no mínimo 5 (cinco) bases descentralizadas, concomitantemente;

4.1.3. A prestação de serviços de gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU), em no mínimo 8 (oito) Unidades de Suporte Básico (USB), 2 (duas) Unidades de Suporte Avançado terrestre (USA) tipo D, concomitante.

4.1.3.1. A gestão operacional das unidades de suporte e Central de Regulação Médica de Urgência compreende a disponibilização, capacitação e treinamento permanente dos recursos humanos necessários, o fornecimento de insumos operacionais (medicamentos, equipamentos e materiais médicos, EPIs, uniformes, material de uso e consumo) e a prestação de serviços de apoio (manutenção preventiva e corretiva de ambulâncias, manutenção de equipamentos médicos, limpeza e desinfecção de ambulâncias, seguros de veículos operacionais e seguros de vida), com pertinência e compatibilidade com os serviços ora licitados.

(sem grifos no original)

Sustenta que a exigência de comprovação de experiência anterior não pode ser "desmedida e anormal", como ocorre no caso em apreço, "pois exige ao mesmo tempo a comprovação de prestação de serviços pertinentes ao SAMU e ao mesmo tempo que se atenda a exigência de comprovação de prestação de serviços de Central de Regulação.".

Acrescenta que "Estabelecer obrigatoriedade de apresentação de atestados de objeto idêntico ao que está sendo licitado é considerado ilegal, uma vez que a Lei 8.666/93 não prescreveu tal hipótese.".

Ao final, requer "a suspensão liminar e imediata do DE Dispensa de Licitação nº 046/2021, lançado pelo CIMSAMU, até o julgamento final do mérito da presente representação".

Após manifestação preliminar, o expediente foi recebido pelo Despacho n.º 70/22

(peça 37), para verificar a regularidade/legalidade da exigência contida no item 4.1 do edital de Dispensa de Licitação n.º 46/2021 do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais – CIMSAMU. O pleito cautelar não foi deferido.
Por conseguinte, foram citados o CIMSAMU, na pessoa de seu representante legal, a Sra. Elizabeth Silveira Schmidt (presidente) e a Sra. Scheila Mainardes (diretora-geral).
O prazo inicial decorreu sem a apresentação de esclarecimentos.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, pela Instrução n.º 1903/22 (peça 54), manifestou-se pela procedência da demanda, com "aplicação de multa constante do artigo 87, Inciso IV, alínea "g" da Lei 113/05 ao respectivo representante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS (CIMSAMU) sua presidente, Elizabeth Silveira Schmidt", no que foi acompanhada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos do Parecer n.º 387/22 (peça 55).
Na sequência, os representados apresentaram defesa, que foi recebida pelo Despacho n.º 1199/22 (peça 58).
Em nova manifestação, a unidade técnica corroborou seu opinativo pela procedência da Representação com aplicação de multa, consoante a Instrução n.º 5639/22 (peça 60).
O órgão ministerial, por sua vez, manifestou-se pelo arquivamento do feito, haja vista que já houve deliberação acerca do objeto destes autos no processo n.º 771502/21 (Parecer n.º 275/23, peça 61).
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Primeiro, sobre a alegação de que a Dispensa de Licitação n.º 46/2021 já fora objeto dos autos de Representação da Lei 8.666/93 n.º 771502/21, verifico que tal questão não leva ao arquivamento do feito, haja vista que aquele processo não versou sobre as condições de habilitação ora em análise.
Vale dizer, a Representação da Lei 8.666/93 n.º 771502/21 tratou sobre as sucessivas dispensas de licitação realizadas pelo CIMSAMU, nada dispondo acerca dos requisitos de habilitação, de modo que não há identidade de objeto.
No mérito, assiste razão à unidade técnica quanto à procedência da demanda.
Insurge-se o representante contra os requisitos de qualificação técnica exigidos na Dispensa n.º 46/2021, in verbis:
4. Qualificação Técnica:
4.1. Comprovação de experiência anterior através de 1 (um) ou mais atestado(s}, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, assinado por representante legal e com firma reconhecida, comprovando que o licitante esteja fornecendo ou forneceu, satisfatoriamente, os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação em pelo menos 30% da demanda solicitada, inclusive relacionado à Regulação Médica de Urgência e responsabilidade técnica, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) meses, que está sendo licitada, que permita o ajuizamento da capacidade de atendimento, conforme Anexo IX, com comprovação de:
4.1.1. A prestação de serviços de gestão operacional e responsabilidade técnica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU), em no mínimo 8 (oito) municípios, concomitantemente, e Regulação Médica de Urgência;
4.1.2. A prestação de serviços de gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU}, em no mínimo 5 (cinco) bases descentralizadas, concomitantemente;
4.1.3. A prestação de serviços de gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU), em no mínimo 8 (oito) Unidades de Suporte Básico (USB), 2 (duas) Unidades de Suporte Avançado terrestre (USA) tipo D, concomitante.
4.1.3.1. A gestão operacional das unidades de suporte e Central de Regulação Médica de Urgência compreende a disponibilização, capacitação e treinamento permanente dos recursos humanos necessários, o fornecimento de insumos operacionais (medicamentos, equipamentos e materiais médicos, EPIs, uniformes, material de uso e consumo) e a prestação de serviços de apoio (manutenção preventiva e corretiva de ambulâncias, manutenção de equipamentos médicos, limpeza e desinfecção de ambulâncias, seguros de veículos operacionais e seguros de vida), com pertinência e compatibilidade com os serviços ora licitados.
(sem grifos no original)
Em defesa, os representados aduziram que "não há que se falar na fixação de exigências habilitatórias que restrinjam indevidamente a competividade do certame".
Apontaram que "se está a promover um processo licitatório a ser desempenhado por terceiro que, além da prestação de serviços de urgência e emergência, ainda tenha capacidade técnica comprovada em base territorial de tamanho considerável".
Ainda, destacaram que "o CIMSAMU abrange nada menos que 3 Regionais de Saúde do Estado do Paraná, composta por 28 municípios na chamada região dos Campos Gerais totalizando uma população de mais de 1 milhão de habitantes".
Pois bem.
Inobstante os argumentos de defesa, entendo que os requisitos exigidos para a qualificação técnica da contratada mostraram-se excessivos, em desconformidade com os preceitos legais.
No caso em análise, verifica-se que o Consórcio exigiu a comprovação cumulativa de prestação de serviços relacionados ao objeto contratado e à Regulação Médica de Urgência, abrangendo a "prestação de serviços de gestão operacional e responsabilidade técnica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU), em no mínimo 8 (oito) municípios", "A prestação de serviços de gestão operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU), em no mínimo 5 (cinco) bases descentralizadas, concomitantemente", dentre outros, o que não se mostra razoável.
Nesse sentido, o então Parecer n.º 387/22 (peça 55) destacou:
(...) embora a pretensão consista em selecionar candidato que, dentre outros critérios, apresente a melhor qualificação técnica, o documento editalício não pode se dissociar dos princípios norteadores do processo licitatório (art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93), os quais são fundamentais para a lisura do certame.
Sendo assim, a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados, deve assentar-se na parcela de maior relevância do objeto a ser executado, não obstante se admita a instituição de quantitativos mínimos, desde que respeitado o percentual admitido pelos Tribunais de Contas (vide Súmula nº 263; Acórdão nº 361/2017 do TCU; Acórdão nº 696/22-TP do TCEPR).
Desta forma, resta claro que, condicionar os licitantes à comprovação cumulativa de prestação de serviços relativos ao objeto licitado e à Regulação Médica de Urgência, bem como, ao cumprimento de outras cláusulas que se revelam restritivas, obsta o ingresso de interessados na disputa, indicando, por conseguinte, restrição indevida à competitividade, em flagrante violação aos preceitos legais e jurisprudenciais dos Tribunais de Contas.
Veja-se que foram apresentadas apenas duas propostas para o objeto pretendido, conforme se verifica da "sessão de deliberação das propostas" à peça 30 (fls. 05/ss.).
Ademais, como destacou a CGM (peça 54), "Apesar de ser um serviço de urgência e emergência, o qual não poderia admitir erros ou enganos, o Edital deve sempre seguir os ditames da Lei de Licitações e Contratos, buscando sempre a melhor qualidade técnica, a melhor proposta para a Administração, porém nunca estabelecendo requisitos desproporcionais a serem cumpridos".
Nesse contexto, entendo irregulares as exigências contidas no item 4.1 do edital de Dispensa de Licitação n.º 46/2021 do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais – CIMSAMU, de modo que julgo procedente a Representação.
Deixo, contudo, de aplicar sanção aos representados, eis que não restou demonstrado nos autos que as questões em apreço ocasionaram prejuízo à Administração ou à execução do contrato.
Por oportuno, cabe mencionar que na Concorrência n.º 02/2022 do CIMSAMU, com objeto similar ao da presente dispensa de licitação, não foram exigidos os mesmos requisitos de habilitação técnica.
Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e pela procedência da presente Representação da Lei n.° 8.666/1993, sem aplicação de sanções, nos termos da fundamentação.
Após o trânsito em julgado, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Conhecer e dar procedência da presente Representação da Lei n.° 8.666/1993, sem aplicação de sanções, nos termos da fundamentação.
II - Após o trânsito em julgado, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-427139/22
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE PIRAQUARA - PIRAQUARAPREV
INTERESSADO:-ANGELA MULLER, APP SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO PARANA, CRISTOVAO RODRIGO CHIQUETO, ESTELA MARIS RIBAS VIANA, GENI GELINSKI DE FARIAS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE PIRAQUARA - PIRAQUARAPREV, IVANETE ALVES DE JESUS, IVONETE DRANKA CORDEIRO BEHREM, JOAO MARIA DAS ALMAS, JOSÉ RIBEIRO, LINDAMIR PINTO SANTANA, MARA WAKACHUK GAIO, MARIA JULIA DA SILVA PEREIRA, MARIO CESAR CORDEIRO DOS SANTOS, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MONICA ANDERSEN STRUGINSKI, NOELI SIMIAO DE ARAUJO, PATRICIA SANTOS DE ALMEIDA MARINS DE ARAUJO, SILMARA CORDEIRO DA SILVA, SILVIA DE ROCCO PAMPLONA, SOELI DA CRUZ VALENGA, TEREZA BOSSLER PINTO, ZILDA PICANCIO
ADVOGADO / PROCURADOR-LUDIMAR RAFANHIM, RODRIGO MACIEL CABRAL, SIMONE APARECIDA LIMA DA CRUZ, VIVIAN CRISTINA LIMA, VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 3778/23 - TRIBUNAL PLENO
RECURSO DE REVISTA. INSURGÊNCIA QUANTO AO RECONHECIMENTO DA APLICAÇÃO DO PREJULGADO N.° 28 AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. ALTERAÇÃO DE REGIME POR LEI MUNICIPAL. NUANCES TRATADAS NO PREJULGADO. RECURSO DESPROVIDO.
I. RELATÓRIO
Trata-se de Recurso de Revista interposto por Angela Muller e Outros, em face do Acórdão 840/22 – STP que, no mérito, julgou procedente a Representação, sem aplicação de sanções, confirmando as cautelares expedidas pelos Acórdãos 1331/21 e 2288/21, ambos do Tribunal Pleno, para o fim de determinar a aplicação do Prejulgado 28 aos servidores municipais de Piraquara.
Em seu arrazoado (peça 266), os recorrentes alegam que em cumprimento da liminar concedida pelo Acórdão 1331/21-STP, o Instituto previdenciário procedeu à revisão dos benefícios sem oportunizar defesa aos aposentados que perderam parte de seus vencimentos sem compreender o motivo e a base de cálculo utilizada para chegar ao valor final. Contaram que foi proferida nova cautelar (Acórdão 2288/21-STP) e após os autos serem desmembrados, o novo pedido cautelar na presente Representação foi indeferido ao entendimento de que a entidade comprovou a observância do devido processo legal.
Sustentam que o critério de aplicabilidade do Prejulgado n.° 28 seria ilegal e ignoraria os preceitos da LINDB. Afirmam que o Prejulgado precisa ser revisto, havendo colisão com os princípios da segurança jurídica, da interpretação retroativa desfavorável, da razoabilidade e da proporcionalidade. Defendem que o Prejulgado n.° 28 ignora as dificuldades do gestor, a necessidade de regime de transição, as orientações gerais da época e as situações plenamente constituídas.
Aduzem que o Prejulgado deveria, no mínimo, prever regime de transição aos segurados, tendo em vista que altera a saúde financeira dos aposentados. Afirmam que por 13 anos foi aplicado o entendimento de que celetista e estatutários compunham o serviço público municipal, mas que o Tribunal passou a interpretar de maneira diversa as aposentadorias com fulcro nas EC 41/03 e EC 43/05, exigindo a revisão dos benefícios retroativamente.
Ressaltam que o provimento dos segurados aos seus cargos se deu por concurso

público, tendo sido opção do Município registrá-los como celetistas e que o Tribunal de Contas estaria punindo segurados por erro exclusivo da Administração Municipal.
Argumentam que serviço público engloba tanto cargo quanto empregos públicos, sendo mais abrangente do que a interpretação que vem sendo conferida por este Tribunal. Cita o contido na ON SPS n.° 2, art. 2°, inciso VIII, afirmando que, para fins de contagem de tempo de serviço público e concessão de aposentadoria integral, não há diferenciação entre tempo de serviço celetista ou estatutário do servidor público, bastando tenha ele ingressado no serviço público antes das datas estabelecidas nas EC n.°s 41/2003, 47/2005 e 470/2012.
Aduzem:
Logo, a alteração do regime de celetista para estatutário jamais caracterizará um novo vínculo com a AP municipal, tampouco a suspensão ou interrupção deste vínculo. O entendimento perpetrado pelo TCE/PR simplesmente desconsidera todo o tempo de emprego público, ignora o vínculo e, por mais esta razão, há equívoco de interpretação
Defendem que o tempo de serviço é contabilizado para todos os fins desde o ingresso no emprego público, até o momento em que passaram a contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social do Município.
Mencionam o contido na Lei Municipal n.° 826/06, que não diferencia o serviço público de acordo com o ingresso em emprego público ou cargo público e afirmam que a mudança de entendimento advindo com o Prejulgado provoca grandes danos aos servidores aposentados, além de ser inconstitucional e ilegal.
Afirmam que a jurisprudência do TJPR e TRF-4 veda a aplicação retroativa de jurisprudência desfavorável. Citam a teoria dos precedentes para fundamentar o argumento de que os tribunais devem uniformizar a jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.
Argumentam que CPC valoriza e eleva a segurança jurídica e a isonomia, admitindo, inclusive, a possibilidade de aplicação de julgados anteriores para casos futuros.
Salientam que o Decreto Municipal n.° 3163/08, a Lei n.° 826/2006 e o Estatuto do Município de Piraquara permitem a interpretação de que o ingresso no serviço público ocorra a partir do concurso público ou do início da relação laboral e que a transformação em estatutário pressupôs a agregação do tempo passado para todos os fins e que o Município de Piraquara ao aplicar o entendimento do Tribunal de Contas estaria agindo contra a própria legislação.
Defendem o direito adquirido dos servidores e que o Prejulgado n.° 28 não poderia ser aplicado nem para casos futuros de aposentadoria. Defendem a necessidade de modulação de efeitos para as situações de decadência do agir pelo transcurso de mais de 5 anos entre o ato de aposentadoria e a revisão do benefício e argumentam que entidade previdenciária se utiliza da Súmula 43 de modo errôneo.
Requerem a suspensão das revisões de alguns servidores até que o TCE se manifeste sobre a modulação e a aplicação da decadência administrativa.
Sustentam a ausência de efeito vinculante entre as decisões do TCE e do Poder Judiciário e afirmam que os cálculos da entidade previdenciária são obscuros e não contém as informações necessárias para averiguação do recálculo dos proventos.
Requerem que a entidade exponha detalhadamente a memória de cálculo que conduziu ao valor mencionado no Termo de Ciência. Afirmam que a mera divulgação da média não garante o contraditório e ampla defesa, ofendendo a lei de acesso à informação e a Lei n.° 9784/99
Pugnam pelo provimento do recurso.
Recebido o recurso, após a distribuição, sobreveio a petição do Ministério Público de Contas em que informa a situação de duas aposentadorias que buscaram, sem sucesso, por meio de Mandado de Segurança a suspensão das revisões (peça 276/280).
Encaminhados os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal, a unidade técnica compreendeu pela necessidade de sobrestamento do feito até a decisão a ser proferida nos autos 593.585/18. Não sendo este o entendimento, manifestou-se pelo desprovimento do recurso, tendo em vista o posicionamento deste Tribunal quanto à incidência do Prejulgado n° 28 às inativações embasadas em regras transitórias desde que encaminhadas há menos de 05 anos para a análise deste Tribunal (Instrução 4728/22-CGM, peça 282).
O Ministério Público de Contas, por meio de sua 3ª Procuradoria, corroborou o opinativo da CGM e se manifestou pelo desprovimento do recurso (Parecer 1123/22 – 3PC).
O feito foi redistribuído por força do art. 342, § 1°, do Regimento Interno.
É o sucinto relato.
II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Preliminarmente, em atenção ao art. 484 do RITCEPR, cumpre aclarar que a formalização do recurso foi tempestivamente manejada no prazo regimental, encontrando-se fundamentado em expressa hipótese de cabimento, por parte dotada de interesse e legitimidade recursal, corroborando-se, agora de forma definitiva, o juízo prévio de admissibilidade.
No mérito, convém desde logo mencionar que a pretensão de modulação do Prejulgado n.° 28 foi indeferida nos autos n.° 593585/18, nos termos do recente Acórdão 3440/23-STP, em cuja ementa consta:
Prejulgado n° 28. Pedido de modulação de efeitos. Uniformização de entendimento, sem que se configure a hipótese de "mudança posterior de orientação geral", de que trata o art. 24 da LINDB. Risco à segurança jurídica, diante da estabilização das relações jurídicas, depois de decorridos quatro anos desde a primeira decisão. Decisões judiciais todas favoráveis. Divergência para propor o indeferimento do pedido, ressalvando-se, porém, aplicação do prazo decadencial de 5 anos do Prejulgado n° 31.
Assim, foram afastados os argumentos no sentido de que o Prejulgado teria alterado o entendimento desde Tribunal, tendo sido reconhecido que se buscou dar uniformidade às decisões desta Corte, situação diversa da tratada no art. 24 da LINDB.
Outrossim, este colegiado se posicionou mediante o Prejulgado 31[1] quanto à necessidade de se observar o prazo decadencial de 5 anos, a contar do protocolo do ato de inativação nesta Corte, para análise do ato no âmbito do Controle Externo, situação que também foi assegurada no Acórdão 2288/21-STP, que concedeu a liminar nos autos de Representação 331782/21, de cujo desmembramento se originou os presentes autos.
Dito isso, parte-se para análise do recurso.
As alegações de que o ente previdenciário não respeitou ao devido processo legal para revisar as inativações em cumprimento à decisão cautelar deste Tribunal foram rechaçadas pela decisão recorrida que reconheceu atendidos aos postulados constitucionais e, por sua vez, indeferiu novo pedido cautelar formulado pelos agora recorrentes.
Em sede recursal, voltam os segurados a afirmar o desrespeito ao devido processo legal. Ocorre que a entidade previdenciária logrou demonstrar estar oportunizando o acesso aos documentos necessários ao exercício do contraditório pelos interessados, situação que não restou rechaçada ou alterada nos autos, razão pela qual não merece acolhimento.
No que tange à insurgência quanto à aplicação do Prejulgado n.° 28 tendo em vista que a legislação afeta aos servidores municipais de Piraquara, observo que a decisão recorrida não descuidou de analisar pontualmente a legislação municipal concluindo pela necessidade de aplicação do aludido prejulgado aos servidores públicos do Município de Piraquara.
Consoante já asseverado, a pretensa revisão dos termos do Prejulgado foi indeferida e seus postulados dentre os quais se incluí a necessidade de ingresso no serviço público efetivo até a data limite disposta nas Emendas Constitucionais que tratam das aposentadorias por regras transitórias é matéria sedimentada nesta Corte.
Ademais, quanto à perfeita subsunção das disposições do Prejulgado n.° 28 aos servidores de Piraquara tendo em vista a legislação correlata, a decisão recorrida foi firme em reconhecer que:
[...] o arcabouço legislativo municipal não deixa dúvidas de que os servidores até 01/01/2007 eram ocupantes de empregos públicos e regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
Os artigos 1º e 2º, da Lei 08/1989, do Município de Piraquara, datada de 15 de junho de 1989, consignaram expressamente que o regime jurídico aplicável a todos os servidores daquele município passaria a ser o celetista, inclusive, transformando os servidores estatutários à época em celetistas.
Essa Lei, conforme destacado pelo Parquet apenas foi revogada pela Lei 863/2006.
Destaca-se, assim, que as disposições do Estatuto do Magistério de Piraquara contidas na Lei 06/1989, datada de 10 de abril de 1989, devem ter sua releitura pelo prisma empregado na lei posterior (08/1989), que revogou o regime estatutário naquele ente, ainda naquele mesmo ano.
Além disso, ao contrário do sustentado pelo ente previdenciário, bem como pela APP Sindicato, a partir da Lei 8/1989 os servidores públicos deixaram de gozar de estabilidade. Tanto é assim que lhes foi garantido o direito ao FGTS – Fundo de garantia do Tempo de Serviço [...]
Resta evidenciado, portanto, diante do benefício expresso do FGTS, que os empregados públicos de Piraquara eram vinculados ao regime celetista e não gozavam de estabilidade.
[...] Trata-se, assim, de benefício incompatível com a estabilidade, característica própria dos servidores titulares de cargo efetivo.
Como visto, pretendem os recorrentes que este Tribunal deixe de considerar a mudança de regime estabelecida pela Lei Municipal n.° 08/1989 que revogou o regime estatutário naquele Município e que somente veio a ser restabelecido com a legislação de 2006. Contudo, dentro do lapso temporal (1989 a 2006), os servidores restaram submetidos ao regime celetista, ainda que tenham ingressado por concurso público e essas nuances foram tratadas no Prejulgado n.° 28, em cuja ementa consta:
a) Tempo de efetivo exercício no serviço público: tem interpretação restrita nos termos da jurisprudência atua do Superior Tribunal de Justiça;
b) Considerando que não há análise de empregadores no sistema desta Corte, mas apenas de vínculos, o tempo laborado em empresas públicas e sociedades de economia mista não são computados para fins de validação das regras de ingresso das EC 41, 47 e 70, por serem relações celetistas e não de regime estatutário;
d) Quanto aos servidores efetivados e os que tiveram seus empregos transformados em cargos públicos, entende-se que, no caso das migrações de regime realizadas após a Constituição Federal de 1988, mediante lei, são aceitas para fins de regras de ingresso, desde que efetuadas até as datas limites de ingresso de cada uma das Emendas 20/98 (no caso do art. 8º), 41/2003, 47/2005 e 70/2012;
e) os destinatários das regras de transição não devem ser definidos pelo momento que ingressaram no RPPS, pois há casos em que os servidores, embora detentores de cargo efetivo, permanecem filiados ao RGPS e esse período deve ser considerado para fins de atendimento às regras de ingresso;
f) retificando o erro material contido nos subitens e.1, e.2 e e.3, do Acórdão principal, tem-se:
Para EC 20/1998: o ingresso no serviço público deve ter ocorrido até 16/12/1998 em cargo efetivo ou emprego público, vinculado ao RPPS ou ao RGPS, desde que, no caso do art. 8°, tenha sido objeto de transformação em cargo efetivo antes da EC 20/98;
Para EC 41/2003: o ingresso no serviço público dever ter ocorrido em cargo efetivo até 16/12/1998 ou 31/12/2003, a depender do tipo de benefício, vinculado RPPS ou RGPS, sendo neste apenas os regidos pelo regime estatutário;
Para EC 47/2005: o ingresso no serviço público dever ter ocorrido em cargo efetivo até 16/12/1998, vinculado RPPS ou RGPS, sendo neste apenas os regidos pelo regime estatutário;
Para EC 70/2012: o ingresso no serviço público dever ter ocorrido em cargo efetivo até 31/12/2003, a depender do tipo de benefício, vinculado RPPS ou RGPS, sendo neste apenas os regidos pelo regime estatutário. (Redação dada pelo Acórdão nº 541/20-TP)
Assim, consideradas as especificidades de cada ato de aposentadoria a ser concedido ou revisado pela municipalidade, não há como se afastar a incidência do Prejulgado n.° 28 às aposentadorias do Município de Piraquara.
Desta forma, acompanho a Instrução 4728/22-CGM e Parecer 1123/22-3PC e VOTO pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento, mantendo-se inalterada a decisão recorrida.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Conhecer do recurso de revista, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a decisão recorrida.
II. Após transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a inversão dos processos e posterior remessa ao Relator originário, competente para a execução nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO

DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Virtual nº 23.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. I - O Tema 445 é aplicável no âmbito desta Corte de Contas a todos os processos de atos de pessoal sujeitos à registro – admissão, aposentadoria, reserva, reforma, pensão, revisão de proventos e revisão de pensão; II - O Tema 445 é válido para os atos iniciais ou complementares; III - O prazo é decadencial de 05 (cinco) anos, não sujeito a interrupções e/ou suspensões, contado da protocolização do feito neste Tribunal; IV - A aplicação da tese é imediata (operando efeitos ex tunc), atingindo todos os processos em trâmite e sobrestados; V - A contagem do prazo nos atos de admissão inicia-se com a protocolização da Fase 04 da respectiva prestação de contas; VI - Os atos retificadores (para correções de qualquer natureza) não interrompem o prazo decadencial, logo, o prazo não se reinicia com a juntada de ato retificador; VII - O prazo decadencial flui da protocolização dos autos até a decisão definitiva de mérito transitada em julgado; VIII - O sobrestamento, por qualquer motivo, inclusive a interposição de ação judicial, não interrompe tampouco suspende o prazo decadencial.

PROCESSO Nº:-257962/23
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
INTERESSADO:-CELSO OSMAR KAMINSKI, DOUGLAS INGECZAK BORGES, JAMIL PECH, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, SEBASTIAO ELIAS DA SILVA NETO
ADVOGADO / PROCURADOR-EDINEI STEGER RINALDI, WELLINGTON MAICON FERREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 3779/23 - TRIBUNAL PLENO

Embargos de Declaração. Alegação de omissão. Provimento para o fim de acolher o pleito ministerial e incluir no dispositivo do decisum a determinação de envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela 7ª Procuradoria de Contas em face do Acórdão n.º 626/23 do Tribunal Pleno, que julgou procedente representação proposta por Celso Osmar Kaminski, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos da Câmara Municipal de Paulo Frontin, em face do Município de Paulo Frontin, em razão de inconsistências apuradas nos dados informados no SIM-AM e da concessão de duas gratificações por função ao servidor do Poder Executivo, senhor Douglas Ingczak Borges, ocupante do cargo de contador, com ressarcimento de valores, aplicação de multas e determinações.

Em suma, em suas razões recursais, o Ministério Público de Contas alega omissão no julgado, uma vez que, embora tenha constado no relatório da decisão o pedido de encaminhamento de informações ao Ministério Público Estadual formulado pelo Parquet de Contas, o decisum nada abordou em sua fundamentação e em seu dispositivo a respeito do deferimento ou indeferimento da medida.

Requer o provimento do recurso para que seja suprida a omissão.

O recurso foi recebido, conforme Despacho 509/23 (peça 57).

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Os Embargos Declaratórios merecem acolhimento, uma vez que presentes os requisitos de admissibilidade.

Quanto ao mérito, o Ministério Público de Contas alega omissão na decisão que deixou de analisar o pleito ministerial de remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, não obstante tenha o decisum objurgado acompanhado a unidade técnica e o Parquet em relação ao mérito da demanda, com aplicação de multas, determinação de ressarcimento de valores e expedição de recomendação e de determinações.

Com efeito, prospera a alegação da embargante de que o Acórdão embargado foi omisso quanto à análise do pleito ministerial de envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Desse modo, reconhecendo a omissão e, não verificando óbice ao acolhimento do pedido formulado pelo Ministério Público de Contas de remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as medidas cabíveis em sua esfera de atribuições, acolho a sugestão, e incluo no dispositivo do acórdão objurgado a determinação de envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e provimento dos presentes Embargos de Declaração, para o fim de que seja suprida a omissão do Acórdão n.º 626/23 - Tribunal Pleno, com o acolhimento do pleito ministerial, nos termos da fundamentação, e a inclusão no dispositivo da decisão embargada de determinação de envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

Conhecer e dar provimento aos presentes Embargos de Declaração, para o fim de que seja suprida a omissão do Acórdão n.º 626/23 - Tribunal Pleno, com o acolhimento do pleito ministerial, nos termos da fundamentação, e a inclusão no dispositivo da decisão embargada de determinação de envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Virtual nº 23.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-71885/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA
INTERESSADO:-COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA, FLÁVIO TOSHIO HATANAKA, KURICA AMBIENTAL S/A, MARCELO BALDASSARRE CORTEZ, SINDICATO DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URB., GESTAO, COLETA, TRANSP., TRAT. E DISPOSICAO FINAL ADEQ. DE RESID. SOLID. E EFLUENTES DO ESTADO DO PARANA
ADVOGADO / PROCURADOR-CAMILLO KEMMER VIANNA, ELISANGELA MARCELI AREANO ARDUIN
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 3780/23 - TRIBUNAL PLENO

Retificação de Acórdão de ofício para correção de erro material. Art. 471 do Regimento Interno.

I. RELATÓRIO

Trata-se de retificação do Acórdão n° 2067/23-STP (peça 55), nos autos de Representação da Lei n.° 8.666/93 n.° 71885/22, com o intuito de correção de erro material na parte dispositiva da decisão.

A referida decisão julgou parcialmente procedente a representação, com expedição de recomendação à entidade.

No entanto, no item "2" do dispositivo do acórdão houve a indicação equivocada da entidade à qual deveria se dirigir a recomendação expedida por este Tribunal.

É o breve relato.

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Consoante se infere do Acórdão n.° 2067/23 do Tribunal Pleno (peça 55), mais especificamente do item "2" do dispositivo, foi indicado equivocadamente o nome do "Município de Maringá", quando, na verdade, deveria constar o nome da entidade que promoveu o certame, qual seja, "Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina", vejamos:

"2. expedir recomendações ao Município de Maringá e seus gestores para que se abstenham de realizar exigências restritivas nos editais de licitações, sobretudo, em relação à exigência de quantitativo mínimo para o profissional detentor do atestado de capacidade técnica sem a devida justificativa e à exigência de comprovação do vínculo da licitante com o profissional detentor do atestado de responsabilidade técnica, como condição de habilitação;"

Diante do exposto, com fundamento no art. 471, parágrafo único[1], do Regimento Interno deste Tribunal, VOTO pela retificação de ofício do Acórdão n.° 2067/23, do Tribunal Pleno, nos autos de n.° 71885/22, em razão da constatação de erro material, para fim de substituir, no item "2" do dispositivo da decisão, o nome do "Município de Maringá" por "Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina".

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. Retificar de ofício o Acórdão n.° 2067/23, do Tribunal Pleno, nos autos de n.° 71885/22, em razão da constatação de erro material, para fim de substituir, no item "2" do dispositivo da decisão, o nome do "Município de Maringá" por "Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina".

II. Após o trânsito em julgado, remeter os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Virtual nº 23.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 471. Os acórdãos e os pareceres prévios lavrados pelo Relator do processo, serão encaminhados para publicação até a sessão subsequente, devendo conter as assinaturas do Relator e do Presidente do órgão julgador.
Parágrafo único. Após o trânsito em julgado, o Relator reconhecendo erro material ou inexatidão na redação do acórdão ou do parecer prévio, proporá a sua retificação ou declaração de nulidade, conforme o caso, mediante inclusão em pauta de julgamento, de forma destacada, e deliberação do órgão colegiado competente.

PROCESSO Nº:-311068/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE RIO BOM
INTERESSADO:-JOSE CARLOS DE PAULA, MOISES JOSE DE ANDRADE, TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI
ADVOGADO / PROCURADOR-ANA CLEUSA DELBEN, BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA, GUSTAVO PEDRO CILENTI DA SILVA, HENRIQUE GERMANO DELBEN, JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 3781/23 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei n.° 8.666/93. Pregão Eletrônico. Aquisição de equipamento agrícola – pá carregadeira sobre rodas. Especificação excessiva do maquinário sem justificativa técnica pertinente. Irregularidade na participação de empresa em substituição a outra contra a qual havia sido aplicada sanção de inidoneidade. Procedência, com recomendação.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Representação da Lei n.º 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada por YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS EIRELI, em face da Pregão Eletrônico n.º 19/2022 realizado pelo Município de Rio Bom, tendo por objeto a aquisição de equipamento agrícola – pá carregadeira (nova) sobre rodas, conforme convênio 911017/2021/MAPA.

Insurge-se o representante contra exigência contida no Termo de Referência do edital (Anexo 01) de que o maquinário possua Sistema hidráulico de acionamento da caçamba através de única alavanca tipo 'joystick' com tecla FNR (FRENTENEUTRO-RÉ), uma vez que entende que tal especificação é excessiva, revelando-se restritiva e desprovida de qualquer justificativa técnica pertinente.

Aponta, ainda, que a empresa TKBR IMPORTACAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., representante da marca "LiuGong" e vencedora da licitação, não poderia estar disputando o certame, pois substitui a empresa SARANDI TRATORES LTDA., eis que pertencentes ao mesmo grupo econômico, tendo essa última sido declarada inidônea pelo Município de São Pedro do Iguaçu, sanção que alcança indiretamente a participante nesta licitação.

Ao final, requer a concessão da medida cautelar para suspender o processo licitatório e, no mérito, o reconhecimento da ilegalidade da característica técnica exigida, com a anulação do certame e republicação do edital, bem como a extensão dos efeitos da sanção de inidoneidade da SARANDI TRATORES LTDA para a empresa TKBR IMPORTACAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Instado a se manifestar preliminarmente, o Município, em resposta à peça 34, alegou a intempestividade de apresentação da presente representação, já que "a decisão e consequente intimação da negativa da Impugnação apresentada pela empresa Representante em sede administrativa, deu-se em 22/04/2022 e o presente Recurso foi apresentado apenas em 06/05/2022".

Quanto ao mérito, afirmou não haver irregularidade nas especificações técnicas do objeto descrito no Termo de Referência, sustentando que foram exigidos apenas requisitos mínimos dos maquinários pesquisados pela Administração Municipal para fins de composição das exigências e valores, e que o equipamento atende às necessidades do Município de forma integral, tratando-se de maquinário moderno, eficiente e que possui longa durabilidade.

Informou que o referido certame é oriundo do Convênio 911017/2021, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em que também constam essas especificações. Ressaltou que quatro empresas participaram do certame e eram capazes de ofertar o maquinário contendo todas as exigências.

Também salientou que o Sistema hidráulico de acionamento da caçamba através de única alavanca tipo "joystick" com tecla "FNR" (FRENTENEUTRO-RÉ) não é incomum e nem se trata de particularidade especial de certo tipo de marca de maquinário, mas de especificidade que abrange a maioria das máquinas do tipo descrito no objeto, não configurando qualquer restrição.

Explanou que as especificações inseridas, em especial a contestada pela empresa YAMADIESEL, oferece maior e mais preciso controle da máquina pelo operador, resultando em maior eficiência do maquinário, melhorando a alocação, tanto financeira quanto de tempo pela Administração, sendo este um princípio a ser observado pela Administração Pública.

Quanto à empresa vencedora, TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., defendeu que ela cumpriu todos os requisitos exigidos no edital, apresentando o menor preço pelo objeto especificado. Afirmou que a "existência de relações entre as empresas TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e SARANDI TRATORES LTDA., como possuírem sedes próximas ou de existir vínculo de parentesco entre os sócios de cada sociedade empresarial, como alegado, por si só não perfaz justo motivo para se considerar que a TKBR esteja participando de forma indevida do certame". Assinalou que cada empresa possui CNPJ e objetos sociais distintos e que a TKBR apresentou comprovante de capacidade técnica de forma autônoma e independente, e que apesar das alegações inferidas pela representante, não foi verificada na oportunidade, irregularidades suficientes a indeferir a participação da TKBR no certame.

A representação foi recebida, pelo Despacho n.° 836/22-GCDA (peça 36), sendo indeferido o pedido cautelar.

Na ocasião, embora tenha sido ressaltado que a necessidade daquela especificação técnica do objeto, com potencial restritivo à competitividade, não estava devidamente justificada, ponderou-se o fato de que o certame contou com a participação de quatro empresas, as quais, em princípio, poderiam fornecer o equipamento exigido. Em relação à participação da TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., entendi, à época, não haver elementos suficientes nos autos comprovando a referida situação irregular, a qual exigiria exame acurado em fase de instrução.

Além disso, foi considerado que a disputa ocorreu no dia 27/04/2022, resultando como vencedora a empresa TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., e a homologação se deu na data de 06/05/2022, sendo que no momento do protocolo desta representação a licitação já havia sido homologada. Ainda, foi verificado que os valores das propostas apresentadas pelos licitantes eram muito similares, o que afastava, em tese, o receio de grave lesão ao erário.

Na sequência, foi determinada a citação do Município de Rio Bom, dos senhores Moises Jose de Andrade (Prefeito Municipal) e José Carlos de Paula (pregoeiro) e da empresa TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. (vencedora do certame) para apresentação de contraditório.

A empresa TKBR se manifestou às peças 48/51. Declarou que a sanção imposta à Sarandi Tratores não a atinge, pois não houve constituição de nova empresa para fraldar o certame, uma vez que possui contabilidade própria, sendo inexistente a constituição de grupo econômico. Afirmou que agiu de boa-fé ao participar da licitação e que o pregão tramitou de forma regular, não existindo violação à competitividade, nem configuração de dano ao erário.

Ato contínuo, os senhores Moises Jose de Andrade (Prefeito Municipal) e José Carlos de Paula (pregoeiro) apresentaram defesa (peças 53/55), reiterando, em suma, os argumentos da municipalidade em sede de manifestação preliminar.

O Município de Rio Bom juntou documentos sobre o processo licitatório às peças 62/65.

Em derradeira análise (Instrução n.º 1050/23, peça 66), a Coordenadoria de Gestão Municipal acolheu as justificativas da Municipalidade, entendendo não haver desproporcionalidade nas especificações do maquinário, as quais resultariam em maior conforto ao profissional durante a operação do equipamento. Também afirmou que em razão do fato da TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. ser empresa com anos de constituição e atividade no mercado não seria possível concluir que teria sido criada para fraudar certame público. Ao final, opinou pela improcedência da Representação da Lei n.º 8.666/1993.

Divergindo do opinativo técnico, o Ministério Público de Contas, no Parecer n.° 541/23-2PC (peça 67), entendeu que houve cerceamento da competitividade da licitação, em razão da inserção de características específicas para o objeto licitado, que não decorreram de estudos técnicos, sugerindo a aplicação de multa ao gestor responsável.

Quanto à suposta fraude em razão da participação da empresa TKBR no pregão, entendeu assistir razão à representante, asseverando que esta Corte de Contas já se deparou com processos envolvendo as empresas TKBR Importação de Máquinas e Equipamentos Ltda. e Sarandi Tratores Ltda., quais sejam, os autos n.º 215654/22 e n.º 453624/21, ressaltando que no primeiro houve deliberação, no Acórdão n.º 2997/22-STP, no sentido de que a questão não comporta análise tão somente da permissão de participação de empresas de um mesmo grupo econômico no procedimento licitatório, mas sim, da substituição de uma empresa pela outra.

Ao final, opinou pela procedência da representação, com aplicação da multa prevista no art. 87, inciso IV, "g", da Lei Complementar n.° 113/2005 ao senhor Moises Jose de Andrade e declaração de nulidade do Pregão Eletrônico n.° 19/22, em virtude da irregularidade na participação da empresa TKBR, vencedora do certame, em substituição à empresa Sarandi Tratores, impedida de licitar à época.

Instado a se manifestar sobre a efetiva entrega do equipamento referente ao Pregão Eletrônico n.º 19/2022, o ente municipal informou que o contrato foi assinado e o equipamento licitado devidamente entregue conforme nota fiscal e contrato às peças 73/74.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O primeiro ponto sobre o qual se insurge a parte autora refere-se à especificação do maquinário contida no Termo de Referência do edital (Anexo 01), qual seja, "Sistema hidráulico de acionamento da caçamba através de única alavanca tipo 'joystick' com tecla FNR (FRENTE – NEUTRO- RÉ)", a qual restringiria a competitividade da licitação, sem que houvesse sido apresentado motivo técnico idôneo justificando a sua necessidade.

A defesa trazida pelos representados foi no sentido de que tal funcionalidade não é incomum, nem se trata de particularidade especial de certo tipo de marca de maquinário. Também afirmaram que é uma especificidade que abrange a maioria das máquinas do tipo especificado no objeto, não configurando sob qualquer hipótese uma restrição. Asseveraram, ainda, que essa característica oferece maior e mais preciso controle da máquina pelo operador, resultando em maior eficiência do maquinário, melhorando a alocação, tanto financeira quanto de tempo pela Administração, sendo este um princípio a ser observado pela Administração Pública.

De início, deve-se reconhecer a discricionariedade da Administração na estipulação dos requisitos do bem a ser adquirido que entenda mais convenientes e oportunos, uma vez que é o gestor quem conhece a real necessidade da aquisição. No entanto, tal decisão deve se pautar por critérios de razoabilidade e proporcionalidade sempre visando atender ao interesse público, bem como deve se mostrar a mais eficiente ao se analisar a relação custo-benefício.

No caso, ao avaliar as justificativas trazidas pelo ente municipal tem-se que se mostram insuficientes para validar a exigência questionada, haja vista que, embora se fundamentem num suposto conforto ao operador ao utilizar o maquinário com esse "Sistema hidráulico de acionamento da caçamba através de única alavanca tipo "joystick" com tecla FNR", não estão amparadas em estudo comparando a diferença técnica entre o maquinário exigido e os demais modelos existentes no mercado e atestando que os benefícios trazidos por essa funcionalidade justificariam a restrição à ampla competitividade.

Também não foi possível observar se foi realizada comparação de preços entre equipamentos com a funcionalidade questionada (única alavanca tipo 'joystick' com tecla FNR) e aqueles que não possuem essa característica.

Logo, embora reconheça a discricionariedade da Administração na estipulação dos requisitos do bem a ser adquirido, entendo que a justificativa baseada unicamente num suposto conforto ao operador ao utilizar o maquinário com a característica discutida, afastada da devida comprovação de que outros equipamentos que não possuam a referida especificação não seriam igualmente confortáveis ao operador, bem como que a funcionalidade tida por restritiva seria atendida por várias marcas e que não resultaria em gastos desnecessários à Administração, não se mostra aceitável para embasar essa exigência restritiva.

Cumpre frisar que não se veda a previsão de especificações razoáveis com o objetivo de garantir que o objeto adquirido atenda satisfatoriamente às necessidades da Administração, mas sim exigências excessivas, com potencial para reduzir a ampla competitividade da licitação, e que não possuam qualquer respaldo ou justificativa técnica e/ou econômica plausíveis.

Além disso, verifica-se que o Município mencionou em sua defesa que tal característica teria sido prevista no convênio celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), porém deixou de juntar aos autos cópia do referido ajuste, o que impossibilita conferir tal alegação.

Não obstante, deve-se considerar que no presente caso ao menos quatro empresas participaram da disputa (FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA EIRELI – marca/modelo: XCMG / LW300KV; TKBR IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. – marca/modelo: LIUGONG / 835H; TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – marca/modelo: XCMG/ LW350KV; VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA. – marca/modelo: JOHN DEERE/444G), podendo, em tese, oferecer o maquinário com as especificações requisitadas, já que, não houve comprovação em sentido contrário.

Logo, embora entenda que a representação merece ser julgada procedente quanto a esse ponto, reputo suficiente a emissão de recomendação ao Município a fim de que adote as medidas necessárias visando aprimorar os processos licitatórios com a inclusão na fase interna das justificativas para a escolha de objeto com suas peculiaridades e, no caso em que tais especificações tenham o potencial de reduzir a ampla competitividade, deve-se indicar se tal condição implicaria em eventual aumento do gasto a ser realizado e se os benefícios trazidos pela funcionalidade justificariam a restrição à competitividade.

O segundo assunto discutido neste feito consiste na suposta participação indevida na disputa da TKBR IMPORTACAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., a qual estaria substituindo a SARANDI TRATORES LTDA. (declarada inidônea pelo Município de São Pedro do Iguaçu em 01/12/2020), eis que pertencentes ao mesmo

grupo econômico.
Em defesa, o Município alegou que a TKBR cumpriu todos os requisitos exigidos no edital, apresentando o menor preço pelo objeto especificado, asseverando que a existência de relações entre as duas empresas como o fato de possuírem sedes próximas ou de existir vínculo de parentesco entre os sócios de cada sociedade empresarial, por si só, não perfaz justo motivo para se considerar que a TKBR esteja participando de forma indevida do certame. Apontou, ainda, que cada empresa possui CNPJ e objetos sociais distintos e que a TKBR exibiu comprovante de capacidade técnica de forma autônoma e independente, não sendo verificada à época irregularidades suficientes a indeferir a participação da TKBR no certame.
Quanto ao tema, importante explicitar que este Tribunal de Contas, após se deparar algumas vezes com questionamentos em relação à referida empresa, proferiu decisão por meio do Acórdão n.° 1681/23 do Tribunal Pleno (autos 343989/22), embora ainda não definitiva, reconhecendo a existência de vinculação entre as empresas SARANDI TRATORES LTDA. e TKBR IMPORTACAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., tendo inclusive expedido declaração de inidoneidade à empresa TKBR, impedindo-a de licitar ou contratar com o poder público pelo prazo de 2 (dois) anos, com fulcro no art. 97 da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005.
Na referida decisão restaram consignados os seguintes fundamentos:
(...) pode-se observar os seguintes elementos que caracterizam a existência do mesmo grupo econômico, aptos a demonstrar que, com a finalidade de burla à sanção imposta à SARANDI TRATORES LTDA., a empresa TKBR passou a participar, em seu lugar, dos processos licitatórios:
1) estão sediadas no mesmo endereço na cidade de Sarandi-PR, sendo que em sua fachada consta uma placa central e maior com o nome “Sarandi Tratores”, além de duas placas menores, uma com o nome “Takeuchi”, que seria o nome fantasia da empresa TKBR, e outra com a marca “LiuGong”;
2) em 23/12/2020, ou seja, poucos dias após a aplicação da sanção de inidoneidade (em 01/12/2020), houve alteração nos contratos sociais de ambas as empresas, tanto em relação aos sócios (Srs. Odauro Vitoriano e Sr. Odauro de Carvalho Vitoriano, pai e filho) quanto ao objeto social (...).
(...)
3) existência de certificado expedido pela empresa LIUGONG, fabricante do equipamento adquirido por intermédio do certame, atestando que a TKBR faz parte de grupo econômico junto à SARANDI TRATORES, distribuidora/revendedora autorizada e representante exclusiva da marca, sendo por tal razão que a TKBR estaria autorizada a comercializar tais equipamentos;
4) há fortes indícios – não afastados pelos interessados – de que a empresa TKBR, ainda que constituída em 2007, só iniciou a participação em licitações públicas de maquinário pesado após a sanção aplicada à SARANDI TRATORES LTDA e às negativas de participação desta empresa em certames, tanto pelas administrações municipais quanto por esta Corte de Contas.
(...)
De todo modo, como bem ressaltado pela unidade técnica, a irregularidade não reside na participação, em um mesmo certame, de empresas do mesmo grupo econômico ou com laços familiares, mas na burla à sanção de inidoneidade aplicada à SARANDI TRATORES, por meio da participação da TKBR em diversas licitações, substituindo-a indevidamente, o que restou comprovado nos autos.
(...)
No caso em análise, da mesma forma, e com base nos mesmos argumentos, verifica-se que a TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. participou da disputa substituindo a SARANDI TRATORES LTDA., a qual estava impedida de licitar, restando irregular sua participação no certame, motivo pelo qual a representação merece ser julgada procedente também nesse ponto.
Entretanto, do mesmo modo como decidido em outros processos, no corrente caso, entendo não ser cabível a declaração de nulidade do certame ou do contrato dele decorrente, uma vez que, consoante se infere da documentação acostada aos autos, o contrato foi assinado em setembro de 2022 e o equipamento foi entregue em dezembro de 2022, isto é, o contrato já foi executado, estando o bem em plena utilização pela municipalidade.
Além disso, não se pode olvidar acerca dos obstáculos e das dificuldades reais enfrentadas pelo gestor, bem como das circunstâncias em que as decisões foram tomadas.
Observa-se que à época da licitação o gestor averiguou que as empresas possuíam CNPJ e objetos sociais distintos, tendo a TKBR apresentado comprovante de capacidade técnica de forma autônoma e independente, não havendo subsídios suficientes, naquela ocasião, para indeferir a participação da TKBR no certame. Sendo assim, não verifico indícios de dolo, má-fé ou mesmo erro grosseiro por parte do gestor municipal.
III. VOTO
Diante do exposto, VOTO:
a. Pela procedência da Representação da Lei n.° 8.666/93 formulada por YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS EIRELI em face do Pregão Eletrônico n.º 19/2022 realizado pelo Município de Rio Bom, nos termos da fundamentação;
b. Pela expedição de recomendação ao Município de Rio Bom para que aprimore os processos licitatórios, fazendo constar na fase interna as justificativas de fato e/ou econômicas para a escolha de objeto com suas peculiaridades e, no caso em que tais especificações tenham o potencial de reduzir a ampla competitividade, deve-se indicar se tal condição implicaria em eventual aumento do gasto a ser realizado pelo ente e se os benefícios trazidos pela funcionalidade justificariam a restrição à competitividade.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela procedência da Representação da Lei n.° 8.666/93, formulada por YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS EIRELI, em face do Pregão Eletrônico n.º 19/2022 realizado pelo Município de Rio Bom, nos termos da fundamentação;
II. Recomendar ao Município de Rio Bom que aprimore os processos licitatórios, fazendo constar na fase interna as justificativas de fato e/ou econômicas para a escolha de objeto com suas peculiaridades e, no caso em que tais especificações tenham o potencial de reduzir a ampla competitividade, deve-se indicar se tal condição implicaria em eventual aumento do gasto a ser realizado pelo ente e se os benefícios trazidos pela funcionalidade justificariam a restrição à competitividade.
III. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:
a) o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
b) após, à Diretoria do Protocolo para o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE-PR e arquivamento, de acordo com o artigo 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Virtual nº 23.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-629090/22
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
INTERESSADO:-4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
ADVOGADO / PROCURADOR-ADRIANA DE PAULA BARATTO, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, ANA PAULA VONSOWSKI DA COSTA BISPO, ANDREA PATRICIA CEZARIO, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, BRUNO FELIPE LECK, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, CRISTINA KAKAWA, DAIANE MEDINO WOTKOSKI, DANIELLE SIMÃO, DENISE SCOPARO PENITENTE, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, EVERTON LUIZ SZYCHTA, FABIOLA MACHADO MARQUES, FABIOLA MARTINI SIBUT, FABRICIO FABIANI PEREIRA, FELIPE SANTOS RIBAS, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, GISELE DAIANA MACIEL, GUILHERME MAXIMIANO, HELIO EDUARDO RICHTER, HULIANOR DE LAI, JEFERSON LUIZ DE LIMA, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, JULIANA PERELLES, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, KARLLA MARIA MARTINI, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, LUIS ADOLFO KUTAX, LUIZ CARLOS PROENÇA, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, MARCO ANTONIO DE LUNA, MAURICIO DA SILVA MARTINS, MICHELE SUCKOW LOSS, NATALLY SOSSAI REYS, NAYANE GUASTALA, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, RONALDO JOSÉ E SILVA, SERGIO GOMES, SERGIO LOPES MASSEDO, SILVIA ASSUNÇÃO DAVET LOCATELLI, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, SIVONEI MAURO HASS, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, TALITA COSTA REBELLO BARBOSA, THAIS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO, THAIS YUMI ASSAKURA, THALITA FERREIRA DRAGO, WALTER GUANDALINI JUNIOR, WELLINGTON LINCOLN SECO
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 3782/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação. Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Obstrução dos trabalhos de controle de unidade técnica desta Corte, por firma de auditoria independente. Proposição de determinações cumpridas no curso da instrução. Inexistência de impropriedades no atual estado dos autos. Improcedência.
I. RELATÓRIO
Encerram os autos representação formulada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ICE) deste Tribunal de Contas, em face de COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL), em vista da ocorrência de limitação aos trabalhos do controle externo na verificação de informações envolvendo firma de auditoria independente, por conta de potencial insuficiência contratual.
Da representação (peça 3), colhe-se que no decorrer da auditoria referente à validação dos saldos do grupo contábil “Disponibilidades” do demonstrativo financeiro da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (COPEL GeT), foi verificada a ocorrência de obstrução às atividades do controle externo, materializada pela negativa da empresa de auditoria independente, DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, em disponibilizar as circularizações (confirmações externas) dos saldos existentes em 31/12/2020, das contas correntes/aplicações financeiras da COPEL GeT, das suas subsidiárias controladas e dos empreendimentos eólicos. Diante disso, a unidade técnica propugnou pela procedência da representação, para expedição das seguintes determinações:
“a) Que a Copel inclua CLÁUSULAS EXPRESSAS, nas novas contratações com firmas de auditoria independente (com cláusulas que disponham sanções pelo descumprimento – incluindo aquelas de cunho pecuniárias), para que apresentem toda e qualquer documentação requerida pela contratante necessária ao exercício do controle externo, explicitando que empresas privadas devam disponibilizar documentos quando requisitados pelo controle externo;
b) O monitoramento e a apresentação por parte da Copel GeT dos resultados dos trabalhos de ajustes das divergências nos saldos bancários após o término do segundo trimestre de 2022, com o devido envio dos extratos bancários a esta Corte de Contas para verificação da regularidade;
c) Que sejam observados os procedimentos para conciliação e análise de contas contábeis no âmbito da Copel Holding e das subsidiarias contidos na Notificação Copel/DFI 04/2020;
d) Que sejam aplicados controles internos efetivos para que as pendências de conciliações não perdurem por vários exercícios e dessa forma contaminem os demonstrativos contábeis com informações não fidedignas;
e) Que o sistema de controle interno da Copel acompanhe e verifique o cumprimento e o atendimento das obrigações estatais da companhia, quanto às requisições de documentação e informações do controle externo;
f) Que a Copel GeT advirta por escrito (com a emissão de cópia do comprovante da advertência emitido a este TCE/PR) a empresa Deloitte Touche Tohmatsu por

descumprimento contratual de baixo impacto (cláusula 42), conforme descrito na Cláusula XIV – Penalidades" (peça 3, fls. 27-29)
A representação foi recebida (Despacho n.º 1123/2022, peça 20) e determinada a citação da estatal, devidamente realizada (peças 23 e 24).
Em resposta (peça 31), a COPEL destacou que: (i) desde o início da análise da 4ICE tem envidado esforços no sentido de auxiliar os trabalhos dos auditores, tendo notificado a auditoria independente para que apresentasse cópia das circularizações requisitadas, tendo inclusive autorizado as instituições bancárias que disponibilizassem à empresa de auditoria cópia das referidas circularizações; (ii) diante das negativas da empresa no fornecimento dos documentos pleiteados, a área de Logística e Suprimento da companhia está tramitando um aditivo ao Contrato n.º 4600021965 para atendimento da recomendação desta Corte; (iii) incluirá cláusulas expressas no mesmo sentido nos futuros contratos com empresas de auditoria independente; (iv) procederá à instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade contratual de advertência à contratada, por descumprimento contratual de baixo impacto, nos termos da Cláusula XIV- Penalidades do contrato, acatando a determinação da 4ª ICE; (v) no que tange às determinações constantes dos itens "b" e "c" do Relatório da 4ª ICE, estão sendo adotadas as providências para seu atendimento e posterior comunicação a este Tribunal de Contas; (vi) no que se refere às questões atinentes ao controle interno, ressalta-se que o controle de conciliação documentado na matriz de riscos e controles CCC-GRF-COB teve seu desenho testado em 2022 e foi considerado suficiente; (vii) está em fase final a conclusão dos testes de efetividade do controle CCC-GRF-COB para as demais empresas as quais o controle é aplicável, cuja previsão de término é janeiro de 2023. Ante tais fatos, requereu o ente a improcedência da representação.
A 4ICE (Instrução n.º 3/2023, peça 43), após considerar que a COPEL atendeu às determinações contidas no item II, alíneas "a", "d" e "e" do Relatório de Representação e que para as determinações contidas no item II, alíneas "b", "c" e "f", foram dadas apenas respostas informais, sem lastro probatório, sugeriu que:
"(...) que se conceda ulteriores 30 dias para que a Copel GeT, por meio de seu Representante Legal, apresente a documentação comprobatória acerca dos itens descritos abaixo (com a apresentação também à Inspetoria que fiscalizará a Copel no quadriênio 2023/2026, já que será necessário o acesso ao SAP – o que esta 4ª ICE não possui desde o início do ano de 2023), podendo então, caso atendidas as determinações ainda não comprovadas e a critério do Relator Conselheiro, ser arquivada a presente Representação:
a) Resultados dos trabalhos de ajustes das divergências nos saldos bancários após o término do segundo trimestre de 2022, com o devido envio dos extratos bancários a esta Corte de Contas para verificação da regularidade, comprovando que foram observados os procedimentos para conciliação e análise de contas contábeis no âmbito da Copel Holding e das subsidiarias contidos na Notificação Copel/DFI 04/2020 (itens "b" e "c");
b) Cópia da instauração de processo administrativo e da aplicação de penalidade contratual de advertência à contratada Delloite (item "f")" (fls. 6-7).
O opinativo da unidade técnica foi corroborado pelo Ministério Público de Contas (Parecer n.º 433/2023, peça 44), tendo sido acatado (Despacho n.º 557/2023, peça 45) e determinada a diligência proposta.
O ente estadual apresentou manifestação (peça 50), requerendo a juntada de documentos para o suprimento dos apontamentos da 4ICE.
A unidade técnica (Instrução n.º 47/2023, peça 73), em vista das justificativas apresentadas e dos novos documentos comprobatórios, afirmou restar comprovado o atendimento das determinações originalmente propostas, nos seguintes termos:
"Na Instrução n° 26/23 (peça 56) desta 4ª ICE, embora tenha se manifestado pela regularização das determinações constantes da Representação, indicou a ressalva de que a análise havia sido pautada nos documentos e recortes telas encaminhadas, não sendo possível acessar as transações e eventuais detalhamentos de informações constantes dos históricos dos documentos, em virtude da 4ª ICE não possuir mais acesso ao SAP.
Diante desse fato, a fim de certificar que as informações constantes da petição (peça 50) constavam do SAP e que não havia omissão de eventuais detalhamentos, a 7ª ICE diligenciou a Copel e esclareceu que "por meio do SISTEMA SAP da COPEL foram gerados os documentos correspondentes, que seguem anexados, e acessadas as transações e detalhamentos de informações constantes dos seus históricos, corroborando, assim, as informações e "prints" apresentados no processo pela COPEL".
Em relação às alíneas "b" e "c", além da ratificação dos documentos gerados diretamente pelo SAP, também foram incluídos importantes documentos que dão suporte à conclusão pelo atendimento das determinações constantes da Representação:
i. O anexo incluído à peça 64 reforça o registro de reclassificação da conta 1112195 da empresa Santa Maria, no valor de R$ 31.730,14, para a conta 1126319 – Outros Créditos, por meio do lançamento 100000100_2022;
ii. Os e-mails incluídos às peças 67 e 69, juntamente com as informações obtidas no Portal de Transparência, reforçam que foram realizados os procedimentos de regularização da conciliação decorrente da devolução de valores à Light.
Em relação à alínea "f" do item II da "Proposta de Encaminhamento" (peça 3, item IV), a 7ª ICE informou "que por meio de consulta ao Sistema E-protocolo foi possível verificar que o processo referente à aplicação de penalidade à DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES se encontra no departamento jurídico da entidade para análise".
Nesse caso, a informação acrescentada pela 7ª ICE demonstra que o processo, que antes constava apenas o pedido de abertura de processo administrativo disciplinas (peça 53), está sendo analisado pela Copel.
Desse modo, considerando que as providências e documentos apresentados pela Copel foram corroborados pelos documentos anexados pela 7ª ICE (peças 58 a 69), entende-se atendida as determinações contidas nas alíneas "b", "c" e "f" no Relatório de Representação (peça 3).
Diante disso, o órgão ministerial (Parecer n.º 932/2023, peça 74) opinou pelo arquivamento dos autos.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Como ressoa do relato dos autos, as impropriedades originalmente apontadas foram supridas com o cumprimento, no decorrer da tramitação do presente expediente, na sua integralidade das determinações propostas pela 4ICE.
Embora a unidade técnica tenha apenas testificado a observância das referidas determinações, sem apor conclusão acerca do deslinde do presente feito, o órgão ministerial recomendou o arquivamento do feito.
Divirjo.
Não é caso de simples arquivamento, eis que a presente representação foi devidamente recebida. Assim, como no atual estado dos autos não mais existem impropriedades hábeis a justificar a procedência do expediente, impõe-se assim a sua improcedência.
Em situação análoga, já tive oportunidade de deixar assentado que:
"Examinando-se a situação descortinada, há que se reconhecer o efetivo esforço da administração local para solução do achado de auditoria.
No entanto, diversamente da conclusão no sentido da perda de objeto, o processo comporta a devida apreciação de seu conteúdo com o respectivo julgamento de mérito, pois houve plena instrução e enfrentamento da matéria suscitada.
Desse modo, uma vez demonstrado que o gestor responsável tomou as providências necessárias para eliminar a impropriedade alvo da representação - e tendo em mente a regra básica de que o julgamento deve refletir o estado atual da causa - a improcedência do feito é medida que se impõe" Acórdão n.º 3563/2023, do Tribunal Pleno) (grifou-se).
Assim, improcedente a representação.
III. VOTO
Destarte, VOTO:
I) pela improcedência da representação;
II) pelo encerramento, após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, nos termos do artigo 398 do Regimento Interno deste Tribunal.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de REPRESENTAÇÃO
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela improcedência da representação;
II. Após o trânsito em julgado, determinar o encerramento dos autos, nos termos do artigo 398 do Regimento Interno deste Tribunal.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Virtual nº 23.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-732721/22
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-ALDO MARCHINI JUNIOR, ALESSANDRO RENAUX MARCHINI, CESAR RIBEIRO FERREIRA, ECCAR GESTAO DE FROTAS EIRELI, ELISANDRO PIRES FRIGO, FERNANDO DESTITO FRANCISCHINI, GUILHERME VOTROBA BORGES, JAIRO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, JMK SERVICOS S.A., LUIZ CAMARGO ANTUNES, LUIZ FELIPE KRAEMER CARBONELL, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, MARCOS LUIZ ROBERT ZANOTTO, REINHOLD STEPHANES, ROMULO MARINHO SOARES, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA
ADVOGADO / PROCURADOR-BRUNA LICIA PEREIRA MARCHESI, BRUNO GOFMAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, CLOVIS ALBERTO BERTOLINI DE PINHO, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, DIOGO DE ALMEIDA LECHETA, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, FABIOLA DE BARROS, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, FERNANDO YUJI RIBEIRO SUZUKI, GILBERTO GAESKI, HELEN MONICA ESTEVES MARCANTE, KAMAI FIGUEIREDO ARRUDA BACELAR DA SILVA, LUCIANO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, LUIZ RENATO KNIGGENDORF, MARCIO EDUARDO MORO, MURILO CESAR TABORDA RIBAS, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, PAULO VITOR GONÇALVES VIEIRA KAMMERS, PEDRO HENRIQUE BRAZ DE VITA, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, RICARDO DE PAULA FEIJO, ROBERTO BRZEZINSKI NETO, THIAGO LIMA BREUS, VITOR BEUX MARTINS
RELATOR:-CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
ACÓRDÃO Nº 3783/23 - TRIBUNAL PLENO
Recursos de revista. Tomada de contas extraordinária. Alegação de impropriedades na execução de contrato firmado com o Estado. Gerenciamento de frota e manutenção veicular. Arquivamento de inquérito policial em razão da não caracterização de ilícitos. Identidade de fatos. Não caracterização de fraude, direcionamento e superfaturamento. Não pagamento de oficinas credenciadas. Interesse eminentemente privado. Ausência de dano ao erário. Provimento total e parcial dos recursos.
I. RELATÓRIO (Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES)
Trata-se de Recursos de Revista interpostos por Cesar Ribeiro Ferreira (peça 210), Aldo Marchini Junior (peças 212 a 219), Eccar Gestão de Frotas Eireli (peças 221 a 227), Alessandro Renaux Marchini (peças 229 a 236), Luiz Camargo Antunes (peça 238) e JMK Serviços S/A (peças 240 a 263 e 265 a 287), em face do Acórdão nº 2811/22 – Tribunal Pleno (peça 206), que julgou irregulares as contas objeto da Tomada de Contas Extraordinária nº 106114/19, referentes à execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 256/2015-SEAP, firmado entre o Estado do Paraná e a JMK Serviços Ltda., no valor total estimado de R$ 56.035.570,00, tendo por objeto "a contratação de empresa gerenciadora de frota para proceder, através de gestão compartilhada, o recadastramento da frota veicular ativa e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em um quantitativo de veículos de 15.500 unidades", com fundamento nos arts. 15, § 2º, e 16, III, "b" e "f", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, em razão de:
a) Fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;

b) Direcionamento irregular dos serviços de manutenção;
c) Superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
d) Não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados;e
e) Precariedade dos serviços executados.
Em decorrência das irregularidades constatadas, foram determinadas as seguintes providências e aplicadas as seguintes sanções:
II- imediatamente, ou seja, sem que se aguarde o trânsito em julgado da presente decisão, determinar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), na pessoa de seu representante legal, que apure o dano total causado ao Estado do Paraná durante todo o período contratual e em relação a todos os serviços executados por meio do Contrato n.º 256/2015 e adote as medidas reparatórias e sancionatórias que se mostrarem cabíveis, considerando inclusive os indícios de superfaturamento de mão de obra apresentados na Instrução n.º 64/19 da 3ª Inspetoria de Controle Externo deste Tribunal (peça n.º 11);
III- dar ciência da presente decisão à 5ª Inspetoria de Controle Externo, para que fiscalize o cumprimento da determinação contida no item II, acima, no âmbito de suas atividades habituais de controle externo desempenhadas junto à SEAP, em razão da segmentação estabelecida na Portaria 281/21 deste Tribunal;
IV- determinar à JMK Serviços S.A. de restituição ao erário estadual de valores no montante de R$ 626.025,74 (seiscentos e vinte e seis mil, vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos), a ser atualizado na forma legal, em razão do superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
V- aplicar multa de 30% sobre o valor do dano ao erário (item IV, acima) à JMK Serviços S.A., em razão do superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
VI- aplicar multa de 15% sobre o valor do dano ao erário (item IV, acima) ao sr. Cesar Ribeiro Ferreira, enquanto diretor do DETO, em razão do superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
VII- aplicar multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual 113/2005 individualmente aos seguintes:
a) por 5 (cinco) vezes à JMK Serviços S.A., em razão das constatações indicadas no item I, acima;
b) por 2 (duas) vezes ao sr. Aldo Marchini Junior, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens “a” e “b” do item I, acima;
c) por 2 (duas) vezes ao sr. Jairo Cezar Vernalha Guimarães, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens “a” e “b” do item I, acima;
d) por uma vez ao sr. Luiz Camargo Antunes, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão do direcionamento irregular dos serviços de manutenção;
e) por 2 (duas) vezes ao sr. Marcos Luiz Robert Zanotto, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens “a” e “b” do item I, acima;
f) por uma vez à Eccar Gestão de Frotas EIRELI, em razão da fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
g) por uma vez ao sr. Alessandro Renaux Marchini, enquanto administrador da Eccar Gestão de Frotas EIRELI, em razão da fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
h) por 5 (cinco) vezes ao sr. Cesar Ribeiro Ferreira, enquanto diretor do DETO, em razão das constatações indicadas no item I, acima;
VIII- declarar a inidoneidade das seguintes pessoas jurídicas perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos termos do artigo 97 da Lei Complementar Estadual 113/2005, para o fim de proibi-las de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos:
a) JMK Serviços S.A.;
b) Eccar Gestão de Frotas EIRELI;
IX- declarar a inidoneidade dos seguintes agentes perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos termos do artigo 97 da Lei Complementar Estadual 113/2005, para os fins de inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, pelo prazo de 5 (cinco) anos e de proibi-los de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos:
a) Aldo Marchini Junior;
b) Jairo Cezar Vernalha Guimarães;
c) Luiz Camargo Antunes;
d) Marcos Luiz Robert Zanotto;
e) Alessandro Renaux Marchini.
X- incluir os nomes dos seguintes agentes na lista dos responsáveis com contas irregulares, com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar Estadual 113/2005:
a) Aldo Marchini Junior;
b) Jairo Cezar Vernalha Guimarães;
c) Luiz Camargo Antunes;
d) Marcos Luiz Robert Zanotto;
e) Alessandro Renaux Marchini;
f) Cesar Ribeiro Ferreira;
XI- comunicar a decisão, com concessão de acesso à integra dos presentes autos digitais, ao Ministério Público do Paraná (MPPR), em razão da possível prática de atos de atos de improbidade administrativa e do contido no artigo 248, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal; e
XII- encaminhar, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para os registros devidos e as providências atinentes à execução da decisão, inclusive de seus itens VIII e IX, acima.
Os recursos foram recebidos pelo Despacho nº 1387/22 – GCILB (peça 288) e, após distribuição, em conformidade com o trâmite regimental, os autos foram remetidos pelo Despacho nº 1648/22 – GCIZL (peça 291) à 3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE.
Todavia, considerando que a referida unidade técnica, responsável pela fiscalização de que trata o presente expediente, está desativada em razão de seu Conselheiro Superintendente ser o atual Presidente deste Tribunal, os autos foram então encaminhados pela Coordenadoria Geral de Fiscalização – CGF à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX, unidade em que se encontra lotado o Gerente de Fiscalização que assinou as instruções elaboradas pela 3ª ICE no decorrer do trâmite processual da Tomada de Contas Extraordinária.
Em atendimento, foi emitida a Instrução nº 397/23 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (peça 293), contendo opinativo pelo conhecimento e não provimento dos recursos, mantendo-se na íntegra o Acórdão nº 2811/22 – Tribunal Pleno, por seus próprios fundamentos.
No mesmo sentido, manifestaram-se a Coordenadoria de Gestão Estadual, na Informação nº 97/23 (peça 294) e a 4ª Procuradoria de Contas, no Parecer nº 551/23 (peça 295).
É o relatório.
1. FUNDAMENTAÇÃO
Preliminarmente, cabe reiterar o conhecimento dos Recursos de Revista, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade relativos à tempestividade, legitimidade, interesse e adequação.
Também em preliminar, em que pese há muito encerrada a fase de instrução processual, momento em que deixa de ser admissível a juntada de documentos ao processo, nos termos do art. 357, do Regimento Interno,[1] inclusive em sede recursal, como estabelece o respectivo § 5º, devem ser deferidos unicamente os pedidos de juntada dos documentos já anexados aos recursos, ainda que não correspondam a documentos novos (pois, segundo informado pela unidade técnica, são anteriores ao Acórdão recorrido e as partes não justificaram o motivo da não apresentação em momento anterior ao julgamento), com base nos princípios da verdade material e do formalismo moderado que orientam os processos deste Tribunal de Contas.
Não obstante isso, os mencionados princípios, sob pena de conflito com o citado dispositivo regimental e com os igualmente relevantes princípios da utilidade dos atos processuais e da razoável duração do processo, não permitem o deferimento do pedido de entrega de todo o Banco de Dados do sistema JMK “em mídia física, para posterior análise da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), a fim de emitir um parecer conclusivo acerca da funcionalidade e segurança”, formulado pela empresa JMK na peça 265 (fls. 7 e 50).
A esse respeito, opinou a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções “pelo completo descabimento da pretensão da Recorrente, notadamente porque o conjunto probatório presente nos autos, resultado da fiscalização realizada por Unidade competente, é suficientemente robusto para fins de comprovação das irregularidades apontadas, bem como a ensejar a manutenção do Acordão proferido por esta Corte de Contas. Além de, obviamente, competir à Recorrente comprovar o que alega, a pretensão parece ter viés meramente protelatório” (Instrução nº 397/23, peça 293, fl. 38).
Soma-se ao exposto pela unidade técnica as constatações de que não foi apresentada qualquer fundamentação a respeito da suposta utilidade da entrega nos autos de todas as informações contidas no Banco de Dados do sistema de gestão compartilhada para efeito de afastamento das irregularidades reconhecidas pela decisão recorrida (mesmo porque referido banco de dados, pelo que se depreende de diversas passagens da Instrução nº 64/19, peça 11, já foi objeto de detalhada análise pela 3ª Inspetoria de Controle Externo, após sua disponibilização pela Celepar) e de que não houve a especificação de quais fatos se pretenderia provar com base nos referidos dados ou qualquer referência direta às informações neles retratadas,[2] a que se soma a ausência de motivação para o pedido de emissão de parecer conclusivo acerca da respectiva funcionalidade e segurança pela Diretoria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, de modo que se evidencia o caráter meramente protelatório das providências requeridas, o que impede seu deferimento também com fulcro no § 8º, do art. 357, do Regimento Interno.
De modo semelhante, em derradeira preliminar, não merecem ser deferidos os pedidos de anotação de sigilo no presente processo (formulados por Aldo Marchini Junior, Eccar Gestão de Frotas Eireli, Alessandro Renaux Marchini e JMK Serviços S/A nas peças 212, 221, 229 e 265), por ausência de fundamentação específica a respeito dos documentos e dos dados neles contidos que mereceriam tratamento sigiloso.
2. VOTO
No mérito, conforme acima relatado, os pareceres que instruem o feito são uniformes no sentido do não provimento do recurso.
2.1. Dos recursos formulados por Aldo Marchini Junior (peças 212 a 219), Eccar Gestão de Frotas Eireli (peças 221 a 227), Alessandro Renaux Marchini (peças 229 a 236) e JMK Serviços S/A (peças 240 a 263 e 265 a 287) – Fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas
Conforme exposto pela decisão recorrida, a primeira irregularidade constatada consiste na execução, pela própria contratada (diretamente ou indiretamente, por intermédio da empresa Eccar), de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos que deveriam ser realizados pela rede de oficinas credenciadas e não pela JMK Serviços, contratada para o gerenciamento da frota estadual, valendo-se das informações de que a empresa dispunha e das atribuições que desempenhava em razão de sua qualidade de contratada (a ponto de se sagrar vencedora de todas as disputas de que participou direta ou indiretamente, como informado na fl. 13 da decisão), bem como do nome fantasia Econocar e dos vínculos estreitos com o administrador da empresa Eccar, “para operacionalizar a fraude no sistema informatizado de gestão da frota e para que a contratada escolhesse a si própria como executora dos serviços e, portanto, destinatária dos pagamentos”.
Os recursos formulados por Aldo Marchini Junior, Eccar Gestão de Frotas Eireli, Alessandro Renaux Marchini e JMK Serviços S/A, subscritos pelos mesmos procuradores, buscaram desconstituir essa primeira irregularidade com base em argumentos de igual teor, sintetizados pela unidade técnica nos seguintes termos:
i. Preliminarmente, considerando a possibilidade de se privilegiar a busca pela verdade material, apresentam-se documentos para que sejam recebidos e analisados: Solicitação de análise do Ministério Público; Promoção de Arquivamento; Arquivamento; Relatórios Anuais de 2016, 2017 a 2018. Pugnando-se pela anotação de sigilo no presente processo;
ii. Sobre os mesmos agentes, fatos e condutas apreciados no presente processo, instaurou-se Inquérito Criminal (nº 0027493-28.2019.8.16.0013), no qual foram apurados supostos crimes de “fraude à licitação, inserção de dados falsos no sistema, fraude na execução do contrato e falsificação de documento particular”.
Naquele expediente, a autoridade policial afirmou que “após a realização de diligências nominadas nos autos em questão- IP 188997/2019 (ordens de serviço, ofícios, relatórios e análise de informações), estas restaram infrutíferas no sentido de materialidade referentes aos crimes de fraude a licitação previsto (Art. 93, Lei 8.666/93), e falsificação de documento particular (Art. 298, CP), para o qual tal inquérito foi instaurado.”

O Ministério Público requereu o arquivamento do feito por entender que "não foram produzidos elementos de informação que indiquem a materialidade dos crimes em apuração" e o Juízo acolheu a promoção de arquivamento.
Portanto, a convergência daquelas autoridades no entendimento da inexistência de materialidade em relação aos fatos discutidos na Tomada de Contas Extraordinária, dentre as quais a suposta fraude à licitação, enseja a comunicabilidade das instâncias, razão pela qual as sanções decorrentes do suposto ilícito devem ser afastadas.,
iii. O artigo 90 da Lei 8.666/93 não se aplica ao caso, pois foi revogado por disposição da Lei nº 14.133/2021, não restou comprovado o dolo, elemento necessário para a configuração de crime e, o credenciamento realizado entre a JMK e as oficinas não pode ser considerado como processo licitatório, uma vez que se tratam de pessoas jurídicas de direito privado. Ainda, inexistia o dever por parte da JMK e do Sr. Aldo Marchini de promover licitação, não sendo possível atribuir qualquer fraude a nenhum dos Recorrentes, muito menos por analogia, como ocorreu no Acórdão recorrido.
iv. Não havia vedação expressa à participação da JMK ou ECCAR em eventuais serviços a serem elaborados. De igual modo, o dispositivo do Termo de Referência no sentido de ser vedada a participação de consórcios no processo licitatório, dizia respeito ao processo licitatório e não ao credenciamento de oficinas. E não há consórcio formado no âmbito do contrato;
v. A JMK não fez seleção de si mesma ou de empresa com quem detinha suposto vínculo, cabia ao gestor do órgão usuário escolher a oficina que desempenharia os serviços, entre os 3 orçamentos que lhe eram disponibilizados;
vi. Todas as OSs faturadas em favor da JMK e ECCAR foram referentes a serviços efetivamente prestados, relativos a serviços rápidos a pedido da SEAP, e com valor médio de aproximadamente R$ 300,00. Ainda, apenas 646 ordens de serviço foram emitidas em favor das empresas indicadas. E a Seap informou que não houve prejuízo financeiro ao contratante.
Em acréscimo, sustentaram a Eccar Gestão de Frotas Eireli e o Sr. Alessandro Renaux Marchini (conforme sintetizado pela unidade técnica), que:
Ainda que se considere pela eventual existência de fraude na execução do Contrato, os Recorrentes não podem ser responsabilizados pois a ECCAR apenas foi contratada e prestou um serviço a órgão público, sem participação na administração do contrato ou da escolha do orçamento. Não podendo ser penalizados como oficina ou terceiro contratado, sem responsabilidade de gerenciamento que pudesse causar dano ao Estado. Também não há impedimento de particular, como o Recorrente, constituir empresa prestadora de serviços e, simultaneamente, ser contratado e trabalhar para outra pessoa jurídica;
As questões de que tratam o item "i" já foram apreciadas em sede de preliminar, no tópico 2 desta fundamentação, a que se faz remissão.
Em relação aos demais argumentos (sintetizados nos itens "ii" a "vi"), adota-se como razões de decidir a minuciosa análise de mérito realizada pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão (fls. 9 a 22 da peça 293, Instrução nº 397/23, grifos no original):
31. Basicamente, os Recorrentes querem considerar a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493-28.2019.8.16.0013) como sustento de legalidade pelos atos irregulares praticados.
32. Pois bem. Equivocam-se as defesas ao sustentarem que, em razão do arquivamento do referido Inquérito, que supostamente apuraria os mesmos fatos da Tomada de Contas que originou este processo, as sanções aplicadas deveriam ser afastadas, dada a comunicabilidade das instâncias.
33. Percebe-se, em verdade, que a linha de defesa tenta confundir o julgador, notadamente porque os documentos trazidos aos autos não corroboram à alegação.
34. De antemão, deve-se esclarecer que apenas decisões emitidas no juízo penal que absolvam o réu por inexistência do fato ou pela negativa de autoria repercutem nas instâncias cíveis e administrativas, conforme preceituam os artigos 66 e 67 do Código de Processo Penal e artigo 935 do Código Civil.
35. Ademais, decisão que determina o arquivamento dos autos de procedimento de investigação criminal não faz coisa julgada nem gera preclusão.
36. Acrescente-se que a independência ganha ainda mais força quando tratamos, mormente, de infrações administrativas que possuem campo próprio de sanção.
37. No presente caso, ainda mais relevante que dar destaque à independência entre as instâncias, imprescindível destacar o teor das manifestações e da decisão que levaram à homologação do arquivamento do Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493-28.2019.8.16.0013), veja-se:
1. Ofício de Autoridade Policial, de 16/02/2022, em resposta à ofício do Ministério Público Estadual esclarecendo que as diligências realizadas no âmbito do Inquérito Policial nº 188997/2019 (ordens de serviço, ofícios, relatório e análise de informações) restaram infrutíferas no sentido de materialidade referente aos crimes de fraude à licitação, inserção de dados falsos o sistema, fraude na execução do contrato e falsificação de documento particular.
2. Manifestação do Ministério Público Estadual, em 02/03/2023, no sentido da promoção do arquivamento do Inquérito Policial 0027493-28.2019.8.16.0013 (IP 188997/2019), em razão de que:
"Da análise da portaria inaugural do Inquérito Policial nº 0027493- 28.2019.8.16.0013 em cotejo com o relatório final do Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143) extrai-se que os mesmos fatos tidos por criminosos foram objeto das duas investigações preliminares conduzidas pela Divisão de Combate à Corrupção – Núcleo de Combate à Corrupção de Curitiba da Polícia Civil do Paraná. Mais além, conforme a manifestação da própria autoridade policial que preside o presente inquérito, não foram produzidos elementos de informação que indiquem a materialidade dos crimes em apuração.
Portanto, e considerando que os elementos informativos relevantes acerca de condutas, em tese, criminosas estão exclusivamente contidos no Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143), verifica-se que a continuidade do presente feito é desnecessária ante a existência de investigação idêntica já finalizada, ao passo que qualquer diligência neste feito seria inoportuna (seja por já ter sido realizada, seja por restar infrutífera conforme indica a autoridade policial). Ante todo o exposto, considerando que os fatos ora investigados já foram apurados de forma satisfativa no âmbito do Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143) determina o Ministério Público o arquivamento do Inquérito Policial nº 0027493-28.2019.8.16.0013, com fulcro no art. 395, inciso II, do CPP.
3. Decisão do Juízo Criminal pelo acolhimento da promoção de arquivamento do Inquérito Policial nº 0027493-28.2019.8.16.0013, considerando que os fatos ora investigados já foram apurados de forma satisfativa no âmbito do Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143). (Grifamos)
38. Portanto, in casu, da leitura dos documentos trazidos aos autos, fica evidente que o arquivamento do inquérito se deu em virtude de que os fatos investigados naquele procedimento já haviam sido apurados no âmbito de outro Inquérito Policial, qual seja o de nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143).
39. Imperioso destacar que o referido Inquérito Policial (0000282-83.2017.8.16.0143) se refere à investigação denominada "Operação Peça Chave", deflagrada pela Polícia Civil do Paraná para apuração da prática de diversos delitos no âmbito da execução do Contrato nº 256/2015. A investigação, que começou no final de 2016, tratou de fraude à licitação, fraude na execução de contrato[3], falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e associação criminosa, chegando ao final com o indiciamento de vários agentes.
40. Assim, diante de tais fatos e considerações, o argumento dos recorrentes não merece provimento.
41. Acrescente-se que os Relatórios anuais elaborados pela JMK relativos aos anos de 2016 a 2018[4] em nada afastam a irregularidade comprovada nos autos. Ressaltando-se que se tratam de documentos elaborados e firmados unilateralmente pela Recorrente, não se revestindo, obviamente, de força probatória hábil a ensejar a alteração de julgamento.
42. Também não merecem prosperar as alegações das defesas no sentido de que o artigo 90 da Lei 8.666/93 não se aplica ao caso, pois foi revogado pela Lei nº 14.133/2021 e que não restou comprovado o dolo, elemento necessário para a configuração de crime; que o credenciamento realizado entre a JMK e as oficinas não poderia ser considerado como processo licitatório, pois são pessoas jurídicas de direito privado; e que inexistia o dever por parte da JMK e do Sr. Aldo Marchini de promover licitação, não sendo possível atribuir qualquer fraude a nenhum dos Recorrentes, nem mesmo por analogia, como ocorreu no Acórdão recorrido.
43. Inicialmente, necessário esclarecer que os crimes previstos na Lei 8.666/1993 foram revogados por disposição expressa do art. 193, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mas, na grande maioria, também foram imediatamente substituídos. Essa revogação, de cunho apenas formal, e não material, registre-se, não levou à extinção da punibilidade, pois houve continuidade normativo-típica, ou seja, as condutas permanecem criminalizadas, só que agora pelo Código Penal.
44. Ainda, não é demais ressaltar que o Tribunal de Contas julga contas e não crimes, portanto, não condena ninguém pela prática de delito. Na ocorrência de ilegalidades passíveis de apuração pelo controle externo, como no caso em tela, este Tribunal tem poder sancionador, constitucionalmente previsto. Por outro lado, quando a Corte de Contas identifica indícios de fraude ou de qualquer ilícito penal no curso de fiscalização ou análise, informa os fatos às autoridades que têm competência para investigar e promover a punição dos responsáveis, como o Ministério Público.
45. Sim, o Acórdão fez referência ao enquadramento dos atos praticados pela JMK Serviços na conduta descrita no artigo 90[5] da Lei 8.666/93, vigente à época dos fatos, e que, com a edição da Lei º 14.333/2021, foi deslocado para o art. 337-F[6] do Código Penal.
46. Porém, tal referência é devidamente justificada no Voto. Para seguirmos na análise desse argumento será necessário também abordarmos as demais linhas de defesa dos Recorrentes.
47. Sustentam os Recorrentes que não havia vedação expressa à participação da JMK ou ECCAR em eventuais serviços a serem prestados, que não houve consórcio formado e que o Termo de Referência vedava a participação de consórcios na licitação e não no credenciamento de oficinas. Ainda, defendem que a JMK não fez seleção indevida, até porque cabia ao gestor do órgão usuário fazer a escolha da oficina que desempenharia os serviços, entre os 3 orçamentos que lhe eram disponibilizados. Por fim, defendem que não houve prejuízo ao erário pois os serviços foram efetivamente prestados, sendo a quantidade contratada irrisória.
48. As alegações não merecem prosperar e explicaremos o porquê.
49. Restou devidamente evidenciado nas Instruções nºs 64/2019[7] e 25/2021[8], bem como no Acórdão recorrido que foram duas as fraudes ocorridas na execução do contrato. Neste momento, trataremos da primeira delas, consistente na execução, pela própria JMK (contratada), de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, os quais deveriam ser realizados pela rede de oficinas credenciadas, e não pela própria contratada para o gerenciamento da frota estadual.
50. Oportuno salientar que a análise sobre a ocorrência desta ilegalidade, e de todas as demais, foi norteada por duas premissas fundamentais, como muito bem destacado no voto condutor do Acórdão hostilizado, verbis:
Primeiro, em razão da obrigação prevista no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal[9], bem como da competência deste Tribunal estabelecida no artigo 1º, incisos III e XIII, da Lei Complementar Estadual 113/2005[10], cabe àqueles que figuram como parte no presente processo prestar contas de modo a demonstrar a legalidade, legitimidade, eficácia e economicidade dos atos praticados na execução do contrato em tela.
E segundo, como consignado na instrução inicial (peça 11), os fatos ali relatados só podem ser adequadamente compreendidos quando avaliados em conjunto, sendo insuficiente a observação isolada de cada qual.
51. Cabe relembrar a constatação, baseada em farta documentação probatória (conforme Instrução nº 64/2019 e anexos), no sentido de que a Recorrente JMK Serviços S.A. excedeu o objeto para o qual foi contratada quando executou, direta e indiretamente, serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota estadual, utilizando-se da denominação Econocar Auto Movel Assist. – JMK Serviços LTDA, bem como da empresa ECCAR Gestão de Frotas EIRELI-ME[11].
52. Não poderia a Contratada, cumulativamente, integrar a rede credenciada ou possuir vínculo com ela, tornando-se ao mesmo tempo fiscalizadora e fiscalizada, gestora e executora.
53. Como demostrado, a prestação de serviços de manutenção dos veículos pela própria JMK, constituiu infração aos princípios da isonomia e da competitividade. Isso porque, na condição de contratada, possuía atribuição de gerenciamento da frota veicular, privilégio não detido por nenhuma das oficinas.
54. Detalhando com maestria como ocorreu a infração aos princípios, pedimos licença para colacionar trecho do Acórdão recorrido:
Neste ponto, há de se considerar que a seleção da oficina credenciada que executaria uma dada ordem de serviço se dava pela escolha, pelo contratante, de um entre três orçamentos coletados e validados pela contratada (cláusula 9.10.2 do contrato[12]). Esse procedimento pressupõe que as três oficinas que elaboram os orçamentos têm interesse na prestação do serviço, que não conhecem os valores propostos pelas

demais participantes e que, portanto, apresentarão as suas melhores propostas possíveis, competindo isonomicamente.
Quando uma das oficinas credenciadas é a própria contratante, esses pressupostos da legitimidade do procedimento são violados, na medida em que tal empresa valida e, portanto, tem acesso aos valores dos orçamentos das oficinas que, naquele instante, são suas concorrentes, fato que compromete a isonomia e a competitividade da seleção, inexistindo a partir de então embasamento para supor que a oficina credenciada vinculada à contratada está apresentando a sua melhor proposta.
55. Ressalte-se que a prestação dos serviços de manutenção pela própria contratada também infringiu a disposição contida no item 16.1, "a", do Termo de Referência[13], segundo o qual configuraria uma incongruência que empresas consorciadas gerenciassem a frota e prestassem os serviços de manutenção. Frise-se que esta regra foi inserida em ponto do Termo de Referência que dispõe sobre a proibição da participação de consórcios.
56. Novamente, por oportuno, transcreve-se trecho do Acórdão recorrido, de clara precisão:
Nada obstante, ela prevê a vedação para uma situação hipotética de tal forma semelhante àquela ora apreciada, que seria de extremo formalismo a decisão que a desconsiderasse. Se duas empresas consorciadas – e portanto, distintas – não poderiam adotar a conduta descrita na regra (ou seja, simultaneamente gerenciar a frota e prestar os serviços de manutenção), basta o raciocínio lógico para concluir que uma única empresa, com mais razão, não teria o direito de fazê-lo, uma vez que a cumulação de funções que se pretende evitar seria ainda mais intensa do que no caso expressamente previsto e vedado, como ocorreu nas situações em que a JMK atuou como oficina prestadora dos serviços.
No mais, as relações entre essa empresa e a Eccar não deixam dúvidas de que, mesmo que não consorciadas juridicamente, tinham vínculos estreitos que as colocavam em situação equiparável às empresas consorciadas, especificamente para fins da vedação ora sob análise. Sobre tais ligações, remeto ao exposto nos parágrafos 47 e seguintes da Instrução 64/19-3ICE, acima transcritos, que não foram refutados nas defesas atinentes a este primeiro tópico da tomada de contas extraordinária. No mais, destaco que o termo de referência não se limita a expor sumariamente a vedação; ele a motiva e, ao fazê-lo, deixa clara a hipótese mais ampla sob sua abrangência: a cumulação do gerenciamento da frota com a prestação dos serviços de manutenção.
57. Não há dúvidas de que se tratou se conduta grave. As informações e atribuições que a JMK detinha, em razão de sua qualidade de contratada, assim como o nome fantasia Econocar e o parentesco entre administradores da JMK e da ECCAR, foram usados para operacionalizar fraude no sistema informatizado de gestão da frota e para que a Contratada escolhesse a si própria como executora dos serviços e, portanto, destinatária dos pagamentos, burlando as regras de contratação e obtendo vantagem indevida sobre a execução do Contrato nº 256/2015.
58. Assim, entendeu o nobre Relator da Tomada de Contas Extraordinária que os atos praticados pela JMK se enquadrariam na conduta descrita no art. 90 da Lei 8.666/93. Isso porque, naquela contratação, deveria ser resguardado o caráter competitivo inerente ao procedimento de seleção das oficinas credenciadas, o que não ocorreu, resultando em vantagens financeiras para a Contratada. Acrescentando também que havia uma segunda fraude na execução do Contrato 256/2015, consistente no direcionamento dos serviços de manutenção a um número reduzido de empresas, realizado pela JMK por meio da escolha das oficinas para as quais os pedidos de orçamento eram enviados.
59. Como já esclarecido na presente instrução, o Tribunal de Contas não condena pela prática de crimes. Mas, na ocorrência de ilegalidades passíveis de apuração pelo controle externo, como no caso em tela, este Tribunal tem o poder de sancionar. Ademais, quando são identificados indícios de fraude ou de qualquer ilícito penal no curso do processo, informam-se os fatos às autoridades que têm competência para promover apuração na seara criminal, como o Ministério Público.
60. Importante destacar que, ao contrário daquilo que foi alegado pelas defesas, as responsabilizações dos Recorrentes foram fundamentadas no seguinte, nos termos do Acórdão recorrido:
"Com efeito, portanto, as responsabilidades pelas irregularidades foram exaustivamente e acertadamente evidenciadas pela 3ª Inspetoria, devendo ser acolhido o seu opinativo conclusivo, exceto quanto à responsabilidade da JMK serviços pelo não recadastramento da totalidade da frota veicular do Estado e não recadastramento anual."
a. Sr. Aldo Marchini Junior – fundamentação da responsabilização contida nos parágrafos 80 e 163 da Instrução 64/19-3ICE (peça 11), abaixo transcritos:
80. Quanto aos Srs. (...), ALDO MARCHINI JUNIOR, (...) ex-administradores da referida empresa, a responsabilidade resta comprovada em razão de sua atribuição de gerir e administrar os negócios da sociedade, representando-a perante órgãos públicos e quaisquer outras entidades privadas. Assim, por serem os responsáveis pela empresa, credenciaram e faturaram os serviços de manutenção em favor da empresa a que representavam, bem como credenciaram e selecionaram empresa com quem possuíam vínculo para a realização desses mesmos serviços de manutenção, o que por óbvio permitiu que a irregularidade acontecesse. Ademais, com o intuito de ludibriar a fiscalização, deliberadamente alteraram a denominação e o número do CNPJ da empresa no sistema, como também encaminharam documentação com informações inidôneas, consistentes em 03 (três) Notas de Débito contendo CNPJ inexistente à época dos fatos, quando solicitado pela fiscalização externa à SEAP por meio da Solicitação de Fiscalização nº 33/2017, evidenciando o nexo de causalidade e dolo[14].
163. Quanto aos Srs. (...) ALDO MARCHINI JUNIOR, (...) ex-administradores da referida empresa, a responsabilidade resta comprovada em razão de suas atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representando-a perante órgãos públicos e quaisquer outras entidades privadas. Assim, por serem os representantes da empresa, foram os responsáveis pelo direcionamento irregular dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, frustrando a competitividade e a economicidade inerentes ao contrato, evidenciando o nexo de causalidade, havendo indícios de terem agido com dolo.
b. ECCAR Gestão de Frotas EIRELI – fundamentação da responsabilização contida no parágrafo 81 da Instrução 64/19-3ICE (peça 11), abaixo transcrito:
81. No tocante à empresa ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.443.673/0001-00, pessoa jurídica credenciada no sistema de frotas pela JMK Serviços para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, contribuiu com a irregularidade cometida pela JMK Serviços. Caso não tivesse permitido a utilização de seus dados fiscais pela JMK, tampouco tivesse emitido documentação com informações inidôneas, a JMK Serviços não teria prestado indiretamente os serviços de manutenção e não teria apresentado documento fabricado à fiscalização, evidenciando o nexo de causalidade e tendo como elemento subjetivo o dolo[15].
c. Sr. ALESSANDRO RENAUX MARCHINI – fundamentação da responsabilização contida no parágrafo 81 da Instrução 64/19-3ICE (peça 11), abaixo transcrito:
82. Quanto ao Sr. ALESSANDRO RENAUX MARCHINI, inscrito no CPF sob o nº 26.443.673/0001-00, sócio administrador da ECCAR, a quem cabia gerir e administrar os negócios da sociedade, representando-a perante órgãos públicos e quaisquer outras entidades privadas, contribuiu com a irregularidade cometida pela JMK Serviços. Assim, por ser o responsável pela empresa, caso não tivesse permitido a utilização dos dados fiscais da empresa que representava pela JMK, tampouco tivesse emitido documentação com informações inidôneas, a JMK Serviços não teria prestado indiretamente os serviços de manutenção e não teria apresentado documento fabricado à fiscalização, evidenciando o nexo de causalidade e tendo como elemento subjetivo o dolo[16].
d. JMK SERVIÇOS S.A. – fundamentação da responsabilização contida nos parágrafos xxxx da Instrução 64/19-3ICE (peça 11)[17], abaixo transcritos:
I.1.1 Da Responsabilização pela fraude na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva pela gestora da frota:
(...)
78. Quanto à empresa JMK SERVIÇOS S.A., CNPJ nº 79.587.119/0001-62, a responsabilidade resta comprovada por ser justamente a empresa contratada como prestadora de serviços do Contrato nº 256/2015, a quem cabia o gerenciamento da frota do Estado, inclusive com poderes de fiscalização em relação à rede por ela credenciada para prestação de serviços de manutenção:
(...)
79. Dessa forma, a empresa contratada, enquanto gestora, era a responsável por registrar dados no sistema de gestão da frota e deliberadamente faturou serviços de manutenção para os quais não poderia ter sido contratada, bem como credenciou e selecionou empresa com quem possuía vínculo para a realização desses mesmos serviços. Ademais, com o intuito de ludibriar a fiscalização deliberadamente alterou a denominação, o número do CNPJ no sistema, como também encaminhou documentação com informações inidôneas, consistentes em 03 (três) Notas de Débito contendo CNPJ inexistente à época dos fatos, evidenciando o nexo de causalidade e dolo[18].
I.2.1 Da Responsabilização pelo direcionamento irregular de serviços de manutenção
157. Quanto à empresa JMK SERVIÇOS S.A., CNPJ nº 79.587.119/0001-62, a responsabilidade resta comprovada por ser justamente a empresa contratada como prestadora de serviços do Contrato nº 256/2015, cujo objeto era a "contratação de empresa gerenciadora de frota para proceder, através de gestão compartilhada, o recadastramento da frota veicular ativa e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em um quantitativo de veículos de 15.500 unidades (...)" (cláusula terceira do Contrato nº 256/2015). 158. Conforme a cláusula quarta do contrato, a empresa era a responsável por disponibilizar o sistema informatizado e a rede credenciada de oficinas:
(...)
159. Ainda, pela cláusula nona do Contrato, a empresa era a responsável por selecionar as oficinas para a apresentação dos orçamentos para a manutenção:
(...)
160. Dessa forma, a empresa contratada, enquanto gestora, era a responsável por selecionar 03 (três) oficinas para a apresentação de orçamentos para cada Ordem de Serviço e indicar o orçamento de menor valor no sistema compartilhado de gestão da frota. No entanto, procedeu ao direcionamento irregular da prestação de serviços de manutenção.
161. Essa conduta restou evidenciada pelo direcionamento de 42% das ordens de serviço a apenas 41 oficinas, ocasionando a concentração do faturamento em 47,47% (R$ 83.805.193,21) do valor total do contrato em detrimento de todas as demais 1.461 oficinas, que faturaram juntas 52,53% (R$ 92.753.954,01). Além disso, quando essas 41 oficinas participaram da referida seleção, foram as primeiras indicadas em mais de 80%[19] das vezes, elaborando assim o primeiro orçamento da disputa. Ainda, constatou-se a participação de oficinas com vínculo de parentesco entre os sócios na mesma disputa.
162. Diante disso, há evidências de que direcionou irregularmente os serviços de manutenção preventiva e corretiva, frustrando a competitividade e a economicidade inerentes ao contrato, evidenciando o nexo de causalidade, havendo indícios de ter agido com dolo, por intermédio de seus representantes.
II.1 – Da Responsabilização pelo Superfaturamento
212. Quanto à empresa JMK SERVIÇOS S.A., CNPJ nº 79.587.119/0001-62, a responsabilidade resta comprovada por ser justamente a empresa contratada como prestadora de serviços do Contrato nº 256/2015, cujo objeto era a "contratação de empresa gerenciadora de frota para proceder, através de gestão compartilhada, o recadastramento da frota veicular ativa e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em um quantitativo de veículos de 15.500 unidades (...)" (cláusula terceira do Contrato nº 256/2015).
213. Conforme a cláusula sexta do contrato, a empresa tinha a obrigação de realizar a fiscalização dos serviços prestados e materiais fornecidos pela rede credenciada, devendo inclusive apresentar Plano de Fiscalização:
(...)
214. Além disso, de acordo com a cláusula nona do contrato, cabia à empresa contratada validar os orçamentos registrados pela rede credenciada:
(...)
215. Ressalta-se ainda que, conforme o contrato, a empresa deveria possuir equipe com conhecimentos e experiência em manutenção veicular:
(...)
216. Tal exigência contratual de "conhecimento e experiência" em manutenção veicular pressupõe o domínio pleno dos preços praticados no mercado ou, no mínimo, mecanismos para buscar esses preços. Principalmente quando se trata de empresa que se propôs a fazer a gestão de toda a frota do Estado composta por mais de 15 mil veículos, alegando na licitação que detinha experiência na área.
217. Não se cogita alegar que a responsabilidade da contratada se restringia a verificar se os preços estavam iguais ou inferiores aos das tabelas utilizadas, tentando fundamentar a alegação no item 10.49.9 e seguintes do contrato. Em primeiro lugar porque as tabelas utilizadas sequer eram apropriadas para essa finalidade, conforme já esclarecido no parágrafo 167, em segundo lugar porque

muitas peças nem tinham referência nas tabelas e, por fim, porque as tabelas eram apenas uma referência e não eximiam a contratada de verificar os preços praticados pelo mercado, visando a economicidade do contrato.
218. Se o Estado contratou uma empresa para fazer a gestão de toda a frota de veículos oficiais, esperava-se, no mínimo, que essa gestão viabilizasse a otimização do uso da frota e a economicidade nos serviços de manutenção desses veículos.
219. No entanto, há uma importante reflexão a fazer: a prática irregular, desde o início do contrato, era a cobrança de comissão (percentual) sobre o valor dos serviços e das peças, situação inclusive vedada para o contrato[20]. Fato é que diante de uma ínfima taxa de administração que deveria consistir em única remuneração da JMK, conforme cláusula 7.3 do Contrato, o lucro da empresa passou a ser a comissão em percentual, sendo inevitável a constatação de que quanto maior o valor das peças e dos serviços, maior era o valor a título de comissão que a empresa JMK recebia das oficinas. Ou seja, a exclusiva remuneração via taxa de administração tinha a finalidade de harmonizar os interesses da empresa e do Estado na gestão compartilhada da frota visando economicidade para o contrato, para o Estado, e principalmente, para a sociedade.
220. Neste aspecto, convém esclarecer que ao prever em contrato as citadas cláusulas, a opção do Estado não foi a de contratar empresa que viesse a se remunerar por comissionamento. Assim, qualquer alteração nesse sentido configura, como de fato ocorreu, burla à competitividade na licitação.
221. Em conclusão, a leitura do conjunto de irregularidades demonstra que essa questão está diretamente ligada ao direcionamento dos serviços a determinadas oficinas, fatos já relatados no item I (fraude).
222. Portanto, conjugando-se as condutas acerca da prática de preços superfaturados com as condutas fraudulentas descritas no item I, conclui-se que a empresa agiu deliberadamente para incluir no sistema de gestão da frota orçamentos referentes à manutenção dos veículos com valores superfaturados, dando causa ao pagamento, pelo Estado, por serviços acima do preço de mercado, evidenciando o nexo de causalidade, agindo, quanto ao elemento subjetivo, com dolo[21].
III.1 – Da Responsabilização pelo não pagamento das oficinas
253. Quanto à empresa JMK SERVIÇOS S.A., CNPJ nº 79.587.119/0001-62, a responsabilidade resta comprovada por ser justamente a empresa contratada como prestadora de serviços do Contrato nº 256/2015, cujo objeto era a "contratação de empresa gerenciadora de frota para proceder, através de gestão compartilhada, o recadastramento da frota veicular ativa e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em um quantitativo de veículos de 15.500 unidades (...)" (cláusula terceira do Contrato nº 256/2015).
254. Conforme a cláusula décima do contrato a empresa JMK tinha a obrigação de reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente gasto:
(...)
255. Além disso, a empresa também era responsável pelos encargos comerciais resultantes da execução das obrigações contratuais:
(...)
256. Portanto, conclui-se que há fortes indícios de que a empresa agiu dolosamente ao deixar de executar suas atribuições contratuais em relação ao reembolso dos valores gastos pelas oficinas credenciadas, ensejando, em tese, seu enriquecimento sem causa, bem como provocando graves prejuízos à prestação de serviços de manutenção da frota estadual, evidenciando o nexo de causalidade. Se a contratada tivesse se desincumbido de suas atribuições contratuais, tendo efetuado os reembolsos pontualmente, as consequências acima apontadas não teriam ocorrido.
IV.3 Da Responsabilização pela precariedade dos serviços prestados pela contratada JMK Serviços S.A.
398. Quanto à empresa JMK SERVIÇOS S.A., CNPJ nº 79.587.119/0001-62, a responsabilidade da empresa foi determinada no momento em que foi sagrada vencedora do Pregão Presencial nº 44/2014 e assinou o Contrato nº 256/2015, sendo a responsável por cumprir as obrigações contratuais. Contudo, deixou de cumprir as obrigações da forma estabelecida nas cláusulas 4.11, 4.7, 6.1, 8.3 a 8.3.1.9, 9.3.8, 9.3.14, 9.9, 10.10, 11, 14.2. As condutas omissivas e comissivas da empresa são as seguintes:
(...)
399. A empresa contratada enquanto gestora do sistema e responsável pelo controle gerencial da frota e a prestação de serviços de manutenção, teve sua responsabilidade determinada, no momento, em que foi sagrada vencedora do Pregão presencial nº 44/2014 e assinou o Contrato nº 256/2015. Caso cumprisse suas obrigações contratuais da forma estabelecida e executasse os serviços de forma satisfatória e adequada, não haveria a precariedade dos serviços conforme amplamente descrito no tópico IV, prejudicando assim o atendimento ao interesse público.
400. Portanto, conclui-se que a empresa agiu, quanto ao elemento subjetivo, no mínimo com erro grosseiro.
61. Acrescente-se que, nos termos do Voto, as responsabilizações se fundamentaram também na Lei Complementar Estadual 113/2005, especialmente em seus artigos 3º, incisos I, II, VI[22], 14[23], 16, § 1º[24], 17, caput[25], e 86, caput[26], bem como no Regimento Interno deste Tribunal, em seu artigo 248, § 3º[27].
62. Já no tocante às sanções, face às constatações e responsabilizações, nos termos do Acordão, foram lastreadas no seguinte:
I- Julgar irregulares as contas que são objeto do feito, referentes à execução do Contrato de Prestação de Serviços n.º 256/2015-SEAP, firmado entre o Estado do Paraná e a JMK Serviços Ltda., com valor total estimado de R$ 56.035.570,00 (cinquenta e seis milhões, trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), tendo por objeto "a contratação de empresa gerenciadora de frota para proceder, através de gestão compartilhada, o recadastramento da frota veicular ativa e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em um quantitativo de veículos de 15.500 unidades", com fundamento nos artigos 15, § 2º, e 16, inciso III, alíneas "b" e "f", da Lei Complementar Estadual 113/2005, em razão de:
a) Fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
b) Direcionamento irregular dos serviços de manutenção;
c) Superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços; ajuizamento das ações cabíveis, podendo decidir sobre essa mesma providência também nas demais hipóteses.
d) Não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados;
e) Precariedade dos serviços executados;
(...)
VII- aplicar multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g"[28], da Lei Complementar Estadual 113/2005 individualmente aos seguintes:
a) por 5 (cinco) vezes à JMK Serviços S.A., em razão das constatações indicadas no item I, acima;
b) por 2 (duas) vezes ao sr. Aldo Marchini Junior, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens "a" e "b" do item I, acima;
(...)
f) por uma vez à Eccar Gestão de Frotas EIRELI, em razão da fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
g) por uma vez ao sr. Alessandro Renaux Marchini, enquanto administrador da Eccar Gestão de Frotas EIRELI, em razão da fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
VIII- declarar a inidoneidade das seguintes pessoas jurídicas perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos termos do artigo 97[29] da Lei Complementar Estadual 113/2005, para o fim de proibi-las de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos:
a) JMK Serviços S.A.
b) Eccar Gestão de Frotas EIRELI;
IX- declarar a inidoneidade dos seguintes agentes perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos termos do artigo 97 da Lei Complementar Estadual 113/2005, para os fins de inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, pelo prazo de 5 (cinco) anos e de proibi-los de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos:
a) Aldo Marchini Junior;
(...)
e) Alessandro Renaux Marchini.
Igualmente devem ser adotadas como razões de decidir as considerações tecidas pela unidade técnica a respeito dos argumentos especificamente formulados pela Eccar Gestão de Frotas EIRELI e pelo Sr. Alessandro Renaux Marchini acerca da irregularidade em questão (Instrução nº 397/23, fls. 30 a 32, da peça 293, grifos no original):
100. As alegações não devem prosperar. Restou devidamente demonstrado na Tomada de Contas Extraordinária, de forma substancial, que a irregularidade aconteceu, detalhando-se como os Recorrentes contribuíram para tanto.
101. Como já abordado em várias oportunidades, a JMK Serviços S.A. excedeu o objeto para o qual foi contratada executando direta e indiretamente, de forma irregular, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota estadual, utilizando-se da denominação Econocar Auto Movel Assist. – JMK Serviços LTDA, bem como da empresa ECCAR Gestão de Frotas EIRELI-ME, de titularidade do Sr. Alessandro Renaux Marchini. Além disso, apresentou documentação contendo informações inidôneas e alterou informações no sistema de gestão, com o intuito de dissimular a situação e obter vantagem econômica irregular.
102. O argumento dos Recorrentes de que a ECCAR foi somente uma oficina contratada para a prestação de serviços não merece prosperar, pois restou fartamente comprovada a sua relação com a JMK Serviços, contribuindo para a irregularidade cometida por aquela Contratada.
103. Vale relembrar que o Sr. Alessandro Renaux Marchini, sócio administrador da ECCAR, é filho do Sr. Aldo Marchini Júnior, ex-administrador da JMK Serviços S.A. Tanto o pai quanto o filho exerciam a representação da JMK. Além disso, o Sr. Alessandro Renaux Marchini foi acionista e Vice-Presidente da JMK Serviços[30].
104. Ainda que o ordenamento jurídico assegure a livre prática de atividade econômica e que não haja, em tese, ilegalidade em um sócio administrador representar outra empresa, no caso em apreço restou evidente a utilização do vínculo existente para a prática de irregularidades. Esse vínculo, por si só, já contraria os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia assegurados nas contratações públicas, não sendo necessário, diante das evidências fáticas, que as empresas possuam vínculo jurídico para que seja caracterizada a irregularidade.
105. Como se relatou nas Instruções nº 64/2019 e 25/2021 – 3ªICE, o conjunto de fatos e dados demonstrados pela Inspetoria evidenciou o uso da ECCAR pela JMK Serviços, o parentesco de primeiro grau entre os administradores de ambas as empresas, e as evidências de alteração de dados de centenas de ordens de serviço no sistema de gestão, para que a contratada escolhesse a si própria como executora dos serviços e, portanto, destinatária dos pagamentos.
106. Consoante relatado, a prestação dos serviços de manutenção dos veículos pela JMK constituiu infração aos princípios da isonomia e da competitividade, derivada da sua posição jurídica de contratada, com atribuições de gerenciamento da frota. No momento em que uma das oficinas credenciadas era a própria Contratante, ou empresa a ela vinculada (caso da ECCAR), os pressupostos da legitimidade do procedimento foram violados.
107. Ademais, como demonstrado na Tomada de Contas Extraordinária, as relações entre a JMK Serviços e a ECCAR não deixaram dúvidas de que, mesmo que não consorciadas juridicamente, tinham vínculos estreitos que as colocavam em situação equiparável a empresas consorciadas, burlando a vedação existente nesse sentido, não sendo permitida a cumulação do gerenciamento da frota com a prestação dos serviços de manutenção. Tratou-se, pois, de conduta grave, que resultou em vantagem indevida sobre a execução do Contrato nº 256/2015.
108. Sobre o vínculo entre as empresas, remetemos ao exposto nos parágrafos 47 e seguintes da Instrução 64/19-3ICE (peça 11).
109. Melhor sorte também não têm as alegações dos Recorrentes no sentido da impossibilidade de responsabilização em razão da ausência de dolo ou erro grosseiro em suas condutas, bem como no sentido de que não houve fraude, considerando que as autoridades competentes decidiram por arquivar o Inquérito Policial que versava sobre os mesmos fatos, tendo em vista a inexistência de materialidade.
110. Cabe ressaltar que as condutas irregulares dos Recorrentes foram devidamente detalhadas pela Inspetoria na Instrução nº 64/2019, com a correspondente configuração do elemento subjetivo necessário às suas responsabilizações e consequentes sanções[31], diante do contexto de todo o conjunto probatório analisado durante a fiscalização, com a descrição de várias situações irregulares, razão pela qual se faz referência à dita manifestação.
111. Novamente, reiteramos que a segunda alegação não tem nenhum cabimento,

pois, conforme já tratado no Item II.b, o arquivamento do Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493- 28.2019.8.16.0013), a que se refere a defesa, ocorreu em virtude de que os fatos investigados naquele procedimento já haviam sido apurados de forma satisfatória no âmbito de outro Inquérito Policial, qual seja o de nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143).

112. Ressalte-se que o Inquérito Policial 0000282-83.2017.8.16.0143 se refere à investigação denominada "Operação Peça Chave", deflagrada pela Polícia Civil do Paraná para apuração da prática de diversos delitos no âmbito da execução do Contrato nº 256/2015, chegando ao final com o indiciamento de vários agentes.

113. Destarte, nada há que ser acrescentado por esta Unidade quanto ao já informado nas Instruções n.º 64/2019 e 25/2021, da 3ª Inspetoria[32].

Diante da competente análise levada a efeito pela unidade técnica, integralmente corroborada pelas demais manifestações instrutórias, deve ser mantida a decisão recorrida no que tange ao reconhecimento de ocorrência de fraude na execução contratual, caracterizada pela prestação dos serviços de manutenção pela própria empresa contratada para gerenciá-los (JMK), tanto diretamente quanto indiretamente por intermédio da empresa Eccar, a ela estreitamente vinculada, assim como devem ser reconhecidas a adequação e a proporcionalidade das sanções aplicadas à gravidade das irregularidades praticadas pelas duas empresas e seus responsáveis.

2.2. Dos recursos formulados por Aldo Marchini Junior (peças 212 a 219) e JMK Serviços S/A (peças 240 a 263 e 265 a 287) – Direcionamento irregular dos serviços de manutenção

A segunda irregularidade reconhecida consiste no direcionamento dos serviços de manutenção a um número reduzido de empresas, pela JMK, por meio da escolha das oficinas para as quais os pedidos de orçamento eram enviados.

Especificou a decisão recorrida que "a inspetoria identificou, além de um número pequeno de empresas apresentando uma quantidade maior de orçamentos e executando a maior proporção do valor total dos serviços, recorrências mais específicas nas seleções realizadas pela JMK, como a participação das mesmas empresas em muitas das seleções; a escolha das mesmas empresas para a elaboração do primeiro orçamento, o qual, diferentemente dos subsequentes, incluía a definição dos serviços a serem realizados no veículo; a solicitação de orçamento a empresas de diferentes localidades, bastante distantes, para um mesmo serviço; e a participação, em mesmas seleções, de empresas vinculadas por laços jurídicos ou de parentesco entre sócios."

As razões recursais apresentadas por Aldo Marchini Junior e JMK Serviços S/A, nas partes formuladas em termos iguais, foram assim sintetizadas pela unidade técnica:

i. O Gestor era responsável por indicar o local do 1º orçamento. Posteriormente, o sistema escolhia randomicamente, dentro de um raio de 100 km, outros dois estabelecimentos para realizarem as demais propostas orçamentárias. Cabia ao Gestor escolher as oficinas. Além disso, a JMK foi além das exigências mínimas previstas no contrato, habilitando 1.292 oficinas ativas, quando o mínimo era de 210;

ii. A Tomada de Contas nº 702324/15 enfrentou diretamente o suposto direcionamento dos serviços, com entendimento no sentido de que a pulverização dos valores faturados não permitia reconhecer a ocorrência de direcionamento e manipulação na escolha das oficinas credenciadas, o qual deve ser mantido, sob pena de violação à segurança jurídica. Ainda, o Relatório apresentando pela JMK (Doc. 5 – Sr. Aldo e Doc. 14 JMK) demonstra a pulverização das credenciadas no Estado;

iii. A quantidade de oficinas credenciadas garantia diversidade de opções em técnica, localização e preço. Ainda, a maneira pela qual as oficinas eram escolhidas observava trâmite específico, descrito no Anexo XII do Termo de Referência. Após a apresentação dos orçamentos, cabia ao Órgão Usuário a escolha. Não seria possível o direcionamento considerando que a ordem de serviço passava por vários setores;

iv. As empresas que teriam sido favorecidas não têm vínculo com a JMK, mas somente ligações remotas entre si, o que não seria incomum em empresas do mesmo ramo e não é suficiente para denotar irregularidade;

A respeito de sua responsabilização pessoal, assim foram sintetizados os argumentos do Sr. Aldo Marchini Junior:

v. Há impossibilidade de promover responsabilização do Recorrente em razão da ausência de dolo ou erro grosseiro. Este Tribunal tem entendimento consolidado no sentido da necessidade de demonstração de dolo ou erro grosseiro para fundamentar ações que versam sobre restituição de valores;

vi. Não foi comprovada a aventada fraude, tanto é que a Polícia Civil, o Ministério Público do Estado do Paraná e o Poder Judiciário decidiram por arquivar o Inquérito Policial que versava sobre os mesmos fatos, tendo em vista a inexistência de materialidade.

Como no tópico anterior, os fundamentos expostos pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções na Instrução nº 397/23 devem ser integralmente adotados como razões de decidir, motivo pelo qual passa-se a transcrevê-los (fls. 24 a 29 da peça 293, grifos no original):

72. Pois bem. Exceto pela alegação de arquivamento de inquérito policial, objeto de análise técnica na irregularidade anterior (item II.b), na pretensão de desconstituição da irregularidade que culminou em responsabilização dos Recorrentes, vislumbra-se no presente caso, a repetição de argumentos já deduzidos em várias manifestações em sede de contraditório[33], todos já apreciados e refutados por esta Corte de Contas.

73. Os Recorrentes alegam que a escolha da oficina recaia sobre o Órgão Usuário, de tal modo que não havia possibilidade de ingerência da Contratada na seleção. Sustenta que Órgão Usuário que emitia a ordem de serviço e indicava a primeira oficina para apresentar orçamento. Após, o sistema da JMK escolhia randomicamente (dentro de um raio de 100km) mais 2 credenciadas para apresentação de suas propostas, recaindo novamente sobre o órgão usuário a escolha final.

74. Primeiro, repisa-se que o fato da aprovação dos orçamentos ser realizada pelos Órgãos Usuários não é motivo suficiente para descaracterizar a irregularidade, notadamente em razão da dinâmica exposta na peça 11, que detalhou o modus operandi do direcionamento, com simulação de disputa entre as oficinas que poderia levar o Órgão Usuário a crer que prevalecia a maior vantajosidade.

75. No que concerne ao argumento de que era o Órgão Usuário que escolhia a primeira oficina e que o sistema escolhia aleatoriamente as outras 2, ressalte-se que a própria Secretaria de Estado de Administração e Previdência (peça 159) afirmou que, no início da execução contratual, era a JMK que escolhia a oficina para enviar o primeiro orçamento. Além disso, para encaminhar o pedido de orçamento às outras 2 credenciadas, alguns aspectos deveriam ser considerados (especialidade, capacidade de atendimento, proximidade com a localização do veículo), e tais aspectos não eram automáticos no sistema, como alegado, mas sim passiveis de manuseio e manipulação.

76. Cabe salientar que a peça 11 trouxe várias situações que demonstraram a irregularidade, com destaque para a presença constante de um reduzido número de oficinas, assim como o elevado índice de faturamento obtido por elas, as quais estavam sempre nas "supostas disputas" realizadas pela JMK Serviços.

77. Somou-se a isso o vínculo de parentesco entre os sócios de algumas dessas oficinas que participavam simultaneamente da mesma disputa apresentando orçamentos. Frisa-se que o simples vínculo de parentesco entre os sócios de algumas dessas oficinas, por si só, não teria o condão de caracterizar irregularidade, porém, ao consolidar-se a participação dessas empresas na mesma disputa, pôde-se inferir que houve indício de manipulação pela JMK Serviços, como nos casos exemplificados nas tabelas 11 e 12 e quadro 03 da Instrução à peça 11.

78. Seguindo na explicação, conforme bem demonstrado naquela Instrução, a análise da equipe da 3ª Inspetoria constatou, na Região Curitiba, a concentração dos serviços em 21 oficinas (num universo de 407 oficinas ativas na região), que faturaram 57% do valor dispendido. Ainda, da análise realizada, além da participação constante de poucas oficinas nas "disputas", verificou-se recorrente participação de oficinas localizadas em um raio de distância de mais de 300 km do local em que o serviço foi realizado.

79. Já em relação a todas as regiões do Estado, constatou-se que apenas 41 oficinas, num total de 2.876 cadastradas no sistema, concentraram praticamente 50% do valor gasto no contrato, dentro do período avaliado. Ao selecionar sempre as mesmas oficinas, a JMK Serviços além de direcionar irregularmente a seleção, pôde balizar os preços sempre nos mesmos patamares.

80. Acrescente-se que diante da forma de gerenciamento dos serviços de manutenção, bem como de toda a dinâmica explicada por meio da Instrução nº 64/2019-3ICE (peça 11), restou constatado que a JMK Serviços possuía informações privilegiadas em relação a todas as ordens de serviços relativas à frota do Estado do Paraná. Tal fato além de ferir princípios da administração pública, também possibilitava a parametrização dos valores a serem escolhidos. Ainda, conforme também demonstrado na referida Instrução, houve prática de valores nos serviços de manutenção acima do preço de mercado.

81. A propósito, vale transcrever trecho do Acórdão recorrido (fl. 338), que bem analisou a irregularidade em apreço:

Nesse sentido, o argumento de que as distinções no volume de serviços e de pagamentos destinados às diferentes oficinas seria decorrência normal de suas especialidades, disponibilidades e localizações não esclarece de que forma os dois primeiros critérios eram concretamente definidos e como as oficinas eram ranqueadas e selecionadas, na prática, de acordo com esses elementos de discriminação. Remanesce sem esclarecimento pelos interessados quais são exatamente as especialidades e qual a particular disponibilidade apresentada pelas empresas que faturaram a maior parte dos serviços. Sobre a localização, a tomada de contas apontou casos em que oficinas muito distantes entre si foram instadas a apresentar orçamento para um mesmo serviço, o que também não foi de nenhum modo explicado nas defesas, assim como a participação, em mesmas seleções, de empresas vinculadas por laços jurídicos ou de parentesco entre sócios.

(...)

Nesse contexto, passa para segundo plano a questão sobre o contratante ou a contratada escolher a oficina que apresentaria o primeiro orçamento, uma vez que, num caso ou noutro, a seleção das demais orçamentistas estaria à mercê dos fatores antes mencionados, sob manejo da contratada. Além disso, consta das defesas que a JMK efetivamente exerceu essa função de optar pela primeira oficina durante um período da execução contratual, ainda que ele não tenha sido delimitado com precisão nas razões de contraditório.

A alegação de que cabia ao contratante a escolha final da oficina não refuta o conteúdo do presente achado de fiscalização, que é atinente ao direcionamento na seleção, procedimento mais amplo do que o ato final de escolha – além da obviedade de que o ato último se baseia nos atos anteriores. O fato de o derradeiro ato da escolha ser realizado pelo contratante não elimina a responsabilidade da contratada e dos demais agentes incumbidos da prática dos atos anteriores, no processo de seleção. (...)

Uma afirmação contida na defesa da contratada ainda reforça as evidências da prática da ilegalidade. Segundo a JMK, uma distinção entre os serviços executados no varejo (entre particulares) e na contratação administrativa é que no primeiro caso o "valor dos serviços prestados dependem muito da condição empresarial da empresa prestadora, o que tem relação com sua necessidade de obter serviços em detrimento da lucratividade, que pode ser reduzida em razão da concorrência" (peça 129, p. 22, grifo nosso). Ou seja, a própria contratada considera que no Contrato 256/205 a concorrência entre oficinas é um fator inaplicável, ignorando a lógica competitiva que idealmente deveria reger o procedimento de seleção entre três orçamentos, com o intuito de obtenção da condição mais vantajosa para o contratante.

Soma-se ao exposto, ainda, o fato de que a JMK recebia das oficinas, além do valor correspondente a uma taxa única de credenciamento, remuneração correspondente a "4% (quatro por cento) sobre os custos de mão-de-obra e 6% (seis por cento) sobre o valor das peças substituídas nos veículos"[34], o que a tornava diretamente interessada no preço praticado pelas oficinas orçamentistas e tanto mais favorecida quanto mais alto ele fosse.

82. Diante de tais considerações, entendemos que as alegações recursais não merecem prosperar.

83. Acrescente-se que o Relatório anual elaborado pela JMK relativo ao ano de 2016[35] em nada afastam a irregularidade robustamente comprovada nos autos. Ressaltando-se que se tratam de documentos elaborados e firmados unilateralmente pela Recorrente, não se revestindo, obviamente, de força probatória hábil e capaz de ensejar alteração do julgamento.

84. Também não merece provimento a alegação dos Recorrentes no sentido de que o direcionamento irregular de serviços de manutenção já teria sido apreciado e afastado no âmbito da Tomada de Contas Extraordinária nº 702324/15, julgada anteriormente pelo Acórdão nº 97/2018 – Tribunal Pleno.

85. Cabe relembrar que, no julgamento daquela Tomada de Contas (702324/15), entendeu-se pela regularidade da "ausência de critérios objetivos predefinidos para a escolha das três empresas selecionadas para a apresentação de orçamento", considerando que a indicação inicial de uma oficina para a confecção do primeiro

orçamento não implicaria automaticamente na conclusão de que haveria um direcionamento, uma vez que em seguida seriam consultadas outras duas oficinas para a composição do preço. Ainda, entendeu-se que a pulverização dos valores faturados, uma vez que nenhuma das oficinas ultrapassaria a marca de 3% do total faturado, não permitiria aderir à tese do direcionamento e manipulação na escolha das oficinas credenciadas para apresentação de orçamentos.

86. Entretanto, em relação à presente Tomada de Contas Extraordinária julgada pela Acórdão vergastado foram apresentados fatos novos e concretos, decorrentes da análise da fase de execução contratual, que evidenciaram que a irregularidade aconteceu.

87. O volumoso conjunto de dados trazidos na Instrução nº 64/2019 – 3ª ICE (peça 11) evidenciou que durante a execução contratual houve o direcionamento irregular dos serviços de manutenção a um pequeno número de oficinas, bem como a presença habitual de um número restrito de credenciadas nas "disputas" e o alto faturamento dessas mesmas oficinas. Ademais, a tabela 07 da referida Instrução (peça 11) demonstrou percentual de faturamento muito acima do percentual de 3% em favor de determinadas oficinas.

88. Sobre o tema, acrescentamos as seguintes considerações constantes do Acordão recorrido:

A questão aqui apreciada, cumpre esclarecer, não se confunde com a que foi decidida no âmbito da Tomada de Contas Extraordinária 702324/15, sintetizada na decisão que a julgou como "ausência de critérios objetivos predefinidos para a escolha das três empresas selecionadas para a apresentação de orçamento, nos termos da cláusula 4.10.2 do contrato" (Acórdão 97/18 do Tribunal Pleno), uma vez que os fatos então submetidos à apreciação do Tribunal não são os mesmos aqui versados.

Noto que, ao apreciar a questão, o Acórdão 97/18 do Tribunal Pleno faz referência aos fatos aventados pelo Ministério Público de Contas no Parecer 9645/16 e pela Instrução 34/17 da 3ª ICE. Em síntese, o primeiro sustenta que a seleção de propostas de oficinas pela contratada caracteriza direcionamento da execução dos serviços, ao passo que a segunda afirma que esse modelo permite o direcionamento, que o edital e o contrato não contêm critérios objetivos para a seleção das empresas das quais serão solicitados os orçamentos e apresenta, como informação a corroborar esses argumentos, o fato de que 50% do valor faturado correspondia a serviços realizados por 5% das oficinas cadastradas.

Nos presentes autos, por sua vez, a inspetoria traz uma série de elementos que não constaram do processo anteriormente referido, como a demonstração da participação das mesmas empresas em muitas das seleções, a escolha das mesmas empresas para a elaboração do primeiro orçamento, a solicitação de orçamento a empresas de diferentes localidades, distantes, para um mesmo serviço e a participação, em mesmas seleções, de empresas vinculadas por laços jurídicos ou de parentesco entre sócios.

Especificamente quanto ao tema da existência de critérios objetivos de seleção, vale ainda observar que o Acórdão 97/18-TP46 avaliou se o contrato previa tais critérios, pois essa era a matéria incluída no objeto daquele feito, e não se a contratada os estava observando ou o modo como os estava aplicando, na prática. Concluiu a decisão, então, que o item 7.54 do termo de referência e a cláusula 10.49.5 do contrato "estabelecem critérios minimamente objetivos, consistentes na localidade e no tipo do serviço a ser executado, bem como garantem uma mínima competitividade, através da elaboração de três orçamentos para cada serviço de manutenção singular, contribuindo para a redução dos preços, de forma a atender os princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa". Em síntese, portanto, estava em questão quanto a esse aspecto a legalidade da previsão contratual, não os atos praticados na sua execução.

89. Ou seja, percebe-se a impertinência do argumento levantado.

90. Não merecem melhor sorte as alegações do Recorrente Aldo Marchini no sentido da impossibilidade de sua responsabilização, em razão da ausência de dolo ou erro grosseiro, bem como no sentido de que não houve fraude, considerando que as autoridades competentes decidiram por arquivar o Inquérito Policial que versava sobre os mesmos fatos, tendo em vista a inexistência de materialidade.

91. A conduta irregular do Recorrente foi devidamente detalhada pela 3ª Inspetoria na Instrução nº 64/2019, com a correspondente configuração do elemento subjetivo necessário à sua responsabilização e consequente sanção, razão pela qual se faz referência à dita manifestação.

92. Vale repisar que a segunda alegação não tem nenhum cabimento, pois, conforme já tratado no Item II.b, o arquivamento do Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493- 28.2019.8.16.0013), a que se refere a defesa, ocorreu em virtude de que os fatos investigados naquele procedimento já haviam sido apurados de forma satisfatória no âmbito de outro Inquérito Policial, qual seja o de nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143).

93. Ressalte-se que o Inquérito Policial 0000282-83.2017.8.16.0143 se refere à investigação denominada "Operação Peça Chave", deflagrada pela Polícia Civil do Paraná para apuração da prática de diversos delitos no âmbito da execução do Contrato nº 256/2015, chegando ao final com o indiciamento de vários agentes.

94. Portanto, diante de tais considerações, entende-se que as alegações recursais dos Recorrentes não merecem provimento.

Nesses termos, com base na acurada análise realizada pela unidade técnica, igualmente corroborada pelas demais manifestações instrutórias, deve ser mantida a decisão recorrida no ponto referente ao direcionamento irregular dos serviços de manutenção.

2.3. Do recurso formulado por JMK Serviços S/A (peças 240 a 263 e 265 a 287) – Superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços – Não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados – Precariedade dos serviços executados

O presente tópico reúne o restante das irregularidades impugnadas no recurso formulado pela empresa JMK, pelas quais não foram responsabilizados os demais agentes privados.

Em relação ao superfaturamento, relatou a decisão recorrida que "de acordo com a 3ª Inspetoria, a média dos valores pagos pelo Estado do Paraná por peças de reposição no Contrato 256/2015 superou em cerca de 26,6% a média de preços praticados no varejo, resultando em prejuízo ao erário no montante de R$ 626.025,74."

Acerca da não realização de pagamentos às oficinas credenciadas, informou que, "segundo 3ª Inspetoria de Controle Externo, existiam em setembro de 2019 mais de 7 mil protestos em desfavor da contratada, realizados de 2017 até aquele ano, no valor total de mais de R$ 9 milhões, além de 253 ações relacionadas a inadimplemento ajuizadas contra ela entre 2015 e 2019, fatos que inclusive levaram o Poder Judiciário a autorizar que o Estado do Paraná efetuasse os pagamentos diretamente às oficinas credenciadas", havendo tal situação inclusive levado oficinas credenciadas a negar a prestação de serviços derivados do contrato em tela.

Por sua vez, a precariedade dos serviços prestados pela contratada foi apontada pela 3ª Inspetoria de Controle Externo como consequência de um conjunto de dez diferentes falhas, assim listadas "(a) não recadastramento da totalidade da frota veicular do Estado e não recadastramento anual; (b) cadastramento de oficinas que não atendiam aos requisitos do edital da licitação; (c) descumprimento do prazo contratual para orçamentação; (d) descumprimento do prazo contratual de aprovação de orçamento e de ingresso do veículo na oficina; (e) ausência de registro on-line, no sistema de gestão de frotas, dos orçamentos pelas oficinas credenciadas; (f) ausência de estudo visando a distribuição da rede credenciada de forma a atender aos serviços equitativamente em âmbito estadual; (g) ausência de apresentação de plano de fiscalização pela contratada; (h) não apresentação de relatório de análise da frota, contendo indicadores de desempenho por custo total da frota e custo médio de veículo por quilômetro rodado; (i) não apresentação de relatório gerencial personalizado, indicando o perfil de utilização de cada veículo da frota do órgão usuário; e (j) deficiências relacionadas à manutenção dos veículos."

Desse conjunto, restaram afastadas pela decisão recorrida unicamente as falhas "(a) não recadastramento da totalidade da frota veicular do Estado e não recadastramento anual" e "(g) ausência de apresentação de plano de fiscalização pela contratada".

Outrossim, e em que pese apresentada em tópico apartado na peça inicial, a decisão recorrida reuniu no item referente à precariedade dos serviços as irregularidades relacionadas ao faturamento de ordens de serviços, "realizado sem registro de conclusão das diversas etapas de prestação do serviço, principalmente da saída do veículo da oficina, e sem medições prévias aos pagamentos."

As razões recursais apresentadas pela JMK Serviços S/A em face das irregularidades agrupadas no presente tópico foram sintetizadas pela unidade técnica nos seguintes termos:

i. Que não é possível realizar a juntada de documento que diz respeito ao Banco de Dados do sistema JMK (atestado pelos documentos em anexo - 15 e 16), que demonstraria a inexistência das irregularidades atribuídas à Recorrente, em razão da complexidade e tamanho. Requer a entrega em arquivo físico para posterior análise e emissão de parecer acerca da funcionalidade e segurança pela Diretoria de Tecnologia da Informação;

ii. Não se poderia concluir pela existência de superfaturamento com base em relatório elaborado a partir de preços obtidos no Nota Paraná. Necessário observar as especificidades dos orçamentos que envolvem a prestação de serviços à Administração Pública (a exemplo da situação macroeconômica do país, equilíbrio das contas públicas, eventuais perspectivas de mudanças, probabilidade de inadimplência). Além disso, os preços praticados estavam referenciados na tabela AUDATEX, fato que impossibilitaria a orçamentação com valor superfaturado;

iii. Ao contrário do que sustentado no Acórdão, além de inexistir superfaturamento, a atuação da Recorrente representou, além do desconto previsto em contrato, uma economia ao erário da ordem aproximada de R$ 12 milhões de reais. A redução de custos com a manutenção da frota pode ser observada nos relatórios anuais referentes aos anos de 2016 a 2018 elaboras pela JMK[36]. O último deles apontaria para uma economia superior a 30 milhões de reais;

iv. O Edital nº 389/2019, lançado para contratação de nova empresa para realizar a gestão da manutenção da frota oficial do Estado, previu valor máximo de R$ 147.888.904,00 para contratação por 24 meses, muito superior ao gasto do contrato nº 256/2015. Se tivesse ocorrido superfaturamento no contrato com a JMK, seria natural a diminuição dos valores em nova contratação com o mesmo objeto;

v. Sanção de ressarcimento ao erário representaria enriquecimento sem causa para a Administração, pois não houve a demonstração do efetivo dano. Requer também a exclusão da correção monetária, dado que o trânsito em julgado do processo tem data indeterminada;

vi. No que concerne à falta de pagamento às oficinas credenciadas, alega que eventual inadimplemento ocorreu em razão de atrasos nos pagamentos devidos pelo Estado à JMK. Situação esta que ainda persistiria (tabela constante do Doc. 5)[37], com existência de pendência financeira na ordem aproximada de 25 milhões de reais. A inadimplência também pode ser comprovada por laudo técnico realizado por assessoria contábil (docs. 17 e 18)[38];

vii. No tocante à precariedade dos serviços:

1. Quanto ao cadastramento de oficinas que não atendiam aos requisitos exigidos pelo edital da licitação, ressalta que foram identificadas supostas irregularidades em apenas 5 oficinas, o que, por si só, ensejaria o afastamento da irregularidade. Também, após tomar ciência de eventuais desconformidades, a Recorrente prestou esclarecimentos e enviou dados da fiscalização realizada, inexistindo qualquer irregularidade;

2. Quanto ao descumprimento de prazo contratual para orçamentação, aprovação e ingresso na oficina, o apontamento versa sobre prazos que não dependiam diretamente da atuação da Recorrente. O fluxo do contrato envolvia diversos atores e a JMK prezou pelo cumprimento dos prazos contratuais;

3. Quanto à ausência de registro on-line dos orçamentos pelas credenciadas, alegou que algumas oficinas enviavam os orçamentos diretamente à Recorrente, que os inseria no sistema no intuito de readequar o fluxo do contrato. Que era exceção somente ocorrida quando as oficinas apresentavam dificuldade para fazê-lo;

4. Quanto à ausência de estudo visando a distribuição da rede credenciada de forma a atender aos serviços equitativamente em âmbito estadual, alegou que todas as informações a respeito da rede credenciada são obtidas por meio de consulta ao Banco de Dados. Também, o Relatório constante do doc. 14[39] demonstra que houve estudo sobre a distribuição da Rede Credenciada;

5. Quanto a não apresentação de relatório de análise de frota e relatório gerencial personalizado, alegou que o próprio contrato estabelecia a disponibilização das informações solicitadas pelo sistema web, o que ocorreu. A referida disponibilização pode ser comprovada pelo Termo de Homologação do Banco de Dados por parte da CELEPAR[40]. Alega que elaborou diversos relatórios, enviados anualmente à SEAP (docs. 12, 13 e 14)[41], que compreendem todas as informações requeridas pelo Edital e Termo de Referência.

6. Quanto às deficiências relacionadas à manutenção dos veículos, aduziu que não há nexo causal entre as causas das supostas deficiências e a conduta da Contratada. Argumentou que a aprovação de orçamento envolvia vários atores, que várias situações apontadas não guardam relação com as atribuições da Contratada e que

houve credenciamento de oficinas em número superior ao exigido;
7. Quanto à irregularidade no faturamento de ordens de serviço, sustenta que a medição e a ausência de determinados registros no sistema não eram de sua responsabilidade. Além disso, todas as informações relacionadas ao assunto podem ser obtidas por meio do Banco de Dados, registradas em "mural";
viii. Há impossibilidade de promover a responsabilização da Recorrente em razão da ausência de dolo ou erro grosseiro. Este Tribunal tem entendimento consolidado no sentido da necessidade de demonstração de dolo ou erro grosseiro para fundamentar ações que versam sobre restituição de valores;
ix. Não foi comprovada a aventada fraude, tanto é que a Polícia Civil, o Ministério Público do Estado do Paraná e o Poder Judiciário decidiram por arquivar o Inquérito Policial que versava sobre os mesmos fatos, tendo em vista a inexistência de materialidade.
x. A aplicação de multa à pessoa jurídica tem óbice no parágrafo único do artigo 86 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, somente cabível à pessoa física, de modo que deve ser afastada. Citou o Acordão nº 1418/22 desta Corte.
A questão de que trata o item "i" já foi apreciada em preliminar, no tópico 2 desta fundamentação, a que se faz remissão, enquanto a questão de item "x", por corresponder a insurgência igualmente levantada pela empresa Eccar, será destacada para enfrentamento em apartado, no tópico 3.4, a seguir.
Em relação aos demais argumentos (sintetizados nos itens "ii" a "ix"), a exemplo dos tratados nos tópicos anteriores, diante da exaustiva análise realizada pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, adota-se como parte integrante da presente decisão a fundamentação constante das seguintes passagens da Instrução nº 397/23 (fls. 38 a 44 da peça 293, grifos no original):
122. O recurso não merece provimento porque não consegue justificar ou transpor as irregularidades apontadas. Ainda, vislumbra-se no presente caso uma repetição de argumentos já apreciados e rechaçados por esta Corte.
(...)
125. A Recorrente alega que não se poderia concluir pela existência de superfaturamento com base em relatório elaborado a partir de preços obtidos no Nota Paraná, desconsiderando especificidades de orçamentos que envolvem a prestação de serviços à Administração Pública (como a situação macroeconômica do país, o equilíbrio das contas públicas, eventuais perspectivas de mudanças e a probabilidade de inadimplência). Ainda, que os orçamentos tinham preços referenciados na tabela AUDATEX, fato que impossibilitaria o superfaturamento. Também, que o valor do Contrato 256/2015 foi inferior ao previsto em licitação posterior promovida pelo Estado do Paraná para a contratação de serviços similares (Edital nº 389/2019), e que, se tivesse ocorrido superfaturamento no contrato com a JMK, seria natural a diminuição dos valores em nova contratação. Aduziu, ainda, que falar em ressarcimento ao erário consistiria em enriquecimento sem causa para a Administração, pois não houve a demonstração do efetivo dano.
126. Explicaremos por quais razões nenhuma das alegações merece prosperar.
127. Primeiro, a análise pela qual a 3ª Inspetoria constatou a diferença entre os preços aplicados no contrato nº 256/2015 e aqueles praticados no varejo recaiu apenas sobre os itens em que foi verificada a "exata correlação entre os códigos de peças, tipos de pneu e óleo lubrificante", conforme Instrução nº 64/2016[42].
128. A conclusão de que os preços praticados pelo contrato da JMK, em relação às peças, eram 26,6% maiores do que aqueles praticados no varejo levou em conta informações extraídas do Sistema Nota Paraná – SEFA. Sim, os dados oficiais do programa foram utilizados porque a comparação considerou os preços médios de mercado, considerando que a maioria dos veículos da frota do Estado do Paraná são veículos comuns, que não possuem especificidades relevantes e que demandam serviços rotineiros de manutenção. Os veículos com alguma especificidade que tivessem impacto na prestação dos serviços certamente representaram percentual ínfimo.
129. A alegação da Recorrente sobre particularidades de orçamentos que envolvem a prestação de serviços à Administração Pública desconsidera que o contrato em tela foi precedido de uma licitação com vistas à contratação mais vantajosa, que a Contratada se obrigou a fornecer desconto sobre o valor das peças, que deveria coletar orçamentos legítimos e efetivamente voltados à obtenção do menor preço para a execução de cada ordem de serviço, além do que a lógica da economia de escala deveria proporcionar preços reduzidos em comparação com aqueles do varejo.
130. Cabe dizer que os Relatório Anuais apresentados pela JMK às peças 252 a 254 são documentos elaborados e firmados unilateralmente pela Recorrente, não se revestindo, obviamente, de força probatória hábil e capaz de afastar qualquer das irregularidades identificadas, as quais, não se olvide, estão lastreadas em farto conjunto probatório constante dos autos.
131. A Recorrente alega, também, que o valor máximo previsto no Edital nº 389/2019 para contratação de nova empresa para a prestação do serviço de gestão da frota (2020) foi superior ao valor gasto no Contrato nº 256/2015, o que comprova que não houve superfaturamento.
132. Ocorre que, como detalhadamente demonstrado nas Instruções nº 64/2019 e 25/2021, o superfaturamento apontado em relação ao Contrato nº 256/2015 ocorreu a partir da fiscalização da execução do contrato, ou seja, da análise dos preços efetivamente praticados em relação aos serviços prestados. Não se tratou de comparação entre os valores globais das contratações. Até porque cada contrato tem suas peculiaridades em relação à execução (quantidade de veículos da frota, vida útil dos veículos, peças novas x peças usadas, etc.). Então não é possível afirmar simplesmente que se outro contrato tem preço global superior ao contrato executado pela JMK, este seria mais econômico. Ressalte-se que a constatação em relação ao superfaturamento praticado no Contrato nº 256/2015 decorreu do Relatório de Auditoria sobre a Avaliação dos Parâmetros de Economicidade do Contrato de Gestão da Frota Veicular do Estado, presente à peça 34.
133. Ademais, como bem pontuado pelo Acordão, a comparação dos valores da contratação em tela com outra posterior, efetivada ou potencial, foi realizada pela defesa sem especificação de semelhanças e diferenças que demonstrem ser esse cotejo plausível, razão pela qual ele não cumpre o propósito de demonstrar a adequação dos valores praticados, especialmente diante das evidências existentes em contrário, apresentadas pela Inspetoria.
134. A alegação de que a empresa não efetuava o pagamento às oficinas em razão da demora no pagamento pelo Estado não é razoável, e também já foi afastada por esta Corte. Frisa-se que a dinâmica de pagamento estava desde o início prevista no contrato. Aliás, essa é a dinâmica dos contratos celebrados com o Estado, que de fato detém um prazo maior para efetuar os pagamentos. Mas como essa é uma realidade na Administração Pública, inclusive prevista em lei, não pode o particular utilizar esse fato como justificativa para não cumprir suas obrigações legais e contratuais, que no caso do Contrato nº 256/2015 era justamente efetuar o reembolso do valor às oficinas que prestaram o serviço.
135. Cabe repisar, conforme já constou na Instrução nº 64/19 (peça 11 – fls. 86/87) que, de acordo com os relatórios (peça 48) enviados pela SEAP/DETO em 19/10/2018, o total de pagamentos efetuados pelo Estado à JMK no ano de 2017 correspondeu, aproximadamente, a R$ 57 milhões de reais, e no ano de 2018 correspondeu a R$ 28 milhões, até agosto de 2018. Já o total de valores pendentes de pagamento pelo Estado correspondiam a R$ 429 mil em 2017 e R$ 6 milhões em 2018. No entanto, desse total referente ao ano de 2018, verificou-se que R$ 2 milhões diziam respeito a outubro de 2018 e R$ 3.5 milhões[43], a novembro de 2018, período que ainda estava em trâmite todo o processo de pagamento da despesa pública. Portanto, constatou-se que os valores de fato inadimplidos pelo Estado do Paraná não justificariam a falta de pagamento às oficinas.
136. Acrescente-se que também não merece prosperar a insurgência contra a correção monetária, dado que o seu cabimento é legítimo, nos termos do artigo 18 da Lei Orgânica e artigo 249 do Regimento Interno desta Corte de Contas.
137. No tocante à precariedade dos serviços, especificamente ao cadastramento de oficinas que não atendiam aos requisitos exigidos pelo edital da licitação, alega a Recorrente que não houve irregularidade.
138. Ao contrário do que afirma, a irregularidade foi identificada e devidamente demonstrada. Existiam requisitos obrigatórios para que as oficinas pudessem ser credenciadas para fins de prestação de serviços. Em verificação realizada por equipe da 3ª Inspetoria, utilizando-se por base os endereços cadastrados no sistema da JMK, foram encontradas "oficinas" em edifício comercial, em condomínio residencial, com instalações precárias e em residência sem sinais de oficina, conforme demonstram as fotos que constaram na Instrução nº 64/19 (peça 11 – fls. 97/99).
139. No tocante ao descumprimento do prazo contratual para orçamentação, aprovação e ingresso na oficina, a Recorrente aduziu que o apontamento versa sobre prazos que não dependiam diretamente de sua atuação, mas sim dos diversos atores envolvidos no fluxo do contrato. Todavia, era sim da Contratada o dever contratual de apresentar o orçamento de menor valor, acompanhado de mais dois orçamentos, no prazo de até 72h após a solicitação do serviço. Então, cabia a ela gerenciar o envio dos orçamentos pelas oficinas em tempo suficiente para o cumprimento do prazo de 72h perante o Estado. Conforme constou na Instrução nº 64/19 (peça 11 – fl. 104), a análise dos dados constantes dos registros da cópia do arquivo de backup do banco de dados do sistema compartilhado de gestão demonstrou que esse prazo não foi atendido em 41% dos casos. Portanto, era muito comum o atraso na entrega dos orçamentos, o que acabava repercutindo no prazo total do conserto dos veículos.
140. No que concerne à ausência de registro on-line dos orçamentos pelas credenciadas, alegou que algumas oficinas lhe enviavam os orçamentos, e que ela (Recorrente) os inseria no sistema no intuito de readequar o fluxo do contrato. No entanto, a alegação não se mostra suficiente para afastar a irregularidade, pois, era uma exigência contratual que apenas fossem credenciadas oficinas que detivessem condições estruturais adequadas. Ainda, era responsabilidade da JMK exigir que as oficinas credenciadas cumprissem com as obrigações impostas. Caso se recusassem, deveria realizar o respectivo descredenciamento.
141. Ainda, alegou a recorrente que o Relatório constante da peça 254 demonstra que houve estudo sobre a distribuição da Rede Credenciada, e que o próprio contrato estabelecia a disponibilização das informações relativas ao relatório de análise de frota e relatório gerencial personalizado, pelo sistema web, o que pode ser comprovado pelo Termo de Homologação do Banco de Dados por parte da CELEPAR[44] e relatórios enviados anualmente à SEAP[45], não existindo, portanto, as irregularidades apontadas.
142. Como já mencionado nesta instrução os Relatórios anuais elaborados pela JMK relativos aos anos de 2016 a 2018[46] em nada afastam as irregularidades comprovadas nos autos. Ressaltando-se que se tratam de documentos elaborados e firmados unilateralmente pela Recorrente, não se revestindo, obviamente, de força probatória hábil e capaz de ensejar a alteração de julgamento.
143. Cabe destacar que o relatório de análise da frota era uma obrigação exigida pelo item 9.3.8 do Contrato nº 256/2015. O aceite ao banco de dados pela Celepar não corrige a impropriedade. A forma de disponibilização desses dados pela contratada não foi a adequada para suprir a exigência contratual. A referida exigência era um item voltado a contemplar a eficiência intentada com o novo modelo de Gestão da Frota, que auxiliaria a Administração no planejamento da estrutura da frota do Estado, gerando subsídios gerenciais para subsidiar na definição, por exemplo, de substituição dos veículos.
144. Da mesma forma, a emissão de relatório gerencial personalizado era uma exigência contratual prevista na cláusula 9.3.14, e correspondia a um dos relatórios mínimos considerados para fins de controle gerencial da frota do Estado. Também, não foi identifica a disponibilização desses dados pela contratada. Dessa forma, os argumentos não podem ser acolhidos.
145. Quanto às deficiências relacionadas à manutenção dos veículos, alegou a Recorrente que não haveria nexo causal entre as causas das deficiências e a sua conduta. Considerando que todos os argumentos apresentados nos itens anteriores já foram devida e fundamentadamente rebatidos, mostra-se desnecessário repeti-los.
146. Também não merece prosperar a alegação no sentido de que medições e ausência de determinados registros no sistema não seriam de sua responsabilidade. Constatou-se na fiscalização o faturamento sem a comprovação de que os serviços de manutenção foram efetivamente realizados, a ausência de apresentação de medições de acordo com o estipulado em contrato e a vulnerabilidade do sistema de gestão da frota, todas situações de responsabilidade da Recorrente, que geria o sistema. Pelas evidências reproduzidas por meio da peça 11, detectou-se que o sistema permitia o faturamento de ordens de serviço sem que houvesse a interveniência/registro de todos os usuários habilitados a atuar no processo, que se desenvolvia desde o evento da abertura das OSs.
147. Melhor sorte também não tem a alegação da Recorrente no sentido da impossibilidade de responsabilização em razão da ausência de dolo ou erro grosseiro em suas condutas, bem como no sentido de que não houve fraude, considerando que as autoridades competentes decidiram por arquivar o Inquérito Policial que versava sobre os mesmos fatos, tendo em vista a inexistência de materialidade.
148. Cabe ressaltar que a conduta irregular da Recorrente foi devidamente detalhada pela Inspetoria na Instrução nº 64/2019, com a correspondente configuração do

elemento subjetivo necessário à sua responsabilização e consequentes sanções, diante do contexto de todo o conjunto probatório analisado durante a fiscalização, razão pela qual se faz referência à dita manifestação.

149. Novamente, reitera-se que a segunda alegação não tem nenhum cabimento, pois, conforme já tratado no Item II.b, o arquivamento do Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493- 28.2019.8.16.0013), a que se refere a defesa, ocorreu em virtude de que os fatos investigados naquele procedimento já haviam sido apurados de forma satisfatória no âmbito de outro Inquérito Policial, qual seja o de nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143).

150. Ressalte-se que o Inquérito Policial 0000282-83.2017.8.16.0143 se refere à investigação denominada "Operação Peça Chave", deflagrada pela Polícia Civil do Paraná para apuração da prática de diversos delitos no âmbito da execução do Contrato nº 256/2015, chegando ao final com o indiciamento de vários agentes.

151. Destarte, nada há que ser acrescentado por esta Unidade quanto ao já informado nas Instruções n.º 64/2019 e 25/2021, da 3ª Inspetoria[47].

(...)

153. Pelo exposto, opina-se pela improcedência das alegações recursais, mantendo-se a responsabilização da Recorrente.

Considerando que a exposição acima evidenciou a repetição, em grande parte, de argumentos defensivos individualmente afastados pela decisão recorrida, a que se soma a competente análise realizada pela unidade técnica para a refutação de todos os argumentos recursais, no que foi acompanhada pelas demais manifestações instrutórias, deve-se concluir pela manutenção das irregularidades tratadas neste tópico, consistentes no superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços, no não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados e na precariedade dos serviços prestados pela contratada.

2.4. Dos recursos formulados por Eccar Gestão de Frotas Eireli (peças 221 a 227) e JMK Serviços S/A (peças 240 a 263 e 265 a 287) – Possibilidade de aplicação de multas administrativas a pessoas jurídicas

Sustentaram as referidas recorrentes que a aplicação de multas administrativas ou proporcionais ao dano às pessoas jurídicas encontraria óbice na interpretação literal do parágrafo único do art. 86 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, segundo o qual a sanção de multa seria aplicável somente às pessoas físicas que derem causa ao ato irregular, excluindo-se de seu âmbito de incidência as pessoas jurídicas.

Ressaltaram, ainda, a existência de diversos precedentes desta Corte de Contas em sentido favorável ao entendimento defendido, a exemplo do Acórdão nº 1418/22 – Tribunal Pleno, de relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral.[48]

Muito embora este Relator, até recentemente, viesse partilhando da posição pela inaplicabilidade das sanções de multa administrativa às pessoas jurídicas, com base no mesmo entendimento que motivou o acórdão citado pelos recorrentes (de que "em matéria de direito sancionador, a interpretação literal deve assumir sempre a primazia, sendo vedada a analogia ou mesmo a interpretação ampliativa, exceto quando em benefício da defesa"), reconheço que esse entendimento comporta revisão diante da contundência dos fundamentos apresentados pela decisão recorrida e pela unidade técnica, com base nos quais restou demonstrada a adequação entre a aplicabilidade dessas sanções às pessoas jurídicas privadas e a interpretação literal e sistemática do mencionado dispositivo da Lei Orgânica deste Tribunal, sem qualquer recurso a analogia ou a interpretação ampliativa.

A esse propósito, adota-se como razões de decidir, mais uma vez, a exposição contida na Instrução nº 397/23 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, contendo remissões aos fundamentos do Acórdão nº 2811/22 – Tribunal Pleno (peça 293, fls. 32 a 35, grifou-se):

114. Por fim, defende a Recorrente ECCAR que não seria possível a aplicação de multa à pessoa jurídica, consoante previsão contida no parágrafo único do artigo 86 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, argumento este já enfrentado e rechaçado pelo Acórdão recorrido.

115. Esta Unidade Técnica entende ser perfeitamente cabível a aplicação de multa a pessoas jurídicas, nesse sentido citam-se as decisões contidas nos Acórdãos desta Corte 2504/20-TP, 387/20-2C (mantido pelo Acórdão 697/21-TP), 1162/20-2C, 2203/17-2C (mantido pelo Acórdão 1600/19-TP) e 1846/19-TP. Em que pese a existência de posicionamento contrário, a exemplo do contido nos julgados 308/22-TP, 2084/21-2C, 122/21-2C, 2027/20-2C.

116. Sobre a questão, favorável à aplicação de multa em face de pessoas jurídicas, foi o entendimento do Relator do Acórdão recorrido, aprovado por unanimidade, cujo trecho se transcreve:

(...)

Os acórdãos que rejeitam essa possibilidade se fundamentam na interpretação do artigo 86 da Lei Complementar Estadual 113/2005, com ênfase no teor do seu parágrafo único:

Art. 86. Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei os jurisdicionados definidos no Capítulo II, do Título I, sem prejuízo de outras pessoas jurídicas ou físicas, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, por disposição legal.

Parágrafo único. A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular, e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, devendo o Acórdão definir as responsabilidades individuais.

(...)

Primeiro, mesmo no plano da interpretação literal, é de se notar que a redação do parágrafo único de fato menciona inicialmente a aplicação da multa à pessoa física em específico, mas é imediatamente acrescida da expressão "e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato". O termo agente não necessariamente se restringe a pessoa física. O Regimento Interno deste Tribunal designa, por exemplo, de agente repassador os órgãos ou entidades que efetuam transferências voluntárias (artigo 228, § 2º) e de "agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas" os responsáveis a constar da autuação do feito (artigo 352, inciso III).

De qualquer forma, mais relevante para a adequada deliberação sobre a questão é a interpretação sistemática dos dispositivos pertinentes. A Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Complementar Estadual 113/2005 incluem entre os sujeitos passíveis de alcance pelo controle externo todos aqueles que derem causa a irregularidades constatadas pelo Tribunal. Na Constituição Federal, é o que se extrai especialmente do artigo 71, incisos II e VIII, os quais se valem das expressões "contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público" e "aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei", replicadas no artigo 75, incisos II e VIII da Constituição Estadual e no artigo 1º, incisos III e IX da Lei Orgânica deste Tribunal. Na mesma linha, o artigo 3º da Lei Complementar Estadual 113/2005 lista entre os sujeitos abrangidos pela jurisdição do Tribunal "qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso III, do art. 1º, desta lei, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária" (inciso I), "aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário" (inciso II) e "todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos" (inciso VI).

Especificamente sobre a pena de multa, o artigo 18 da Lei Orgânica deste Tribunal prevê a possibilidade de sua aplicação ao responsável pelo recolhimento da dívida, em caso de dano. O artigo 89, versando sobre a multa proporcional ao dano, dispõe que ela será direcionada também ao terceiro que concorrer com o ordenador de despesa na causação do prejuízo ao erário. O artigo 16, § 1º, "b", da Lei Orgânica contempla a responsabilização "do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado", inclusive em casos como o de desfalque de recursos, o qual em princípio nada teria de incompatível com uma penalização por meio de multa proporcional ao prejuízo.

Ou seja, todo o regramento a respeito do alcance da competência do Tribunal de Contas se mostra coerente com o entendimento no sentido de que também os agentes privados, pessoas físicas ou jurídicas, estão sujeitos à responsabilização e à penalização por parte do órgão de controle externo, inclusive mediante multa, por irregularidades que tenham comprovadamente praticado. Nessa mesma lógica, o caput do artigo 86 da Lei Complementar Estadual 113/2005 inclui as pessoas jurídicas sujeitas à jurisdição do Tribunal entre os aqueles passíveis de sancionamento.

Frente a todas essas disposições normativas, entendo que a primeira parte do parágrafo único do artigo 86 é insuficiente para sustentar uma interpretação de que apenas as pessoas físicas estariam sujeitas à aplicação da penalidade de multa pelo Tribunal. A meu ver, o sentido do parágrafo único que se mostra coerente com as demais disposições apreciadas é o de enfatizar que a multa deve ser aplicada somente ao agente público ou privado, pessoa física ou jurídica, que efetivamente contribui para o ato irregular, de modo que o órgão, entidade ou organização no âmbito do qual ele tenha sido praticado não reste penalizado por condutas, eventualmente alheias a seu controle ou proveito, praticadas por terceiros.

Destaco que essa interpretação não corresponde a uma ampliação do alcance da primeira parte do parágrafo único do artigo 86 ("A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular"), derivando simplesmente da consideração do que consta da segunda parte da sua própria redação ("e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato"), bem como dos demais dispositivos relacionados, que demandam interpretação sistemática, como explicitado. Portanto, nela não verifico inobservância às regras de hermenêutica aplicáveis às normas de direito sancionatório.

Ademais, não vislumbro nenhuma particularidade da pena de multa capaz de torná-la inaplicável às pessoas jurídicas, já que ela resulta, em última análise, em um débito pecuniário que incide sobre o patrimônio respectivo, inexistindo vedação legal sobre tal medida como resposta punitiva a irregularidades comprovadamente praticadas.

117. Como se verifica, a questão foi profundamente analisada e refutada por esta Corte de Contas no Acórdão recorrido, de forma que o argumento do Recorrente no sentido da observância à mera literalidade do parágrafo único do artigo 86 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas não é apto a afastar os fundamentos do julgado, em relação ao qual não há nada a ser acrescido ou modificado.

A título de corroboração, também importa trazer à presente decisão a abordagem apresentada pela 4ª Procuradoria de Contas, em razão da maior amplitude de seu enfoque histórico e sistemático (Parecer nº 551/23, peça 295, fls. 23 a 25, grifou-se):

Inicialmente, cumpre contextualizar que, em termos de modelos internacionais que influenciaram a responsabilização da pessoa jurídica no Brasil, destaca-se o sistema francês, cujo Código Penal de 1994 trouxe expressa previsão sobre o tema.

Com essa fonte de inspiração alguns países passaram a adotar modelos de responsabilização penal da pessoa jurídica baseados na imputação de responsabilidade penal e administrativa tanto da empresa quanto das pessoas físicas envolvidas nos atos ilícitos.

De acordo com o disposto na primeira parte do art. 121-2 do Código Penal Francês "as pessoas morais [leia-se: pessoas jurídicas], à exceção do Estado, são responsáveis penalmente, segundo as distinções dos artigos 121-4 a 121-7 e nos casos previstos em lei ou regulamento, pelas infrações cometidas, por sua conta, pelos seus órgãos ou representantes."[49]

As penalidades aplicadas estão elencadas em multa, interdição definitiva ou temporária de exercer atividades, controle judiciário, fechamento permanente ou temporário da empresa, confisco de bens, dentre outras medidas.[50]

A responsabilização da pessoa jurídica no Brasil tem suas bases na Constituição Federal de 1988.

O artigo 173, § 5º da Constituição estabelece que a pessoa jurídica pode ser responsabilizada por atos ilícitos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da empresa.

Já o artigo 225, § 3º prevê a responsabilidade das pessoas físicas ou jurídicas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sujeitando os infratores a sanções penais e administrativas.

Para regulamentar esses dispositivos constitucionais, foi promulgada a Lei nº 9.605, de 1998, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais. Essa lei estabeleceu, de forma infraconstitucional, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevendo sanções penais e administrativas para as empresas que cometem crimes ambientais.

Embora a responsabilização penal da pessoa jurídica tenha se consolidado na esfera ambiental, esse entendimento se estendeu para outras áreas do Direito, principalmente no que diz respeito ao Direito Econômico.

Deve-se compreender que algumas das principais infrações passíveis de serem cometidas pelas empresas incluem crimes contra a Fazenda Pública (tributários ou fiscais), crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômica, crimes contra a relação de consumo, crimes contra as relações de trabalho, crimes ambientais, crimes falimentares, crimes previstos na Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) e crimes societários.

No Brasil, a Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, regulamentou a responsabilização das pessoas jurídicas nos âmbitos administrativo e civil por atos

praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Essa lei estabelece sanções administrativas, como multas e proibição de contratar com o poder público, mas não abrange a responsabilidade penal das empresas.
Portanto, é importante ressaltar que a responsabilização penal, civil e administrativa da pessoa jurídica é fundamental diante do vasto leque de irregularidades passíveis de cometimento no âmbito empresarial.
Em suma, embora o julgamento deste Tribunal de Contas não consista em análise da conduta criminal propriamente dita, apresenta-se esse contexto da responsabilização penal da pessoa jurídica para evidenciar a mudança paradigmática em relação à necessidade de imputar sanções administrativas não somente às pessoas físicas que cometeram diretamente o ato irregular ou ilícito, mas também às pessoas jurídicas, como caráter pedagógico, dado que se intenta evitar a repetição daquela prática no âmbito empresarial.
Por derradeiro, sublinha-se que em análise ao art. 121-2 do Código Penal Francês, percebe-se que a exclusão do Estado em relação à repressão penal tem um fundamento lógico-jurídico evidente, uma vez que, como detentor do monopólio da repressão penal, não poderia punir a si próprio.
Com base na presente linha de raciocínio, este Procurador de Contas também sustenta a inadequação da imposição de multas, seja no âmbito judicial ou no âmbito do processo específico de Controle Externo, aos entes federativos, considerando que a aplicação dessas penalidades a eles perderia sua eficácia pedagógica, pois tal punição seria, em última análise, repassada à sociedade, a qual arcaria com o ônus por meio do pagamento das multas com recursos oriundos de impostos coletados de toda a população, acarretando imprópria penalização em detrimento da população local diante da utilização de recursos públicos para o custeio das multas que seriam necessariamente subtraídos das verbas orçamentárias destinadas à execução das políticas públicas.
Nesse ponto, transcreve-se trecho do Acórdão ora recorrido (Acórdão nº 2811/22-STP) e, oportunamente, destaca-se que o ilustre relator ressaltou a aplicabilidade dessa responsabilização apenas no âmbito privado.
"[...] todo o regramento a respeito do alcance da competência do Tribunal de Contas se mostra coerente com o entendimento no sentido de que também os agentes privados, pessoas físicas ou jurídicas, estão sujeitos à responsabilização e à penalização por parte do órgão de controle externo, inclusive mediante multa, por irregularidades que tenham comprovadamente praticado." [g.n.]
Assim, com base em todo o exposto, deixo de propor o acolhimento das razões recursais abordadas neste tópico e passo a adotar a mesma orientação que embasou o voto condutor da decisão recorrida, aprovado por unanimidade por este Tribunal Pleno, no sentido de que o art. 86 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao definir, em seu caput, a sujeição das pessoas jurídicas às sanções nela previstas, não as excluiu, em seu parágrafo único, da incidência da sanção de multa, mas especificou que ela será imposta individualmente tanto às pessoas físicas que derem causa aos atos irregulares quanto aos demais agentes privados (sejam eles pessoas físicas ou jurídicas) que concorrerem para o fato, devendo ser naturalmente excluídos de seu âmbito de aplicação, apenas, os entes federativos, órgãos, entidades ou organizações da Administração Pública em cujo âmbito forem praticados os atos irregulares, em relação aos quais tais sanções seriam desprovidas da finalidade pedagógica e implicariam ônus desnecessário à sociedade, vez que acabariam custeadas com recursos públicos.
2.5. Do recurso formulado por Luiz Camargo Antunes (peça 238)
O Sr. Luiz Camargo Antunes interpôs recurso contra sua responsabilização pelo direcionamento irregular dos serviços de manutenção enquanto administrador da empresa JMK, com base nos seguintes argumentos, conforme sintetizados pela unidade técnica:
i. Não houve direcionamento irregular de serviços de manutenção, e, mesmo que cogitada a situação, o Recorrente não poderia ser responsabilizado, em razão da ausência de provas de irregularidades durante a sua breve gestão de 5 meses frente à JMK;
ii. Ausência de critérios objetivos predefinidos para a escolha das três empresas selecionadas para a apresentação de orçamento foi apontamento realizado na Tomada de Contas Extraordinária 702324/15, julgada pelo Acórdão nº 97/2018;
iii. O suposto direcionamento foi baseado em análise de valores de faturamento de oficinas habilitadas que realizaram serviços. A concentração da prestação dos serviços a um pequeno número de oficinas tem relação com a concentração da frota na região metropolitana de Curitiba. Como o serviço deveria ser prestado num raio de 100km, seria normal que oficinas dessa região, com melhor orçamento, fossem contratadas, não havendo violação à economicidade;
iv. Concentração de serviços em oficinas que atenderam à necessidade do Estado não caracteriza fraude. Empresas mais competitivas acabaram vencendo mais vezes. E o sistema de gestão da JMK adotava o princípio da concorrência.
v. O Acórdão desconsidera que determinadas oficinas possuem especialização em determinados serviços ou são distribuidoras exclusivas. A JMK não possuía ingerência sobre a escolha dos orçamentos, que seguiam critérios objetivos.
vi. O Recorrente somente administrou a JMK entre 15/10/2016 a 23/03/2016 e nesse período não foi apurada nenhuma situação irregular. A situação sobre a ECCAR, que seria o aspecto central do Acórdão, ocorreu em período diferente. O Acórdão se fundamentou na constatação específica de uma irregularidade em dado momento e reputou como ilegal as atividades sobre todo o período de prestação de serviços;
vii. A situação do Recorrente seria semelhante a de outro ex-administrador da JMK, Sr. Guilherme Votroba Borges, o qual não foi responsabilizado;
viii. Não há nexo de causalidade ou elemento subjetivo entre os atos do Recorrente e as supostas irregularidades, não havendo que se falar em qualquer tipo de sanção em seu desfavor.
Os fundamentos contidos na Instrução nº 397/23 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (peça 293, fls. 44 a 47) são suficientes e adequados para afastar as razões recursais formuladas pelo interessado, motivo pelo qual passa-se a transcrevê-los, adotando-os como razões de decidir:
155. O recurso não merece provimento porque não consegue justificar ou transpor as irregularidades apontadas. Também, do exame das razões apresentadas, percebe-se que o Recorrente repisa argumentos já lançados em sede contraditório[51], analisados pela 3ª ICE (Instrução 25/2021) e rechaçados por esta Corte de Contas.
156. Primeiro, restou devidamente demonstrado na Tomada de Contas Extraordinária, de forma substancial, que a irregularidade referente ao direcionamento de serviços aconteceu, detalhando-se como cada agente contribuiu para tanto.
157. Em segundo lugar, o Acórdão não se fundamentou exclusivamente na irregularidade que toca à empresa ECCAR. A leitura atenta do Acórdão, bem como de todo o processo, demonstra detalhes baseados em farta documentação de várias irregularidades identificadas em sede de execução do contrato nº 256/2015-SEAP/DETO.
158. Alega o Recorrente que o sistema de gestão de frotas da JMK adotava o princípio da concorrência, no qual a empresa que oferecesse o melhor preço vencia. Desconsiderou-se que determinadas oficinas são especializadas em determinados serviços ou são distribuidoras exclusivas. Além disso, aduz que não restou comprovado prejuízo ao erário, sendo irrelevante a concentração dos serviços em algumas oficinas, porque essas apresentaram o menor preço. Afirmou que a JMK não tinha ingerência em relação aos orçamentos e que o critério objetivo era a vantajosidade
159. As alegações não devem ser acatadas. Isso porque em relação a ser escolhido sempre o menor preço e que não restou comprovado prejuízo ao erário, diante da forma de gerenciamento dos serviços de manutenção, bem como de toda a dinâmica explicada por meio da Instrução nº 64/2019-3ICE (peça 11), percebe-se que a JMK Serviços possuía informações privilegiadas em relação a todas as ordens de serviços relativas à frota do Estado do Paraná. Isso não permite dizer que os valores escolhidos fossem de fato os menores, vez que, além de ferir os princípios da moralidade, impessoalidade e supremacia do interesse público, também possibilitava a parametrização dos valores a serem escolhidos. Além disso, conforme também foi demonstrado na referida Instrução, os valores praticados nos serviços de manutenção estavam acima do preço de mercado.
160. Em relação aos argumentos de que se desconsiderou a especialização que algumas oficinas possuem, assim como serem distribuidoras exclusivas de alguns produtos, ainda que algumas oficinas possuam especialidade que outras não tenham, isso por si só não se mostrou suficiente para o encaminhamento dos serviços em tão grande vulto a apenas algumas delas, ainda mais quando uma das obrigações contratuais era justamente a disponibilização de uma ampla Rede de oficinas Credenciadas.
161. Além disso, inegável que algumas oficinas apresentaram um número muito alto de orçamentos, demonstrando que sempre eram selecionadas para participar das disputas. Considerando o número total de oficinas credenciadas no sistema (2.876), bem como o número mínimo exigido em contrato de oficinas credenciadas (210), não foi possível verificar a variedade esperada com o modelo, mas sim a presença habitual de um número pequeno de empresas. Ao selecionar sempre as mesmas oficinas, além de direcionar irregularmente a seleção, balizou os preços sempre nos mesmos patamares.
162. Vale relembrar que a própria SEAP (peça 159) afirmou que no início da execução contratual – época em que o requerente era o administrador da empresa – a JMK era a responsável por escolher a oficina para enviar o primeiro orçamento. Além disso, se para encaminhar o orçamento realizado pela primeira oficina às outras duas considerava-se a especialidade, a capacidade de atendimento e a proximidade da oficina com a localização do veículo, isso só reforça que o sistema não era automático, mas sim plausível de ser manuseado, o que possibilitava a manipulação dos envios.
163. Como detalhadamente descrito na Instrução nº 64/2019, o direcionamento irregular pôde ser verificado por meio da análise das ordens de serviço (OS) emitidas e faturadas, registradas no sistema compartilhado de gestão em que se verificou a presença habitual sempre das mesmas oficinas, assim como o elevado índice de faturamento obtido por essas mesmas oficinas que estavam sempre presentes nas "supostas disputas" realizadas pela JMK Serviços.
164. Também, alega o Recorrente que a ausência de critérios objetivos predefinidos para a escolha das três empresas selecionadas para a apresentação de orçamento apontamento constante na Tomada de Contas Extraordinária 702324/15, julgada pelo Acórdão nº 97/2018.
165. Novamente, ressalta-se que a questão apreciada na Tomada de Contas Extraordinária nº 106114/19 (presente) não se confunde com a que foi decidida no âmbito da Tomada de Contas Extraordinária 702324/15, sintetizada na decisão que a julgou como "ausência de critérios objetivos predefinidos para a escolha das três empresas selecionadas para a apresentação de orçamento, nos termos da cláusula 4.10.2 do contrato", uma vez que os fatos então submetidos à apreciação do Tribunal não são os mesmos aqui versados, conforme já abordado na Instrução nº 64/2019, no Acordão recorrido e também nesta peça instrutória, nos parágrafos 84 a 89, os quais são aqui reiterados a fim de se evitar repetições desnecessárias.
166. Ainda, embora o Recorrente não tenha sido responsabilizado pela irregularidade relativa ao superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços, alegou que tal contatação ocorreu sem considerar a complexidade dos veículos de uso estatal.
167. Ora, além de apresentar um argumento genérico, sem demonstrar nenhum dado concreto sobre a sua alegação, a defesa ainda esquece que o contrato em questão foi precedido de licitação visando à contratação mais vantajosa ao Estado, que a Contratada se obrigou a fornecer desconto sobre o valor das peças e que que deveria coletar orçamentos legítimos e efetivamente voltados à obtenção do menor preço.
168. Ademais, o Recorrente alega que, além de não haver nexo de causalidade ou elemento subjetivo necessário a sua responsabilização, teria havido tratamento desigual em seu desfavor, considerando que o Sr. Guilherme Votroba Borges, também ex-administrador da JMK não foi responsabilizado.
169. Ocorre que a situação dos dois agentes não era igual, a semelhança se restringiu ao fato de que ambos foram administradores da JMK em algum momento. As razões que levaram à exclusão da responsabilidade do Sr. Guilherme estão descritas na Instrução nº 25/2021 e no Acordão recorrido. E, no caso do ora Recorrente, sua conduta irregular restou devidamente descrita pela Inspetoria na Instrução nº 64/2019, com a correspondente configuração do elemento subjetivo necessário à sua responsabilização e consequentes sanções, razão pela qual se faz referência à dita manifestação.
170. Desta feita, entende-se pela improcedência das alegações recursais apresentadas pelo Recorrente.
A mero título de complementação, vale rememorar que a exclusão da responsabilidade do Sr. Guilherme Votroba Borges (como constou das fls. 144 a 145 da decisão recorrida) deveu-se a seu afastamento da administração da empresa JMK em 20/05/2015, pouco mais de um mês depois do início da prestação dos serviços, período em que foi emitida uma única ordem de serviço (ainda que irregular), datada

de 15/04/2015 e faturada apenas posteriormente, em 08/08/2015.
Diversamente do alegado pelo recorrente, a decisão recorrida efetivamente lhe conferiu esse mesmo tratamento, pois afastou sua responsabilidade pela primeira irregularidade que lhe foi imputada, consistente em fraude consubstanciada na execução direta e indireta dos serviços de manutenção pela própria JMK, justamente em função de que, no período de sua administração, houve apenas o faturamento e o pagamento de uma única ordem de serviço emitida em favor da empresa, no valor de pouco mais de 3 mil reais, que havia sido emitida em 15/07/2015, quando ainda não era administrador da JMK, situação que não seria de materialidade suficiente para ensejar sua responsabilização (vide fls. 55 e 56 da Instrução 25/2021, peça 187, e fls. 141 a 142 da decisão recorrida).
Contudo, em relação à segunda irregularidade que lhe foi imputada, caracterizada por milhares de ocorrências de direcionamento irregular de serviços de manutenção a um número reduzido de empresas ao longo de toda a execução contratual, não trouxe o recorrente qualquer elemento que pudesse demonstrar (ou sequer sugerir) a pouca materialidade dessa falha em seu período de administração e, consequente, justificar a aplicação do mesmo raciocínio que conduziu ao afastamento da primeira irregularidade.
Assim, diante da ocorrência da segunda irregularidade também no período em que o recorrente foi administrador da empresa JMK, devem ser mantidas a sua responsabilização e as sanções que lhe foram impostas.
2.6. Do recurso formulado por Cesar Ribeiro Ferreira (peça 210)
As razões recursais apresentadas pelo Sr. Cesar Ribeiro Ferreira, responsabilizado por todas as irregularidades constatadas pela decisão recorrida, nas qualidades de Diretor do Departamento de Transporte Oficial – DETO e de gestor/fiscal do contrato, foram sintetizados pela unidade técnica nos seguintes termos:
i. Não é justo atribuir somente a ele a responsabilidade relativa às irregularidades constatadas no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 256/2015-SEAP, sem responsabilização a outros servidores da SEAP, especialmente porque os autos demonstraram a intervenção direta daquela Secretaria em atos relacionados ao contrato;
ii. Antes mesmo de vir a ser contratada, a JMK demonstrou não deter condições de contratar com a Administração Pública, haja vista o rol de irregularidades apontadas ainda na fase do processo licitatório, não sendo razoável imputar atos da contratada ao Recorrente;
iii. O Contrato nº 256/2015-SEAP possuía regime de fiscalização e gestão compartilhada entre a SEAP, DETO, Órgãos Usuários e JMK. Diante de tantos agentes de fiscalização e gestão, coube ao DETO (com sua estrutura reduzida) direcionar denúncias e reclamações regularmente protocoladas à JMK e à SEAP, não dispondo de legitimidade para a instauração de procedimentos legais em face da JMK;
iv. A despeito de se reunir periodicamente com o alto escalão da SEAP para discussão sobre a execução do referido Contrato, as decisões eram subordinadas aos agentes da SEAP, hierarquicamente superiores;
v. Realizou tudo que estava ao seu alcance para o melhor desempenho de suas funções, dentro das circunstâncias e condições que se encontrava, e diante das dificuldades estruturais que tinha o DETO. Jamais praticou qualquer ato ensejador de fraude, nem tampouco contribuiu para que tal ocorresse. Se atos fraudulentos foram praticados, estes se deram sem o conhecimento do Recorrente.
vi. Se comprovada a omissão do dever de fiscalização, a responsabilidade pela ocorrência de prejuízo ao erário deveria ser compartilhada com pelo menos 52 Órgãos Usuários tomadores dos serviços objeto do contrato, os quais também tinham a obrigação de atuar como fiscais.
Assim como em relação aos demais recorrentes, os fundamentos contidos na Instrução nº 397/23 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções são suficientes e adequados para afastar as razões recursais formuladas pelo interessado, motivo pelo qual passa-se a transcrevê-los, adotando-os como razões de decidir (peça 293, fls. 3 a 7):
8. O recurso não merece provimento porque não consegue justificar ou transpor as irregularidades apontadas. Também, do exame das razões apresentadas, percebe-se que o Recorrente repisa alguns argumentos já lançados em sede contraditório[52] e rechaçados por esta Corte de Contas.
9. Primeiramente, ainda que a empresa JMK Serviços não detivesse condições de ser contratada e executar o serviço, uma vez contratada, a gestão da frota oficial do Estado do Paraná era atribuição inerente ao Departamento de Transporte Oficial – DETO, dirigido pelo Recorrente, nos termos dos dispositivos normativos abaixo transcritos:
Decreto estadual nº 4.289/2016 – Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Do Departamento de Gestão do Transporte Oficial – DETO
Art. 21. Ao Departamento de Gestão do Transporte Oficial compete:
I – a gestão do transporte oficial no âmbito do Poder Executivo Estadual;
(...)
IV – o desenvolvimento de estudos e projetos para a otimização da frota oficial do Estado e a racionalização do uso do transporte oficial;
Resolução nº 2.481/1995 – aprova o Regimento Interno do Departamento de Transporte Oficial – DETO
Art. 4º - Ao Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial compete:
(...)
II – administrar, organizar, orientar, programar, controlar e coordenar todas as atividades do Departamento;
10. Ainda, de acordo com o Contrato nº 256/2015, a SEAP/DETO manteve o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados:
Contrato nº 256/2015
CLÁUSULA SEXTA – Da Gestão, da Fiscalização e do Controle da Execução dos Serviços
6.1 A supervisão, orientação e fiscalização dos serviços prestados e materiais fornecidos pela Rede Credenciada, conforme objeto da presente contratação, estarão a cargo da CONTRATADA, a qual deverá apresentar Plano de Fiscalização.
6.2 Não obstante a empresa CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência, a SEAP/DETO é reservado o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados. Para tanto, os prepostos designados pelo ÓRGÃO USUÁRIO (gestor e fiscais do contrato) deverão:
6.3 Ante o uso compartilhado deste contrato, caberá ao Diretor do Deto/SEAP, a gestão e a fiscalização do sistema, cabendo aos órgãos usuários designarem, formalmente, gestor e fiscal para acompanhar a execução do contrato no âmbito de suas responsabilidades.
(...)
CLÁUSULA NONA – Da Execução dos serviços
9.2.1 Gestor de Frota do Estado (SEAP/DETO): deverá ter acesso às informações das manutenções aprovadas e reprovadas dos veículos de todos os órgãos e entidades contratantes, bem como analisar e aprovar os orçamentos, podendo incluir ou alterar parâmetros para qualquer ÓRGÃO USUÁRIO. Somente servidores da SEAP/DETO poderão ter este perfil.
(Grifamos)
11. Importante ressaltar que o Recorrente foi expressamente designado para realizar a gestão e a fiscalização superior do sistema compartilhado de gestão da frota, objeto do Contrato nº 256/2015, por meio da Portaria SEAP nº 4[53], publicada em 07/02/2017, em razão da alteração realizada pelo 3º Termo Aditivo[54]. Fato este que deixa ainda mais explícita a sua responsabilidade de fiscalizar o sistema de gestão, bem como os serviços prestados pela empresa contratada.
12. Acrescente-se que, conforme já citado na Instrução nº 64/2019 (peça 11), o próprio Recorrente, no Ofício nº 44/2015 (DETO)[55], ao requerer alteração da cláusula contratual referente ao gestor do contrato, afirmou que o DETO era a unidade administrativa com pleno conhecimento técnico do objeto do contrato, permitindo o acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento e a correção de eventuais irregularidades ou distorções, no âmbito da sua esfera de ação e no tempo certo:
"12. Faz-se necessário também alterar o gestor do contrato, uma vez que o anterior gestor não faz mais parte do quadro de servidores desta Pasta. O Gestor passará a ser o Diretor do DETO, uma vez que a unidade administrativa tem pleno conhecimento técnico do objeto do contrato, o que permitirá o acompanhamento sistemático do desenvolvimento do contrato, o que permite a correção de eventuais irregularidades ou distorções existentes, no âmbito da sua esfera de ação e no tempo certo."
13. Ou seja, é possível afirmar que o Recorrente tinha plena consciência do objeto do contrato, bem como de sua responsabilidade.
14. No tocante à irresignação do Sr. Cesar quanto à sua responsabilização sem que outros servidores da SEAP o fossem também, mesmo com a intervenção direta daquela Secretaria em atos relacionados ao contrato e com decisões submetidas a agentes hierarquicamente superiores a ele, necessário reafirmar que tais argumentos não são suficientes para afastar a sua responsabilização.
15. Isso porque, considerando que era sua obrigação fiscalizar o sistema compartilhado de gestão da frota e não o fez, permitiu que a empresa contratada deixasse de cumprir suas obrigações contratuais e que os serviços de gerenciamento fossem prestados de forma precária e fraudulenta, atuando no mínimo com erro grosseiro.
16. Alega o Recorrente que fez tudo que estava ao seu alcance, dentro das condições que se encontrava e diante das dificuldades estruturais que tinha o DETO, e que não praticou ou contribuiu com ato ensejador de fraude.
17. Porém, em que pese poder verificar a atuação do agente em determinados momentos da execução contratual, verificou-se que todas as vezes em que atuou somente o fez por provocação (após alguma solicitação ou requerimento de informações externas ao Departamento) e não ex officio como deveria ser, considerando suas atribuições legais e contratuais. Além disso, no decorrer da Instrução nº 64/2019 – peça 11 foram discriminadas várias irregularidades que poderiam ter sido evitadas ou mitigadas com uma atuação mais efetiva do ex-Diretor.
18. Também argumenta o Recorrente que o Contrato nº 256/2015-SEAP/DETO possuía regime de fiscalização e gestão compartilhada entre SEAP, DETO, Órgãos Usuários e JMK e que, por tal razão, se comprovada omissão do dever de fiscalização, a responsabilidade pela ocorrência de prejuízo ao erário deveria ser compartilhada entre todos os Órgãos Usuários tomadores dos serviços objeto do contrato.
19. Sobre tal argumento, vale citar trecho do voto condutor do Acordão hostilizado, proferido pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, verbis:
Por ocasião da apreciação da responsabilidade do diretor do DETO neste voto, registrei que as suas atribuições e as do departamento, somadas aos deveres contratualmente previstos, não deixam dúvidas sobre o cabimento da responsabilização. Ao mesmo tempo, entendo que num contrato de grandes dimensões como o que ora se analisa, a multiplicidade de órgãos e de agentes públicos envolvidos, bem como de tarefas a serem executadas, deve ser considerada para fins de delimitação de responsabilidades.
Por outro lado, as atuações dos órgãos usuários e dos agentes a eles vinculados, assim como da SEAP e de seus agentes não ligados ao DETO, entre os quais aqueles mencionados na peça de defesa do próprio diretor desse departamento, não foram objeto de análise específica por parte da fiscalização.
Considerando que a responsabilização do diretor do DETO deriva principalmente de condutas omissivas relacionadas à gestão e fiscalização do Contrato 256/2015 e que tais atribuições eram compartilhadas com diversos outros órgãos e agentes públicos cujas condutas não foram objeto de apuração, seria temerária a imputação de outras sanções ao agente, com base nos fatos apurados exclusivamente nesta tomada de contas.
Nesse contexto, entendo que a responsabilização do diretor do DETO merece efetivamente o cuidadoso dimensionamento que restou expressado na conclusão técnica, no sentido de responsabilizá-lo com multa proporcional ao dano e multa administrativa, excluídas as demais sanções previstas na Lei Complementar 113/2005.
Pelas razões explicitadas, referentes ao compartilhamento da gestão e fiscalização do contrato entre diferentes órgãos e agentes públicos, entendo que a multa proporcional ao dano, no caso desse agente específico, deve ser fixada em 15% do valor correspondente, o qual leva em consideração também as limitações de pessoal disponível para a fiscalização de incumbência do DETO. Ao mesmo tempo, tal percentual não descuida do fato de que, sendo o agente o diretor do departamento, cabia a ele ter adotado providências no sentido de incrementar a capacidade fiscalizatória, na medida do que fosse possível diante das circunstâncias concretamente consideradas – inclusive diante dos indícios de riscos à boa execução contratual sobre os quais o agente afirma ter notícia desde a fase licitatória –, o que não restou demonstrado na peça de defesa.
20. Temos, portanto, que o argumento apresentado pelo Recorrente foi objeto de

cuidadosa ponderação por parte do Conselheiro Relator do processo da Tomada de Contas Extraordinária (e aprovado por unanimidade), sendo devidamente enfrentado, não merecendo qualquer adição ou reparo.
21. Dessa forma, entende-se que as alegações do Sr. Cesar Ribeiro Ferreira não merecem prosperar.
A mero título de complementação, importa reforçar que a decisão recorrida enfatizou, em diversas passagens, a gravidade das omissões praticadas pelo então Diretor do DETO, dentre as quais merece especial destaque a de fl. 146 a 149, a seguir transcrita:
A alegação de inexistência na peça inicial de adequada descrição das condutas do agente não se sustenta, visto que a proposta de responsabilização está fundamentada nos parágrafos 71 a 77, 150 a 156, 205 a 211, 246 a 252 e 390 a 397 da Instrução 64/19-3ICE (peça 11), todos transcritos acima. Noto ainda a existência do quadro resumo das responsabilizações constante do item V da instrução.
O conteúdo dos referidos parágrafos evidencia, de forma bastante minuciosa, condutas do agente, sobretudo omissivas, relacionadas às suas competências enquanto diretor do DETO, gestor e fiscal do Contrato 256/2015, as quais colaboraram para a ocorrência das ilegalidades tratadas neste feito.
Relativamente à alegação de que a atividade de manutenção de veículos não era a função precípua do Diretor do DETO, basta a leitura do contrato para concluir o relevante papel atribuído ao departamento na sua execução, enquanto gestor da frota do Estado.
A sigla "DETO" aparece 73 vezes no instrumento contratual, podendo-se destacar, sem pretensão exaustiva, que a ele cabia a gestão compartilhada dos serviços contratados (cláusula 4.1), juntamente com os órgãos usuários e a contratada, assim como o exercício da "mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados" (cláusula 6.2) e a definição de detalhamentos sobre a execução de tais serviços (cláusula 10.16).
Especificamente ao diretor do DETO, competia ainda, relativamente ao contrato em tela, "a gestão e fiscalização superior do sistema" (cláusula 6.3) e o sr. Cesar foi inclusive expressamente designado por ato administrativo para o desempenho de tais funções. Assim, não há como acolher a alegação de que as atividades de incumbência do DETO, relativas ao Contrato 256/2015, não estavam entre as atribuições principais do respectivo diretor.
Quanto aos argumentos de defesa no sentido de que seria devida a responsabilização de outros agentes públicos em lugar do sr. Cesar, inicialmente é oportuno esclarecer que os atos que lhe estão sendo atribuídos dizem respeito à execução do contrato e que os aspectos verificados nesta tomada de contas foram previamente definidos pelo acórdão que determinou a sua instauração.
Portanto, o feito não indaga sobre a responsabilidade do agente por atos praticados previamente ao início da execução do Contrato 256/2015, como a licitação que resultou na sua celebração. Tampouco é atribuída ao diretor do DETO a responsabilidade por autorizar o início da realização dos serviços de manutenção de veículos ou pela não rescisão do contrato, fatos que são mencionados na peça de defesa.
Em segundo lugar, se o agente estava certo de que a JMK não cumpriria o contrato, em razão de indícios que alega que se fizeram presentes desde o processo licitatório, esse fato não atenua, mas intensifica a sua responsabilidade pela omissão na adoção de medidas que, tanto quanto possível, contribuíssem para a satisfatória execução contratual.
Nesse sentido, chama atenção, por exemplo, que a peça de defesa não esteja instruída com qualquer documentação que demonstre esforços do gestor no sentido de robustecer a equipe de fiscalização responsável pela execução contratual, já que a força de trabalho designada para tanto, segundo ele próprio, era manifestamente insuficiente diante da demanda que se apresentava ao seu departamento.
Se é verdade que o controle externo deve levar em conta, na responsabilização do agente, as condições concretas a que ele estava submetido quando da prática dos atos avaliados, também é certo que cabe ao gestor comprovar as medidas que tenha adotado no sentido de bem desempenhar as suas competências e de fazer frente às circunstâncias desfavoráveis que se apresentem, entre as quais o excesso de serviço. Note-se que está em questão a responsabilidade de um agente ocupante de cargo de direção, que pressupõe o poder de atuar, em medida significativa, sobre a organização e o modo de funcionamento do departamento, visando à sua atuação eficiente.
Nessa esteira, e especificamente quanto à responsabilidade do gestor do DETO quanto ao superfaturamento das peças utilizadas nos serviços de manutenção, destaco as considerações da inspetoria, de que "não se trata de realização de comparação de preços em todos os serviços prestados. Trata-se de exercício do dever de fiscalizar o contrato, o que inclui a sua economicidade. Especialmente após ter sido expressamente cientificado pela Secretária da SEAP acerca de inconsistências nos preços praticados" (peça 187).
Em terceiro lugar, a participação de servidores da SEAP não integrantes do DETO na gestão do contrato não afasta a responsabilidade do diretor desse departamento. Tratava-se, afinal, da execução de um contrato complexo e de dimensão significativa, demandando a atuação de uma multiplicidade de agentes públicos, não só da SEAP e do DETO, mas também dos órgãos usuários, que eram em número de 52, segundo o instrumento contratual. Nada obstante, o DETO e, por conseguinte, o seu gestor, detinham relevantes atribuições no âmbito da execução contratual, que não podem ser desconsideradas a pretexto de existirem também outros órgãos e agentes envolvidos nessa atividade.
No mais, a alegação de que cabia às oficinas credenciadas, e não ao DETO, a cobrança da JMK pelos serviços não pagos não procede, para fins de afastamento de responsabilização. Também aqui a defesa aplica ao tema da responsabilidade perante o controle externo uma lógica excludente que não é condizente com a execução de contrato complexo e de vulto como o que aqui se apresenta. Assim como o desempenho de diferentes atividades por uma diversidade de agentes públicos não afasta a responsabilidade do diretor do DETO quanto ao adequado exercício de suas atribuições próprias, também o direito de as oficinas exigirem o adimplemento das obrigações da JMK não elide o interesse do Estado do Paraná em que tais estabelecimentos fossem devidamente remunerados, de modo que tivessem as condições e a disposição para executar satisfatoriamente os serviços de manutenção dos veículos da Administração.
Sobre a alegada ausência de culpa do gestor, vale notar que não está em questão a prática ou não de ato de improbidade, mas a ocorrência de ilegalidades e de prejuízo ao erário passíveis de apuração pelo controle externo em processo de tomada de contas extraordinária. Logo, não há de se falar na necessidade de demonstração do dolo, exigido para a caracterização do ato de improbidade administrativa. A culpa e o erro grosseiro, por sua vez, estão evidenciados na instrução processual, nos parágrafos já especificados e transcritos, que adoto como razões de decidir.
Desse modo, devidamente caracterizada a gravidade da omissão do recorrente no desempenho de suas competências enquanto diretor do DETO, gestor e fiscal do Contrato nº 256/2015, deve ser mantida a responsabilização do agente público, assim com as sanções a ele impostas.
Nesses termos, caracterizada a improcedência das razões formuladas pelos recorrentes, e com base na minuciosa análise da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, inteiramente corroborada pelas manifestações da Coordenadoria de Gestão Estadual e do Ministério Público, deve-se concluir pelo não provimento dos recursos e pela consequente manutenção integral do Acórdão nº 2811/22 – Tribunal Pleno.
3. Face ao exposto, VOTO no sentido de que este Tribunal Pleno conheça dos presentes Recursos de Revista, para afastar as preliminares suscitadas e, no mérito, negar-lhes provimento.
Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para redistribuição ao Relator do processo originário, Exmo. Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, nos termos do art. 32, § 3º, do Regimento Interno.
II. PROPOSTA DE VOTO DIVERGENTE (Conselheiro José Durval Mattos do Amaral)
1. RELATÓRIO
Cuidam os presentes autos de recursos de revistas interpostos por CESAR RIBEIRO FERREIRA (peça 210), ALDO MARCHINI JUNIOR (peças 212), ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI (peças 221), ALESSANDRO RENAUX MARCHINI (peças 229), LUIZ CAMARGO ANTUNES (peça 238) e JMK SERVIÇOS S/A (peças 240 e 265), em face do Acórdão n.º 2811/2022, do Tribunal Pleno (peça 206), que julgou irregulares as contas em processo de tomada de contas extraordinária (Autos n.º 106114/19), diante de impropriedades na execução do contrato, firmado entre o ESTADO DO PARANÁ e a JMK SERVIÇOS S/A., no valor total estimado de R$ 56.035.570,00, tendo por objeto a contratação de empresa gerenciadora de frota para proceder, através de gestão compartilhada, o recadastramento da frota veicular ativa e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em um quantitativo de veículos de 15.500 unidades.
Registre-se que, inicialmente, a referida tomada de contas extraordinária foi julgada irregular em razão de: (i) fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas; (ii) direcionamento irregular dos serviços de manutenção; (iii) superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços; (iv) não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados; e (v) precariedade dos serviços executados. Em razão de tais impropriedades restou determinado:
"II- imediatamente, ou seja, sem que se aguarde o trânsito em julgado da presente decisão, determinar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), na pessoa de seu representante legal, que apure o dano total causado ao Estado do Paraná durante todo o período contratual e em relação a todos os serviços executados por meio do Contrato n.º 256/2015 e adote as medidas reparatórias e sancionatórias que se mostrarem cabíveis, considerando inclusive os indícios de superfaturamento de mão de obra apresentados na Instrução n.º 64/19 da 3ª Inspetoria de Controle Externo deste Tribunal (peça n.º 11);
III- dar ciência da presente decisão à 5ª Inspetoria de Controle Externo, para que fiscalize o cumprimento da determinação contida no item II, acima, no âmbito de suas atividades habituais de controle externo desempenhadas junto à SEAP, em razão da segmentação estabelecida na Portaria 281/21 deste Tribunal;
IV- determinar à JMK Serviços S.A. de restituição ao erário estadual de valores no montante de R$ 626.025,74 (seiscentos e vinte e seis mil, vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos), a ser atualizado na forma legal, em razão do superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
V- aplicar multa de 30% sobre o valor do dano ao erário (item IV, acima) à JMK Serviços S.A., em razão do superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
VI- aplicar multa de 15% sobre o valor do dano ao erário (item IV, acima) ao sr. Cesar Ribeiro Ferreira, enquanto diretor do DETO, em razão do superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços;
VII- aplicar multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual 113/2005 individualmente aos seguintes:
a) por 5 (cinco) vezes à JMK Serviços S.A., em razão das constatações indicadas no item I, acima;
b) por 2 (duas) vezes ao sr. Aldo Marchini Junior, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens "a" e "b" do item I, acima;
c) por 2 (duas) vezes ao sr. Jairo Cezar Vernalha Guimarães, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens "a" e "b" do item I, acima;
d) por uma vez ao sr. Luiz Camargo Antunes, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão do direcionamento irregular dos serviços de manutenção;
e) por 2 (duas) vezes ao sr. Marcos Luiz Robert Zanotto, enquanto administrador da JMK Serviços, em razão das constatações indicadas nos subitens "a" e "b" do item I, acima;
f) por uma vez à Eccar Gestão de Frotas EIRELI, em razão da fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
g) por uma vez ao sr. Alessandro Renaux Marchini, enquanto administrador da Eccar Gestão de Frotas EIRELI, em razão da fraude consubstanciada na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada e não pelas oficinas credenciadas;
h) por 5 (cinco) vezes ao sr. Cesar Ribeiro Ferreira, enquanto diretor do DETO, em razão das constatações indicadas no item I, acima;
VIII- declarar a inidoneidade das seguintes pessoas jurídicas perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos termos do artigo 97 da Lei Complementar Estadual 113/2005, para o fim de proibi-las de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos:
a) JMK Serviços S.A.;
b) Eccar Gestão de Frotas EIRELI;
IX- declarar a inidoneidade dos seguintes agentes perante a administração direta e

indireta do Estado e dos Municípios, nos termos do artigo 97 da Lei Complementar Estadual 113/2005, para os fins de inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, pelo prazo de 5 (cinco) anos e de proibi-los de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos:
a) Aldo Marchini Junior;
b) Jairo Cezar Vernalha Guimarães;
c) Luiz Camargo Antunes;
d) Marcos Luiz Robert Zanotto;
e) Alessandro Renaux Marchini.
X- incluir os nomes dos seguintes agentes na lista dos responsáveis com contas irregulares, com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar Estadual 113/2005:
a) Aldo Marchini Junior;
b) Jairo Cezar Vernalha Guimarães;
c) Luiz Camargo Antunes;
d) Marcos Luiz Robert Zanotto;
e) Alessandro Renaux Marchini;
f) Cesar Ribeiro Ferreira;
XI- comunicar a decisão, com concessão de acesso à integra dos presentes autos digitais, ao Ministério Público do Paraná (MPPR), em razão da possível prática de atos de atos de improbidade administrativa e do contido no artigo 248, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal; e
A proposta de voto, da lavra do Cons. Ivens Zschoerper Linhares, posicionou-se pelo conhecimento e não provimento dos recursos, mantendo-se a integralidade do Acórdão n.º 2811/2022, do Tribunal Pleno.
É, naquilo que importa, o conciso relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Apesar do acima vertido, divirjo da proposta de voto apresentada pelo ilustre Relator, nos termos que passo a expor.
2.1. Fraude na execução de serviços pela contratada e não pelas oficinas credenciadas
A primeira impropriedade reconhecida na tomada de contas enfrentada nos recursos de revistas – interpostos por CESAR RIBEIRO FERREIRA (peça 210), ALDO MARCHINI JUNIOR (peça 212), ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI (peça 221), ALESSANDRO RENAUX MARCHINI (peça 229) e JMK SERVIÇOS S/A (peças 240 e 265) – refere-se à alegada fraude execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pela contratada. No caso, a empresa JMK teria realizado serviços de manutenção de forma direta e posteriormente de forma indireta por meio da empresa ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI-ME.
Antes da análise da irregularidade propriamente dita os recorrentes apregoam que a alegada fraude na execução do contrato foi objeto de investigação na esfera criminal, tendo o Ministério Público Estadual requerido o arquivamento do inquérito policial diante da não demonstração da ocorrência de delitos.
Perceba-se que no que concerne ao arquivamento de Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493-28.2019.8.16.0013), apurando os mesmos fatos, a proposta de voto que se adversa utiliza como razões para decidir o vertido pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (Instrução n.º 397/2023, peça 293), onde ela concluiu que:
“37. No presente caso, ainda mais relevante que dar destaque à independência entre as instâncias, imprescindível destacar o teor das manifestações e da decisão que levaram à homologação do arquivamento do Inquérito Policial nº 188997/2019 (0027493-28.2019.8.16.0013), veja-se:
1. Ofício de Autoridade Policial, de 16/02/2022, em resposta à ofício do Ministério Público Estadual esclarecendo que as diligências realizadas no âmbito do Inquérito Policial nº 188997/2019 (ordens de serviço, ofícios, relatório e análise de informações) restaram infrutíferas no sentido de materialidade referente aos crimes de fraude à licitação, inserção de dados falsos o sistema, fraude na execução do contrato e falsificação de documento particular.
2. Manifestação do Ministério Público Estadual, em 02/03/2023, no sentido da promoção do arquivamento do Inquérito Policial 0027493-28.2019.8.16.0013 (IP 188997/2019), em razão de que:
“Da análise da portaria inaugural do Inquérito Policial nº 0027493- 28.2019.8.16.0013 em cotejo com o relatório final do Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143) extrai-se que os mesmos fatos tidos por criminosos foram objeto das duas investigações preliminares conduzidas pela Divisão de Combate à Corrupção – Núcleo de Combate à Corrupção de Curitiba da Polícia Civil do Paraná. Mais além, conforme a manifestação da própria autoridade policial que preside o presente inquérito, não foram produzidos elementos de informação que indiquem a materialidade dos crimes em apuração.
Portanto, e considerando que os elementos informativos relevantes acerca de condutas, em tese, criminosas estão exclusivamente contidos no Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143), verifica-se que a continuidade do presente feito é desnecessária ante a existência de investigação idêntica já finalizada, ao passo que qualquer diligência neste feito seria inoportuna (seja por já ter sido realizada, seja por restar infrutífera conforme indica a autoridade policial). Ante todo o exposto, considerando que os fatos ora investigados já foram apurados de forma satisfativa no âmbito do Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143) determina o Ministério Público o arquivamento do Inquérito Policial nº 0027493- 28.2019.8.16.0013, com fulcro no art. 395, inciso II, do CPP. 3. Decisão do Juízo Criminal pelo acolhimento da promoção de arquivamento do Inquérito Policial nº 0027493- 28.2019.8.16.0013, considerando que os fatos ora investigados já foram apurados de forma satisfativa no âmbito do Inquérito Policial nº 101655/2016 (0000282- 83.2017.8.16.0143). (Grifamos)
38. Portanto, in casu, da leitura dos documentos trazidos aos autos, fica evidente que o arquivamento do inquérito se deu em virtude de que os fatos investigados naquele procedimento já haviam sido apurados no âmbito de outro Inquérito Policial, qual seja o de nº 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143).
39. Imperioso destacar que o referido Inquérito Policial (0000282-83.2017.8.16.0143) se refere à investigação denominada “Operação Peça Chave”, deflagrada pela Polícia Civil do Paraná para apuração da prática de diversos delitos no âmbito da execução do Contrato nº 256/2015. A investigação, que começou no final de 2016, tratou de fraude à licitação, fraude na execução de contrato, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e associação criminosa, chegando ao final com o indiciamento de vários agentes.
40. Assim, diante de tais fatos e considerações, o argumento dos recorrentes não merece provimento” (fls. 11-12 da referida proposta de voto) (grifou-se).
Ou seja, pelo raciocínio expendido pela unidade técnica e corroborado no voto, o arquivamento do citado inquérito policial não tem o condão de impactar no presente feito, eis que os mesmos fatos estariam sendo analisados no âmbito de outro inquérito policial. Ocorre que tal argumento cai por terra quando esse outro inquérito de n.º 101655/2016 (0000282-83.2017.8.16.0143) também restou arquivado, consoante demonstrado na peça 300, em razão da não caracterização dos delitos originalmente informados. Em verdade, foram arquivados três inquéritos policiais: 0000282-83.2017.8.16.0143; 0026377-89.2016.8.16.0013; e 0009994-07.2019.8.16.0021.
Ainda que se reconheça a independência de instâncias e que se propale que apenas decisões emitidas na esfera penal que absolvam o réu pela inexistência do fato e negativa de autoria repercutem na seara civil e administrativa, há que se ponderar a robustez dos argumentos que levaram o Ministério Público Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), Núcleo Regional de Curitiba, a reivindicar o arquivamento do inquérito policial. Eis os excertos do pedido ministerial que devem ser levados em conta:
“Ocorre que a referida conclusão da investigação indica genericamente uma série de práticas supostamente criminosas, sem delimitar fatos e individualizar condutas, muito embora fosse indispensável a demonstração da materialidade e indícios de autoria de cada delito pelos quais a autoridade policial entendeu pelo indiciamento.
Neste contexto, por diversas vezes requisitou-se a autoridade policial o aprofundamento da apuração com o imprescindível cotejo da hipótese investigativa com a tramitação, execução e faturamento de cada ordem de serviço especificada em seu relat6rio e na qual identificou indícios de práticas delituosas, apresentando de forma individualizada e detalhada sua forma de execução e quais foram as pessoas que concorreram para tanto.
Conforme, manifestações de movs. 433.52, 433.56, 433.61 e 433.64/433.65, obviamente não se exigiu a verificação de todas as ordens de serviço, mas uma vez que as que materializariam o cenário descrito ao cabo da investigação eram aquelas elencadas no relatório de mov. 433.49/433.52, no mínimo era necessária uma análise singular que identificasse, ao menos, a modalidade delitiva, todos os envolvidos (de ponta a ponta do fluxo previsto contratualmente) e quais são eram as condutas criminosas praticadas, sendo imprescindíveis os seguintes esclarecimentos:
a) quem foi responsável pela falsificação de cada orçamento identificado na investigação;
b) quais foram as pessoas que determinaram e/ou inseriram no sistema DETO/JMK dados inverídicos acerca da execução das ordens de serviço especificadas possibilitando o pagamento por serviços não prestados;
c) quem elaborou, juntou ao sistema, aprovou, etc, os orçamentos tidos por superfaturados e em que e quanto consistia no sobrepreço, além de identificar quem dele se beneficiava;
d) quem era o responsável pela inserção no sistema das ordens de serviço especificando peças originais quando eram instaladas não genuínas, além de a quem incumbia a instalação das peças e a retirada do veículo;
a) quais os envolvidos com as ordens de serviço comprovadamente faturadas sem prestação de serviços;
inobstante ter sido apontado por mais de uma vez a insuficiência de elementos indispensáveis para a formação da opinio delicti, a polícia judiciária não desenvolveu qualquer ato de investigação posterior, limitando-se a colacionar aos autos relatórios de investigação que repetem a narrativa genérica acerca do modus operandi da pessoa jurídica, sem especificação de todas as pessoas envolvidas e remanescendo ausente o cotejo dos elementos informativos que demonstrem as condutas típicas individualmente imputáveis aos indiciados.
Ressalte-se que a apreensão do servidor viabilizava o acesso integral ao sistema utilizado pela empresa JMK e tornava possível que fosse feita uma análise mais aprofundada acerca dos ilícitos, em tese, relacionados a execução do Contrato Público n.° 256/2015, sendo relevante apontar que inobstante a apreensão de diversos computadores, dispositivos de armazenamento e dispositivos móveis sequer consta dos autos a análise das evidencias digitais obtidas e quais os elementos de informação extraídos que são relevantes.
(...)
Ante este contexto de insuficiência de elementos de informação e inércia/incapacidade da polícia judiciaria em sustentar suas conclusões e de se concluir, ressalvados os fatos já denunciados, pela absoluta inviabilidade de imputação em desfavor de ALDO MARCHINI JUNIOR, JAIRO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, ALESSANDRO RENAUX MARCHINI, JORGE BARBOZA REIS DE SOUZA, MARCOS LUIZ ROBERTO ZANOTTO, ANDREIA PERES DA SILVA pela pratica dos crimes de fraude à licitação, falsidade ideológica, falsificação de documento particular, inserção de dados falsos em sistema de informações, fraude na execução do contrato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, assim como de MADY CRISTINE LESCHKAU DE LEMOS MARCHINI, ANDREA ELISA GAUER MARCHINI, REBECA DE LEMOS MARCHINI, ANA PAULA AMATUZZI SAMWAYS GUIMARAES, ANA LUIZA SAMWAYS GUIMARAES, IZABELA AMATUZZI SAMWAYS ZANOTTO por lavagem de dinheiro e organização criminosa e GUILHERME VOTROBA BORGES por fraude à licitação ” (peça 300, fls. 5-7).
Note-se que, em que pese a apreensão de computadores, de dispositivos de armazenamento e dispositivos móveis da empresa JMK, não foi possível colacionar elementos mínimos que demonstrassem a ocorrência de fraude na execução do contrato celebrado com o Estado ou mesmo direcionamento e eventual superfaturamento. Não se pode negar que o Ministério Público e a Polícia Civil detêm mecanismos investigativos mais amplos do que possui esta Corte e mesmo assim não foi possível constatar impropriedades na avença epigrafada, competindo trazer a mesma ratio essendi para a hipótese dos autos.
Repise-se que os crimes originalmente apontados – fraude à licitação (então artigo 93 da Lei n° 8.666/1993), falsificações de documentos particulares (artigo 298 do Código Penal), inserção de dados falsos em sistema de informações (artigo 313-A do Código Penal), fraudes na execução do contrato (então artigo 96, incisos I, Ill e V, da Lei n.° 8.666/1993), constrangimento ilegal (artigo 146 do Código Penal), lavagem de dinheiro (artigo 1° da Lei n° 9.613/1998), organização criminosa (art. 2° da Lei n° 12.850/2013) e estelionato (artigo 171 do Código Penal) – não restaram suficientemente caracterizados, consoante apregoado pelo Ministério Público Estadual.
Se não foi possível a colheita de elementos probatórios mínimos para a caracterização dos delitos e a individualização de responsabilidades na esfera penal, esse fato necessariamente deve aqui ser considerado para afastar as impropriedades

em vista da sua estrita similitude fática, no caso, a alegação de fraude à execução contratual, direcionamento e superfaturamento.
Não bastasse, regressando à análise da impropriedade em si, foi reconhecida como irregular a atuação da empresa JMK em face da realização por ela dos serviços de manutenção de forma direta e indireta. Consoante se retira da decisão contra a qual se recorre, a empresa JMK tinha como obrigação a disponibilização de sistema informatizado e integrado de gestão e possuir equipe de apoio para a gestão da manutenção, bem como uma rede credenciada de estabelecimentos responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva da frota veicular. Assim, apenas as empresas que formavam essa rede credenciada poderiam realizar a manutenção em si. Mas advirta-se: é uma interpretação passível de ser retirada no termo de referência, no entanto, de fato, não existe dispositivo expresso nos documentos que serviram de base para a contratação da JMK vedando a sua atuação na manutenção efetiva dos veículos. Some-se a isso o fato que que, segundo afirma, somente procedeu à realização direta dos serviços de manutenção em razão de pedido realizado pela Secretaria. Ademais, há que se ter por presente o princípio da proporcionalidade. Dos autos se retiram que os serviços prestados diretamente pela contratada compreenderam 646 Ordens de Serviços (OSs), totalizando um montante de R$ 202.831,58, o que desvela uma insignificância, quando comparada com o valor global do contrato e o número dos serviços faturados durante a execução da avença. Comparativamente, o montante faturado em nome na empresa significou apenas 0,36%, quando comparado com o valor global do contrato (R$ 56.035.570). O número OSs faturadas representa apenas 0,086% de todas as ordens emitidas (750.000, consoante os recorrentes, conforme peça 212, fls. 11). Desse modo, o diminuto número de OSs e o seu baixo montante explicitam que a conduta em epígrafe é pouco reprovável, não ofendendo relevantemente o interesse público. Daí a incidência da proporcionalidade, para afastar impropriedade que, no contexto geral da execução contratual, não revela gravidade significativa.
Assim, diante do acima exposto, o provimento dos recursos é medida que se impõe, considerando as contas, quanto a esse ponto, regulares e afastando as respectivas sanções.
2.2. Direcionamento irregular dos serviços de manutenção
Como segunda mácula, tem-se o alegado direcionamento irregular dos serviços de manutenção contestado pelos recursos de revistas propostos por CESAR RIBEIRO FERREIRA (peça 210), ALDO MARCHINI JUNIOR (peça 212) e JMK SERVIÇOS S/A (peças 240 e 265).
Aqui, em primeiro lugar, há que ser reeditado o mesmo argumento apresentado com relação à suposta impropriedade acima analisada, quanto ao arquivamento do inquérito policial em vista da não identificação de quaisquer elementos que tenham por caracterizado qualquer tipo de infração penal.
Em segundo lugar, impende argumentar que a referida irregularidade, de certa forma, já restou analisada por esta Corte de Contas quando do julgamento de outra toma de contas extraordinária, autuada sob o n.º 702324/2015, formulada em face da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, diante de questionamentos feitos na licitação que deu origem à contratação dos presentes autos. À época, a irregularidade foi denominada "ausência de critérios objetivos predefinidos para a escolha das três empresas selecionadas para a apresentação de orçamento, nos termos da cláusula 4.10.2 do contrato", e a falta dessa objetividade conduziria ao direcionamento da execução dos serviços de manutenção. Ou seja, os mesmos argumentos que determinaram a alentaram a instauração dessa tomada de contas foram repetidos na presente, a significar reexame de tema já analisado por esta Corte. Veja-se excertos do Acórdão n.º 97/2018, do Tribunal Pleno, a demonstrar o alegado:
"Em que pese o entendimento diverso apresentado nos pareceres técnicos, assiste razão às defesas neste tópico.
Ressalta-se, inicialmente, que a sugestão apresentada pelo órgão ministerial, no sentido de que o sistema de gestão deveria ser aprimorado de forma a permitir que todas as credenciadas apresentem suas propostas diretamente no sistema, para escolha pelos agentes públicos, é absolutamente válida e relevante.
Todavia, mesmo que a metodologia estabelecida pelo item 7.54 do Termo de Referência e pela cláusula 10.49.5 do Contrato permita certa liberdade de escolha à empresa contratada, tem-se que esses dispositivos estabelecem critérios minimamente objetivos, consistentes na localidade e no tipo do serviço a ser executado, bem como garantem uma mínima competitividade, através da elaboração de três orçamentos para cada serviço de manutenção singular, contribuindo para a redução dos preços, de forma a atender os princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.
Ao contrário do que alega o Ministério Público de Contas, entende-se que a passagem da manifestação defensiva da JMK referida à fl. 10 do Parecer Ministerial de peça n.º 96, em que descreve a sistemática da operação dos serviços (fl. 07 da peça n.º 75), não equivale a uma confissão de direcionamento da prestação do serviço.
Segundo alega a empresa em seu memorial de peça n.º 161 (fls. 21 a 23), a primeira oficina a realizar o orçamento supostamente é escolhida pelo próprio Estado do Paraná ou pela unidade responsável pela abertura da ordem de serviço. Por sua vez, a JMK enviaria os itens orçados para mais duas oficinas, escolhidas aleatoriamente, para refazerem os orçamentos.
Independentemente de a quem incumbe a escolha da primeira oficina, o fato de inicialmente ser indicada uma única oficina para confecção do primeiro orçamento não implica na conclusão de que haja direcionamento, uma vez que em seguida são consultadas outras duas, cujos orçamentos obviamente são comparados ao da primeira, para a seleção daquele de menor preço. Uma vez que um dos orçamentos das outras oficinas consultadas, pode vir a ser o de menor valor, não há como se presumir o direcionamento à primeira oficina.
Consequentemente, eventual conluio ou favorecimento entre empresa gestora e oficinas credenciadas não seria diretamente decorrente do sistema adotado. O direcionamento e a combinação de preços são patologias passíveis de ocorrer em qualquer procedimento licitatório, e devem ser combatidas e investigadas sempre que presentes indícios concretos nesse sentido, não verificados, contudo, no caso em tela.
Outrossim, em que pese a unidade fiscalizatória tenha trazido a informação de que 50% do valor faturado no contrato em tela esteja distribuído entre apenas 52 (5%) das oficinas credenciadas, a tabela por ela produzida à fl. 21 da peça nº 156 permite observar que nenhuma delas ultrapassa a marca de 3% do total faturado, bem como que apenas 16 delas estão situadas na faixa entre 1% e 2,85% desse total. As demais faturaram entre 0,4% e 0,97%.
Essa pulverização dos valores faturados não permite aderir, extreme de dúvida, à tese do direcionamento e manipulação na escolha das oficinas credenciadas para apresentação de orçamentos.
Em corroboração, nota-se que o nome da empresa Econocar Auto Móvel Assist. não se encontra no grupo das oficinas que mais faturaram com o contrato em tela.
Outro fator que poderia indicar, em tese, a ocorrência de direcionamento na escolha das oficinas, está no fato de a empresa gestora cobrar comissões dessas empresas. Esta situação, aliada à pequena margem de liberdade conferida pela metodologia à empresa gestora, poderia significar, em tese, um incentivo para que fossem favorecidas as empresas que pagassem as maiores comissões, e não aquelas que apresentassem os menores preços.
Assim, em que pese não exista comprovação nos autos da prática de direcionamento a oficinas, e ainda que a metodologia adotada para o sistema de gestão tenha sido construída de forma abstratamente regular, esta consideração serve para ilustrar a importância da vedação ao comissionamento, como forma de auxiliar na busca pelo menor preço.
Diante do exposto, entende-se pela não configuração da irregularidade apontada no presente item (...)" (Acórdão n.º 97/2018, do Tribunal Pleno).
Em terceiro lugar, concessa venia, em momento algum, restou evidenciado que os recorrentes agiram com dolo específico de privilegiar determinada empresa ou grupo de empresas. Assim, os presentes autos se ressentem da ausência de elementos probatórios mínimos que indiquem que servidores públicos ou particulares responsabilizados na tomada de contas em epígrafe agiram com o firme propósito de favorecer determinado espectro empresarial.
Por óbvio, o sistema de gestão de frota, ofertado pela empresa JMK, ainda que estruturado de forma a favorecer a impessoalidade, como reconhecido no julgado acima citado, poderia, eventualmente, ser aprimorado com vistas a permitir uma participação mais efetiva de todas as empresas credenciadas no processo de orçamentação dos serviços e peças de manutenção.
Há de fato uma concessão dos serviços em certo número de empresas, por outro lado, não se pode negar que 1.502 empresas tiveram faturamento com essa contratação, número expressivo, que milita em desfavor da caracterização do direcionamento proposital. Esse eventual descompasso entre o número de empresas credenciadas e daquelas que efetivamente prestaram os serviços deve ser considerado para explicitar a necessidade de alteração das características do sistema de modo a garantir a impessoalidade e o acesso de todas as credenciadas à orçamentação. Mas não se verifica irregularidade na forma anteriormente propalada, cabendo aqui também os provimentos dos recursos para não reconhecer a impropriedade, afastando as respectivas sanções.
2.3. Superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços
Outra impropriedade admitida no decisum vergastado refere-se ao alegado superfaturamento de peças de reposição empregadas na execução dos serviços, o que é contraditado nos recursos de revista de CESAR RIBEIRO FERREIRA (peça 210) e da empresa JMK SERVIÇOS S/A (peças 240 e 265).
Aqui também forçoso reiterar que houve o arquivamento do inquérito policial aberto justamente para investigar o eventual superfaturamento das ordens de serviços e os responsáveis que efetivamente praticaram os ilícitos apontados, o que não restou constatado, conforme a seguir os trechos da manifestação ministerial antes apontados, como o seguinte:
"Ante todo o exposto, tendo em vista a natureza da ação criminosa e o contexto na qual se desenvolveu, não se extraindo perspectiva de que mínimos elementos informativos possam ser colhidos a título de justa causa para identificação da autoria e materialidade daqueles fatos objetos de investigação, não se antevendo possibilidade razoável de aperfeiçoamento probatório por diligências capazes de subsidiar posterior persecução penal, determina o Ministério Público o arquivamento (...)" (peça 300, fls. 10-11).
Isso por si só já seria suficiente para o afastamento da impropriedade, no entanto, há que se tecer outras considerações.
Para fins de caracterização do superfaturamento, utilizou-se como parâmetro o Sistema Nota Paraná, da Secretaria de Estado da Fazenda, que leva em conta os preços praticados no varejo. Embora de fato o referido sistema pareça refletir os preços efetivamente cobrados, algumas peculiaridades devem ser destacadas.
Em primeiro lugar, ainda que idealmente as condições de contratação do setor público devam ser as mesmas do setor privado, é notório que há uma certa desarmonia entre os preços de bens e serviços cobrados da Administração Pública e aqueles solicitados de particulares, frequentemente em detrimento daquela. Várias podem ser as causas, notadamente aquelas apontadas nas razões recursais da interessada, como a situação macroeconômica do país, o equilíbrio das contas públicas, as perspectivas de mudanças e, principalmente, a probabilidade de inadimplência. Embora isso não tenha o condão de justificar a diferença de preços apontada, há que se sopesar que o mecanismo estruturado no contrato epigrafado para fins de orçamentação, embora não perfeito, ostenta premissas que são ordinariamente aceitas para fins de precificação de peças e serviços de manutenção veicular, e tendentes à seleção de ofertas menores, dado que parte de valores constantes em tabela (AUDATEX) conhecida no mercado e amplamente aceita em contratações públicas para daí fomentar sua redução com a colheita de orçamentos de fornecedores e/ou prestadores distintos. Ou seja, o valor constante da tabela AUDATEX tem que ser observado em vistas dos orçamentos apresentados, sobre tais valores ainda se aplicado o desconto proposto pela contratada quando da licitação, tendo ainda, por fim, uma margem de redução em razão de eventual negociação. Essa estruturação, mesmo que não ideal, tende a fornecer um parâmetro aceitável e confiável para a precificação de peças e serviços, ainda que, fortuitamente, não tenha refletido o encontrado no Sistema Nota Paraná.
Em segundo lugar, se para a definição do valor estimado de uma contratação pública exige-se uma pesquisa de preços, de ordinário, pautada em uma cesta de preços aceitáveis, realizada com base em fontes diversificadas, como fornecedores, contratos públicos e sítios eletrônicos especializados, além de outros, não se pode pretender que a caracterização do superfaturamento tenha por base apenas um único parâmetro. Desse modo, não é razoável arguir que para fins de precificação do valor estimado da futura contratação pública, a Administração tenha que envidar os necessários esforços para colher em variadas fontes os valores que servirão de base para a pesquisa de preços, e quando do eventual controle externo dessa contratação o seu responsável tenha se limitado a uma única fonte. Não se quer com isso contestar a fidedignidade do Sistema Nota Paraná, no entanto, para a hígida

individualização das condições de superfaturamento é razoável que se tenha também elementos abstraídos de mais de uma fonte, como forma de legitimar o resultado a que se chegou.
Em assim sendo, diante do já declinado quanto ao arquivamento inquérito policial que apurava os mesmos fatos, e do acima imediatamente expendido, entendo por não caracterizado o superfaturamento, dando, para tanto, provimento ao recurso de revista no tocante a esse ponto.
2.4. Não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados
Por derradeiro, apresento meu dissenso quanto à impropriedade atinente ao não pagamento a oficinas credenciadas por serviços executados. No caso, ainda que se considere que a empresa JMK, durante a execução do contrato contestado nos presentes autos, deixou de cumprir clausula contratual que obrigava o desembolso de valores a oficinas credenciadas prestadoras dos serviços, há que se explicitar que essa irregularidade, mesmo que decorra de um contrato administrativo, é de índole eminentemente privada, tendo em vista que são empresas privadas que eventualmente foram afetadas pela inadimplência da contratada. Não há aqui efetivamente um interesse público relevante sendo violado. Veja-se que para fundamentar a ocorrência dessa mácula, a exordial deflagratória da presente tomada, se utiliza do seguinte fundamento:
"225. No entanto, o que se constatou e será adiante demonstrado, é que a empresa JMK Serviços S.A. recebia os valores do Estado (órgãos usuários), mas não repassava o reembolso às oficinas prestadoras do serviço, acarretando um verdadeiro "calote" a essas empresas.
226. Essa situação é evidenciada pela quantidade de títulos protestados nos Tabelionatos de Protestos de Títulos do Estado do Paraná.
227. Conforme informações prestadas por "Cartórios de Protestos BR (Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB)", em resposta à solicitação formulada pelo site www.pesquisaprotesto.com.br em 17/09/2019 (Anexo 31), verificou-se que existiam 7.251 protestos em desfavor da empresa JMK Serviços S.A. em Tabelionatos do Estado do Paraná, todos realizados nos anos de 2017, 2018 e 2019, os quais, somados, referem-se ao valor total de R$ 9.284.558,89 (Anexo 32).
228. Além disso, conforme informação prestada pelo Tribunal de Justiça em 02/07/2019 (Demanda CACO 176978), constavam 253 ações judiciais em face da empresa JMK Serviços S.A. autuadas no PROJUDI (Anexo 33).
229. Dessas ações, apenas uma é referente ao ano de 2013. Todas as demais foram ajuizadas no período de 2015 a 2019, coincidindo com o período da execução do Contrato nº 256/2015. Ainda, 211 ações foram cadastradas com assuntos relacionados a inadimplemento (Execução, Monitória, Inadimplemento, Duplicata, Ato/Negócio Jurídico, Pagamento, Títulos de Crédito)" (peça 11, fls. 84-85).
Ou seja, em razão do número de protestos e de ações judiciais (que não ressoa claro dos autos que a integralidade desse número se refira estritamente à inadimplência da JMK junto às oficinas credenciadas em decorrência da execução do contrato ora discutido nos autos) presume-se a ocorrência de uma impropriedade que a própria inicial discorre que já houve o ajuizamento de ações judiciais tendentes ao ressarcimento de eventuais danos, o que tão só evidencia natureza privada da discussão. Destaque-se ainda que a existência de protestos e ações judiciais não significa a impossibilidade de discussão da licitude do débito, nem a procedência das ações judiciais, que podem ao final não serem acolhidas pelo Poder Judiciário. Ou seja, compete ao referido poder, na sua atribuição de resolver conflito de interesses privados, dizer ao final, sob o pálio do trânsito em julgado, acerca eventual existência e responsabilidade dos débitos que lastrearam as referidas ações judiciais, não devendo esta Corte imiscuir-se nessa demanda.
Há que se expor ainda que a irregularidade, que como já dito não viola interesse público significativo, não teve o condão de causar qualquer prejuízo ao erário, eis que na proposta de responsabilização originária (peça 11) não foi requerida a devolução de valores em razão dessa mácula, e nada há acerca disso na decisão repreendida.
Nesse prumo, diante da característica da natureza privada da impropriedade e da ausência de prejuízo ao erário, deve ser afastada essa eiva, cabendo aqui também o provimento dos recursos de revistas, demovendo-a como causa de irregularidade das contas, bem como das respectivas sanções.
Destarte, diverge-se em face da integralidade do acima expendido, seguindo, no mais, a proposta de voto do Ilustre Relator.
3. VOTO DIVERGENTE (Conselheiro José Durval Mattos do Amaral)
Ante o exposto, VOTO pelo conhecimento e provimento dos recursos de revistas interpostos por ALDO MARCHINI JUNIOR, ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI e ALESSANDRO RENAUX MARCHINI e conhecimento e provimento parcial das irresignações recursais propostas por CESAR RIBEIRO FERREIRA e pela empresa JMK SERVIÇOS S/A para considerar procedente a tomada de contas, considerando irregulares as contas em razão tão somente da precariedade dos serviços executados, mantendo em razão dessa impropriedade somente as sanções previstas nos Itens VII.a, por 1 (uma) vez, VII.h, por 1 (uma) vez, e X.f, do Acórdão n.º 2811/2022, ou seja:
• aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por uma vez à empresa JMK SERVIÇOS S/A;
• aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por uma vez a CESAR RIBEIRO FERREIRA, enquanto diretor do DETO; e
• inclusão do nome de CESAR RIBEIRO FERREIRA na lista dos responsáveis com contas irregulares, com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar Estadual 113/2005.
É o voto.
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO DE REVISTA
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto divergente do Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por voto de desempate do presidente, em:
I. Conhecer e dar provimento aos recursos de revistas interpostos por ALDO MARCHINI JUNIOR, ECCAR GESTÃO DE FROTAS EIRELI e ALESSANDRO RENAUX MARCHINI, e conhecer e dar provimento parcial às irresignações recursais propostas por CESAR RIBEIRO FERREIRA e pela empresa JMK SERVIÇOS S/A, para considerar procedente a tomada de contas, considerando irregulares as contas em razão tão somente da precariedade dos serviços executados, mantendo em razão dessa impropriedade somente as sanções previstas nos Itens VII.a, por 1 (uma) vez, VII.h, por 1 (uma) vez, e X.f, do Acórdão n.º 2811/2022, ou seja:
• aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por uma vez à empresa JMK SERVIÇOS S/A;
• aplicação da multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, por uma vez a CESAR RIBEIRO FERREIRA, enquanto diretor do DETO; e
• inclusão do nome de CESAR RIBEIRO FERREIRA na lista dos responsáveis com contas irregulares, com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar Estadual 113/2005.
II. após o trânsito em julgado da decisão, encaminhar os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVAN LELIS BONILHA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Presidente Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES. (voto vencedor)
O Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, votou pelo conhecimento dos presentes Recursos de Revista, para afastar as preliminares suscitadas e, no mérito, negou-lhes provimento, sendo acompanhado pelos Conselheiros FABIO DE SOUZA CAMARGO e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA. (voto vencido)
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Virtual nº 23.
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Art. 357. As alegações de defesa e as razões de justificativa serão admitidas dentro do prazo determinado na citação ou na intimação.*
§ 1º Exaurido o prazo, a admissibilidade da juntada de documentos dependerá, em todos os casos, de despacho do relator e somente será permitida antes de concluída a fase processual de instrução, ressalvada a hipótese de tratar-se de documento novo. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 2º Documento novo é aquele que a parte comprovadamente não pôde ter acesso. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 3º Considera-se terminada a fase de instrução do processo no momento em que a unidade administrativa emitir sua instrução ou parecer conclusivo.
§ 4º O disposto no § 1º não prejudica o direito da parte de distribuir, após a inclusão do processo em pauta, memorial aos Conselheiros, Auditores e ao representante do Ministério Público junto ao Tribunal, o qual não será juntado aos autos e nem objeto de nova instrução. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 5º Aplica-se aos Recursos o disposto neste artigo.
§ 6º Todos os documentos protocolados deverão conter a identificação do processo a que se referem. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 7º (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
§ 8º O Relator deixará de receber documento ou alegação da parte que tenha efeito meramente protelatório. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
§ 9º Os documentos que não forem admitidos pelo relator, mediante despacho fundamentado, serão desentranhados. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
2. *Pode-se extrair das razões defensivas de peça 265 apenas três alusões em termos genéricos ao referido Banco de Dados, nos seguintes termos:*
"Por fim, vale ressaltar que o documento 21 diz respeito a todo o Banco de Dados do sistema JMK (atestado pelos documentos em anexo - docs. nº 15 e 16), compreendendo todas as informações e movimentações promovidas ao longo da execução contratual, o que demonstrará a inexistência de todas as irregularidades atribuídas à Recorrente." (fl. 07)
"Por fim, reitera-se que todas as informações a respeito da data de envio, aprovação do orçamento e ingresso do veículo podem ser visualizadas no Banco de Dados disponibilizado pela Recorrente mediante entrega em mídia física." (fl. 35)
"Ademais, todas as informações relacionadas ao faturamento de ordens de serviço podem ser obtidas do Banco de Dados disponibilizado pela Recorrente e estão registradas em uma espécie de 'mural'." (fl. 43)
3. *Na investigação policial, verificou-se, entre outros, que eram feitas falsificação e adulteração em orçamentos de oficinas mecânicas, pela JMK Serviços, aumentando-se o valor do serviço prestado.*
4. *Peças 217 a 219; 225 a 227; 234 a 236; e 252 a 254.*
5. *Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.*
6. *Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório.*
7. *Peça 11.*
8. *Peça 187.*
9. *Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*
Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
10. *Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:*
[...]
III – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;
[...]
XIII – decidir sobre a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receita, no julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete;
11. *O titular da ECCAR Gestão de Frotas é o Sr. Alessandro Renaux Marchini, que é filho do Sr. Aldo Marchini Júnior, o qual foi administrador da JMK Serviços S.A (todos Recorrentes).*
Apesar de formalmente ter deixado de ser administrador da JMK Serviços em 08/10/2015 – conforme 6ª Alteração do Contrato Social da empresa, o Sr. Aldo Marchini Júnior continuou a representando. Além disso, o Sr. Alessandro Renaux Marchini, seu filho, igualmente atuou como representante da JMK Serviços poucos meses antes da constituição da empresa ECCAR.
Além disso, o Sr. Alessandro Renaux Marchini foi acionista e Vice-Presidente da JMK Serviços pelo período de 21/02/2017 a 30/06/2017 (após a constituição da empresa ECCAR Gestão de Frotas EIRELI – ME, da qual é titular), conforme Atas da 1ª e da 3ª Assembleia Geral Extraordinária da empresa (Peça 23).
12. *9.10.2 Registrar no sistema de gestão 03 (três) orçamentos para a manutenção, bem como as reduções em seus valores, que será validado pela equipe especializada e encaminhado ao gestor da frota para a aprovação.*
13. *Peça 15.*
14. *A imputação das sanções e a indicação do elemento subjetivo foi realizado considerando o conjunto probatório analisado durante a fiscalização. Contudo, ressalva-se que o quadro completo só será conhecido após oportunizar o contraditório e a ampla defesa e a conclusão da instrução processual. Portanto, o surgimento de novas provas ou indícios pode acarretar tanto a exclusão de responsabilidades ora imputadas, como também a inclusão de agentes ou autoridades acerca dos quais, no momento, não foi possível evidenciar a conduta, o nexo de causalidade ou a culpabilidade.*
15. *A imputação das sanções e a indicação do elemento subjetivo foi realizado considerando o conjunto probatório analisado durante a fiscalização. Contudo, ressalva-se que o quadro completo*

só será conhecido após oportunizar o contraditório e a ampla defesa e a conclusão da instrução processual. Portanto, o surgimento de novas provas ou indícios pode acarretar tanto a exclusão de responsabilidades ora imputadas, como também a inclusão de agentes ou autoridades acerca dos quais, no momento, não foi possível evidenciar a conduta, o nexo de causalidade ou a culpabilidade.
16. *Idem.*
17. *Saliente-se a ressalva feita pelo Relator: Com efeito, portanto, as responsabilidades pelas irregularidades foram exaustivamente e acertadamente evidenciadas pela 3ª Inspetoria, devendo ser acolhido o seu opinativo conclusivo, exceto quanto à responsabilidade da JMK serviços pelo não recadastramento da totalidade da frota veicular do Estado e não recadastramento anual.*
18. *A imputação das sanções e a indicação do elemento subjetivo foi realizado considerando o conjunto probatório analisado durante a fiscalização. Contudo, ressalva-se que o quadro completo só será conhecido após oportunizar o contraditório e a ampla defesa e a conclusão da instrução processual. Portanto, o surgimento de novas provas ou indícios pode acarretar tanto a exclusão de responsabilidades ora imputadas, como também a inclusão de agentes ou autoridades acerca dos quais, no momento, não foi possível evidenciar a conduta, o nexo de causalidade ou a culpabilidade.*
19. *Chegando a 95% e 100% dos casos.*
20. *Anexo I do Edital do PP nº 44/2014*
14. PROPOSTA COMERCIAL
21. *A imputação das sanções e a indicação do elemento subjetivo foi realizado considerando o conjunto probatório analisado durante a fiscalização. Contudo, ressalva-se que o quadro completo só será conhecido após oportunizar o contraditório e a ampla defesa e a conclusão da instrução processual. Portanto, o surgimento de novas provas ou indícios pode acarretar tanto a exclusão de responsabilidades ora imputadas, como também a inclusão de agentes ou autoridades acerca dos quais, no momento, não foi possível evidenciar a conduta, o nexo de causalidade ou a culpabilidade.*
22. *Art. 3º A jurisdição do Tribunal abrange:*
I – qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso III, do art. 1º, desta lei, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;
II – aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário; [...]
VI – todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos;
23. *Art. 14. Responderá pelos prejuízos que causar ao erário o ordenador de despesa, o responsável pela guarda de bens e valores públicos ou aquele que autorizar ou der causa direta ou indiretamente ao gasto irregular.*
24. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
[...]
III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
[...]
§ 1º Nas hipóteses das alíneas "c", "d" e "e", do inciso III, deste artigo, o Tribunal de Contas fixará responsabilidade solidária:
a) do agente público que praticou o ato irregular;
b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.
25. *Art. 17. Ao julgar as contas, o Tribunal de Contas decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, definindo conforme o caso, a responsabilidade patrimonial dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos. [...]*
26. *Art. 86. Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei os jurisdicionados definidos no Capítulo II, do Título I, sem prejuízo de outras pessoas jurídicas ou físicas, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, por disposição legal.*
27. *Art. 248. As contas serão julgadas irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:*
[...]
III - dano ao erário;
IV - desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos;
V - desvio de finalidade.
[...]
§ 3º Nas hipóteses dos incisos III, IV e V, a responsabilidade será pessoal do agente público que praticou o ato irregular, podendo o Tribunal de Contas fixar a responsabilidade solidária do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado, bem como dos responsáveis pelo controle interno, por ação ou omissão.
§ 6º Verificadas as ocorrências previstas nos incisos III, IV e V, o Tribunal, por ocasião do julgamento, determinará a remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público Estadual, para ajuizamento das ações cabíveis, podendo decidir sobre essa mesma providência também nas demais hipóteses
28. *Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (...) IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (...) g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário;*
29. *Art. 97. O Tribunal de Contas, no julgamento dos atos e contratos administrativos em que for verificada a ocorrência de fraude ou naqueles que resultarem em dano ao Erário, expedirá Declaração de Inidoneidade dos responsáveis perante a administração direta e indireta do Estado e dos Municípios.*
30. *Peça 23.*
31. *A título de esclarecimento, embora a Recorrente tenha alegado a necessidade de comprovação do elemento subjetivo para fins de aplicação de sanção de restituição ao erário, não lhe foi imputada tal sanção.*
32. *Peças 11 e 187.*
33. *Peças 112, 129 e 183.*
34. *Conforme peça de defesa da JMK Serviços e de Guilherme Votroba Borges constante dos autos de Tomada de Contas Extraordinária 702324/15, peça 75, p. 60.*
35. *Peças 217 e 252.*
36. *Peças 252 a 254.*
37. *Peça 245.*
38. *Peças 257 e 258.*
39. *Peça 254.*
40. *Peça 287.*
41. *Peças 242 a 254*
42. *Peça 11, p.67.*
43. *Note-se que, no tocante ao laudo contábil apresentado pela Recorrente às peças 257 e 258, embora não se tenha apresentado conjuntamente a manifestação do Estado a respeito do documento, fato que o enfraquece sobremaneira como meio de prova, observou que o valor indicado a título de pendência seria de 3.5 milhões de reais, em dezembro de 2018, compatível, portanto, com o valor apresentado pela SEAP.*
44. *Peça 287.*
45. *Peças 252 a 254.*
46. *Peças 217 a 219; 225 a 227; 234 a 236; e 252 a 254.*
47. *Peças 11 e 187.*
48. *"A aplicação da multa, no meu entendimento, encontra óbice na disposição expressa do parágrafo único do art. 86, da Lei Complementar n.° 113/05: (...)*
O texto do referido dispositivo é claro ao limitar o sujeito passivo à pessoa física do agente que tiver concorrido para o fato, restando excluída, portanto, a pessoa jurídica como seu destinatário. A indicação de o caput do mesmo artigo incluir as pessoas jurídicas dentre os jurisdicionados sujeitos às sanções previstas no art. 85 da mesma lei configura previsão normativa de natureza genérica, que deve ser interpretada conjuntamente com a limitação do parágrafo único do art. 86, norma de natureza específica, ou seja, como permissivo para a imposição das demais sanções elencadas. Em corroboração, a necessidade de individualização da conduta e da responsabilidade de cada agente que tiver concorrido para o fato, contida no mesmo dispositivo, condição essa que, no contexto em que a norma se encontra colocada, faz presumir que a ação ou omissão a ser detalhada tenha sido praticada por pessoa física. Outrossim, em matéria de direito sancionador, a interpretação literal deve assumir sempre a primazia, sendo vedada a analogia ou mesmo a interpretação ampliativa, exceto quando em benefício da defesa. Saliente-se, contudo, que a matéria é controversa, valendo mencionar, de forma meramente exemplificativa, que esse entendimento foi reconhecido no Acórdão n.º 2027/20, mas, em sentido diverso, no Acórdão n.° 2504/20, ambos do Tribunal Pleno, ambos por maioria de votos. Recentemente, pelo Acórdão 308/22, também deste Pleno, por maioria de votos, foi afastada a multa proporcional ao dano, contra pessoa jurídica." (grifou-se)
49. *Art. 121-2. Les personnes morales, à l'exclusion de l'Etat, sont responsables pénalement, selon les distinctions des articles 121-4 à 121-7, des infractions commises, pour leur compte, par leurs organes ou représentants.*
50. *Section 2: Des peines applicables aux personnes morales (Articles 131-37 à 131-49)*
Sous-section 1: Des peines criminelles et correctionnelles (Articles 131-37 à 131-39-2)
51. *Peça 112.*
52. *Peça 107.*
53. *Portaria SEAP 4/2017:*
Art. 1º Designar o servidor CESAR RIBEIRO FERREIRA, RG n.º 782.413-0/PR, para o desempenho das atividades de gestão e fiscalização superior do sistema relativo ao Contrato Administrativo n.º 256/2015, celebrado entre o Estado do Paraná e a empresa JMK Serviços Ltda, na forma da Cláusula Sexta, item 6.3, com redação dada pela Cláusula Quarta, item 4.2 do 3º Termo Aditivo do referido instrumento contratual.
54. *3º Temo Aditivo ao Contrato nº 256/2015:*
4.2 Altera-se o item 6.3 da Cláusula Sexta do Contrato, que terá a seguinte redação: 6.3 Cabe aos Órgãos Usuários a designação formal de gestor e fiscal para acompanhar a execução do Contrato, no âmbito de suas responsabilidades, sendo que a gestão e a fiscalização superior do sistema caberá a servidor designado por Portaria da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.
55. *Peça 26.*

PROCESSO Nº:-553120/23
ASSUNTO:-RECURSO DE AGRAVO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE RIO BOM
INTERESSADO:-MOISES JOSE DE ANDRADE, MUNICÍPIO DE RIO BOM, ODAURO VITORIANO, TKBR IMPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI
ADVOGADO / PROCURADOR-ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA, JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3790/23 - TRIBUNAL PLENO

Agravo. Representação da Lei 8.666/1993. Manutenção da cautelar. Ausência de justificativa técnica/operacional e econômica. Restrição a competitividade. Condutas reiteradas de burla à sanção de inidoneidade. Não provimento.

1. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (Relator)

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pela empresa TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, em face do Despacho n. 1163/23 (peça 16), nos autos de Representação n. 49985-0/23, que recebeu o feito e deferiu a liminar pleiteada a fim de suspender o Pregão Eletrônico 28/2023, que tem como objeto a aquisição de 1 (uma) motoniveladora, pelo valor de R$ 1.181.633,33 (um milhão, cento e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

A agravante alega em suma que:

i) a sanção de inidoneidade é objeto de recurso de revista, protocolado sob o n. 484268/23, não tendo sido ainda apreciado (não há decisão transitada em julgado);

ii) há controvérsia quanto à existência de grupo econômico entre as empresas Sarandi Tratores e TKBR, já que a empresa foi constituída em 2007, possui quadro próprio de empregados e somente em novembro de 2020 o sócio ODAURO VITORINO, que também integra a Sarandi Tratores, passou a fazer parte do quadro societário. Ou seja, a alteração contratual ocorreu antes da Sarandi Tratores ter sido declarada inidônea pelo Município de São Pedro do Iguaçu.

iii) havia outros fornecedores e/ou marcas de equipamentos aptos a cumprir as exigências do edital de licitação;

iv) restou demonstrado que inexistiu direcionamento da licitação e/ou restrição de competição

Ao final, requereu a retratação do Despacho nº 1163/23 ou a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo, para efeito de cassar a liminar de suspensão cautelar do Pregão nº 28/2023 instaurado pelo Município de Rio Bom.

O Recurso de Agravo foi recebido por intermédio do Despacho n. 1367/23 (peça 33).

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Presentes os requisitos legais, ratifico o recebimento deste Recurso de Agravo.

Entretanto, no mérito, entendo que a insurgência não merece acolhida.

Ainda que este Tribunal possa determinar medidas cautelares, essas providências dependem, em cada caso, da apreciação da probabilidade do direito invocado e do risco de dano. No caso em tela, nos termos da fundamentação da decisão que deferiu a cautelar, não é o caso de ser determinada sua suspensão.

Quanto a fumaça do bom direito, este juízo concedeu a medida pleiteada ao reconhecer a plausibilidade dos argumentos apresentados pela empresa YAMADIESEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS – EIRELI. Principalmente, quanto as exigências de qualificação do maquinário, o qual não foi precedido de justificativa técnica, revelando uma indevida restrição ao caráter competitivo do certame.

Em recente decisão desta Corte de Contas, foi decidido por meio do Acórdão 597/2020 - Tribunal Pleno, que o detalhamento excessivo do objeto, sem justificativa técnica, restringe a competitividade e direciona a licitação.

No tocante às especificações sem justificativas técnicas/operacionais e econômicas, em recente decisão o TCU determinou a anulação de licitação e contrato nos seguintes termos (grifamos):

TCU ACÓRDÃO 214/2020 - PLENÁRIO

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA LIMPA-GO COM PREVISÃO DE APORTE DE RECURSOS FEDERAIS. RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE DO CERTAME QUANTO A UM DOS EQUIPAMENTOS LICITADOS (PÁ CARREGADEIRA). REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA QUE A LICITAÇÃO SEJA ANULADA QUANTO AO REFERIDO ITEM, ASSIM COMO O SUBSEQUENTE CONTRATO.

36. Não é razoável exigir um vão livre mínimo de 420 mm e que o motor seja do próprio fabricante sem justificativa técnica/operacional e econômica.

53. Ante ao exposto, resta caracterizado a inexistência de justificativa de natureza

técnica e/ou operacional para sustentar as exigências de 'vão livre do solo mínimo de 420 mm' e de 'motor próprio do fabricante', incorrendo em restrição indevida à competitividade da licitação, impedindo a participação de um maior número de licitantes no mencionado certame e prejudicando a satisfação da obtenção da proposta mais vantajosa.
c.2) promova a anulação de todos os atos inerentes ao seguinte item do Pregão Presencial 10/2009, em razão de descumprimento do art. 3º, II, da Lei 10.520/2012 e do art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93, na medida em que houve restrição injustificada ao caráter competitivo do certame, ao se exigir no edital, 'vão livre do solo mínimo de 420 mm' e de 'motor próprio do fabricante', sem respaldo em elementos técnicos ou de desempenho operacional.
De modo que a exigência mencionada no Edital não possui justificativa técnica, nem tampouco é proveniente de estudos técnicos ou comparativos.
O Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 2441/2017 do Plenário decidiu que (grifamos):
(...) cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica.
A licitação busca promover a ampla competitividade. Dessa forma, todos os pressupostos ou condições que impliquem restrição ao caráter competitivo do procedimento licitatório devem ser rechaçados, vez que a Lei 8.666/93, veda de forma expressa a fixação de cláusulas que restrinjam a competição, por isso a cautelar deve ser mantida.
Quanto a alegação de que a sanção de inidoneidade é objeto de recurso de revista, protocolado sob o n. 484268/23, não tendo ainda sido apreciado, mantenho meu entendimento, pois há evidência suficiente de que a empresa TKBR faz parte do mesmo grupo econômico da empresa SARANDI TRATORES LTDA e vem participando de licitações mesmo estando ambas impedidas indiretamente de contratar com a Administração Pública.
3. VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (vencedor)
Em face de todo o exposto, voto no sentido de que deve o Tribunal de Contas do Estado do Paraná conhecer do Recurso de Agravo interposto e negar-lhe provimento, mantendo o Despacho n. 1163/23 em sua integralidade.
Após o trânsito em julgado, promova-se o apensamento dos presentes autos à Representação n. 499850/23.
4. VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencido)
Com a máxima vênia aos bem lançados fundamentos do voto condutor, divirjo da conclusão atingida pelo ilustre Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva no que tange à inidoneidade da empresa TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, declarada pelo Acórdão n.º 1681/23 - Tribunal Pleno, nos Autos n.º 343989/22, de Representação da Lei n.º 8.666/1993.
Isso porque observo que ainda não houve o trânsito em julgado daquela decisão que declarou inidônea a aludida empresa, encontrando-se, atualmente, suspensa em virtude da interposição de Recurso de Revista (Autos n.º 484268/23).
Nesta senda, em que pese a possibilidade de existirem indícios de que as empresas fazem parte do mesmo grupo econômico, não foi este o argumento utilizado na decisão agravada para sustentar a inidoneidade da TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, mas sim a existência de julgado desta Casa – in casu, o Acórdão n.º 1681/23 - Tribunal Pleno.
Sendo assim, diante da suspensão daquela decisão, ainda pendente de trânsito em julgado, entendo VOTO pelo conhecimento e, no mérito, pelo PROVIMENTO do presente Recurso de Agravo, reformando-se a decisão contida no Despacho n.º 1163/23 - MRMS, proferida nos autos do Processo n.º 499850/23, para se afastar a inidoneidade da empresa TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e consequente arquivamento, nos termos dos arts. 398, § 1º, e 168, VII, ambos do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por maioria absoluta, em:
I - Conhecer do Recurso de Agravo interposto e negar-lhe provimento, mantendo o Despacho n. 1163/23 em sua integralidade.
II - Após o trânsito em julgado, promover o apensamento dos presentes autos à Representação n. 499850/23.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
O voto divergente do Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO pelo provimento não foi secundado.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-715375/23
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARIALVA
INTERESSADO:-VICTOR CELSO MARTINI
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3791/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Certidão Liberatória. Município Marialva. Deferimento do Pedido em caráter excepcional.
1 RELATÓRIO
Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pelo MUNICÍPIO DE MARIALVA, para fins de recebimento de transferências voluntárias.
A municipalidade alega que não consegue obter a certidão desta Corte, porque não se encontra em dia com a agenda de obrigações, sob a justificativa de que os atrasos nas entregas de informações da agenda de obrigações são decorrente de problemas técnicos atinente à comunicação pelos canais digitais entre o próprio Tribunal e seus jurisdicionados, bem como, da implementação de novos arquivos no módulo tributário.
Informa ainda, que estão trabalhando para regularização da agenda e que necessita da certidão liberatória para fins de recebimento de transferências voluntárias.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução 4991/23 (peça 6), opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido, em virtude de pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações.
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação 4647/23 (peça 7), opinou pelo DEFERIMENTO do pedido.
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 983/23 (peça 8) se manifestou pelo INDEFERIMENTO do pedido de certidão.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Consultando o sistema deste Tribunal verifico que a única pendência que remanesce para fins de obtenção da certidão desta Corte pelo interessado refere-se ao atraso no encaminhamento do SIM-AM relativos aos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro.
Em relação à pendência apontada, considerando as justificativas apresentadas, bem como, a iminência do Município receber as transferências voluntárias, as quais, se obstaculizadas, poderão acarretar prejuízos, entendo que a referida pendência pode ser, excepcionalmente, relativizada. Tal medida visa evitar danos reversos decorrentes da eventual impossibilidade de recebimento desses recursos pela municipalidade a exemplo, do processo 644792/22 (Acórdão 3130/22–S2C) que apresentou situação análoga ao presente caso.
Diante do exposto, com fundamento no caput do artigo 292-A do Regimento Interno, entendo pelo DEFERIMENTO, em caráter excepcional, do pedido de certidão liberatória, pelo prazo de prazo de 60 dias.
3 VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO pedido de certidão liberatória formulado pelo MUNICÍPIO DE MARIALVA, pelo prazo de 60 dias,
Encaminhem-se à DG para as providências necessárias.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - DEFERIR o pedido de certidão liberatória formulado pelo MUNICÍPIO DE MARIALVA, pelo prazo de 60 dias,
II - Encaminhar à DG para as providências necessárias.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-740086/23
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
INTERESSADO:-JOSE ALTAIR MOREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3792/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Certidão Liberatória. Município Tijucas do Sul. Deferimento do pedido em caráter excepcional.
1 RELATÓRIO
Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pelo MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, para fins de recebimento de transferências voluntárias.
A municipalidade alega que nos autos n. 486872/23, este Tribunal julgou irregulares as contas da transferência efetuada pelo Município ao Provopar Municipal, ocorrida no ano de 2011. E, em decorrência, determinou a restituição de recursos.
Argumenta, ainda, que a manutenção da negativa da certidão vai impactar diretamente no desenvolvimento do município, pois estão em curso diversos projetos cujos recursos estariam prestes a ser liberados, dentre eles o recebimento de mais de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) da Itaipú Binacional.
Ao final, o município requer a baixa da pendência e emissão da certidão liberatória.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução 5130/23 (peça 5), opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido, em virtude de pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações.
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação 4750/23 (peça 5), opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido de emissão da Certidão Liberatória, tendo em vista a pendência referente à existência de contas julgadas irregulares de responsabilidade do atual gestor da entidade, mediante o Acórdão n. 1980/2023 - Primeira Câmara (processo n.º 242281/14, peça 146), mantido pelo Acórdão n. 2595/2023 - Primeira Câmara (processo n.º 486872/23, peça 156).
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 812/23 (peça 8) se manifestou pelo INDEFERIMENTO do pedido.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Primeiramente, consigno que, neste caso, o atraso na agenda de obrigações não deve impedir a emissão de certidão.
Com relação à pendência anotada nos registros deste tribunal, verifico que se refere ao processo n. 486872/23.
Da leitura desses autos, constato que se trata acórdão que julgou irregulares as contas de Sra. Rosangela do Carmo Correa, Presidente da entidade à época dos repasses, e Sr. José Altair Moreira, Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, nos seguintes termos:
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
Conhecer os Embargos de Declaração opostos, uma vez presentes os pressupostos

de admissibilidade, e, no mérito, dar-lhe provimento, para o fim de corrigir erro material constante das fls. 15-16, passando a constar que a sanção de restituição de valores deve ser imposta, de forma solidária, ao Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, à Sra. Rosangela do Carmo Correa, Presidente da entidade à época dos repasses e ao Sr. José Altair Moreira, Prefeito Municipal de Tijucas do Sul.
Observo, porém, que a irregularidade das contas do gestor, apontada nos autos n. 486872/23, está recaindo sobre o município, o que, a princípio, não seria apropriado. A solução da provável inadequação do registro deve ser operada diretamente no processo que a originou.
Entretanto, considerando as justificativas apresentadas, bem como, a iminência de o Município receber as transferências voluntárias, as quais, se obstaculizadas, poderão acarretar prejuízos, entendo necessária a concessão de certidão liberatória, pelo prazo de 60 dias, a exemplo do processo 661666/23 (Acórdão 3367/23-Tribunal Pleno), que apresentou situação análoga ao presente caso.
Diante do exposto, com fundamento no caput do artigo 292-A do Regimento Interno, voto pelo DEFERIMENTO, em caráter excepcional, do pedido de certidão liberatória, pelo prazo de prazo de 60 dias.
3 VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO pedido de certidão liberatória formulado pelo MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, pelo prazo de 60 dias.
Encaminhem-se à DG para adoção das medidas de praxe.
Após, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - DEFERIR o pedido de certidão liberatória formulado pelo MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, pelo prazo de 60 dias,
II - Encaminhar à DG para adoção das medidas de praxe.
III - Após, à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-745940/23
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
INTERESSADO:-LORENO BERNARDO TOLARDO, MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3793/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Certidão Liberatória. Município de Quatro Barras. Deferimento do Pedido em caráter excepcional.
1 RELATÓRIO
Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pelo MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS, para fins de recebimento de transferências voluntárias.
O Município alega que o impedimento de emissão de certidão liberatória se dá em razão de pendências decorrentes de sanção imposta por meio do Acórdão n. 1098/21-S1C, exarado nos autos de Tomada de Contas Especial n. 602489/13, mantido em sede de agravo, através do Acórdão n. 1964/21-S1C, exarado nos autos n. 442070/21.
Informa que cumpriu com todas as sanções impostas na decisão originária, incluindo o ingresso de ação judicial para a restituição do dano ao erário apurado, bem como o recolhimento da multa imposta ao gestor municipal.
Requer a baixa da pendência no processo n. 442070/21 e emissão da certidão liberatória.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n. 5185/23 (peça 5), opinou pelo DEFERIMENTO do pedido de certidão liberatória.
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação n. 4798/23 (peça 6), opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido de certidão liberatória, ante a existência de contas julgadas irregulares de responsabilidade de seu atual gestor, consoante o art. 1º, VI, da Instrução Normativa n.º 68/2012.
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n. 1034/23 (peça 7) se manifestou pelo DEFERIMENTO do pedido.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Consultando o sistema deste Tribunal, verifico que a única pendência que remanesce para fins de obtenção da certidão liberatória, pelo município, refere-se ao processo n. 442070/21.
Da leitura dos autos, constato que se trata de recurso de agravo interposto em face do Despacho nº 749/21, de relatoria do então Conselheiro Artagão de Mattos Leão (peça 203 dos autos nº 602489/13), que deixou de receber recurso de revista ante sua intempestividade. Diante do julgamento pela rejeição do agravo, prevaleceu a decisão constante do Acórdão n. 1098/21-S1C, exarado nos autos de Tomada de Contas Especial n. 602489/13:
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:
I – Dar PROCEDÊNCIA PARCIAL à Tomada de Contas Especial julgando IRREGULARES as contas referentes às transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo do MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS à ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – ORDESC, de responsabilidade dos srs. MAURO BURAK (Presidente da ORDESC entre 02.11.2011 a 03.10.2013) e do sr. LORENO BERNARDO TOLARDO (Prefeito Municipal no período de 01.01.2009 a 31.12.2016);
II – Imputar a multa administrativa prevista no 87, IV, “g”, da LC 113/2005 ao sr. LORENO BERNARDO TOLARDO, Prefeito Municipal de Quatro Barras no período de 01/01/2009 a 31/12/2016, em razão da terceirização ilícita de serviços públicos por meio da utilização da ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – ORDESC como pessoa interposta destinada a viabilizar a cessão de mão de obra, em ofensa aos mandamentos constitucionais para realização de concurso público;
III – Imputar a multa administrativa prevista no 87, IV, “g”, da LC 113/2005 ao sr. LORENO BERNARDO TOLARDO, Prefeito Municipal de Quatro Barras no período de 01/01/2009 a 31/12/2016, em razão da omissão no envio de documentos exigidos pela Lei 9790/99 e Decreto 3100/99;
IV – Determinar o recolhimento aos cofres Municipais, de forma solidária, entre a ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – ORDESC e o sr. MAURO BURAK (Presidente da ORDESC entre 02.11.2011 a 03.10.2013), de forma atualizada, dos seguintes valores: de R$ 15.808,93 (relativamente à contratação da empresa L. Nunes para prestação de serviços de Recursos Humanos), R$ 16.228,18, (que teve como beneficiária a própria ORDESC), R$ 33.544,45 (para pagamento de honorários contábeis, em contrariedade ao Prejulgado nº 24-TC), R$ 71.139,26 (contratação da empresa “AB Administração de Serviços LTDA”), R$ 61.526,69 (relativamente a ausência de esclarecimento do saldo da parceria em 01/01/2012) e R$ 107.962,11 (saldo final não comprovado).
V – Encaminhar os autos, após o trânsito em julgado do presente feito, à CMEX para as providências de estilo;
VI – Encaminhar os autos, ao final, à Diretoria de Protocolo para encerramento.
Acerca disso, a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções opina pela possibilidade de afastamento da pendência exclusivamente em relação ao município, em virtude de que houve a quitação das sanções imputadas ao atual gestor, registradas no processo n.º 602489/13. Aponta a comprovação à luz da Certidão de Quitação de Débitos n.º 410/2021 (processo n.º 602489/13, peça 225), a qual certificou a baixa de responsabilidade pecuniária em relação aos itens II e III do Acórdão n.º 1098/21 - S1C (processo n.º 602489/13, peça 197).
O Regimento Interno, em seu art. 292-A, parágrafo único, incisos I e II, prevê que, caso o atual gestor seja o responsável pela irregularidade que impediu a emissão automática da certidão liberatória, esta não será indeferida se restar comprovado que foram “tomadas as providências administrativas e judiciais necessárias ao saneamento das irregularidades” e tenha havido, “em caso de condenação pessoal, o integral adimplemento, com a emissão da respectiva quitação de débito nos autos do processo originário”.
Conforme documentação acostada, restou comprovado o pagamento das sanções administrativas impostas ao gestor, com a respectiva emissão da certidão de quitação de débito nos autos originais.
Considerando as justificativas apresentadas, bem como, a iminência do Município receber as transferências voluntárias, as quais, se obstaculizadas, poderão acarretar prejuízos, entendo que a referida pendência pode ser, excepcionalmente, relativizada. Tal medida visa evitar danos reversos decorrentes da eventual impossibilidade de recebimento desses recursos pela municipalidade.
Diante do exposto, com fundamento no caput do artigo 292-A do Regimento Interno, entendo pelo DEFERIMENTO, em caráter excepcional, do pedido de certidão liberatória, pelo prazo de prazo de 60 dias.
No que tange à baixa definitiva da pendência constante dos autos n. 442070/21, não conheço do pedido, podendo, o requerente, formulá-lo no processo em questão, para análise do relator, em atenção ao art. 514 do Regimento Interno.
3 VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO pedido de certidão liberatória formulado pelo MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS, pelo prazo de 60 dias,
Encaminhem-se à DG para as providências necessárias.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - DEFERIR o pedido de certidão liberatória formulado pelo MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS, pelo prazo de 60 dias,
II - Encaminhar à DG para as providências necessárias.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-747447/23
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-APM DO COLEGIO ESTADUAL PROF ANÉSIO ALVES DE AZEVEDO
INTERESSADO:-APM DO COLEGIO ESTADUAL PROF ANÉSIO ALVES DE AZEVEDO
ADVOGADO / PROCURADOR-EDUARDO ALEXANDRE ANTONIASSI
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3794/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Certidão Liberatória. APM DO COLEGIO ESTADUAL PROF ANÉSIO ALVES DE AZEVEDO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS - PR. Deferimento do pedido em caráter excepcional.
1 RELATÓRIO
Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pela APMF DO COLEGIO ESTADUAL PROF ANÉSIO ALVES DE AZEVEDO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS, para fins de recebimento de transferências voluntárias.
A entidade alega que este Tribunal julgou irregulares as contas da Câmara Municipal de Arapongas, do exercício de 2008, por meio do Acórdão n. 4296/14 – S2C[1], determinando a restituição de valores por parte de alguns vereadores, dentre eles, o sr. Leandro Luiz Camparoti, atual diretor da APMF.
Aponta que, em consulta ao sistema desta Corte, na data de 15/09/2023, verificou o

impedimento da emissão da certidão liberatória, considerando a decisão acima destacada, cuja sanção restou imposta à pessoa física do atual diretor da entidade.
Alega que a comunidade escolar não merece ser penalizada pelo bloqueio de repasses de verbas por conta de pendências de cunha pessoal do seu atual Diretor, requerendo, para tanto, o deferimento da certidão liberatória.
Em análise, a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação n. 4850/23 (peça 11), opina pela possibilidade de afastamento do impedimento à obtenção de certidão liberatória, relativo ao atual gestor com contas julgadas irregulares no processo n. 758695/14, exclusivamente em relação à entidade requerente.
Aponta que a pendência de restituição de valores, registrada em razão do Acórdão n. 4296/14 – S2C, foi baixada em razão de seu cumprimento, conforme Certidão de Quitação de Débitos n. 424/20 (peça 407 dos autos n. 758695/14).
Destaca que eventual afastamento abrangerá apenas a entidade, permanecendo o responsável como nome na lista de gestores com contas julgadas irregulares pelo prazo estabelecido no artigo 518 do RITCE/PR.
O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, através do Parecer n. 1014/23, da lavra da Procuradora Eliza Ana Zenedin Kondo Langner, acompanha o entendimento da unidade técnica pelo DEFERIMENTO do pedido de certidão liberatória, "uma vez demonstrado que a pendência em questão é de caráter pessoal do Diretor e não guarda qualquer relação com a entidade requerente".
A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n. 5333/23, opina pelo deferimento do pedido pelo prazo de 60 (sessenta dias), considerando não existirem pendências junto ao sistema integrado de transferências (SIT).
2 FUNDAMENTAÇÃO
Acompanho as unidades técnicas e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, pelo deferimento do pedido.
Consigno, inicialmente, que a pendência anotada nos registros deste Tribunal se refere ao processo n. 758695/14, julgado por meio do Acórdão n. 4296/14-S2C, mantido em sede de recurso de revista através do Acórdão n. 5456/15-STP.
Da leitura dos autos, constato a decisão que julgou irregulares as contas da Câmara Municipal de Arapongas determinou a restituição de valores por parte dos interessados, dentre eles o atual gestor da APMF. Cito:
I - Julgar IRREGULARES a prestação de contas anual da Câmara Municipal de Arapongas, referentes ao exercício de 2008, de responsabilidade do presidente, Sr. Sérgio Onofre da Silva, CPF 477.980.099-49, em razão do pagamento de sessões extraordinárias, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro de 2008;
II - Determinar a restituição aos cofres municipais dos valores descritos na planilha constante neste voto, devidamente atualizado até o efetivo pagamento, com a incidência dos encargos previstos no art. 420, § 1º, do RITCE/PR, pelo Presidente da Câmara de Arapongas, Sr. Sérgio Onofre da Silva, de forma solidária com os Vereadores Adauto Fornazieri, José Fernandes da Paz Neto, Leandro Luis Camparotti, Maria Aparecida Domingues, Osvaldo Simões de Mello, Rubens Franzin Manoel, Silvino Andresevski Junior, Wilson Aparecido Xavier, Ademir Gallo Esplendor e Leandro Jose da Costa, nos termos definidos pelo Acórdão nº 1542/07, do Tribunal Pleno;
III - Aplicar a multa prevista no art. 87, IV, g, da LOTCE/PR, ao Sr. Sérgio Onofre da Silva, no valor de R$ 1.328,28;
III - Determinar, acolhendo a proposta do Auditor Thiago Barbosa Cordeiro de extensão da irregularidade das contas a todos os vereadores, a inscrição do nome do Sr. Sérgio Onofre da Silva, Adauto Fornazieri, José Fernandes da Paz Neto, Leandro Luis Camparotti, Maria Aparecida Domingues, Osvaldo Simões de Mello, Rubens Franzin Manoel, Silvino Andresevski Junior, Wilson Aparecido Xavier, Ademir Gallo Esplendor, com exceção de Leandro Jose da Costa, no cadastro de gestores com contas irregulares;
IV - Determinar, após o trânsito em julgado, a remessa do processo à Diretoria de Execuções (DEX), para cumprimento da decisão e, posteriormente, o encerramento e arquivo do processo junto à Diretoria de Protocolo (DP).
Verifico ainda, com base nas informações trazidas pela CMEX, que a pendência registrada decorrente da citada decisão foi baixada em razão de seu cumprimento, conforme Certidão de Quitação de Débitos n. 424/20, restando somente o registro do nome do responsável da lista de gestores com contas julgadas irregulares.
Observo, porém, que a irregularidade das contas do gestor está recaindo sobre a APMF, o que, a princípio, não seria apropriado.
Destaco que a solução da provável inadequação do registro deve ser operada diretamente no processo que a originou.
Assim, considerando as justificativas apresentadas, bem como, o impedimento da entidade em receber transferências voluntárias que, se obstaculizadas, poderão acarretar prejuízos, entendo necessária a concessão de certidão liberatória à APMF, a exemplo do processo n. 661666/23 (Acórdão n. 3367/23-STP), que apresentou situação análoga ao presente caso.
3 VOTO
Diante do exposto, com fundamento no caput do artigo 292-A do Regimento Interno, voto pelo DEFERIMENTO do pedido de certidão liberatória à APMF DO COLEGIO ESTADUAL PROF ANÉSIO ALVES DE AZEVEDO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS.
Encaminhem-se à Diretoria Geral para emissão da Certidão[2] e à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para ciência.
Após certificado o trânsito em julgado, encerre-se o processo e arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - DEFERIR o pedido de certidão liberatória à APMF DO COLEGIO ESTADUAL PROF ANÉSIO ALVES DE AZEVEDO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS.
II - Encaminhar à Diretoria Geral para emissão da Certidão e à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para ciência.
III - Após certificado o trânsito em julgado, encerre-se o processo e arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presente

_____

1. Autos n. 758695/14
2. Portaria n. 198/23: Delegar ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, DAVI GEMAEL DE ALENCAR LIMA, Matrícula nº 51.455-1, a expedição de certidões requeridas ao Tribunal, na forma prevista no artigo 16, inciso XIV, do Regimento Interno.

PROCESSO Nº:-749032/23
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL
INTERESSADO:-UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL, ZILMA NAUCK
ADVOGADO / PROCURADOR-ANDRESSA DE LIZ SAMPAIO, FELIPE DE SA
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3795/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Certidão Liberatória. União de Profissionais para Atendimento do Excepcional. Deferimento do Pedido em caráter excepcional.
1 RELATÓRIO
Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pela UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL, para fins de realizar convênio administrativo junto à Secretaria de Estado da Educação para continuidade da prestação de serviço educacional à criança especial.
A entidade alega que este Tribunal julgou irregular a Tomada de Contas Especial n. 472918/16, por meio do Acórdão n. 225/20 – S1C, de responsabilidade de Zilma Nauck, atual gestora da União de Profissionais para Atendimento Excepcional.
Argumenta que a pendência apontada não deveria ultrapassar a pessoa física do gestor, considerando que houve a quitação da multa imposta pelo aludido Acordão. Para tanto, requer a baixa da pendência e emissão da certidão liberatória.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n. 5192/23 (peça 10), opinou pelo DEFERIMENTO do pedido.
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação n. 4813/23 (peça 11), opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido emissão devido à existência de contas julgadas irregulares de responsabilidade de sua atual gestora, consoante o art. 1º, VI, da Instrução Normativa n.º 68/2012.
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n. 1063/23 (peça 12) se manifestou pelo DEFERIMENTO do pedido.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Consultando o sistema deste Tribunal, verifico que a única pendência que remanesce para fins de obtenção da certidão desta Corte pelo Município, refere-se ao processo n. 472918/16.
Da leitura dos autos, constato que se trata de Tomadas de Contas Especial encaminhada a esta Corte pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba com a finalidade de apurar possíveis irregularidades cometidas pela União de Profissionais para Atendimento do Excepcional na execução do Termo de Convênio n. 4267/12. As contas foram julgadas irregulares sob a responsabilidade de Zilma Nauck, presidente da entidade de 29/09/2012 a 31/12/2017, e pelo senhor Péricles Sa Moreira, presidente de 29/09/2010 a 27/09/2012, nos seguintes termos:
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela irregularidade do objeto da presente tomada de contas especial, com as seguintes determinações:
a) recolhimento dos recursos repassados, no valor de R$ 18.313,65, devidamente corrigidos, de forma solidária e proporcional pela União de Profissionais para Atendimento do Excepcional, pela senhora Zilma Nauck, Presidente da UPAE no período de 29/09/2012 a 31/12/2017, e pelo senhor Pericles Sa Moreira, Presidente da UPAE no período de 29/09/2010 a 27/09/2012, ao Tesouro Municipal de Curitiba;
b) aplicar multas à senhora Zilma Nauck e ao senhor Pericles Sa Moreira, nos termos do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal, em razão da inobservância dos artigos 116, § 6º, da Lei n.º 8.666/93, 15, caput, da Resolução n.º 28/11-TCE-PR e 8º da Instrução Normativa n.º 61/11-TCE-PR;
c) incluir os nomes dos responsáveis acima na relação dos agentes públicos com contas julgadas irregulares.
II. Transitada em julgado a decisão, encaminhar os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e acompanhamento, devendo averiguar previamente junto ao município quanto à situação e andamento da inscrição em dívida ativa e da execução fiscal noticiadas pelo fundo concedente, a fim de não ocorrer duplicidade de cobrança.
Observo, conforme apontado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que houve a integral quitação do débito imputado à Zilma Nauck nos autos n. 472918/16, conforme Certidões n. 194/20 e n. 223/20, da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (peças 86 e 91).
Desta forma, considerando as justificativas apresentadas, bem como, a iminência da entidade ficar impedida de firmar o convênio com a Secretaria de Estado da Educação para continuidade da prestação de serviço educacional à criança especial, as quais, se obstaculizadas, poderão acarretar prejuízos, entendo que a referida pendência pode ser, excepcionalmente, relativizada.
Diante do exposto, com fundamento no caput do artigo 292-A do Regimento Interno, entendo pelo DEFERIMENTO, em caráter excepcional, do pedido de certidão liberatória, pelo prazo de prazo de 60 dias.
No que tange à baixa definitiva da pendência constante dos autos n. 472918/16, não conheço do pedido, podendo, o requerente, formulá-lo no processo em questão, para análise do relator, em atenção ao art. 514 do Regimento Interno.
3 VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO pedido de certidão liberatória formulado pela UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60 dias.
Encaminhar à DG para as providências necessárias.

VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - DEFERIR o pedido de certidão liberatória formulado pela UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60 dias.
II - Encaminhar à DG para as providências necessárias.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-38490/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
INTERESSADO:-7ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3796/23 - TRIBUNAL PLENO

Representação formulada pela 7ª Inspetoria de Controle Externo. Cumprimento das determinações. Encerramento sem apreciação do mérito. Encaminhamento dos presentes autos a 2ª Inspetoria de Controle Externo. Determinação para apurar a potencial ausência de procedimentos comprobatórios na dispensa de materiais especiais.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Representação formulada pela 7ª Inspetoria de Controle Externo (7ICE) em face da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE) e de seu representante legal, Reitor ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER (gestão 01/01/2020 a 31/12/2023), decorrente do processo de Homologação de Recomendações n. 694.622/22, em razão de impropriedades verificadas em procedimentos de "autorização direta" para aquisição habitual de materiais especiais, não previstos na Tabela do SUS, para o Hospital Universitário da UNIOESTE, durante a atual gestão.
A Representação proposta pela 7ª Inspetoria de Controle Externo aponta em seu relatório as seguintes impropriedades: i) desrespeito à forma legal, ante a existência de procedimento próprio para dispensa de licitações previsto em lei; ii) inadequação na requisição dos materiais especiais e especificação insuficiente dos itens adquiridos; iii) ausência de planejamento nas aquisições, revelado por situações emergenciais para a aquisição de produtos reiteradamente adquiridos pela entidade; iv) inadequação de procedimentos atinentes à pesquisa de preços dos itens adquiridos: e v) ausência de controle das contratações, evidenciada pela não submissão dos procedimentos ao setor jurídico e à fiscalização contratual na forma prevista em lei (peça 03).
Através do Despacho n. 493/23 recebi a representação e determinei a citação da UNIOESTE e de seu representante legal para que se manifestassem nos autos. Reiterei a citação dos representados por meio do Despacho n. 1036/23 (peça 57).
A UNIOESTE apresentou defesa, alegando que cumpriu as determinações contidas no Relatório de Auditoria, requerendo, ao final, encerramento da representação, sob a arguição de que teria cumprido com a totalidade das determinações sugeridas pela Inspetoria (peça 74).
A 7ª Inspetoria de Controle Externo, através da Informação n. 12/23, manifesta-se pelo ENCERRAMENTO da presente representação, ante o cumprimento das determinações contidas no Relatório de Auditoria.
Ainda, opina para que seja cientificada a 2ª Inspetoria de Controle Externo, como atual responsável pela entidade, a respeito dos seguintes aspectos: i) potencial ausência de procedimentos comprobatórios da dispensação de materiais especiais; e ii) possível inadequação de procedimentos atinentes à pesquisa de preço, especificamente quanto à aparente incongruência na contratação de empresa diversa daquela que apresentou menor orçamento em sede do Protocolo n. 20.591.229-0, conforme consta da peça n. 76, fls. 57.
O Ministério Público do Tribunal de Contas, por meio do Parecer n. 911/23, de lavra do Procurador Gabriel Guy Léger, CORROBORA o opinativo técnico (peça 82).
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
Conforme consta dos autos, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) cumpriu todas as determinações contidas no Relatório de Auditoria. Verifica-se que não resta qualquer indício de que tenha havido a prática de ato doloso no sentido de causar qualquer tipo de prejuízo à administração.
Desta forma, acompanho o posicionamento da 7ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas sobre o encerramento do feito sem resolução do mérito.
Quanto às questões apontadas para encaminhamento dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, atual responsável pela fiscalização do ente, acolho o opinativo para que essa adote as medidas necessárias para apurar a potencial ausência de procedimentos comprobatórios da dispensação de materiais especiais (v.g: raio-x após a implantação e folha de gastos da sala de cirurgia) mesmo após o prazo avençado no Acórdão n. 60/23-STP, bem como verifique a aparente incongruência na contratação de empresa diversa daquela que apresentou menor orçamento em sede do Protocolo n. 20.591.229-0 (peça n. 76, fls. 57) – Dispensa n. 163/2023.
3 VOTO
Ante o exposto, acompanho o opinativo técnico e ministerial e VOTO pelo ENCERRAMENTO da presente representação sem apreciação do mérito.
Determino o encaminhamento dos presentes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para ciência e adoção das medidas que entender necessárias quanto ao apontado no corpo do voto.
Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, autorizo o encerramento e arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo, nos termos do art. 398 do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - ENCERRAR a presente representação sem apreciação do mérito.
II - Determinar o encaminhamento dos presentes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para ciência e adoção das medidas que entender necessárias quanto ao apontado no corpo do voto.
III - Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, autorizar o encerramento e arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo, nos termos do art. 398 do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-769254/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE CIANORTE
INTERESSADO:-AREA AZUL CENTRAL PARK LTDA, KELLY KAROLYNE ICKERT, MARCO ANTONIO FRANZATO, MUNICIPIO DE CIANORTE
ADVOGADO / PROCURADOR-BEATRIZ DUARTE BUBULLA
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3797/23 - TRIBUNAL PLENO

Representação da Lei n. 8.666/93. MUNICIPIO DE CIANORTE. Deferimento de medida cautelar. Despacho n. 1923/23 - GCMRMS. Homologação pelo Tribunal Pleno.
1 RELATÓRIO
Trago à apreciação e homologação do Tribunal Pleno desta Corte o Despacho n. 1923/23 – GCMRMS (peça 8), abaixo reproduzido, em que se deferiu medida cautelar pleiteada pela empresa CENTRAL PARK LTDA, por se verificar a presença de indícios de supostas irregularidades no Edital de Concorrência n. 05/2023, do MUNICÍPIO DE CIANORTE.
"I - Trata-se de Representação, com pedido cautelar, protocolada pela empresa CAR PARK LTDA., a respeito de suposta irregularidade no Edital de Concorrência n. 05/2023, promovido pelo MUNICÍPIO DE CIANORTE, que versa sobre a contratação de empresa, em regime de concessão onerosa, para a implantação, operação, manutenção e gerenciamento rotativo pago de veículos automotores e suporte para a fiscalização por parte da Prefeitura Municipal, nas vias e logradouros públicos do Município, no valor mínimo de R$ 6.762.000,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e dois mil reais). A sessão de abertura do certame está prevista para 30/11/2023 às 9:30h.
A empresa Representante apresentou petição e documentos (peças 03 a 06).
Em seu requerimento, alega a Representante que o Município frustrou o caráter competitivo quando exigiu "prova de registro de inscrição da proponente no Conselho Regional competente – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade", excluindo os demais conselhos, tais como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).
Requer, cautelarmente, a suspensão do procedimento para reformar o edital, suprimindo a irregularidade acima mencionada.
É o breve relato.
II - Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, merecendo ser RECEBIDA a Representação, pois se verificam indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória. Salienta-se que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.
Em análise preliminar, entendo a necessidade de suspender, por dever de cautela, o Edital de Concorrência n. 05/2023, promovido pelo MUNICÍPIO DE CIANORTE.
Ao se especificar a exigência do registro ou inscrição da proponente tão somente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), verifico, a princípio, restrição à participação de empresas registradas ou inscritas em outras entidades profissionais competentes, como o Conselho Regional de Arquitetura (CAU), cujas atividades e atribuições também abrangem o objeto do certame, conforme art. 2º da Lei n. 12.378/10.
A licitação consiste em instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante, sendo vedada a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir a competitividade. A isonomia no processo licitatório significa o tratamento uniforme em todas as situações semelhantes, distinguindo-se na medida em que a lei assim o exija.
Nessa mesma linha, dispõe o inciso XXI do art. 37 da CRFB/88 sobre a finalidade do procedimento licitatório, que é a máxima ampliação da concorrência e diminuição de preços.
Portanto, ao exigir como qualificação técnica o registro ou inscrição somente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), restou prejudicada a ampla participação de empresas interessadas no certame, em desrespeito ao princípio da competitividade, basilar ao processo licitatório.
A Lei n. 8.666/93, em seu art. 30, regulamenta sobre a exigência de qualificação técnica, vejamos:
Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. (grifei)
Como é de amplo conhecimento, a vinculação do gestor ao princípio da legalidade contido no caput do art. 37 da CRFB/88 é um dos pilares que regem toda a atividade pública administrativa.
Vale ressaltar que uma das finalidades precípuas do processo licitatório é garantir o princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa de acordo com o interesse público.
Baseando-se nos princípios básicos da legalidade, impessoalidade e da probidade administrativa, dentre outros, é que a vedação ao caráter competitivo da licitação está expressamente prevista no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei de Licitações, conforme se vê:
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
§ 1º É vedado aos agentes públicos:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
Para fundamentar a explicação sobre o dispositivo legal acima citado, valho-me das palavras de Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005):
O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta mais vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo da licitação.
Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração. A vitória de um deles dependerá de seus próprios méritos. A regra não exige que o benefício indevido seja derivado de uma intenção reprovável. Ou seja, não é necessário sequer a intenção de beneficiar um ou mais competidores. (grifei)
Em face do exposto, levando-se em conta a cognição sumária dos fatos, entendo que a impropriedade descrita caracteriza a fumaça do bom direito (fumus boni juris), ao passo que a abertura das propostas, a ser realizada na data de 30/11/23, às 09h30, concretiza o perigo na demora (periculum in mora).
Assim, verifico presentes os requisitos para concessão da medida de urgência, previstos no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015, aplicáveis nesta Corte de Contas por força do artigo 537 do Regimento Interno.
Desta forma, com fulcro nos artigos 282, § 1º e 400, § 1º-A do Regimento Interno, DEFIRO o pedido cautelar conforme requerido, para que o município de Cianorte suspenda o procedimento licitatório ou, caso entenda pertinente, retifique o Edital passando a constar a exigência de atestado fornecido também pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), para fins de qualificação técnica.
III – Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:
a) inclusão na de MARCO ANTONIO FRANZATO, prefeito municipal; KELLY KAROLYNE ICKERT, Secretaria Municipal de Administração em exercício, signatária do edital ora questionado.
b) expedição, pelos meios de comunicações possíveis (telefone, aplicativo de mensagens, fax, etc.), em razão da urgência, de determinação ao MUNICÍPIO DE CIANORTE, na pessoa de seu representante legal, para que promova a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam o processo licitatório relativo ao Edital de Concorrência n. 05/2023, até ulterior deliberação desta Corte.
c) expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das CITAÇÕES do MUNICÍPIO DE CIANORTE, por meio de seu representante legal, de MARCO ANTONIO FRANZATO, prefeito municipal, e KELLY KAROLYNE ICKERT, Secretaria Municipal de Administração em exercício, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea “a”, da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Representante.
Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para suas respectivas manifestações.
Após, voltem-me conclusos.
IV - Publique-se.”
2 VOTO
É o que trago à HOMOLOGAÇÃO deste Tribunal Pleno, em cumprimento ao rito do artigo 400, § 1º, do Regimento Interno desta Corte.
Já tendo sido promovidas as comunicações determinadas no item III do ato ora homologado (peças 9-12), encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para que se aguarde a manifestação dos interessados.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
I - HOMOLOGAR o Despacho n. 1923/23 - GCMRMS.
II - Já tendo sido promovidas as comunicações determinadas no item III do ato ora homologado (peças 9-12), encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para que se aguarde a manifestação dos interessados.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-770309/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, CHARLES METZGER FERREIRA, FILIPE DE OLIVEIRA CHOCIAI, MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
ADVOGADO / PROCURADOR-RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, THIAGO RAMOS PEREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3798/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei n. 8.666/93. CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Deferimento de medida cautelar. Despacho n. 1937/23 - GCMRMS. Homologação pelo Tribunal Pleno.
1. RELATÓRIO
Trago à apreciação e homologação do Tribunal Pleno desta Corte o Despacho n. 1937/23 – GCMRMS (peça 13), abaixo reproduzido, em que se deferiu a medida cautelar pleiteada pela empresa MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, por se verificar a presença de indícios de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 14/2023, da CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA.
“I - Trata-se de Representação formulada por MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, que noticia supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 14/2023, da CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, administração, fornecimento de cartão magnético com uso de senha numérica, com tecnologia chip eletrônico de segurança, equivalente ou superior, para atender ao Programa de Alimentação destinado aos servidores do Poder Legislativo ponta grossense.
Conforme consta da peça n. 08 dos autos, a abertura da sessão está prevista para dia 04/12/2023 às 9:30h.
O Representante alega que: i) no item 8.21 do Edital consta como critério de desempate aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei n. 8.666/93; ii) no pedido de esclarecimento, a Câmara de Ponta Grossa informou que o critério de desempate será por sufrágio dos funcionários da Câmara; iii) ambas as previsões vão contra a ordem de critérios de desempate previstos em lei, de modo que deve o edital e os esclarecimentos disponibilizados pelo órgão serem corrigidos.
Por fim, requer, liminarmente, a suspensão do procedimento licitatório.
É o breve relato.
II - Presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n. 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, RECEBO a Representação, pois verifico indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória.
Quanto ao pleito cautelar, por se tratar de pregão eletrônico, é o Decreto n. 10024/19 (regulamenta a licitação na modalidade pregão) que estabelece quais critérios de desempate devem ser utilizados no certame em caso de empate:
Art. 36. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
Assim, o primeiro critério de desempate a ser utilizado deve ser o estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006:
Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
Ou seja, primeiramente há preferência conferida às microempresas e às empresas de pequeno porte. Caso o certame prossiga empatado, o segundo critério de desempate a ser utilizado é o do art. 3º, § 2º, da Lei n. 8.666/93:
§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
I - (revogado)
II - produzidos no País;
III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no

desenvolvimento de tecnologia no País.
V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Assim, considerando que o critério de desempate do Edital é o constante da Lei de Licitações, bem como que nos esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal de Ponta Grossa o critério é o do sufrágio dos funcionários da Casa Legislativa municipal, em análise inicial, vislumbro que há aparente burla à legislação aplicável ao caso.
Há precedentes análogos neste Tribunal, dentre os quais cito:
Ora, consoante defendido na exordial, aparentemente deixaram de ser aplicadas no processamento do Pregão Eletrônico nº 12/2022, os seguintes dispositivos, constitucionais e legais: a) o artigo 179, da CF/883 , que preconizam a preferência na contratação de micro e pequenas empresas: b) os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/200644, que estabelecem tratamento privilegiado às microempresas e às empresas de pequeno porte; e c) o inciso § 14 do artigo 3º da Lei 8.666/935 . De fato, em que pese o Edital regulador do processo licitatório tenha expressamente consignado como critério de desempate a preferência em favor de micro e pequenas empresas, nos termos do Item 206 , ao apurar empate real entre todas as licitantes no certame a entidade optou por realizar o sorteio entre todas, deixando de aplicar a preferência legalmente conferida às micro e pequenas empresas. Não foi apresentada outra justificativa que não a da impossibilidade de a microempresa apresentar valor inferior àquele que levou ao empate de todas as participantes, em razão da vedação legal a que as interessadas apresentassem taxa de administração negativa.
Por outro lado, a representante, além de demonstrar a possível violação a direito estatuído, logrou apontar jurisprudência tanto deste Tribunal, reconhecendo o direito que supostamente lhe foi negado – Despacho nº 874/2014 - GCG (processo nº 277111/14) e Acórdão nº 2123/16 – STP (processo nº 16930/15), como também judicial nesse mesmo sentido (peça 22). (Acordão n. 2802/2022 – STP. Representação da Lei nº 8.666/93 nº 581227/22).
Acerca da operacionalização do desempate, observo que também há impropriedades. Primeiramente, apesar de o gestor trazer entendimento no sentido de inaplicabilidade ao caso das normas favoráveis às microempresas e empresas de pequeno porte, esta Corte possui precedentes no sentido de que a preferência é aplicável. (...)
Além disso, ainda que a tese acerca da não aplicação das normas benéficas da Lei Complementar nº 126/03 fosse aceita, revela-se irregular a falta de atendimento aos critérios de desempate previstos no artigo 3, § 2º, da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no seu art. 45, § 2º, Sob a justificativa de que não estava previsto no edital, uma vez que se trata de norma legal de observância obrigatória e cogente, não sendo possível atestar a regularidade de seu descumprimento em razão da omissão da Administração quanto a sua previsão no instrumento convocatório. Por fim, a análise de identificação da proposta teria sido realizada a partir do sistema, no qual não haveria identificação do licitante, o que se revelaria regular, mas exige aprofundamento e apenas seria aplicável caso não houvesse seleção de fornecedor pela aplicação de outros critérios de desempate ignorados no certame.
Pontuado isso, constata-se que os requisitos para a concessão da medida cautelar encontram-se presentes. (Acórdão n. 3176/23. Representação da Lei n. 8.666/93 n. 500603/23)
Representação da Lei 8.666/93 – Não observação de benefício previsto a pequenas empresas no art. 44, da LC 123/06; adotado procedimento em flagrante divergência da prescrição legal, impedindo empresa de pequeno porte de formular lance em caso de empate ficto; erro grosseiro – Procedência, sem prejuízo da aplicação de multa administrativa. (Acórdão n. 2880/2022. Representação ad Lei n. 8.666/93 n. 152296/22)
Ante o exposto, entendo presente o fumus boni iuris, autorizador da medida cautelar. De mesmo modo, considero presente o periculum in mora diante da proximidade do certame, que poderá ocorrer com dispositivo aparentemente eivado de irregularidade.
III - Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e, com fulcro nos arts. 282, § 1º-A do Regimento Interno, DEFIRO o pedido cautelar conforme requerido, para que a Câmara Municipal de Ponta Grossa suspenda o procedimento licitatório ou, caso entenda pertinente, para que retifique o Edital n.14/2023 e demais documentos a ele relativos, passando a constar que os critérios de desempate são, em primeiro lugar, o estabelecido no art. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 (terão preferência as micro e pequenas empresas), em segundo lugar o previsto no art. 3º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e, se persistir o desempate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico.
IV - Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:
a) inclusão na autuação como interessados de FILIPE DE OLIVEIRA CHOCIAI, Presidente da Câmara municipal de Ponta Grossa; e CHARLES METZGER FERREIRA, pregoeiro;
b) expedição, pelos meios de comunicações possíveis (telefone, aplicativo de mensagens, etc.), em razão da urgência, de determinação à CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, na pessoa de seu representante legal, para que promova a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam o processo licitatório relativo ao Edital n. n.14/2023, até ulterior deliberação desta Corte;
c) expedição, via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das CITAÇÕES da CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, por meio de seu representante legal, de FILIPE DE OLIVEIRA CHOCIAI, e de CHARLES METZGER FERREIRA, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea “a”, da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Representante.
Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.
V - Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para suas respectivas manifestações.
VI - Após, voltem-me conclusos.
VII - Publique-se.”
2. VOTO
É o que trago à HOMOLOGAÇÃO deste Tribunal Pleno, em cumprimento ao rito do artigo 400, § 1º, do Regimento Interno desta Corte.
Já tendo sido promovidas as comunicações determinadas no item III do ato ora homologado (peças 16-19), encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para que se aguarde a manifestação dos interessados.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:
HOMOLOGAR a decisão, nos termos do Despacho n. 1937/23 – GCMRMS.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-548157/22
ASSUNTO:-IMPUGNAÇÃO À HOMOLOGAÇÃO
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ, JORGE LUIZ LANGE, SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJU, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
ACÓRDÃO Nº 3799/23 - TRIBUNAL PLENO
Impugnação à Homologação de Recomendações. Pleito de acréscimo de prazo para cumprimento das recomendações. Extrapolação do acréscimo requerido pelo decurso natural do tempo durante o trâmite processual. Perda do objeto. Extinção do feito sem julgamento do mérito.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Impugnação à Homologação de Recomendações apresentada pela COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR) em face do Acórdão n. 1564/22-STP (autos n. 419249/22), que homologou as recomendações propostas pela Coordenadoria de Auditorias, decorrente de fiscalização desempenhada na área de Obras dos Programas Cofinanciados que compõe os trabalhos do Plano Anual de Fiscalização de 2022 deste Tribunal de Contas do Paraná.
Das 15 recomendações estipuladas no mencionado Acórdão, 12 foram dirigidas à COHAPAR: 1.1) no prazo de 60 dias, na emissão de eventuais novos Termos Aditivos para a obra de Imbituva (Contrato nº 6882/CONT/2019), assegurar que o Parecer Técnico para concessão de prazo de execução apresente a motivação devidamente fundamentada para justificar o prazo concedido; 1.2) no prazo de 60 dias, para a obra de Imbituva, aprovar formalmente os novos projetos ou as alterações em projetos pelos setores responsáveis e pelo projetista original, registrando em processo administrativo, com assinatura das respectivas RRTs, pelo responsável técnico, antes de assinar Termos Aditivos e autorizar a execução dos serviços; 1.3) no prazo de 30 dias, para a obra de Imbituva, consolidar formalmente o prazo de cobertura a ser exigido no seguro de risco civil profissional e exigir da Construtora a apresentação da adequação da apólice no prazo previsto em edital; 2.1) no prazo de 30 dias, apresentar Plano de Ação ou equivalente, levando em consideração o prazo de conclusão do Programa Família Paranaense, para retomada da obra e entrega das casas na Vila Zezo em Imbituva, formalizando - o pactuação junto à Construtora das etapas e prazos para execução dos serviços pendentes, o pactuação das responsabilidades e pelos serviços necessários de drenagem e contenções (com definição de escopo, etapas e prazos de execução), o prazo final para entrega das 75 casas às famílias beneficiárias e de finalização da reforma nas unidades previstas, compatível com os serviços e providências necessárias; 2.2) no prazo de 30 dias, apresentar Plano de Ação ou equivalente, levando em consideração o prazo de conclusão do Programa Família Paranaense, para execução das 80 casas em outro terreno, formalizando - a definição das ações necessárias para execução da obra no novo local e prazos, o prazo para conclusão dos novos projetos e orçamento necessários para execução das 80 casas na nova área (os quais deverão ser registrados em processo administrativo e ter emissão das respectivas ARTs/RRTs), e o prazo estimado para entrega das 80 casas às famílias beneficiárias, compatível com os serviços e providências necessárias; 2.3) no prazo de 60 dias, para a obra de Imbituva, na emissão de Termos Aditivos, assegurar que o cronograma físico-financeiro é plausível com o volume de serviços a ser executado; 2.4) no prazo de 12 meses, aprimorar procedimentos internos para tramitar os pedidos de aditivo com mais celeridade, de modo a evitar que a morosidade contribua para atrasos na execução da obra; 2.5) no prazo de 30 dias, para a obra de Imbituva, fazer a devida correção (glosa) do item de infraestrutura “2.6.17 Rampas de acessibilidade”; 3.1) no prazo de 6 meses, tramitar processo administrativo para aferir as causas e responsáveis por atrasos injustificados e recorrentes na obra de Imbituva, com eventual aplicação de sanções de acordo com a legislação aplicável e cláusulas contratuais; 4.1) no prazo de 30 dias, realizar a abertura de processo administrativo interno para apuração e identificação das causas do desenvolvimento de projeto básico e de licitação de obra baseados em sondagem deficiente e incompleta, bem como apurar eventuais responsabilidades; 4.2) no prazo de 12 meses, aprimorar processos internos de orientação aos municípios na elaboração dos estudos e projetos que subsidiam os projetos e obras da COHAPAR, bem como aprimorar os processos internos de aprovação e revisão dos projetos submetidos pelos municípios, de modo a garantir que deficiências iniciais não causem prejuízos durante a execução da obra; e, 4.3) no prazo de 30 dias, referente à mudança do local, para a execução das 80 casas faltantes em outro terreno, assegurar que seja realizada sondagem completa e de acordo com as normas aplicáveis, inclusive com análise da resistência do solo à penetração (SPT), antes de desenvolver o projeto e iniciar a execução da obra.
A COHAPAR, na impugnação apresentada (peça 3), alega: i) a necessidade de concessão de efeito suspensivo ao Acórdão impugnado, uma vez que não é possível formular em 30 dias um plano completo de ação contendo informação a respeito da retomada e entrega da obra, sem que já esteja definido o local, formalizada a alteração com a concordância da construtora, verificada as condições do solo e a

formalização dos aditivos necessários; ii) a definição do novo local para a conclusão das 80 casas, com formalização do aditivo junto à construtora, é o núcleo central pelo qual orbitam todas as demais providências que cabem à COHAPAR, em especial, sondagem, fixação de cronograma interno, elaboração de novos projetos, orçamento e formalização de novos aditivos, sem o que não é possível dar cumprimento à algumas recomendações; e, iii) para viabilizar a ultimação das providências, é necessário o acréscimo de 60 dias às recomendações 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 2.5 e 4.3, e de 30 dias às recomendações 1.1 e 1.2, contados do trânsito em julgado, pelo que requer redefinição dos prazos estipulados.

Em nova manifestação (peça 13), a COHAPAR interpõe petição requerendo o apensamento da impugnação à homologação de recomendações que intentou nos autos n. 419249/22.

O então relator Conselheiro Nestor Batista, no Despacho n. 996/22 (peça 14), recebeu a impugnação somente no seu efeito devolutivo, pois a COHAPAR não demonstrou o risco de lesão grave e a difícil reparação diante da não aplicação de efeito suspensivo.

A Coordenadoria de Auditorias, na Informação n. 52/22 (peça 17), informa que os prazos estabelecidos para cumprimento das recomendações não foram contestados quando da manifestação do gestor. De todo modo, infere que não há óbice em relação à dilação de prazo das recomendações 1.3, 2.1, 2.2 e 2.5.

Já no que toca às recomendações 1.1, 1.2, 2.3 e 4.3, estas estão atreladas à assinatura de possíveis Termos Aditivos ao contrato de execução da obra n. 6882/CONT/2019 e não estão condicionadas a qualquer ação adicional por parte do ente após assinatura do contrato.

Por meio do Despacho n. 107/23 (peça 24), encaminhei o feito à Diretoria de Protocolo para desentranhamento da petição intermediária n. 659048/22 e documentos anexos (peça 18 a 22 dos autos n. 419249/22). Ainda, determinei a intimação da COHAPAR para informar e comprovar se as recomendações homologadas no Acórdão n. 1564/22 foram cumpridas, considerando que já havia sido extrapolado o prazo extra requerido.

A COHAPAR (peça 30) junta petição reiterando a necessidade de apensamento desses autos ao de Homologação de Recomendações n. 419249/22, destacando que o cumprimento das recomendações já está sendo fiscalizado pela Coordenadoria de Auditorias (peças 31 a 59).

Instada a se manifestar, a Coordenadoria de Auditorias, na Instrução n. 5/23 (peça 82), destaca: i) diante do trânsito em julgado do processo de homologação de recomendações n. 419249/22, a documentação comprobatória do cumprimento das recomendações estão sendo devidamente analisadas em momento adequado pela própria CAUD, quando do monitoramento das recomendações homologadas pelo Tribunal Pleno; ii) sugere que, depois de decidida a questão da exiguidade dos prazos das recomendações, que originou o pedido de impugnação, sejam os autos encaminhados à DP para encerramento e arquivamento.

A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, no Despacho n. 788/23 (peça 83), ratifica a manifestação da CAUD no sentido de que o monitoramento das recomendações deve ocorrer de forma extraprocessual em observância às disposições da Instrução de Serviço n. 153/2022 aplicável ao caso.

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

De início, observo que o objeto da presente Impugnação à Homologação de Recomendações se perdeu ao longo da instrução processual, posto que a única questão latente neste autos é acerca da exiguidade dos prazos para execução das recomendações.

Alega a COHAPAR que não é possível formular em 30 dias um plano de ação completo, contendo todas as exigências constantes das recomendações, sem que já esteja definido o local, formalizada a alteração com a concordância da construtora, verificadas as condições de solo e formalizados os aditivos necessários.

Assim, reputa que os prazos concedidos foram exíguos e requer, através da presente impugnação, o acréscimo de 60 dias ao prazo para cumprimento das recomendações 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 2.5 e 4.3, bem como o acréscimo de 30 dias ao prazo para o cumprimento das determinações 1.1 e 1.2.

Todavia, o trâmite processual da Impugnação à Homologação de Recomendações, autuada em 09/09/2022, já extrapolou 14 meses, de modo que ultrapassou, em muito, o acréscimo de 30, quiçá o de 60 dias que foram pleiteados.

Assim, resta evidenciada a perda superveniente do objeto da demanda em razão do próprio tempo natural do trâmite processual.

Ademais, as recomendações não produzem efeito cogente e não condicionam os gestores a qualquer sanção em razão do seu não atendimento, o qual eventualmente precisaria ser apurado através de instauração de expediente próprio. E, conforme pontuado pela Coordenadoria de Auditorias, o monitoramento do cumprimento das recomendações já vem sendo devidamente acompanhado pela unidade de forma extraprocessual.

Deste modo, faz-se necessário extinguir o feito pela perda do seu objeto, uma vez que ele se cingia ao pleito de dilação de prazo para cumprimento das determinações, o qual já escoou há meses.

3 VOTO

Diante do exposto, VOTO pela extinção do feito sem julgamento do mérito em razão da perda superveniente do seu objeto.

Após o trânsito em julgado, encerre-se o processo e arquive-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, por unanimidade, em:

I - Extinguir o feito sem julgamento do mérito em razão da perda superveniente do seu objeto.

II - Após o trânsito em julgado, encerrar o processo e arquivar os autos junto à Diretoria de Protocolo.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-282053/23
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA
INTERESSADO:-EMANOEL EDSON DE OLIVEIRA GOMES, JAIRO TAMURA, MARCELO ORTH, RAFAEL BALAROTTI
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 3800/23 - TRIBUNAL PLENO

DENÚNCIA em face de supostas irregularidades na Câmara Municipal de Londrina nos exercícios de 2018 a 2023. Instrução técnica pela improcedência. Parecer do MPC pela procedência parcial. Pela Improcedência.

1. RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Processo autuado como Denúncia, formulada pelo Sr. Marcelo Orth, ex-controlador interno da Câmara Municipal de Londrina, na qual são apontadas supostas irregularidades detectadas durante a realização de atividades pela Controladoria Interna daquele legislativo municipal, nos exercícios de 2018 a 2023.

As supostas irregularidades, conforme petição de denúncia (peça 03), teriam sido comunicadas no relatório de transição responsável ao novo controlador interno, não havendo conhecimento, pelo denunciante, das ações adotadas por esse.

Em breve síntese, o citado relatório de transição apontou as seguintes supostas irregularidades:

(i) Pagamento de Horas Extras acima do Teto Remuneratório: Em auditoria preventiva nas rotinas de folha de pagamento e realização de horas extras (em andamento), detectamos que foram pagos, em jan/23, valores ref. a horas extras que ultrapassaram o teto remuneratório constitucional, o que, a princípio, viola a legislação vigente.

(...)

Já entre 2018 e 2023, o montante de horas extras para recebimento, que foram pagas acima do teto constitucional, é de R$ 129.186,39 (cento e vinte e nove mil, cento e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), distribuídos à 11 servidores.

(grifo nosso)

(ii) Nomeações de Servidores Comissionados com data retroativa;

(iii) Empenhos sem Contrato: Efetuando os trabalhos de avaliação dos itens de controle interno, previstos no tópico "Gestão do Poder Legislativo" de que trata o Calendário de Atividades da Controladoria para o exercício de 2022, foram encontrados empenhos, relativos às despesas de Água e Energia Elétrica, que não possuem contrato e não fazem menção do processo licitatório;

(iv) Horas Extras acima do permitido em Lei: Observou-se que, no exercício de 2022: a) vários servidores realizaram horas extraordinárias diárias que suplantam o limite de duas horas (o que viola o art. 189 da Lei no 4.928/1992; e/ou b) realizam trabalhos extraordinários frequentes, de forma sistemática, o que afasta seu caráter excepcional e temporário.

(v) Gozo Irregular de Férias e Registro de Ponto durante período de Gozo de Férias: Informou-se ao Diretor-Geral inconsistências no tocante ao gozo de férias de servidores, com trabalho irregular e registro de ponto durante período de gozo de férias, bem como falhas nos controles internos do Departamento de Recursos Humanos.

Por intermédio do Despacho sob nº 288/23 (peça 07), recebi a denúncia e determinei a citação das partes para apresentação de contraditório, o que foi atendido, conforme documentos juntados às peças 19 a 48.

Os autos foram remetidos à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), a qual, por intermédio da Instrução nº 3651/23 (peça 50), opinou pela improcedência da denúncia, conforme trechos abaixo reproduzidos:

(i) "Das defesas apresentadas pelo atual Controlador Interno, atual Presidente da CM de Londrina, ex-presidente da CM de Londrina denota-se que as fundamentações dos esclarecimentos foram similares, alguns tendo juntado inclusive documentos comprobatórios das referidas explicações.";

(ii) "Em síntese, tem-se que as defesas apresentaram os esclarecimentos acerca dos apontamentos, bem como comprovaram as medidas saneadoras que já foram tomadas pela Mesa Diretiva da CM de Londrina.";

(iii) "Demonstraram que o pagamento de horas extras acima do teto remuneratório e do limite legal, primeiramente se deram por uma interpretação jurídica embasada em decisões do judiciário, e ainda se davam de forma regular pela jornada diária de trabalho dos servidores ser de 6 horas e as sessões da CM ocorrerem duas vezes na semana e fora do horário do expediente administrativo da Casa. Além das justificativas demonstraram que as ações de saneamento já foram tomadas (Projeto de Resolução nº 03/2023).";

(iv) "Da mesma forma constam os esclarecimentos sobre as nomeações de dois servidores comissionados com data retroativa, bem como as medidas tomadas para não ocorrer mais tal falta.";

(v) "Sobre os empenhos sem contrato, apontaram que se tratam de pagamento de água e luz (SANEPAR E COPEL) e que já foram tomadas as medidas corretivas.";

(vi) "Quanto à irregularidade no gozo de férias, comprovaram que decorreram de registros equivocados, visto a legislação permitir a compensação de faltas em dias de férias e os registros da forma como eram feitos acabavam criando um" banco de férias". Sendo que, já foi editada nova regulamentação acercada concessão das férias e seus registros, não tendo ocorrido prejuízo ao erário.";

(vii) "Todos os esclarecimentos demonstram não ter havido nenhum prejuízo ao erário pelas irregularidades ocorridas, e ainda, que as medidas saneadoras já foram tomadas.";

(viii) "Em resumo, afirma que como Controlador Interno teve ciência das irregularidades, que apontou na presente denúncia, bem como no Parecer do Controle Interno constante da PCA da CM de Londrina do exercício de 2022, nos anos de 2022 e 2023 e comunicou ao Presidente da Casa os achados e a esta Corte de forma tempestiva.";

(ix) "E ainda, discorre sobre seu afastamento sem prévio aviso das funções de controlador interno, o que prejudicou sua atuação. O denunciante afirma que exercia as funções de controlador interno e faz crer que foi nomeado para a referida função.";

(x) "Ou seja, no ano de 2022 o mesmo ocupava o cargo de CONTADOR e sua lotação era CONTROLADORIA, e no ano de 2023 o cargo é igual, ou seja, o de

CONTADOR, cargo que o mesmo ingressou por concurso público e sua lotação foi alterada para o departamento financeiro, conforme a defesa explicou.";
(xi) "Do ano de 2018 em que ingressou no serviço público até início de 2023 o mesmo encontrava-se lotado na Controladoria, e ocupando o mesmo cargo, o de CONTADOR.";
(xii) "Diferente do que consta para o atual CONTROLADOR INTERNO, Sr. Rafael Balarotti, onde aparece textualmente a nomeação para a função de CONTROLADOR GERAL (...)";
(xiii) "Denota-se das razões de defesa apresentadas que com relação aos fatos denunciados como irregulares, os mesmos foram devidamente justificados e demonstradas as medidas de saneamento adotadas, assim como, as provas documentais apontam para a ausência de prejuízo ao erário. Tem-se, portanto, a atuação da Casa Legislativa de forma tempestiva no sentido de corrigir falhas formais e de interpretação legislativa.";
(xiv) "Por outro lado, da resposta apresentada pelo denunciante fica a dúvida quanto ao mesmo responder perante esta Corte pelo Controle Interno da Casa Legislativa de Londrina sem nunca ter exercido o cargo criado em lei para tal responsabilidade, mas somente exercer uma função diferente de seu cargo de origem sem a devida nomeação. Considerando que o cargo de controlador interno já se encontra devidamente preenchido, consideramos esta possível irregularidade como vencida.".
O Ministério Público de Contas (MPC), por intermédio de seu Parecer nº 728/23-5PC (peça 51), manifestou-se pela procedência parcial da denúncia, acompanhando o opinativo técnico, exceto no que se refere "ao pagamento de verbas remuneratórias acima de teto constitucional". Por essa questão, recomendou a expedição de determinação.
Em breve síntese, é o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Após análise da documentação constante nos autos, entendo que o opinativo técnico deve ser seguido.
Primeiramente, o documento inicial trouxe situações internas detectadas durante os trabalhos do setor de Controle Interno da Câmara Municipal de Londrina, destacando que o mesmo documento encaminhado a este Tribunal de Contas, intitulado de "Relatório de Transição Responsável" fora encaminhado aos responsáveis daquele legislativo, sem que o denunciante tivesse conhecimento das medidas saneadoras que tivessem sido/estavam sendo adotadas.
Nesse aspecto, quando do recebimento da "Denúncia", entendi prudente que o denunciante fosse arrolado como "parte", posto que na condição de "controlador interno", tinha o dever de comunicar tempestivamente o Tribunal de Contas sobre eventuais irregularidades na entidade, nos termos do art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 113/05.
Mesmo diante das justificativas apresentadas pelo Sr. Marcelo Orth, ex-controlador interno da Câmara Municipal de Londrina, entendo que a comunicação dos fatos ocorridos desde 2018, independia da conclusão de qualquer relatório ou trabalho do setor de Controle Interno. Aliás, os fatos carreados nesta Denúncia, se quer foram relatados no Relatório do Controle Interno contido na Prestação de Contas referente ao exercício de 2022.
Em que pese tal situação, a condição para responsabilização do controlador interno pela não comunicação tempestiva ao TCE/PR de irregularidades, depende, obviamente, de existirem irregularidades. Não obstante, conforme instrução técnica, os fatos narrados na inicial não devem prosperar, motivo pelo qual a responsabilização do Controlador Interno também não deve ocorrer.
Superada essa questão, conforme fundamentos apresentados na Instrução Técnica da CGM, tanto o excessivo pagamento de horas extras, como o pagamento de horas extras acima do teto constitucional foram justificadas, demonstrando que a atual mesa da câmara tem atuado para reduzir os casos desse tipo de situação.
Especificamente sobre a desconsideração do teto constitucional no pagamento de horas extras, apesar de o opinativo técnico entender pela improcedência da denúncia, é de suma relevância destacar que é pacífico a natureza remuneratória de tal verba, devendo ser observado o seu computo para fins do limite do teto constitucional.
Sobre o pagamento de faturas de energia e saneamento sem a indicação de contrato no empenho, a situação fora justificada, demonstrando que as medidas saneadoras foram adotadas.
De igual sorte, a questão referente a nomeação de servidores comissionados com data pretérita fora justificada, demonstrando que a situação foi pontual e decorreu de um problema específico no Departamento de Recursos Humanos daquela casa legislativa.
Nessa mesma toada, a denúncia referente ao fato de "Gozo Irregular de Férias e Registro de Ponto durante período de Gozo de Férias", não foi considerado procedente nem pela unidade técnica, nem pelo Ministério Público de Contas, haja vista que, após a apresentação dos contraditórios, restou demonstrado que "(...) decorreram de registros equivocados, visto a legislação permitir a compensação de faltas em dias de férias e os registros da forma como eram feitos acabavam criando um 'banco de férias'. Sendo que, já foi editada nova regulamentação acercada concessão das férias e seus registros, não tendo ocorrido prejuízo ao erário (...)".
Diante do opinativo técnico, acompanhado em sua quase totalidade pelo MPC, entendo que a Denúncia deve ser considerada improcedente.
3. VOTO
Pelos fundamentos expostos VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente denúncia e determino, após o trânsito em julgado, o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Conhecer a presente denúncia, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, julgar pela IMPROCEDÊNCIA;
II - Determinar, após o trânsito em julgado, o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-289880/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, ELISANDRO PIRES FRIGO, MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA, MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE, OSVALDO MESSIAS MACHADO, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SYNERGYE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 3808/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação. DECON/SEAP. Pregão Eletrônico nº 359/2023. Monitoramento e rastreamento eletrônico de pessoas. Pedido Cautelar indeferido. CGE, 6ª ICE e MPC pela improcedência. Pela Improcedência da presente Representação.
1. RELATÓRIO
Trata-se de representação encaminhada a este Tribunal pela empresa SYNERGYE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., em face do Pregão Eletrônico nº 359/2023 - DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDENCIA - DECON/SEAP, que tem por objeto a "prestação de serviço continuado de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas mediante instalação de dispositivo inviolável que possua transmissão de dados, em tempo real, via rede de telefonia celular, posicionamento por satélite e radiofrequência."
A empresa Spacecomm Monitoramento S/A, CNPJ 09.070.101/0001-13, tornou-se vencedora do certame, com valor total da proposta de R$ 46.620.000,00 (quarenta e seis milhões, seiscentos e vinte mil reais), pelo prazo de 12 meses, ao valor unitário de R$ 259,00 (duzentos e cinquenta e nove reais). O processo foi homologado em 26 de abril de 2023, conforme consta da peça nº 17, fls. 1761.
A representante alegou em síntese que o item 1.5.1 do edital, não atende ao princípio da isonomia, uma vez que dá vantagem competitiva a atual prestadora de serviços, ao permitir o uso de equipamentos recondicionados.
A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência-SEAP/DECON, foi chamada aos autos, conforme determinado no Despacho nº 277/23 - GCAZ, e apresentou as seguintes justificativas:
a) que o termo de referência foi elaborado pelo Departamento Penitenciário da Secretaria de Estado da Segurança Pública - DEPPEN;
b) que o ônus da prova incumbe ao quem alega, e a representante não apresentou provas do alegado;
c) que não há irregularidade no processo licitatório, uma vez que não há proibição de utilização de equipamentos novos e que o objeto não é a aquisição de equipamentos e sim a prestação de serviços de monitoramento e rastreamento de pessoas;
d) que os esclarecimentos foram prestados pela DEPPEN ao representante em sede de impugnação ao Edital.
Após manifestação preliminar, por meio de Despacho nº 454/23-GCAZ (peça nº 19), recebi a presente representação, mas não deferi a cautelar suscitada, por entender que não existia explicita violação de norma e seu deferimento causaria maiores danos à prestação de serviço.
Ato contínuo, conferindo o exercício do contraditório, que foi exercido nas peças 32 e seguintes, determinei a instrução das unidades técnicas e do Ministério Público de Contas (MPC), no Despacho nº 794/23-GCAZ.
É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1. MANIFESTAÇÃO DA 4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO.
Considerando que o DECON/SEAP é o órgão responsável pelo processo de licitação em tela, as unidades técnicas e o Ministério Público sugeriram a manifestação da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE), responsável pela fiscalização do órgão.
Contudo, conforme observado na instrução processual, o objeto de análise desta representação é parte integrante da elaboração de elementos técnicos, elemento do Termo de Referência (item 1.51.), cujo órgão responsável pela elaboração é a Secretaria de Segurança Pública - Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), motivo pelo qual entendo ser dispensável a oitiva da 4ª ICE.
2.2. UTILIZAÇÃO DE TORNOZELEIRAS RECONDICIONADAS
No despacho de recebimento da presente, considerei que embora os argumentos referentes a sustentabilidade para a utilização de produtos recondicionados possa ser utilizado pela Administração, ela deveria considerar a concorrência e eventuais perdas de economicidade ao buscar a sustentabilidade.
Assim, observando que apenas a empresa vencedora do certame participou da licitação, recebi a representação para análise de eventual infringência ao princípio da isonomia e consequentemente da concorrência.
Destaquei que os argumentos da representante vieram sem nenhuma informação ou dado técnico sobre o qual se possa sustentar que a utilização de equipamentos recondicionados por ela seria inviável, especialmente se considerarmos que ela possui outros contratos da mesma natureza.
As unidades técnicas e o Ministério Público de Contas foram uníssonos no opinativo pela improcedência da presente representação.
Destacou a Coordenadoria de Gestão Estadual (CGE), na Instrução nº 607/23 (peça nº 40), julgado no seguinte sentido:
"Denúncia. Estado. Pregão Eletrônico. Regularidade da aceitação de equipamentos usados. Subcontratação. Discricionariedade da administração pública. art. 72 da Lei n. 8.666/93. Adequação do BDI. Regularidade do certame. Improcedência. 1. Esta Corte já se pronunciou favoravelmente à possibilidade de apresentação de equipamentos usados, desde que estabelecidas objetivamente as condições para aceitação desses bens. [precedente: Denúncia n. 911601, sessão de 22/04/2014]. [...]. (TCE-MG - DEN: 980543, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 27/10/2016, Data de Publicação: 01/09/2017)"
A 6ª Inspetoria de Controle Externo (6ª ICE), frisou que o objeto licitado é a prestação

de serviços, e que o equipamento (Tornozeleira) é apenas o meio para a execução. Além disso, reforçou que o item 1.5.1 do Termo de Referência questionado, não impede a utilização de equipamentos novos, mas permite a utilização de recondicionados.
A unidade responsável pela fiscalização DEPPEN, entendeu que, ao contrário do alegado pela representante, a utilização de apenas equipamentos novos poderia ter limitado a concorrência.
Neste sentido, concordo com a representada e o DEPPEN quando afirmam que devido a pandemia a aquisição de componentes para a fabricação dos equipamentos (tornozeleiras) estaria mais difícil, motivo pelo qual a utilização de recondicionados acabaria por proporcionar maior concorrência.
Além disso, já havia considerado no Despacho nº 454/23 (peça 19) que a representante "não apresentou nenhuma informação ou dado técnico sobre o qual se possa sustentar que a utilização de equipamentos recondicionados por ela seria inviável, especialmente se considerarmos que a representante possui outros contratos da mesma natureza."
Dessa forma, por todo exposto, nesta fundamentação e nas Instruções 697/23-CGE (peça 40), 11/23-6ICE (peça 41) e no Parecer nº 732/23-7PC (peça 42), entendo que a presente representação não merece prosperar.
3. VOTO
A partir do exposto, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da Representação oferecida por SYNERGYE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., em face do Pregão Eletrônico nº 359/2023 - DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDENCIA - DECON/SEAP, nos termos e fundações relatados.
Com o trânsito em julgado da presente decisão, encerre-se o processo, nos termos do art. 398, §2º, do RI-TCE/PR, com a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para arquivamento do feito.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Conhecer a Representação da Lei nº 8.666/1993, oferecida por SYNERGYE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., em face do Pregão Eletrônico nº 359/2023 - DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDENCIA - DECON/SEAP, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito julgar pela IMPROCEDÊNCIA, nos termos e fundações relatados.
II - Determinar, com o trânsito em julgado da presente decisão, o encerramento do processo, nos termos do art. 398, §2º, do RI-TCE/PR, com a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para arquivamento do feito.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-389850/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE ASSAI
INTERESSADO:-ADENILSON WAGNER FELIPE, ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JUNIOR DA SILVA, CLESIO CARLOS CRUZ
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 3809/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação. Compra de imóvel em leilão judicial. Alegação de ausência de processo administrativo de dispensa de licitação. Falha meramente formal suprida pela prévia autorização legislativa. Ausência de danos ao erário e, ao contrário, manifesto benefício ao interesse público. Pela improcedência da representação com expedição de recomendação.
1. RELATÓRIO
Tratam os presentes autos de Representação interposta por Alessandro Cesar Torquato, Adenilson Wagner Felipe, Clésio Carlos Cruz e Carlos Junior da Silva em face do Prefeito de Assaí Sr. Michel Ângelo Bomtempo. Narram os representantes que em virtude de suposto terreno penhorado em leilão judicial junto à Justiça do Trabalho, houve o envio à Câmara Municipal por parte do Poder Executivo de pedido de autorização para a aquisição do imóvel. Segundo alegam, sem motivação específica, o representado determinou a arrematação do bem em R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Alegam ainda que após a arrematação foram destruídas as benfeitorias do imóvel, também sem nenhuma motivação. Que não foram cumpridas as formalidades legais, que toda aquisição de imóvel depende de lei autorizativa e prévia avaliação e procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação (peças 02 e 07).
Manifestou o Município de Assaí (peças 12 a 23), defendendo a legalidade da aquisição, e justificando que participou de leilão judicial. Outrossim assevera que será edificado cinema ao ar livre para a população. Juntou auto de arrematação (peças 13), Lei autorizando a arrematação (peças 19) e declaração de planejamento e finanças (peças 17).
A Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) por meio da Instrução 4298/23 (peça 26), diante da ausência de processo administrativo para a compra do imóvel e dotação orçamentária, opinou pela procedência da representação e pela imposição de multa nos termos do art. 87, inciso IV alínea d da Lei Orgânica deste Tribunal.
O Ministério Público de Contas (MPC) por meio do Parecer 866/23-4PC (peça 27) entendeu que houve falha meramente formal, ausência de danos ao erário e a medida inovadora garantiu o melhor preço e o atendimento ao interesse público, opinando ao final pela improcedência sugerindo a expedição de recomendação ao Município.
É o breve relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Com efeito, as falhas meramente formais detectadas nos presentes autos, apresentadas pelos representantes, não superam o manifesto atendimento ao interesse público constatado nos autos e demonstrado no Parecer 866/23-4PC do Ministério Público de Contas.
A fortiori, o imóvel avaliado em R$900.000,00 (novecentos mil reais) foi arrematado aos cofres municipais por R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), mais as despesas de leiloeiro em R$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), fato que demonstra a robustez da vantajosidade da aquisição municipal.
Neste quadrante, as falhas meramente formais, que não macularam a higidez da compra, foram corrigidas, e não superam os benefícios ao interesse público, como a finalidade e destinação social e cultural do imóvel.
Em face disto, não merece procedência a presente representação com a expedição de recomendação sugerida pelo Ministério Público de Contas.
3. VOTO
Diante do exposto, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente Representação.
Determino a expedição de recomendação ao Município para que, em situações futuras, em casos de inexigibilidade de licitação, seja adequadamente formalizado o processo administrativo prévio à aquisição do bem imóvel, observado o disposto no § 5º do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, buscando-se a autorização legislativa em momento subsequente.
Com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Conhecer a Representação, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, julgar pela IMPROCEDÊNCIA.
II - Determinar a expedição de recomendação ao Município para que, em situações futuras, em casos de inexigibilidade de licitação, seja adequadamente formalizado o processo administrativo prévio à aquisição do bem imóvel, observado o disposto no § 5º do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, buscando-se a autorização legislativa em momento subsequente.
III - Determinar, com o trânsito em julgado do presente, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-433850/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUAÍRA
INTERESSADO:-BARREIRAS PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI, MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ADVOGADO / PROCURADOR-EDUARDO SOARES BUENO DE AZEVEDO, HAROLDO MEIRELLES FILHO
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
ACÓRDÃO Nº 3810/23 - TRIBUNAL PLENO
Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico n.º 73/2023. Município de Guaíra. Irregularidades não confirmadas. Pela Improcedência da presente.
1. RELATÓRIO
Trata-se de Representação, nos termos do art. 113, §1º[1], da Lei n.º 8.666/1993, cumulada com pedido cautelar de suspensão, formulada por BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI contra o MUNICÍPIO DE GUAÍRA, pessoa jurídica de direito público, HERALDO TRENTO, Prefeito Municipal e MARCELO CELESTINO e MARIA JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA, Pregoeiros, por meio da qual relata possíveis irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 73/2023, cujo objeto se consubstancia na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de corte/roçada de grama/capim, com valor máximo previsto de R$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), conforme edital[2].
Informa a Representante que no decorrer da sessão foram abertos os envelopes de habilitação das empresas, sendo a licitante BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS, ofertante do menor preço, declarada habilitada, conforme mensagem disponibilizada no chat do sistema eletrônico BLL.
Todavia, somente no dia 05 de junho, dez dias após, o Pregoeiro disponibilizou mensagem junto ao "chat" do BLL, informando que a empresa Tape Administração e Serviços Ltda teria sido habilitada na qualidade de EPP, que foi lhe dado o direito a ofertar um novo lance sobre o valor da empresa Representante, usufruindo dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006.
Diante de tal fato, segundo a Representante em flagrante descumprimento aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da isonomia entre as licitantes, foi interposto recurso administrativo contra a classificação da supracitada empresa, a fim de comprovar que o Pregoeiro não cumpriu estritamente com o exigido em Edital, em total desencontro com as normas legais, uma vez que não promoveu o direito da licitante ao desempate ficto no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a sessão dos lances, pois foi convocado somente após o decurso de 10 (dez) dias.
Não obstante as razões expostas, o Recurso Administrativo foi indeferido, mantendo a empresa Tape Administração e Serviços Ltda como vencedora, com posterior habilitação e adjudicação do objeto do certame. Aduz que o art. 45, §3º[3], da Lei Complementar n. 123/2006 é claro ao dispor que a licitante será convocada no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. No mesmo sentido dispõe o item 1.3[4] do edital licitatório.
Ressaltou, ainda, que em contato com a empresa BLL Compras, que possui a plataforma e forneceu suporte para o procedimento em análise, foi informada de que

o certame seguiu exatamente os ditames legais, respeitando os prazos estabelecidos, dentro das normas do Pregão Eletrônico, destacando que em caso de empate ficto a segunda colocada é convocada automaticamente para efetuar o lance final no prazo de 5 (cinco) minutos.

Com base em tal informação, concluiu a Representante que a empresa Tape Administração e Serviços Ltda recebeu a oportunidade de ofertar o lance de desempate automaticamente por parte do sistema BLL no prazo legal, todavia, deixou de se manifestar, restando precluído seu direito, nos termos do art. 45, § 3º da LC 123/06. Nessa perspectiva, a oportunidade dada à licitante Tape Administração e Serviços Ltda, pelo pregoeiro, 10 (dez) dias após a sessão, não encontra respaldo legal, pois o sistema já havia oportunizado automaticamente tal prerrogativa.

Desse modo, em virtude da suposta desclassificação irregular, a Representante propôs a presente Representação, pleiteando a imediata suspensão do Processo Licitatório n.º 176/2023, Pregão Eletrônico n.º 73/2023, em sede liminar, e, no mérito, a reforma da decisão que habilitou a licitante Tape Administração e Serviços Ltda.

Preliminarmente à análise do juízo de admissibilidade, intimou-se o Município de Guaíra para que apresentasse manifestação prévia em relação às irregularidades apontadas nesta Representação, nos termos do Despacho n.º 662/23- GCAZ[5].

A municipalidade apresentou sua manifestação preliminar[6], destacando, inicialmente, que "o procedimento licitatório que originou a presente Representação, encontra-se SOBRESTADO, aguardando decisão desta Colenda Corte para posterior definição quanto a contratualização".

Informou que a abertura das propostas foi realizada na data de 25/05/2023, com a participação de 15 (quinze) empresas interessadas, que cadastraram suas propostas junto ao BLL Compras.

Conforme consta na ata da sessão[7], a disputa foi finalizada, com posterior encerramento da sessão pelo Pregoeiro, com continuidade na análise da documentação no dia seguinte, dia 26/05/2023, às 14h00. Ato contínuo, passou-se para a análise da documentação das empresas, por ordem de classificação, momento em que foram inabilitadas 7 (sete) empresas, por não cumprirem os requisitos presentes no edital.

Informou que em 26/05/2023 foi, então, declarada vencedora e habilitada a empresa Barreiras Prestadora de Serviços Eireli, inicialmente classificada em 8º lugar, com a respectiva convocação para apresentar a planilha de custos no prazo de 24 horas, anexada em 27/05/2023, passando para análise do Pregoeiro e equipe de apoio. Destacou que não há previsão de prazo específico no edital para conclusão desta fase, sendo este o momento para verificação criteriosa dos dados constantes na Planilha de Custos, bem como para realização de eventuais diligências para esclarecimento de dúvidas, caso necessário.

Ressaltou, outrossim, que o procedimento de análise da documentação não ocorre mais em tempo real, com todos os participantes online, o que justifica o fato da empresa Tape Administração e Serviços Ltda., nona colocada, não ter sido convocada automaticamente pelo sistema, para, no prazo de 05 (cinco) minutos, exercer o seu direito, após o encerramento dos lances, conforme previsto no art. 45 da Lei 123/2006.

Posteriormente, em 01/06/2023, a empresa Tape Administração e Serviços Ltda anexou, no BLL Compras, pedido de revisão da decisão que habilitou a empresa Barreiras Prestadora de Serviços Eireli, haja vista que tal empresa, classificada em 8º lugar, não se enquadrava no regime jurídico da Lei Complementar nº. 123/2006, sendo que não foi realizada a convocação automática da 9ª colocada, a Tape Administração e Serviços Ltda, para gozar do privilégio concedido pela referida lei, apesar de configurado o empate ficto.

Verificado o equívoco, em razão da não convocação automática do sistema no dia 05/06/2023, a Comissão Permanente de Licitações se reuniu e decidiu pela anulação do ato que declarou habilitada a licitante Barreiras Prestadora de Serviços Eireli, anexando cópia da Ata da reunião na Plataforma BLL, com a devida fundamentação, para ciência dos licitantes.

Por fim, asseverou o Município de Guaíra, que não houve irregularidade por parte do Pregoeiro, que, ao constatar o possível vício na condução do certame, pela não convocação da empresa na condição de ME/EPP em razão do empate ficto, decidiu pela anulação do ato que declarou habilitada a empresa Barreiras Prestadora de Serviços Eireli, a fim de respeitar os ditames da Lei Complementar n.º 123/2006, em estrita observância ao princípio da legalidade.

Em sede de juízo de cognição sumária, houve o recebimento da presente Representação, pois verificou-se haver indícios de impropriedades. Todavia, no que toca ao pleito cautelar de suspensão, considerando a diligência efetivada pela municipalidade de sobrestamento do feito até decisão definitiva deste Tribunal de Contas, entendeu-se não ser necessária determinação nesse sentido, consoante disposto no Despacho n.º 876/23 – GCAZ[8].

No mesmo despacho, foi determinada a citação do Município de Guaíra, na pessoa de seu representante legal, para o exercício do contraditório, a fim de complementar as informações preliminarmente já prestadas.

Devidamente citado, o Município apresentou ao feito suas razões de contraditório[9], por meio das quais destacou que todas as alegações da Representante foram refutadas, sendo devidamente comprovado que: não houve a convocação automática da licitante TAPE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA pelo sistema da BLL; a convocação tardia da referida empresa se deu em razão da inabilitação de 07 (sete) licitantes classificadas na fase de disputa e inabilitadas após a análise da documentação; a equipe suporte da BLL afirmou que não aplica critério de empate ficto automático após as inabilitações; o Pregoeiro, no uso de suas atribuições, garantiu o tratamento diferenciado à empresa enquadrada no regime jurídico das empresas de pequeno porte.

Instada a se manifestar, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) constatou que a presente licitação contou com a participação de 15 (quinze) empresas na fase de lances[10], sendo que as 7 (sete) primeiras classificadas foram inabilitadas, por não atenderem à integralidade do edital, restando habilitada, então, a 8ª classificada, BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, que não se enquadra como ME/EPP.

Destacou que os artigos 44[11] e 45[12] da Lei Complementar n.º 123/06 estipulam tratamento diferenciado àquelas empresas que eventualmente se enquadrem como ME/EPP's, em caso de configuração de empate das propostas. Nesse contexto, o setor técnico esclareceu que caso as propostas apresentadas pelas ME/EPP's participantes do certame fossem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, a ME ou EPP melhor classificada seria convocada para apresentar nova proposta em até 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, conforme previsto no §3º do artigo 45 da LC 123/2006.

Seguindo essa lógica, asseverou que a empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA., 9ª colocada, na qualidade de EPP mais bem classificada, deveria ter sido automaticamente convocada para apresentar nova proposta, conforme previsão da LC 123/2006, supramencionada.

Ressaltou, ainda, que através das diligências promovidas junto à plataforma BLL COMPRAS, foi esclarecido que a empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA. não foi convocada para os devidos fins, pois havia ficado em 8º lugar e a 1ª colocada, empresa ECOGREEN SOLUÇÕES AMBIENTAIS enquadrava-se como ME e, por isso, o sistema deixou de promover a convocação automática.

Além disso, mesmo após a inabilitação das 7 (sete) primeiras classificadas, inclusive da empresa ECOGREEN SOLUÇÕES AMBIENTAIS (ME), o sistema deixou de convocar a empresa TAPE para envio de eventual proposta de desempate, conforme esclarecimentos apresentados pelo município[13].

Logo, diante da ausência de convocação automática pelo sistema da BLL COMPRAS, a CGM entendeu regular o posterior chamamento, pelo Pregoeiro, da empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA para a apresentação de nova proposta diante do empate ficto, manifestando-se, ao final, pela improcedência da presente Representação da Lei n.º 8.666/93, conforme Instrução n.º 4782/23 – CGM[14].

O Ministério Público de Contas (MPC), por seu turno, corroborou com entendimento exposto pela CGM pela improcedência da presente Representação da Lei n.º 8666/93, considerando que não se vislumbra irregular a convocação extemporânea da empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA, tendo em vista o tratamento diferenciado concedido à EPP/ME previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, consoante disposto no Parecer n.º 978/23 - 5PC[15].

É a síntese processual.

2. FUNDAMENTAÇÃO

De imediato, cumpre registrar que a Lei Complementar n.º 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, é de aplicação obrigatória no âmbito das contratações efetivadas pela Administração Pública, conforme entendimento já fixado, em sede de Consulta[16] por este Tribunal de Contas.

Dentre as prerrogativas destacadas em tal Estatuto, destaca-se o direito de preferência de contratação para as microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) em caso de empate em licitações, direito igualmente consagrado pela jurisprudência[17] desta Corte.

Tal prerrogativa encontra-se prevista nos artigos 44 e 45 do citado diploma legal, a saber:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Fixadas as premissas aplicáveis à espécie, dá leitura da peça representativa, depreende-se que o cerne da discussão reside na possível irregularidade pela convocação extemporânea (preclusão do direito de preferência) da empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 073/2023, tendo em vista o tratamento diferenciado concedido à EPP/ME.

Pois bem. Do exame dos autos, é possível constatar, de início, que tanto a empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA, classificada, preliminarmente, em 9º lugar, quanto a empresa ECOGREEN SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 1ª colocada na fase inicial, enquadram-se na condição de ME/EPP; por sua vez, a empresa BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, ora Representante, não possui tal enquadramento, conforme abaixo:

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	ECOGREEN SOLUÇÕES AMBIENTAIS	085	19.110.783/0001-94	0,30	0,16		Sim
2	F C SARABIA & C IA LTDA	136	10.926.818/0001-93	0,30	0,17	6,25	Sim
3	NIVISA SOLUÇÕES AMBINETAIS LTDA	132	25.404.523/0001-24	0,27	0,184	8,24	Sim
4	F. FRANCESCHI EIRELI-ME	052	22.731.037/0001-22	0,30	0,185	0,54	Sim
5	VELOSO SERVIÇOS DE COMBATE A	069	17.754.085/0001-04	0,30	0,208	12,43	Sim
6	CLAUDEMIR RODRIGUES DE SOUZA -	143	35.224.259/0001-09	0,30	0,209	0,48	Sim
7	LURDES S DA SILVA EIRELI	126	09.499.292/0001-23	0,29	0,214	2,39	Sim
8	BARREIRAS PRESTADORA DE	118	85.431.161/0001-92	0,30	0,25	16,82	Não
9	TAPE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	057	04.939.622/0001-30	0,30	0,26	4,00	Sim
10	C. BRASIL SERVIÇOSDE LIMPEZA	068	10.745.254/0001-92	0,30	0,275	5,77	Não
11	INVICTA CONSTRUÇÕES E	113	22.038.795/0001-60	0,30	0,28	1,82	Não
12	SIMIONI PRESTADORA DE SERVICOS	077	24.375.561/0001-33	0,30	0,30	7,14	Sim
13	PRIME AMBIENTAL RESIDUOS EIRELI	084	15.271.913/0001-10	0,30	0,30	0,00	Não
14	MALIN SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	038	09.677.321/0002-80	0,30	0,30	0,00	Sim
15	E. S. VAZ PAISAGISMO	115	20.543.148/0001-80	0,30	0,30	0,00	Sim

Especificamente em relação ao trâmite do procedimento licitatório em exame, vale registro o destacado pela unidade técnica:

"[...] Em consequência, na data de 26/05/2023, na verificação da documentação das

empresas classificadas, houve a inabilitação de 7 (sete) proponentes. Na oitava colocação ficou a empresa ora representante BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS, que foi habilitada pelo pregoeiro.
Entretanto, como referida empresa se apresenta como de grande porte, deveria ter sido verificada a situação de empate ficto, conforme as regras contidas nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123/06.
A averiguação e convocação das empresas seguintes, na situação de empate ficto após a inabilitação de participantes, não é realizada de forma automática pelo sistema BLL (conforme manifestação da própria plataforma acima trazida), e deveria ter sido observada pelo pregoeiro e equipe de apoio, com o chamamento da empresa TAPE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS, que ficou na nona colocação, para cobrir a proposta da oitava colocada".
Ou seja, após diligências, foi constatado que o sistema BLL Compras não aplica o critério automático de empate ficto após a inabilitação de licitantes, mas, tão somente, na fase inicial dos lances, conforme informado pela própria empresa BLL Compras[18]. Por via de consequência, não houve a convocação automática da empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA para o exercício do direito de preferência.
Em relação a tal fato, cumpre ressaltar que a convocação dentro de 5 (cinco) minutos, estabelecida no §3º do art. 45, somente se dá quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do §2º do mesmo artigo, o qual vale registrar uma vez mais:
Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: [...]
§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
No contexto de aplicação do dispositivo supra, conforme pode ser observado na tabela acima destacada, a 1ª colocada na fase inicial foi a empresa ECOGREEN SOLUÇÕES AMBIENTAIS, enquadrada como ME, sendo, por esse motivo, que o sistema deixou de promover a convocação automática da empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA, não havendo que falar em preclusão do direito de preferência, justamente pelo fato de que não foi oportunizado à citada licitante tal direito.
Constatado o equívoco, ante a ausência de convocação automática pelo sistema da BLL COMPRAS, houve o posterior chamamento, pelo Pregoeiro, da referida empresa para a apresentação de nova proposta, a fim de dar regular trâmite ao procedimento licitatório em observância às regras da Lei Complementar n.º 123/06.
Desse modo, não obstante as alegações da Representante, restou evidenciado que a empresa TAPE ADMINISTRAÇAO E SERVIÇOS LTDA havia sido preterida, inicialmente, no seu direito de preferência, em razão do empate ficto.
Por equívoco, tais dispositivos não foram devidamente observados quando da regular tramitação do procedimento licitatório, razão pela qual, a fim de assegurar o tratamento legalmente previsto às EPP/ME, bem como a obtenção de proposta mais vantajosa à administração pública municipal, entende-se legítima a atuação do pregoeiro para contornar o imbróglio identificado, na medida em que fez prevalecer as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, na Lei do Pregão n.º 10.520/02 e, especialmente, as regras contidas na Lei Complementar n.º 123/06, não sendo constatada irregularidade na condução do Pregão Eletrônico n.º 73/2023.
Ademais, para fins de verificação da situação de empate, deve ser considerada a oferta apresentada pela licitante que tenha condições de executar o contrato, que tenha sido devidamente habilitada, no caso, a proposta da empresa BARREIRAS PRETSADORA DE SERVIÇOS. Ou seja, se a autora da melhor proposta é microempresa ou empresa de pequeno porte e é inabilitada em fase posterior, deve-se retornar à classificação final das propostas para verificar se existe a situação de empate, conforme destacado pela unidade técnica, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR)[19] e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região)[20].
Em arremate, vale registrar que a Administração Municipal se valeu do princípio da autotutela, que corresponde ao seu poder-dever de rever seus próprios atos, anulando-os quando ilegais, em obediência ao princípio da legalidade, consubstanciado nas Súmulas 473[21] e 346[22] do Supremo Tribunal Federal (STF).
Portanto, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, de aplicação obrigatória no âmbito das contratações públicas, assim como o poder-dever posto à disposição da administração de rever os próprios atos, dado o princípio da autotutela, conclui-se pela regularidade do procedimento licitatório em exame.
3. VOTO
Ante o exposto, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 282 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da presente Representação da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a ausência de confirmação das irregularidades apresentadas pela Representante.
Nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I - Conhecer a presente Representação da Lei n.º 8.666/93, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, com fulcro no art. 32, inciso XII e art. 282 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, julgar pela IMPROCEDÊNCIA tendo em vista a ausência de confirmação das irregularidades apresentadas pela Representante.
II - Determinar, nestes termos, com o trânsito em julgado do presente, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Art. 113. [...] § 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.*
2. *Peça n.º 04, fls. 03 a 71.*
3. *Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: [...]*
§3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
4. *1.3. O presente edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, atendendo o direito de prioridade para microempresa de pequeno porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.*
5. *Peça n.º 08.*
6. *Peças n.º 14 a 23.*
7. *Peça n.º 26/31.*
8. *Peça n.º 34.*
9. *Peças n.º 40 a 47.*
10. *Peça n.º 26, fl. 03.*
11. *Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*
§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
12. *Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*
I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
13. *Peça n.º 47.*
14. *Peça n.º 49.*
15. *Peça n.º 50.*
16. *Processo n.º 335454/07. Acórdão n.º 13/2008 - Tribunal Pleno: [...]*
Com estas ponderações, passa-se a responder, em tese, às indagações do consulente:
1) As normas contidas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 são de aplicação obrigatória ou facultativa nas aquisições pelo Poder Público?
A aplicação do tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, previsto na LC nº 123/06, é de aplicação obrigatória, considerando que a lei em questão é de caráter nacional e auto-aplicável. Uma vez mais, cabe aduzir o entendimento expressado pelo Professor Marçal Justen Filho (idem, p. 21): "Os arts. 42 a 45 da LC nº 123 prevêem dois benefícios, aplicáveis em toda e qualquer licitação, em favor das ME e das EPP. Trata-se da possibilidade de regularização fiscal tardia e da formulação de lance suplementar em caso de empate ficto (...). Os referidos benefícios são de observância obrigatória por todas as entidades administrativas que promoverem licitações. A fruição dos benefícios não se subordina a alguma decisão discricionária da Administração Pública. Trata-se de determinação legal imperativa, derivada do exercício pela União de sua competência legislativa privativa para editar normas gerais sobre licitação (CF/88, art. 22, XXXVI)".
17. *ACÓRDÃO Nº 2880/22 - Tribunal Pleno: Representação da Lei 8.666/93 – Não observação de benefício previsto a pequenas empresas no art. 44, da LC 123/06; adotado procedimento em flagrante divergência da prescrição legal, impedindo empresa de pequeno porte de formular lance em caso de empate ficto; erro grosseiro – Procedência, sem prejuízo da aplicação de multa administrativa. [RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES. Plenário Virtual, 10 de novembro de 2022 – Sessão Virtual nº 16].*
ACÓRDÃO Nº 2337/23 - Tribunal Pleno: Representação da Lei nº 8.666/1993. Pregão Eletrônico n° 148/2022. Presença dos requisitos cautelares. Aparente ilegalidade decorrente da não observância do direito de preferência da empresa Representante. Ratificação de medida cautelar. [RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES. Plenário Virtual, 3 de agosto de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 14.]
18. *Peça n.º 43.*
19. *"1) DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. MICROEMPRESA LICITANTE.EMPATE FICTO (ART. 44 E 45 LC 123/06) ENTRE DUAS CONCORRENTES HABILITADAS. DIREITO SUBJETIVO À OFERTA DE LANCE VERBAL. a) Ocorrendo o empate ficto nos termos dos art.44 e 45 da LC 123/06 (proposta apresentada até 5% superior à melhor oferta), é direito subjetivo da microempresa apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora e assim, ter adjudicado em seu favor o objeto licitado. b) A verificação da ocorrência de empate ficto deve considerar as propostas "regulares", isto é, de licitantes que podem, efetivamente, ter o objeto do contrato adjudicado para si, conhecíveis, portanto, somente após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos contra seus credenciamentos ou habilitações. c) A exclusão definitiva de 7 das 9 licitantes por força de acolhimento de recurso implica na desconsideração, para quaisquer fins, dos lances por elas ofertados, não havendo que se falar em preclusão da fase de lances verbais para superação de empate ficto só porque, antes da exclusão dos "irregulares", não se configurara tal hipótese. 2) AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO." (TJ-PR - AI: 12109825 PR 1210982-5 (Acórdão), Relator: Leonel Cunha, Data de Julgamento: 21/10/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1452 11/11/2014).*
20. *"[…] 9. A decisão agravada partiu da premissa de que, mesmo desclassificada a empresa, aquela melhor proposta deveria ser adotada como parâmetro para efeito de identificação de eventual ocorrência de empate ficto futuro, valendo-se do raciocínio, segundo o qual, ao se distanciar cada vez mais da melhor oferta, mesmo que eliminada do certame, o pregoeiro estaria violando os princípios da igualdade e da melhor proposta para a Administração.*
10. É notável a preocupação e a prudência da magistrada de primeiro grau em defesa de princípios elementares do processo licitatório, porém, com todo respeito, o que se deve ter em foco é a escolha da melhor proposta válida, pois o preço apenas constitui um componente desta.
11. Portanto, os quatro milhões oferecidos, embora tenham refletido o melhor preço provisório, a empresa proponente foi desclassificada, e, nessa condição, aquele valor não pode ser computado para nenhum efeito, nem mesmo para fins de parâmetro da ocorrência de empate ficto.
12. Provimento do agravo de instrumento." (Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Ag nº 0015196-82.2010.4.05.0000. Rel. Des. Federal Emiliano Zapata Leitão, j. em 25/11/2010).
21. *Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência*

ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
***22**. Súmula 346: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.*

PROCESSO Nº:-499419/23
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
INTERESSADO:-ANTONIO CARLOS TAMAIS, JARBAS CARNELOSSI, MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
ADVOGADO / PROCURADOR:-GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI
RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 522/23 - TRIBUNAL PLENO

Recurso de Revisão. Prestação de contas do prefeito municipal. Exercício de 2016. Provimento. Ausência de publicação do RREO e do RGF. Pela conversão da irregularidade em ressalva e afastamento das multas aplicadas.

I. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

Trata-se de recurso de revisão interposto por Jarbas Carnelossi (peça 160/166), em face do Acórdão nº 1692/23 – Tribunal Pleno (peça 157), que negou provimento ao recurso de revista apresentado contra o Acórdão de Parecer Prévio nº 727/20 – 1ª Câmara (peça 117), que recomendou a irregularidade das contas relativas ao Município de Santa Amélia, referentes ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do ora recorrente, em razão da "ausência de publicação do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) do 3º bimestre" e da "ausência de publicação do relatório de gestão fiscal (RGF) do primeiro semestre do exercício de 2016".

Ampara-se o pedido em suposta divergência de entendimento no âmbito desta Corte, em conformidade com a hipótese prevista no artigo 486, inciso IV, do Regimento Interno.

Sustentou que a decisão recorrida diverge dos entendimentos exarados nos Acórdãos nº 37/20, nº 451/20, nº 165/20, nº 32/22 e nº 4065/19, todos do Tribunal Pleno, pois compreendido que a comprovação da publicação dos atos de forma extemporânea, a inexistência de má-fé do gestor, bem como a ausência de danos ao erário, são suficientes para afastar a irregularidade das contas.

De toda forma, destacou que as publicações dos relatórios são de responsabilidade do contador municipal, que não repassa ao gabinete qualquer tipo de publicação destes relatórios, sendo desarrazoada a reprovação das contas.

Embora as decisões colacionadas não versem sobre divergências nos relatórios, mas somente a publicação extemporânea, sustentou que os relatórios foram comentados e apresentados em suas respectivas audiências públicas, havendo nestes momentos o controle da sociedade e a publicidade dos referidos atos.

Deste modo, pleiteou que as contas do exercício financeiro de 2016, do Município de Santa Amélia sejam julgadas regulares, ou alternativamente, regulares com ressalva, afastando-se as multas impostas ao recorrente.

Por meio do Despacho nº 1174/23 – GCMRMS (peça 167), o recurso de revisão foi recebido.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 811/23 (peça 178), manifestou-se pela manutenção da decisão recorrida, pois compreendeu que inexiste divergência no entendimento desta Corte.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

Da análise dos autos, observo que a emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas decorre da não publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, relativo ao 3º bimestre, e do Relatório de Gestão Fiscal, com os dados do primeiro semestre, ambos de 2016.

O recorrente apresentou o Acórdão nº 37/20 – Tribunal Pleno, do protocolo nº 334966/19, como paradigmático, ao que transcrevo partes de suma importância (grifo nosso):

Pelo Acórdão recorrido, as contas foram julgadas irregulares em razão da ausência de apresentação do comprovante de publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do primeiro semestre do exercício de 2017.

(...) Entendo pela conversão do apontamento de irregularidade em ressalva, haja vista que a impropriedade se referia à ausência de comprovação da publicação do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro semestre de 2017, que através deste recurso restou demonstrada, através da juntada aos autos da documentação pertinente.

Entretanto, a data limite para publicação de referido demonstrativo era 30/07/2017, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Como tal publicação ocorreu com mais de um ano de atraso (somente em 23/11/2018) e sem justificativa plausível, concluo que a multa administrativa imposta pela decisão ora recorrida (prevista no artigo 87, inciso IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005) deve ser mantida, haja vista o prejuízo notório aos princípios da publicidade e transparência.

Também apresentou o Acórdão nº 451/20 – Tribunal Pleno, do processo 338015/19, do qual se extrai (grifo nosso):

Face ao exposto VOTO no sentido de que este Tribunal Pleno conheça do presente Recurso de Revista para, no mérito, dar-lhe provimento parcial a fim de reformar o Acórdão n.° 853/19 da Segunda Câmara (peça 50), para afastar a aplicação das duas multas previstas no art. 87, inciso IV, alínea g, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005 ao Sr. Darci Tirelli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná em Cascavel no exercício de 2016.

Mantém-se, contudo, as ressalvas das contas (item I) decorrentes de atrasos nas publicações do Relatório de Gestão Fiscal (item I. a) e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (item I.b), bem como em decorrência do atraso no envio de dados ao SIM-AM (item I.c), com a aplicação da multa do art. 87, inciso III, b, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005 em razão desse último fato (item II.c).

Em relação ao Acórdão nº 165/20, relativo aos autos nº 70739-4/18, trazido o seguinte:

Recurso de revista. Conhecimento do recurso, no mérito pelo provimento. Contas regulares com ressalva e exclusão da multa referente ao atraso na publicação do RGF, primeiro semestre de 2016.

(...)

Nesse contexto, conforme se observa, mesmo com os atrasos registrados, há que se considerar que os princípios da publicidade e da transparência foram alcançados, pois o Ente demonstrou que agiu para que o melhor resultado fosse alcançado e a publicação fosse realizada, mesmo que extemporânea, tão logo que tomou conhecimento da falha, mostrando-se razoável converter o item em ressalva e afastar a aplicação de sanção pecuniária, seguindo entendimento já consolidado por esta relatoria.

Do Acórdão nº 32/22 – Tribunal Pleno, relativo aos autos nº 44378-1/20), extrai-se o seguinte (grifo nosso):

No presente caso, além da falha estar abrangida pelo período de vacatio legis da Lei Complementar n.°131/2009, como se verifica na jurisprudência, tal fato não ensejaria a recomendação de irregularidade das presentes contas. Ademais o gestor efetivamente demonstrou por meio do recurso de revisão que adotou medidas com vistas a disponibilizar as informações no sistema do Tesouro Nacional, o que corrobora a conversão da falha em recomendação de ressalva, motivo pelo qual, proponho a procedência parcial ao recurso de revisão em relação ao presente item.

(...)

I - Conhecer o presente Recurso de Revisão, para, no mérito, dar lhe provimento parcial a fim de reformar o Acórdão n.º 1087/2020 do Tribunal Pleno (peça 10), julgando parcialmente procedente o pedido de rescisão e, consequentemente, reformar o Acórdão de Parecer Prévio n.º 304/14 da Primeira Câmara (autos 199439/13) para:

I.1. converter em recomendação de ressalva os seguintes itens:

I.1.1 não encaminhamento de Balanço Patrimonial; e I.1.2 falta de publicação/divulgação das informações de natureza orçamentária e financeira;

I.2 - afastar uma multa do art. 87, inciso I, alínea b, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, aplicada em decorrência do não encaminhamento do Balanço Patrimonial;

Ainda, no Acórdão 4065/19, dos autos nº 27315-0/19, indicado o seguinte excerto:

O recurso merece provimento. Conforme bem explicitado no opinativo do Ministério Público de Contas, o recorrente logrou êxito em demonstrar a divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e a decisão contida no Acórdão nº 709/2019 – Pleno. Em ambas as decisões este Tribunal analisou situações idênticas, ou seja, Recursos de Revistas nos quais se objetivava o afastamento da multa pelo atraso na remessa de dados ao SIM/AM.

Os fundamentos recursais em ambas foram os mesmos, ou seja, de que os atrasos decorreram de dificuldades técnicas decorrentes da substituição dos sistemas informatizados de gestão pública, softwares, utilizados pelo Município, e a Entidade Municipal não possuía autonomia para determinar providências junto ao Poder Executivo Municipal de Cascavel. Assim, configurada a divergência jurisprudencial, o presente recurso deve ser provido para igualmente se afastar a multa aplicada ao recorrente nos presentes autos.

Analisando as situações apresentadas, compreendo que, embora haja divergência significativa no prazo da correta publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal – que aconteceram, no caso em apreço, apenas no ano de 2021 – há semelhança entre as decisões apresentadas e o presente caso, pois quando observada boa-fé do responsável, a comprovação de publicação extemporânea dos atos e a inexistência de danos ao erário, houve conversão das irregularidades em ressalva e, em parte dos acórdãos, afastamento das multas aplicadas.

Sobre isso, destaco que embora a resolução da irregularidade de forma definitiva tenha demorado quatro anos, ela aconteceu na sequência da publicação do acórdão de parecer prévio desta Corte, que decidiu pela irregularidade dos itens ora analisados, o qual foi publicado apenas no dia 10 de dezembro de 2020, também há quase 04 (quatro) anos da autuação da prestação de contas.

Cumpre destacar também, que entendo plausível e razoável a argumentação trazida pela defesa no recurso de revista, de que o atraso se deu pelo fato de que a municipalidade não contava com pessoal qualificado para o exercício dessa complexa função, já que o Município de Santa Amélia conta com pouco mais de 3.000 (três) mil habitantes, demonstrando que o erro não se deu por má-fé do gestor.

Desta forma, amparado nos princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade, e sobretudo à luz do papel constitucional de orientação deste Tribunal de Contas, entendo pela conversão das irregularidades em ressalvas. Ainda, pelo afastamento das multas aplicadas, pois os fatos ocorreram há mais de 05 (cinco) anos, havendo mitigação dos aspectos pedagógicos, socioeducativos ou até mesmo punitivos que eventual sanção traria.

III. VOTO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencedor)

Ante o exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e, no mérito, pelo PROVIMENTO do Recurso de Revisão, a fim de reformar o Acórdão nº 1692/23 – Tribunal Pleno (peça 157), que negou provimento ao recurso de revista apresentado contra o Acórdão de Parecer Prévio nº 727/20 – 1ª Câmara (peça 117), para julgar regulares as contas do Município de Santa Amélia, referentes ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade de Jarbas Carnelossi, com a ressalva em relação a ausência de publicação do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) do 3º bimestre e a ausência de publicação do relatório de gestão fiscal (RGF) do primeiro semestre, ambos de 2016.

Após o trânsito em julgado, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para redistribuição ao Relator da decisão de primeiro grau, de modo a possibilitar a adoção das medidas executórias cabíveis.

IV. VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA (vencido)

Divirjo parcialmente do Ilustre Relator, para manter as multas aplicadas no Acórdão de Parecer Prévio nº 727/20-S1C[1], confirmado pelo Acórdão nº 1692/23-STP[2].

Consoante se observa às peças 136-150, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do terceiro bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF do primeiro semestre do exercício de 2016 foram publicados em fevereiro de 2021, logo após o parecer prévio emitido em primeira instância, datado de 10/12/2020[3].

Sendo assim, acompanho a relatoria quanto à conversão dos itens irregulares em ressalva, em consonância com o que dispõe a Súmula nº 8:

"- Observada a regularização de impropriedade sanável, as contas deverão ser julgadas:

(...)

- Regulares com ressalva quando o saneamento houver ocorrido entre o julgamento de primeiro e o de segundo grau;"

No entanto, entendo que devem ser mantidas as sanções impostas, diante da ausência de justificativa plausível para a demora considerável na regularização das inconformidades, limitando-se o responsável a afirmar que o erro seria do contador e que não teria havido má-fé da sua parte.

Vale ressaltar que foram adotadas medidas para a devida publicação dos documentos tão somente após a emissão do parecer prévio recomendando a irregularidade das contas, ou seja, até então, o responsável não havia tomado

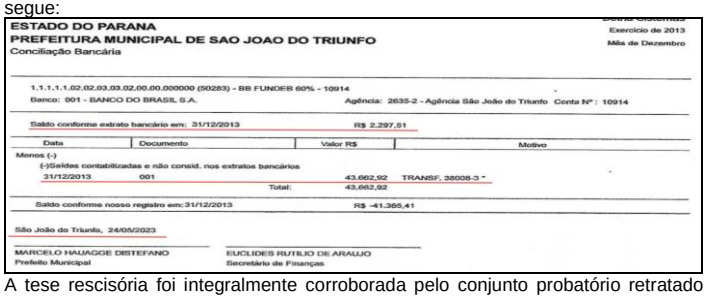
providências para o saneamento das irregularidades, o que, aliado ao lapso temporal de quase cinco anos para a realização da publicação, demonstra a reprovabilidade da sua conduta.
Nesse sentido, destaco trechos do Acórdão nº 37/20-STP[4], de minha relatoria, citado pelo recorrente como uma das decisões paradigmáticas a fundamentar o seu recurso de revisão:
"Entendo pela conversão do apontamento de irregularidade em ressalva, haja vista que a impropriedade se referia à ausência de comprovação da publicação do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro semestre de 2017, que através deste recurso restou demonstrada, através da juntada aos autos da documentação pertinente.
Entretanto, a data limite para publicação de referido demonstrativo era 30/07/2017, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
Como tal publicação ocorreu com mais de um ano de atraso (somente em 23/11/2018) e sem justificativa plausível, concluo que a multa administrativa imposta pela decisão ora recorrida (prevista no artigo 87, inciso IV, 'g', da Lei Complementar Estadual nº 113/2005) deve ser mantida, haja vista o prejuízo notório aos princípios da publicidade e transparência.
A tempestiva divulgação de demonstrativos fiscais proporciona um efetivo acesso às informações correlatas e consequente controle por parte da sociedade, sendo que a Lei Complementar nº 101/2000, ao dispensar o devido tratamento ao tema da transparência, reforça o entendimento de que tal se afigura como um dos instrumentos mais eficazes no que concerne à disciplina fiscal.
Nesse contexto, firmo entendimento pela procedência em parte das alegações recursais, considerando regulares com ressalva as contas, com a manutenção da multa aplicada, devido ao atraso na publicação do RGF do primeiro semestre de 2017."
Em face do exposto, VOTO pelo parcial provimento do recurso, para o fim de converter em ressalva as irregularidades relativas à ausência de prova da publicação do RREO do 3º bimestre e RGF do 1º semestre do exercício de 2016, mantendo-se, contudo, as respectivas multas aplicadas ao gestor.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta, em:
CONHECER e, no mérito, julgar pelo PROVIMENTO do Recurso de Revisão, a fim de reformar o Acórdão nº 1692/23 – Tribunal Pleno (peça 157), que negou provimento ao recurso de revista apresentado contra o Acórdão de Parecer Prévio nº 727/20 – 1ª Câmara (peça 117), para julgar regulares as contas do Município de Santa Amélia, referentes ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade de Jarbas Carnelossi, com a ressalva em relação a ausência de publicação do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) do 3º bimestre e a ausência de publicação do relatório de gestão fiscal (RGF) do primeiro semestre, ambos de 2016.
Após o trânsito em julgado, determinar o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para redistribuição ao Relator da decisão de primeiro grau, de modo a possibilitar a adoção das medidas executórias cabíveis.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e AUGUSTINHO ZUCCHI.
O voto divergente do Conselheiro IVAN LELIS BONILHA foi acompanhado pelo Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 23 de novembro de 2023 – Sessão Virtual nº 22.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

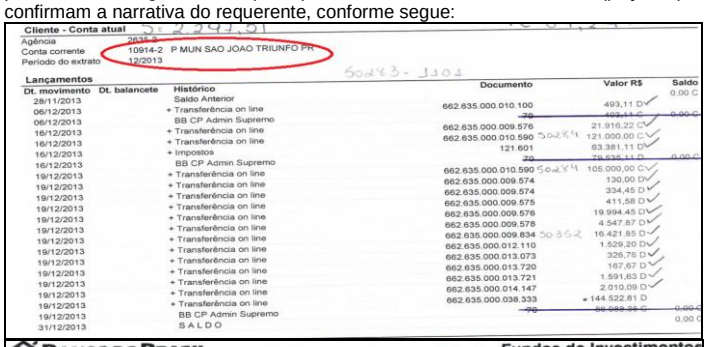
1. *Peça 117.*
2. *Peça 157.*
3. *Peça 117.*
4. *Recurso de Revista nº 334966/19. Unânime: Conselheiros Artagão de Mattos Leão, Fernando Augusto Mello Guimarães, Ivan Lelis Bonilha – relator, José Durval Mattos do Amaral, Fabio de Souza Camargo e Ivens Zschoerper Linhares.*

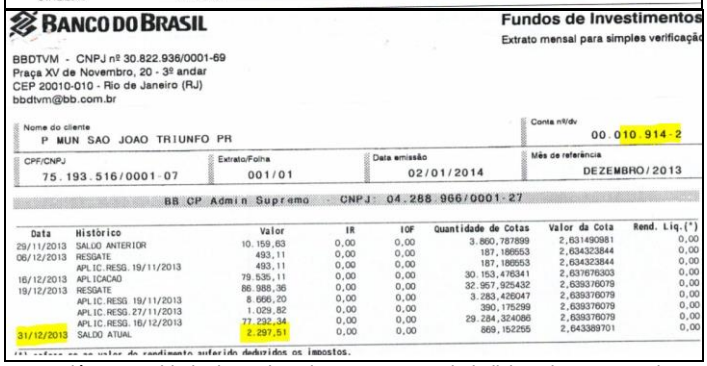
PROCESSO Nº:-699272/23
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO
INTERESSADO:-MARCELO HAUAGGE DISTEFANO
PROCURADOR:-ALESSANDRO LIGESKI
RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
PARECER PRÉVIO Nº 523/23 - TRIBUNAL PLENO
Pedido de Rescisão. Município de São João do Triunfo. Acórdão de Parecer Prévio n.º 149/18-S1C, parcialmente reformado, em sede de Recurso de Revista, por meio do Acórdão de Parecer Prévio n.º 495/20-STP e mantido, em sede de Recurso de Revisão, pelo Acórdão nº 1157/23-STP. Art. 494, II, do Regimento Interno. Superveniência de novos elementos de prova. Ocorrência. Pela Procedência do pedido rescisório.
1. RELATÓRIO
Trata-se de Pedido de Rescisão (peças 3 a 18) proposto por MARCELO HAUGGE DISTÉFANO em face do Acórdão de Parecer Prévio n.º 149/18 – Primeira Câmara[1] (peça 5), parcialmente reformado, em sede de Recurso de Revista, por meio do Acórdão de Parecer Prévio n.º 495/20 – Tribunal Pleno[2] (peça 6) e mantido, em sede de Recurso de Revisão, pelo Acórdão nº 1157/23 – Tribunal Pleno[3] (peça 7) que resultou na emissão de Parecer Prévio recomendando o julgamento pela irregularidade das contas do Prefeito de São João do Triunfo relativas ao exercício de 2013 devido à existência de contas bancárias com saldos a descoberto, sem que houvesse sido imputada a penalidade de multa ao referido agente público[4].
O pedido rescisório foi interposto com fulcro no art. 494, II, do Regimento Interno[5] e, em síntese, alicerça-se nos seguintes argumentos: (i) equívoco na escrituração contábil, circunstância citada na tramitação dos autos originários sem que houvesse sido juntados os meios de prova hábeis a demonstrar a sua veracidade; (ii) em casos concretos semelhantes, a conclusão deste Tribunal foi diferente daquela prolatada no processo originário, uma delas, inclusive, diz respeito a prestação de contas do Município São João do Triunfo referente ao exercício de 2014 e (iii) foram acostadas aos autos as conciliações bancárias que comprovam a correção da escrituração contábil.
Ao final, pugnou-se pela concessão de medida suspensiva da decisão rescindenda, nos termos do art. 495-A do RI[6], e, no mérito, pela procedência integral do pedido com a conversão do julgamento, recomendando-se a regularidade ou, subsidiariamente, a regularidade com ressalvas das contas relativas ao exercício de 2013.
Processo distribuído por sorteio para a minha relatoria, conforme Termo nº 5031/23 (peça 18)
Por meio do Despacho nº 1283/23-GCAZ (peça 19) foi proferida decisão admitindo o feito e a remessa dos autos para instrução técnica e oitiva do Órgão Ministerial, em consonância com a previsão no § 3º do Art. 495-A do Regimento Interno[7].
Instada a se manifestar, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), consoante Instrução nº 5105/23 (peça 20), posicionou-se pela impossibilidade de deferimento da pleito liminar em razão da não caracterização do periculum in mora, mas concluiu, em análise antecipada do mérito, pelo conhecimento e procedência do Pedido Rescisório, eis que (i) no procedimento originário, não houve a entrega dos extratos bancários relativos ao final do ano de 2013, que agora constam neste protocolado; (ii) os referidos documentos demonstram que o saldo da conta bancária, naquele período, estava zerado, já que havia aplicação/resgate automática dos recursos pela conta; (iii) a conciliação bancária, com a respectiva correção das contas contábeis, foi feita no exercício seguinte, nos termos do extrato acostado na Peça 13 e dos saldos em conciliação registrados no final de 2014 e informados no SIM-AM e (iv) decisões recente, em casos semelhantes, são no sentido de que cabe a conversão da irregularidade em ressalvas.
O Ministério Público de Contas (MPC), mediante Parecer n.º 1025/23-7PC da lavra do Procuradora Juliana Sternadt Reiner (Peça nº 21), pugnou: (i) em preliminar: (i.a) pelo não conhecimento do Pedido de Rescisão ou, subsidiariamente, (i.b) pelo indeferimento do pleito liminar de concessão de efeito suspensivo; e (ii) no mérito, (ii.a) pela improcedência do Pedido, em virtude da preclusão; ou, na eventualidade de afastamento desta argumentação, (ii.b) pela sua procedência, nos termos propostos pela unidade instrutiva.
É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
De início, passo a examinar as questões preliminares suscitadas pelo Ministério Público de Contas.
A Coordenadora de Gestão Municipal, nas folhas nº 3 e 4 da Instrução nº 5105/23-CGM (peça 20), explicou que o conteúdo probatório acostado nas peças 10 a 17 foi obtido recentemente e refere-se a fatos pretéritos e contemporâneos a prestação de contas do exercício de 2013, especialmente quanto ao documento anexado a peça 14, deixando registrado, como ressalva, que alguns dos meios de prova já haviam sido carreados ao autos originários[8] e considerados para fins de julgamento, opinando, ao final, pelo conhecimento do feito em razão da satisfação dos pressupostos do art. 77, II, da LC nº 113/05[9].
Por outro lado, o Parquet, entende que o pleito rescisório não deveria ser conhecido, pois (i) a alegada "superveniência de novos elementos de prova" deveria ser adequadamente comprovada nos autos, o que não se verifica, pois no Processo n.º 223023/14 o Requerente teve a oportunidade de comprovar que houve o devido equacionamento das contas bancárias com saldo a descobertos e, ainda assim, não o fez; (ii) os documentos apresentados são coetâneos à Prestação de Contas do Prefeito Municipal e eram plenamente acessíveis ao Requerente e (iii) os Pedidos de Rescisão precisam ser apreciados à luz do artigo 357, § 2º, do RI[10], bem como do artigo 435 do Código de Processo Civil[11], aplicável aos processos administrativos que tramitam junto a esta Corte por força do disposto no artigo 52 da LC n.º 113/05;
Pois bem, primeiramente, faz-se necessário rememorar que o Prejulgado nº 4[12] fixou os pressupostos a serem considerados para efeito de admissibilidade dos Pedidos Rescisórios que tramitam neste Tribunal de Contas, tendo sido estabelecida, dentre outras, a seguinte diretriz interpretativa para o inciso II do art. 494 do Regimento Interno:
X - Por superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos entende-se como um documento desconhecido pelo Tribunal no momento da decisão, mas existente à época dos fatos. E também por aquele que deveria ter sido produzido à época e não foi, mas reflete fato anterior. (sem grifo no original)
Denota-se, portanto, que o fato de o requerente não ter acostado aos autos originários elemento de prova que, em tese, estaria à sua disposição, não constitui, em regra, circunstância juridicamente relevante para fins de conhecimento do Pedido Rescisório interposto com fundamento na superveniência de novos elementos de prova, privilegiando-se, assim, o princípio da verdade material, existindo, inclusive, precedente deste Tribunal no mesmo sentido, conforme segue:
ACÓRDÃO Nº 2230/22-TRIBUNAL PLENO. PEDIDO DE RESCISÃO Nº 520858/16. RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES.
Acrescente-se que, diversamente do que dispõe o CPC, seja no revogado art. 485, VII, seja pela atual redação do art. 966, VII, na sistemática do julgamento de pedidos de rescisão desta Corte, não se exige que o documento seja desconhecido pelo seu autor quando da decisão rescindenda, mas, que fosse desconhecido pelo Tribunal e que reflita fato anterior. (sem grifo no original).
Em complemento, entendo, respeitosamente, que o conceito de documento novo previsto no art. 357, § 2º, do Regimento Interno tem aplicação restrita ao juízo de admissibilidade relativo à juntada intempestiva de contraditório, nos termos art. 357, § 1º, do RI[13], sendo incabível, também, a aplicação subsidiária do art. 435 do CPC, eis que, como demonstrado acima, existem preceitos emanados por esta Corte de Contas fixando os pressupostos de cabimento do pleito rescisório.
Nestes termos, é possível concluir, salvo melhor juízo, pela inviabilidade jurídica e, por conseguinte, inaplicabilidade, no âmbito do Pedidos de Rescisão que tramitam nesta corte de Contas, da tese do Ministério Público de Contas concernente a preclusão do direito do requerente para a produção de prova que, em tese, estaria ao alcance do requerente, mas não foi tempestivamente anexada aos autos originários.
Diante do exposto, e em respeitosa divergência com o Órgão Ministerial, reitero o juizo positivo de admissibilidade do pedido rescisório em razão da satisfação dos pressupostos formais inseridos no art. 494, inciso II, combinados com seus §§ 1º e 2º, do Regimento Interno[14].
Por derradeiro, o pleito liminar proposto pelo requerente restou prejudicado em razão deste processo encontrar-se adequadamente instruído para prolação de decisão

definitiva.
Inexistindo outras questões preliminares a serem consideradas, passa-se à análise de mérito.
Diante dos elementos de convicção disponíveis nos autos, especialmente em relação ao que foi retratado nas folhas nº 6 a 12 da Instrução nº 5105/23-CGM (peça 20), entendo que o pedido rescisório deve ser provido, conforme fundamentação a ser exposta adiante.
Como relatado nos Acórdãos de Parecer Prévio nº 149/2018-S1C (peça 5), 495/2020-STP (peça 6) e 1157/23-STP (peça 7), as contas relativas ao exercício financeiro de 2013 foram consideradas irregulares devido à existência de registro contábil de conta bancária[15] com saldo negativo no montante de - R$ 41.365,14 (quarenta e um mil trezentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos).
Na expectativa de desconstituir a irregularidade apontada, o requerente, em síntese, esclarece que se tratou de erro de conciliação e escrituração contábil que pode ser objetivamente comprovado mediante a análise do extrato bancário referente ao final do referido exercício, sendo que a falha retrocitada foi efetivamente corrigida no ano seguinte, inexistindo, concretamente, saldo bancário negativo e/ou má gestão dos recursos públicos disponíveis naquela época (fls. nº 4 a 7 da Peça nº 3), conforme segue:


ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO TRIUNFO
Conciliação Bancária
Exercício de 2013
Mês de Dezembro
1.1.1.1.1.02.02.03.03.02.00.00.000000 (50283) - BB FUNDEB 60% - 10914
Banco: 001 - BANCO DO BRASIL S.A. Agência: 2635-2 - Agência São João do Triunfo Conta Nº: 10914
Saldo conforme extrato bancário em: 31/12/2013 R$ 2.297,51
Data | Documento | Valor R$ | Motivo
Menos (-)
(-)Saídas contabilizadas e não consid. nos extratos bancários
31/12/2013 001 43.662,92 TRANSF. 38008-3 *
Total: 43.662,92
Saldo conforme nosso registro em:31/12/2013 R$ -41.365,41
São João do Triunfo, 24/05/2023
MARCELO HAUAGGE DISTEFANO
Prefeito Municipal
EUCLIDES RUTILO DE ARAUJO
Secretário de Finanças

A tese rescisória foi integralmente corroborada pelo conjunto probatório retratado pela Coordenadoria de Gestão Municipal nas folhas nº 6 a 12 da Instrução nº 5105/23-CGM (peça 20), tendo sido mencionado que não havia sido apresentados os extratos bancários da conta e de resgate automático com data de 31/12/2013 no procedimento originário, os quais passaram a constar nestes autos (peça 14) e confirmam a narrativa do requerente, conforme segue:


Cliente - Conta atual
Agência 2635-2
Conta corrente 10914-2 P MUN SAO JOAO TRIUNFO PR
Período do extrato 12/2013
Lançamentos
Dt. movimento | Dt. balancete | Histórico | Documento | Valor R$ | Saldo
28/11/2013 Saldo Anterior 0,00 C
06/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.010.100 493,11 D
06/12/2013 BB CP Admin Supremo -20 473,11 D 0,00 C
16/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.576 21.916,22 C
16/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.010.590 121.000,00 C
16/12/2013 + Transferência on line 121.601 63.381,11 D
16/12/2013 + Impostos -20 79.535,11 D 0,00 C
16/12/2013 BB CP Admin Supremo 662.635.000.010.590 105.000,00 C
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.574 130,00 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.574 334,45 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.575 411,58 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.576 19.994,45 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.578 4.547,87 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.009.834 16.421,85 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.012.110 1.529,20 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.013.073 326,76 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.013.720 167,67 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.013.721 1.591,63 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.014.147 2.010,09 D
19/12/2013 + Transferência on line 662.635.000.038.333 + 144.522,81 D
19/12/2013 BB CP Admin Supremo -20 86.988,36 C 0,00 C
31/12/2013 S A L D O 0,00 C


BANCO DO BRASIL
Fundos de Investimentos
Extrato mensal para simples verificação
BBDTVM - CNPJ nº 30.822.936/0001-69
Praça XV de Novembro, 20 - 3º andar
CEP 20010-010 - Rio de Janeiro (RJ)
bbdtvm@bb.com.br
Nome do cliente: P MUN SAO JOAO TRIUNFO PR
Conta nº/dv: 00.010.914-2
CPF/CNPJ: 75.193.516/0001-07
Extrato/Folha: 001/01
Data emissão: 02/01/2014
Mês de referência: DEZEMBRO/2013
BB CP Admin Supremo - CNPJ: 04.288.966/0001-27
Data | Histórico | Valor | IR | IOF | Quantidade de Cotas | Valor da Cota | Rend. Liq.(*)
29/11/2013 SALDO ANTERIOR 10.159,83 0,00 0,00 3.860,787899 2,631490981 0,00
06/12/2013 RESGATE 493,11 0,00 0,00 187,186553 2,634323844 0,00
APLIC. RESG. 19/11/2013 493,11 0,00 0,00 187,186553 2,634323844 0,00
16/12/2013 APLICACAO 79.535,11 0,00 0,00 30.153,476341 2,637676303 0,00
19/12/2013 RESGATE 86.988,36 0,00 0,00 32.957,925432 2,639376079 0,00
APLIC. RESG. 19/11/2013 8.666,20 0,00 0,00 3.283,426047 2,639376079 0,00
APLIC. RESG. 27/11/2013 1.029,82 0,00 0,00 390,175299 2,639376079 0,00
APLIC. RESG. 16/12/2013 77.292,34 0,00 0,00 29.284,324086 2,639376079 0,00
31/12/2013 SALDO ATUAL 2.297,51 0,00 0,00 869,152255 2,643389701 0,00
(*) valores se referem ao valor do rendimento auferido deduzidos os impostos.

Para além, a unidade instrutiva detectou que o jurisdicionado empreendeu a correção da escrituração contábil no exercício de 2014 (fl. 9 da peça 20), conforme segue:
Entretanto, no ano seguinte a conciliação bancária foi feita, conforme extrato encaminhado à Peça 13 e os saldos em conciliação ao final de 2014, encaminhados ao SIM-AM, o quais demonstram que aquela operação de 2013 foi regularizada/sanada/realizada.
Na verdade, o caso concreto versa sobre uma inconsistência contábil (ajuste/diferença de fontes[16]) no exercício de 2013, erro de natureza formal que, pelos elementos de convicção disponíveis, não resultou em dano ao erário e, como já citado, foi prontamente corrigido no ano seguinte.
Inclusive, este Tribunal, em casos semelhantes, tem se posicionado pela conversão da irregularidade em ressalvas, conforme precedentes citados adiante:
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 177/23 – TRIBUNAL PLENO. PROCESSO Nº 293212/18. RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL.
Assim, em que pese tenha a CGM evidenciado a realização de transferências contábeis em dissonância aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo que a restrição pode ser objeto de ressalva, pois conforme extrato encaminhado à peça 64 e enfatizado pela própria unidade técnica, a operação se tratou apenas de uma operação contábil (ajustes de fontes) e não de uma operação financeira, que foi corrigida pela Municipalidade em 30/01/2015 (peça 183), [...] (sem grifo no original)
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 137/23 – TRIBUNAL PLENO. PROCESSO Nº 474551/18. RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA.
Cumpre destacar que o apontamento da Coordenadoria de Gestão Municipal se refere a contas correntes bancárias com saldos contábeis a descoberto, tratando-se, portanto, de inconsistências contábeis.
Os saldos contábeis negativos das contas correntes bancárias indicadas se relacionam a operações pendentes em conciliação ao final do exercício de 2014. [...]
Denota-se, portanto, que alguns saldos contábeis negativos foram regularizados com lançamentos efetuados já no início do exercício subsequente.
Em que pese não ter sido demonstrada a realização no exercício seguinte de todas as operações pendentes de conciliação ao final de 2014, fato é que a impropriedade assinalada tem caráter eminentemente formal, de natureza contábil, desprovida de maior relevância para a análise como um todo da gestão financeira do Município.
Não há notícia de que tal inconformidade tenha gerado lesão ao erário, comprometimento à execução de programas ou prejuízo aos munícipes, tampouco implica em violação ao equilíbrio fiscal.
Presume-se que se trata de mera falha de procedimento, oriunda de registros contábeis inadequados, inexistindo comprovação de que tenha se originado de atos de má-fé. [...]
Nessa senda, considerando que aludida impropriedade seria a única a remanescer nos presentes autos, num critério de razoabilidade e proporcionalidade, entendo que não possui o condão de macular toda a gestão, de modo que, em conformidade com precedentes, converto-a em ressalva, e afasto a sanção a ela relacionada." (sem grifo no original)
Pelo exposto, em anuência ao posicionamento da unidade de instrução técnica, julgo cabível a reforma dos Acórdãos de Parecer Prévio nº 149/2018-S1C (peça 5), 495/2020-STP (peça 6) e 1157/23-STP (peça 7) a fim de converter a recomendação de julgamento da prestação de contas do Município de São João do Triunfo do exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Marcelo Hauagge Distéfano, em REGULARES COM RESSALVAS, sem a aplicação de multa ao gestor, mantendo-se íntegros os demais termos das referidas decisões que não guardem correlação com o objeto deste pedido rescisório, especialmente no tocante à recomendação expedida.
3. VOTO
Diante do exposto, VOTO pela PROCEDÊNCIA deste Pedido de Rescisão a fim de converter a recomendação de julgamento da prestação de contas do Município de São João do Triunfo do exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Marcelo Hauagge Distéfano, em REGULARES COM RESSALVAS, sem a aplicação de multa ao gestor, mantendo-se íntegros os demais termos das referidas decisões que não guardem correlação com o objeto deste pedido rescisório, especialmente no tocante à recomendação expedida.
Com o trânsito em julgado, remeta-se os autos para Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e providências necessárias, após à Diretoria de Protocolo (DP) para a reprodução da decisão e da respectiva certidão de trânsito em julgado, com posterior juntada ao processo de origem, nos termos do § 1º do art. 496-A.
Na sequência, proceda-se ao encerramento do presente processo, nos termos do § 1º, do art. 398, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros do TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade:
I - Conhecer o Pedido de Rescisão, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito julgar pela PROCEDÊNCIA a fim de converter a recomendação de julgamento da prestação de contas do Município de São João do Triunfo do exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Marcelo Hauagge Distéfano, em REGULARES COM RESSALVAS, sem a aplicação de multa ao gestor, mantendo-se íntegros os demais termos das referidas decisões que não guardem correlação com o objeto deste pedido rescisório, especialmente no tocante à recomendação expedida.
II - Determinar, com o trânsito em julgado, a remessa dos autos para Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e providências necessárias, após à Diretoria de Protocolo (DP) para a reprodução da decisão e da respectiva certidão de trânsito em julgado, com posterior juntada ao processo de origem, nos termos do § 1º do art. 496-A.
III - Determinar, na sequência, o encerramento do presente processo, nos termos do § 1º, do art. 398, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 23.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. Processo nº 223023/14 de Relatoria do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.
2. Processo nº 444326/18 de Relatoria do Conselheiro Artagão de Mattos Leão.
3. Processo nº 689535/20 de Relatoria do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Foi interposto o Embargos de Declaração nº 359552/23 em face do Acórdão nº 1157/23-STP, o qual foi conhecido e julgado improcedente por meio do Acórdão nº 2860/23-Tribunal Pleno (Peça nº 8).
4. Em sede de Recurso de Revista, conforme Acórdão de Parecer Prévio nº 495/20-STP (Peça nº 6), foram ressalvados as seguintes irregularidades: (i) diferenças nos registros de transferências constitucionais e (ii) falta de repasse de contribuições patronais para o INSS, conforme.
5. Art. 494. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, transitada em julgado, quando: [...]
II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;
6. Art. 495-A. O Relator poderá conceder medida liminar suspensiva da decisão rescindenda, que somente surtirá efeito após a aprovação do Tribunal Pleno, com voto favorável de no mínimo 03 (três) conselheiros, vedadas as medidas que esgotem, no todo ou em parte, o objeto do processo, desde que suficientemente demonstrado:
I - a existência de prova inequívoca do direito alegado, cuja verificação independa de qualquer dilação probatória;
II - fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
7. Art. 495-A. [...]
§ 3º Não será admitida a concessão de liminar sem a prévia instrução da unidade técnica competente, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, e a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, no mesmo prazo.

__8__. Processo de Prestação de Contas nº 223023/14.
__9__. Art. 77. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, desde que:
[...]
II – tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;
__10__. Art. 357. As alegações de defesa e as razões de justificativa serão admitidas dentro do prazo determinado na citação ou na intimação.
[...]
§ 2º Documento novo é aquele que a parte comprovadamente não pôde ter acesso.
__11__. Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
__12__. Processo nº 37996/07. Acórdãos nº 277/07 e 925/07. Relator: Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.
__13__. Art. 357 [...]
§ 1º Exaurido o prazo, a admissibilidade da juntada de documentos dependerá, em todos os casos, de despacho do relator e somente será permitida antes de concluída a fase processual de instrução, ressalvada a hipótese de tratar-se de documento novo.
__14__. Art. 494. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é atribuída legitimidade para propor, sem efeito suspensivo, o Pedido de Rescisão de decisão definitiva, transitada em julgado, quando:
[...]
II - tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos;
[...]
§ 1º O direito de propor a rescisão se extingue em 2 (dois) anos, contados da data da irrecorribilidade da decisão.
__15__. Banco 001, Agência 26352, Conta nº 10914 – BB FUNDB 60%.
__16__. Conforme evidenciado no Razão Analítico para Conciliação Bancária do Período de 01/12/2013 até 31/12/2013 (Peça nº 15).

TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações



TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 792499/18
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ
INTERESSADO: DURVAL ATHAYDE FILHO, HISSASHI UMEZU, INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ, JOSE SLOBODA, TANIA MARISTELA MUNHOZ, VALDEMIR FERREIRA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 1703/23
Encaminhe-se à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de junto ao Tribunal de Contas para que se manifestem sobre a petição protocolada na peça 75.

Após, retorne.
Publique-se.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 803533/23
ENTIDADE: ANA PAULA RIPOL DA SILVA
INTERESSADO: ANA PAULA RIPOL DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REQUERIMENTO INTERNO
DESPACHO: 1709/23
Em atenção ao Despacho n. ° 4636/23 do Gabinete da Presidência (peça 3), autorizo a distribuição do presente feito por dependência ao Processo de Servidor n. ° 712499/19, de minha Relatoria[1], por conterem pedidos idênticos.
Deste modo, desde logo autorizo também que, após ser autuado e distribuído, na forma do Parágrafo único[2], do artigo 146, do Regimento Interno, a Diretoria de Protocolo (DP) o apense ao Processo de Servidor n. ° 712499/19, em conformidade com o §1º, do artigo 364[3], do Regimento Interno.
Retorne o expediente ao Gabinete da Presidência (GP).
Publique-se.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Conforme Termo de Redistribuição n. ° 53/20 da Diretoria de Protocolo (peça 13 dos autos digitais do processo n. ° 712499/19)*
2. *Parágrafo único. Os pedidos que versem sobre contagem de tempo, revisão de proventos, abono de permanência e demais requerimentos que contenham pedido diverso do rol de direitos assegurados pelo Estatuto dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou que ensejem impacto orçamentário, sofrerão autuação e distribuição na forma prevista neste Regimento, e serão objeto de deliberação colegiada, conforme dispõe o inciso XII, do art. 10. (Redação dada pela Resolução nº 66/2018)*
3. *Art. 364. O apensamento é a vinculação de um processo a outro, determinado pelo Relator, para fins de análise e decisão única, de modo uniforme para os processos apensados. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
§ 1º Nas hipóteses de distribuição por dependência, desde que não haja incompatibilidade de ritos nem prejuízo à tramitação e celeridade processual, o Relator poderá determinar o apensamento dos autos, unificando a tramitação dos processos e julgando-os em acórdão único.

PROCESSO N.º: 400656/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL
INTERESSADO: IVETE DA SILVA BARRONI, MARLUCI MILITZ, MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL, TAMILY MIOTT, VALMOR FELIPE JUNIOR, VANESSA DOS SANTOS
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO: 1710/23
Após a Instrução 16947/23 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE (peça 48) o processo foi distribuído para minha relatoria (conforme termo à peça 49) e recebeu o Parecer 1305/23 do Ministério Público de Contas (peça 51).
No entanto, nos termos do §5º[1], do Artigo 299-A, do Regimento Interno, o requerimento de análise de admissão de pessoal considerado irregular após a realização de diligências preliminares deverá ser encaminhado para distribuição e regular processamento, quando receberá instrução pela Coordenadoria de Gestão Estadual ou Municipal, conforme o caso, sendo posteriormente encaminhado ao Ministério Público de Contas.
Deste modo, encaminhe-se o processo à Coordenadoria de Gestão Municipal, para instrução. Após, siga ao Ministério Público de Contas, para eventual complementação do seu parecer.
Regularmente instruído, retorne para inclusão em pauta de julgamento.
Publique-se.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Art. 299-A. Os requerimentos estaduais e municipais de análise de admissão de pessoal, inativação, pensão e revisões de pensão e de proventos encaminhados por meio de sistema de atos de pessoal serão diretamente remetidos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, para análise eletrônica. (Redação dada pela Resolução n° 64/2018)*
(...)
§ 5º Os atos considerados irregulares após a realização de diligências preliminares serão encaminhados para distribuição e regular processamento, nos termos do art. 333, I a V, deste Regimento Interno, quando passarão a receber instrução pela Coordenadoria de Gestão Estadual ou pela Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme o caso. (Redação dada pela Resolução n° 64/2018)

PROCESSO N.º: 632053/20
ENTIDADE: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO: ELEUZA MARIA JULIÃO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, PARANAPREVIDÊNCIA
PROCURADOR/ADVOGADO: ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 1713/23
Em vista do contido no Parecer 1027/23-4PC (peça 39), encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para proceder à intimação da PARANAPREVIDÊNCIA para, apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a retificação do ato de inativação, observadas as disposições regimentais.
Publique-se.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 796464/23
ENTIDADE: COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A.
INTERESSADO: ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LIMITADA
PROCURADOR/ADVOGADO: BRUNO GUIMARÃES BIANCHI, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, LEONARDO COELHO RIBEIRO, LEONARDO DALLA COSTA NOVAKOVSKI, RAFAEL VERAS DE FREITAS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 1719/23
Trata-se de representação prevista na Lei 13.303/2016,[1] com pedido de medida cautelar, formulada por Almaq Equipamentos para Escritório Ltda., visando à imediata suspensão da execução do Contrato de Parceria 9/2022 firmado em 20 de dezembro de 2022 entre a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (sociedade de economia mista controlada pelo Município de Londrina) e a Simpress Comércio Locação e Serviços Ltda., tendo por objeto "a formação de parceria entre as partes [...], para em conjunto desenvolver e comercializar solução tecnológica para o Serviço de Outsourcing de equipamentos de informática, softwares, assistência técnica, suporte, treinamento, logística, etc.", com vigência de 60 meses (peça 4, p. 2).
A representante pretende também cautelarmente a suspensão dos contratos decorrentes do aludido contrato de parceria, em especial do Contrato SMGP-0099/2023 (peça 11) firmado entre o Município de Londrina, a Autarquia Municipal de Saúde e a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (CTD) em junho de 2023, com valor de R$ 23.477.843,52 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), destinado à "Prestação de serviços especializados em Outsourcing na DISPONIBILIZACÃO DE TABLETS COM SOFTWARES GERENCIAIS, IMPRESSORA TÉRMICA DE LINHAS" (peça 11, p. 2), com prazo de execução de 36 meses.
A peça inicial sustenta a ocorrência de duas ilegalidades:
a) A pactuação direta do Contrato de Parceria 9/2022, mediante inaplicabilidade de licitação, sem a presença das características que autorizariam a aplicação do artigo 28, § 3º, inciso II e § 4º, da Lei 13.303/2016[2] e do artigo 4º, inciso II e § 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da CTD;[3]
b) Indeferimento do pedido da "íntegra da documentação referente ao Processo Administrativo nº 009/2022 - Contrato nº 009/2022 CDT - Inaplicabilidade de licitação nº 001/2022" (peça 5, p. 2), enviado à CTD e à Ouvidoria do Município de Londrina (peça 6) pelo advogado Leonardo Dalla Costa Novakovski (procurador da representante no presente feito), resultando em infração ao artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal[4] e em diversos outros dispositivos legais referidos na peça inicial (peça 3).
Ao final, a representação apresenta os seguintes pedidos:
a) O recebimento desta Representação e a imediata suspensão da execução do Contrato de Parceria nº 009/2022 da CTD e dos contratos dela decorrentes, em especial o Contrato nº SMGP-0099/2023 do Município de Londrina, até o julgamento final desta Representação;
b) O julgamento de procedência desta Representação para, reconhecendo a irregularidade na celebração do Contrato de Parceria nº 009/2022 da CTD, anular os atos praticados pelos Representados, bem como todos os atos subsequentes, em especial a homologação e assinatura do Contrato de Parceria nº 009/2022 com a Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. e a homologação e assinatura do Contrato nº SMGP-0099/2023 do Município de Londrina, bem como aplicando as sanções cabíveis aos responsáveis.
Pois bem. Observo que a seção do site da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. intitulada "portal da transparência" aparentemente não contém, até a presente data, qualquer informação sobre o procedimento de inaplicabilidade de licitação questionado na presente representação, conforme consulta realizada pelo Gabinete deste relator nos editais de licitações (que incluem contratações diretas, por dispensa e por inexigibilidade de licitação, note-se). Igualmente, nenhuma informação sobre o procedimento está disponível no Portal de Informações para Todos, mantido por este Tribunal de Contas. A seção contratos e parcerias do portal da transparência da CTD, por sua vez, apresenta unicamente o extrato juntado pela representante à peça 4 dos autos.
A representante não juntou aos autos o ato de indeferimento, propriamente dito, do seu pedido de acesso à informação, pelo agente competente. Contudo, há nos autos as comunicações oriundas da Ouvidoria-Geral do Município de Londrina (peças 6 e 7) e o parecer jurídico que precedeu a decisão (peça 8).
A peça 5 dos autos contém e-mail encaminhado pelo advogado Leonardo Dalla Costa Novakovski à CTD, com o seguinte teor:
Com fundamento no art. 7º, VI, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), solicito, gentilmente, seja encaminhada a íntegra da documentação referente ao Processo Administrativo nº 009/2022 - Contrato nº 009/2022 CDT - Inaplicabilidade de licitação nº 001/2022, que resultou na formalização de contrato de parceria entre a CTD e a empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. Solicito, em especial, o processo administrativo anterior à celebração do contrato, contendo o procedimento e o atendimento aos requisitos necessários para tanto. (peça 5, p. 2)
No parecer jurídico, lê-se que o teor da solicitação que está sendo tratada não é exatamente esse, mas o seguinte (cujo teor consta também da peça 6, p. 3):
Solicito acesso ao processo administrativo e documentação pertinente referentes à celebração do Contrato nº 009/2022 da CDT, celebrado com a empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços, pela inaplicabilidade de licitação nº 001/2022. Trata-se do processo administrativo nº 009/2022. Peço, gentilmente, seja encaminhada toda a documentação atinente à contratação, desde a fase interna. (peça 8, p. 2)
O parecer jurídico da CTD opina "pela legalidade da eventual decisão de não fornecimento das informações solicitadas, haja vista o sigilo já atribuído pela autoridade competente da administração, nos termos do regulamento previamente aprovado, observados os requisitos exigidos pela legislação" (peça 8, p. 14). Em síntese, o parecer sustenta que esse sigilo tem fundamento em diversas disposições legais e regulamentares aplicáveis ao caso, bem como em acordo de confidencialidade firmado com o parceiro, além da já ter sido assegurado a outras

empresas estatais em situações parecidas. Destaca, ainda, que a Resolução 11/2023 da CTD classificou como sigilosas as informações em questão, sendo o diretor presidente da entidade, sr. Luciano Kuhl, o responsável por tal classificação.
Com efeito, a própria Lei de Acesso à Informação, indicada pelo requerente em seu pedido de informações encaminhado à CTD (peça 5), prevê hipóteses em que o sigilo deverá ser resguardado. No presente caso, contudo, o que se verifica é que o pedido do interessado foi integralmente indeferido, sem que a extensão dessa recusa tenha sido de qualquer forma justificada, o que em princípio constitui afronta à regra contida no § 2º do artigo 7º da lei em questão.[5] O mesmo raciocínio se aplica à disponibilização, no portal da transparência, das informações sobre o procedimento de inaplicabilidade de licitação, já que nenhuma informação foi encontrada na pesquisa realizada, à exceção do extrato do contrato, conforme relatado neste despacho.
Tal ausência de informações, tanto no portal da transparência quanto na resposta ao pedido do interessado, em princípio é incompatível com os princípios da publicidade e da transparência, além de impeditiva ao adequado desempenho do controle social e do controle externo sobre os atos da Administração. Nesse cenário, é impossível dissociar a primeira e a segunda ilegalidades suscitadas na representação para o fim do exercício do juízo de admissibilidade: sem a disponibilização das informações sobre o procedimento de inaplicabilidade de licitação – que é ônus da Administração e, caso restringida, deverá sê-lo apenas na estrita medida necessária e legalmente permitida – não é possível considerá-lo regular. Cabe à CTD, nesse sentido, demonstrar inclusive a legitimidade do sigilo atribuído.
Diante do exposto e preenchidos os requisitos dos artigos 30[6] e 34[7] da Lei Complementar Estadual 113/2005 e dos artigos 275 e 276, caput e §1°[8], do Regimento Interno, recebo a representação.
Nada obstante, não concedo a medida cautelar requerida. Ainda que a sociedade de economia mista e agentes seus tenham possivelmente praticado atos ilegais, antes de sua manifestação nos autos não é possível avaliar se a suspensão do contrato de parceria e de seus derivados seria uma medida razoável e proporcional, diante dos vícios porventura existentes. Não se verifica, a princípio, patente arbitrariedade nos referidos atos. Houve a classificação das informações como sigilosas pelo diretor presidente da CTD mediante ato formal, que faz referência inclusive à "deliberação constante em 256ª Reunião da Diretoria realizada em 30.01.2023" (peça 8, p. 11). O extrato do contrato de parceria, por sua vez, foi publicado e o indeferimento do pedido de acesso à informação foi em alguma medida motivado (conforme parecer jurídico contido na peça 8 dos presentes autos).
Ademais, segundo o extrato do contrato, o objeto da avença questionada é "a formação de parceria entre as partes [...], para em conjunto desenvolver e comercializar solução tecnológica para o Serviço de Outsourcing de equipamentos de informática, softwares, assistência técnica, suporte, treinamento, logística, etc." (peça 4, p. 22, grifo nosso), enquanto as licitações apresentadas pelo representante como paradigma (peça 10), destinaram-se à contratação de serviços (como outsourcing de impressão), de modo que as situações comparadas não me parecem, em juízo de cognição sumária, similares a ponto de conduzirem necessariamente à mesma solução.
Diante do recebimento da representação, citem-se os seguintes, na forma regimental, para que no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias exerçam o contraditório e a ampla defesa quanto ao contido nos autos, apresentando todas as informações, os documentos, as peças de processos administrativos e os demais elementos que reputarem pertinentes ou que sejam imprescindíveis às razões que venham a aduzir e ao esclarecimento dos fatos:
a) Município de Londrina, na pessoa de seu representante legal;
b) Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., na pessoa de seu representante legal;
c) Luciano Kuhl, diretor presidente da CTD, signatário dos Contratos 9/2022 e SMGP-0099/2023 e responsável pela atribuição de sigilo referida no parecer jurídico à peça 8;
d) Pedro José Granja Sella, signatário do Contrato 9/2022 pela CTD (peça 4);
e) Rogério Donizete da Silva, signatário do parecer jurídico à peça 8;
f) George Moraes de Oliveira, signatário do parecer jurídico à peça 8;
g) Simpress Comércio Locação e Serviços Ltda., parte no Contrato 009/2022;
h) Fernando José Coutinho Martins, signatário do Contrato 9/2022 pela Simpress (peça 4);
i) Carlos Alberto Pulici Junior, signatário do Contrato 9/2022 pela Simpress (peça 4).
Solicito ao Município de Londrina que, adicionalmente, apresente:
I. A íntegra do procedimento de Inexigibilidade de Licitação IN/SMGP-0042/2023, que resultou no Contrato nº SMGP-0099/2023;
II. O ato do agente competente que negou o pedido de acesso à informação encaminhado à Ouvidoria do Município (peças 5 e 6 destes autos), acompanhado da respectiva motivação.
Solicito à CTD que, adicionalmente, apresente:
I. Toda a documentação referente ao Processo Administrativo nº 009/2022 (incluídas a Inaplicabilidade de licitação nº 001/2022 e o Contrato nº 009/2022) que não esteja abrangida pelo sigilo estipulado pela CTD;
II. Toda a documentação não sigilosa (tais como, se for o caso, a Resolução 011/2023 e os atos que a embasaram, assim como a ata da 256ª Reunião da Diretoria, realizada em 30/01/2023) referente ao procedimento da CTD que resultou na atribuição de sigilo a atos do Processo Administrativo nº 009/2022. Obviamente, a motivação concreta para o sigilo não pode, ela própria, estar revestida pelo sigilo;
III. O ato do agente competente que negou o pedido de acesso à informação (peças 5 e 6 destes autos), acompanhado da respectiva motivação.
A ausência de resposta poderá resultar na procedência da representação e na adoção das medidas e sanções previstas na Lei Complementar Estadual 113/2005 a todos os agentes responsáveis.
Destaco que a decisão a ser proferida por este Tribunal poderá gerar efeitos sobre negócios jurídicos derivados do Contrato de Parceria 9/2022.
Desde logo, diante das poucas informações disponibilizadas publicamente pela Administração e do vulto das contratações diretas que, em tese, podem estar relacionados ao Processo Administrativo nº 009/2022/Inaplicabilidade de licitação nº 001/2022/Contrato nº 009/2022 (a exemplo do Contrato nº SMGP-0099-2023, constante da peça 11), dê-se ciência da presente representação à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, a fim de que, de acordo com os critérios técnicos balizadores de sua atuação (como aqueles previstos no artigo 151-A, § 3º, do Regimento Interno[9]), avalie, pelas vias próprias,[10] se a situação demanda a instauração de procedimento(s) de fiscalização autônomo(s), com a adoção das providências correspondentes, se for o caso.
Após, à Diretoria de Protocolo, para proceder às citações indicadas e ao controle de prazo.
Posteriormente, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 87. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo tribunal de contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando as empresas públicas e as sociedades de economia mista responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição.*
[...]
§ 2º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao tribunal de contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.
2. *Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.*
§ 1º Aplicam-se às licitações das empresas públicas e das sociedades de economia mista as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
§ 2º O convênio ou contrato de patrocínio celebrado com pessoas físicas ou jurídicas de que trata o § 3º do art. 27 observará, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.
§ 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:
I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput , de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;
II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.
§ 4º Consideram-se oportunidades de negócio a que se refere o inciso II do § 3º a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.
3. *Art. 4º Este Regulamento não se aplica nas seguintes situações:*
I – comercialização, aquisição, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social;
II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.
§ 1º. Consideram-se oportunidades de negócio, a que se refere o inciso II do caput, a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.
§ 2º A formação de parcerias descrita no inciso II deste artigo ficará condicionada ao atendimento concomitante dos seguintes requisitos:
I – Oportunidade de negócio, que pode ser concretizada por meio dos mais variados modelos associativos, societários ou contratuais, nos moldes do § 4º do art. 28 da Lei nº 13.303/2016;
II – Demonstração das características diferenciadas do potencial parceiro, sua superioridade em relação aos demais comprovadas por administrador público, e da vinculação dessas características à oportunidade de negócio;
III – Comprovação de inviabilidade de procedimento competitivo;
IV – Ser obrigatoriamente relacionado com o desempenho de atribuições inerentes ou complementares ao objeto social da Companhia de Tecnologia e DesenvolvimentoS.A.; e
V – Demonstração de vantagem comercial ou competitiva para a estatal, compreendendo o aumento de receitas, a redução de custos ou despesas, a participação em novo mercado ou a melhora da posição competitiva da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., no seu mercado de atuação.
§ 3º A contratação com base no art. 28,§3º, inciso II da Lei nº 13.303/2016 observará o disposto no Regulamento Interno de Plano de Negócio – RIPN.
4. *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
[...]
XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
5. *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*
[...]
§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
6. *Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.*
7. *Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.
8. *Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.*
Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
9. *§ 3° No cumprimento de suas atribuições, a Coordenadoria-Geral de Fiscalização deverá utilizar critérios de materialidade, risco, relevância e outros inerentes à atividade de controle externo para planejar e supervisionar a execução da fiscalização; (Incluído pela Resolução n° 64/2018)*
10. *E não nos presentes autos, portanto, que se restringem à representação tal qual formulada.*

PROCESSO Nº: 484268/23
ENTIDADE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
INTERESSADO: ANDREIA CRISTINA ARAUJO DOS SANTOS, MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS, ODAURO VITORIANO, SAMUEL TEIXEIRA, TKBR IMPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, YAMADIESEL

COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI
PROCURADOR/ADVOGADO: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA, JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 1720/23

O artigo 486 do Regimento Interno deste Tribunal dispõe que "Havendo partes com interesses opostos, a interposição de recurso por uma delas enseja a intimação da outra para a apresentação de contrarrazões, no mesmo prazo dado ao recurso".
Desse modo, acolhendo o opinativo do Ministério Público de Contas[1], determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a intimação da parte representante, YAMADIESEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS - EIRELI para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contrarrazões ao Recurso de Revista interposto por TKBR IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA em face do Acórdão nº 1681/23-STP.
Decorrido o prazo concedido, retornem à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução e ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.
Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
***1**. Parecer nº 1118/23-4PC, peça 97.*

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-641010/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ESTACAO DO CONHECIMENTO COMERCIO DE CALCADOS E CONFECCOES LTDA, JOSE CARLOS ZAMBONI, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MAXSOEL SCHMIDT, MUNICÍPIO DE CASCAVEL, SELMA GATTI, WESLEY SIDNEI DOS SANTOS RAMOS
PROCURADOR:-LUCCAS BERESA DE PAULA MACEDO
DESPACHO:-1535/23

I. Recebo o presente Recurso de Embargos de Declaração, porquanto presentes os pressupostos de sua admissibilidade, nos termos do artigo 490 do Regimento do Interno.
II. Encaminhe-se o feito à Diretoria de Protocolo – DP para nova autuação.
III. Após, retorne.
Curitiba, 5 de dezembro de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-780053/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
INTERESSADO:-IVAN REIS DA SILVA, MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, REBELO & SANTOS LTDA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1553/23

I. Retorna a corrente Representação lastreada no artigo 113, §1º, da Lei n.º 8.666/93, com pedido incidental de liminar, ofertada por Rebelo & Santos Ltda. em face do Município de Terra Roxa, por força de aventadas irregularidades detectadas no edital que regulamenta o Pregão Eletrônico n.º 125/23, regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, com abertura designada para 04/12/2023, às 09:00 horas, cujo objeto consiste na aquisição eventual e futura de kits de materiais pedagógicos para alunos e professores da rede municipal de ensino e escola conveniada do Município de Terra Roxa-PR.
II. No Despacho n.° 1516/23-GCDA (peça n.° 12), indeferiu-se a cautelar pretendida, como resultado da reconhecida possibilidade de materialização do periculum in mora reverso, oportunidade em que também se determinou a intimação dos interessados para manifestação preliminar.
III. Incidentalmente, o Representante novamente compareceu aos autos, com o fito de reiterar seu interesse na concessão da tutela de urgência (peça n.° 15).
IV. Por sua vez, o Município de Terra Roxa frisou que (peças n.^{os} 19/22):
(...)
Em decisão fundamentada pela Secretaria Municipal de Educação, houve as explicações para a formalização dos kits na foram apresentada no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 125/2023.
Assim, a decisão administrativa para compor o agrupamento em lotes na forma apresentada, se revelou mais vantajosa e conveniente para os serviços da Secretaria de Educação, pois viabiliza a melhor possibilidade de fiscalização, exigência de entrega no prazo para não comprometer os serviços educacionais, pois a exigência se deu de acordo com a possibilidade de composição e entrega dos kits escolares montados individualmente para serem entregues na totalidade.
Importante esclarecer que no ano de 2020 houve a formalização de procedimento licitatório por itens e os transtornos para a montagem dos kits revelou-se traumática, considerando:
- transtornos com atraso de entregas de itens;
- necessidade de entrega de kits incompletos;
- falta de entrega dos kits antes do início do ano letivo;
Assim a decisão administrativa de manter a formalização do procedimento em lotes, vem ao encontro dos interesses públicos para o atendimento dos serviços educacionais, bem como ao programa instituído pela Lei Municipal n° 1728/2019 que já prevê a formalização da entrega dos kits escolares de modo pré definido em lotes.
(...)
Ademais, refuta-se o argumento de que as empresas que não trabalham com personalização estejam impedidas de participar da concorrência no certame. Pelo contrário, a participação é ampla e irrestrita, desde que possa apresentar os produtos constantes nos itens, considerando o tempo hábil para promover a personalização antes da data da entrega.
Sendo assim o princípio da concorrência encontra-se preservado.
Desta forma, manifesta o Município de Terra Roxa pela lisura dos atos administrativos formalizados no Processo Licitatório – Pregão n.° 125/2023, assim como, pelos documentos e razões apresentadas se requer o não recebimento da representação, pois certamente trará sérios prejuízos aos serviços públicos necessários ao atendimento educacional no ano de 2024 de responsabilidade desta municipalidade.
V. Em reanálise dos autos, verifico que a matéria invocada demanda exame minucioso por parte desta Corte de Contas, notadamente para o fim de se avaliar a pertinência da unificação dos itens enumerados no lote 01 na busca da proposta mais vantajosa para a administração pública, razão pela qual, verificado o preenchimento dos requisitos do §1º do artigo 113 da Lei n.º 8.666/93, RECEBO o feito.
VI. Contudo, uma vez inalterado o suporte fático e probatório que ensejou, em um primeiro momento, a negativa da cautelar almejada, ratifico a fundamentação contida em meu pronunciamento anterior para manter o seu indeferimento.
VII. Destarte, sigam os autos à Diretoria de Protocolo – DP para que: (a) inclua o Município de Terra Roxa, na pessoa de seu representante legal, Paulo Cesar Farias e Anelise Lana de Oliveira, Pregoeiros, e Márcia Maria Sonego de Pádua, Secretária de Educação, Cultura e Esporte como representados; (b) realize a CITAÇÃO pela via postal, por meio de ofício com aviso de recebimento (AR) – nos moldes do artigo 278, II, artigo 381, II e §1º, "b", e, ainda, do artigo 382, caput, todos do Regimento Interno – dos representados anteriormente mencionados, para que no prazo 15 (quinze) dias, contados da juntada do AR aos autos, nos termos do artigo 35, II, "a", da Lei Complementar n.º 113/2005, apresentem resposta às questões que ensejaram o recebimento desta Representação.
VIII. Após o decurso do prazo para defesa, com ou sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, para suas respectivas considerações.
Curitiba, 7 de dezembro de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-807580/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE REALEZA
INTERESSADO:-MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, MUNICÍPIO DE REALEZA
PROCURADOR:-RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, THIAGO RAMOS PEREIRA
DESPACHO:-1573/23

I. Trata- se Representação lastreada no artigo 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, com pedido de cautelar, protocolada por Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda., por meio da qual invoca impropriedades no Edital de Pregão Eletrônico n.º 179/2023, lançado pelo Município de Realeza, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para prestação de serviços informatizados de pagamento de benefícios, mediante implementação, gerenciamento, emissão, administração, fornecimento, distribuição e carregamento de crédito de auxílio alimentação, via cartões eletrônicos, com tecnologia de chip, para fornecimento de vale alimentação aos servidores da prefeitura municipal de Realeza–PR, conforme lei municipal nº 1.965/2022, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.
II. A abertura do certame está designada para o dia 13/12/2023, às 13:15.
III. No mérito, insurge-se o Representante especificamente contra a previsão do item III do Edital, que trata da rede credenciada e dispõe que para a habilitação, a licitante deverá comprovar que sua rede credenciada possui estabelecimentos que apresentam condições de atender, de imediato, às exigências deste Termo de Referência.
IV. Aduz, em suma, que da forma como consta no Edital convocatório, a apresentação de estabelecimentos como CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO, faz com que a empresa que deseja concorrer ao objeto licitatório credencie estabelecimentos antes mesmo de ter sido declarada vencedora para que assim possa apresentar a rede no prazo apresentado, o que impede a participação de diversas licitantes que ainda não atuam na região onde será prestado o serviço licitado.
V. Feito este breve relato, passo ao exame do juízo de admissibilidade do feito.
VI. De plano, ressalto que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e desta C. Corte de Contas encontra-se consolidada no sentido de que a demonstração da rede credenciada de estabelecimentos pode ser prevista apenas no momento da contratação, concedendo-se ao licitante vencedor prazo razoável para a sua demonstração.
VII. De fato, extrai-se do Informativo n.º 145 do Tribunal de Contas da União que:
4. A exigência de apresentação da rede credenciada, no fornecimento de vale refeição, deve ser efetuada no momento da contratação e não na ocasião da apresentação de proposta, de forma a garantir a adequada prestação dos serviços, sem comprometer a competitividade do certame. Representação de empresa apontou possível irregularidade na Tomada de Preços CRBio-01 nº 1/2013, conduzida pelo Conselho Regional de Biologia – 1ª Região (CRBio-01), que tem como objeto a contratação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de documentos de legitimação – vale refeição, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados. A autora da representação insurgiu-se contra a exigência contida no edital do certame que impunha à licitante a apresentação de proposta contendo "6.13.4. Relação dos estabelecimentos credenciados, sendo que num raio 2 km da sede do CRBio-01 em São Paulo, localizada na Rua Manoel da Nóbrega n° 595, Paraíso, bem como num raio de 2 Km da sede das Delegacias Regionais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, situadas, respectivamente, na Avenida Isaac Povoas no 586, Cuiabá-MT e Rua XV de Novembro no 310, Campo Grande-MS deverá haver, no mínimo, 20 (vinte) restaurantes e/ou estabelecimentos similares credenciados". Alegou que, em face da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do TCU, somente no momento da contratação seria cabível a demonstração do cumprimento de tal exigência. A unidade técnica considerou consistente tal argumento e, por entender presentes os requisitos do periculum in mora e do fumus boni iuris, propôs a suspensão cautelar do certame e a oitiva da entidade. O relator ressalvou o fato de que outra cláusula do edital sinalizava a necessidade de apresentação da rede credenciada de restaurantes apenas quando da assinatura do contrato (cláusula 8.1). Ponderou, a despeito disso, que "a inclusão da cláusula 6.13.4, ora impugnada, tornou o edital contraditório, o que pode levar ao afastamento de possíveis empresas interessadas, bem como à eventual desclassificação indevida de propostas de preços". E também que, conforme jurisprudência do Tribunal. "o momento adequado para a exigência de apresentação da rede credenciada é quando da contratação,

concedendo ao licitante vencedor prazo razoável para tanto, de forma a garantir uma boa prestação do serviço sem causar qualquer prejuízo à competitividade do certame". A inclusão dessa exigência no decorrer da licitação, portanto, "constitui ônus financeiro e operacional desarrazoado para as empresas competidoras". O Tribunal, por sua vez, ao endossar proposta do relator, decidiu: a) suspender cautelarmente o certame; b) promover a oitiva do CRBio e da empresa vencedora do certame acerca da exigência contida no subitem 6.13.4 do edital acima transcrito, "uma vez que, conforme jurisprudência desta Corte, somente é cabível exigir a rede credenciada na fase de contratação e apenas em relação à licitante vencedora do certame, após concedido prazo razoável para que a empresa credencie os estabelecimentos comerciais fornecedores de refeição". Precedentes mencionados: Acórdãos 1884/2010, 307/2011, 2962/2012, 3400/2012, todos do Plenário. Acórdão 686/2013-Plenário, TC 007.726/2013-9, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 27.3.2013. (grifos)
VIII. Idêntico posicionamento pode ser verificado nos Acórdãos n.os 2700/2017 e 2252/17, utilizados como fundamento para a concessão da tutela de urgência nos Acórdãos n.os 924/19 e 15/22, todos do Pleno deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná:
ACÓRDÃO Nº 2700/17 - Tribunal Pleno.
Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão nº 11/2017 do Município de Maringá para a contratação de empresa para o fornecimento de cartão alimentação aos servidores municipais. Alegação de direcionamento do certame em razão da exigência de comprovação de rede de credenciados com no mínimo 200 estabelecimentos, no prazo exíguo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato. A remansosa jurisprudência desta Corte de Contas e do Tribunal de Contas da União entende que a exigência de apresentação da rede credenciada pode ser realizada no momento da contração, após prazo razoável para que a empresa vencedora do certame possa firmar sua rede de credenciados. Ao contrário, não é admitida na habilitação, no momento da apresentação das propostas. Exigência razoável e proporcional em face do porte do Município de Maringá e do número de servidores. Prazo razoável para a demonstração pois a intimação para a assinatura do contrato naturalmente não ocorre imediatamente após a definição da proposta vencedora. Pela improcedência. (grifos)
ACÓRDÃO Nº 2252/17 - Tribunal Pleno
Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Presencial para licitação de serviços de administração de vale-alimentação. Pela procedência e emissão das seguintes recomendações: (i) Possibilidade de aceitação de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero, visto que não ofendem ao disposto no art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93; (ii) Vedação de exigência de apresentação de rede pré-constituída de empresas credenciadas no momento da apresentação das propostas, o que é tão somente exigível no momento da contratação, com prazo razoável para sua demonstração; (iii) Vedação de exigência de credenciados em todas as capitais do país para licitações municipais; (iv) Vedação da exigência de comprovação de qualificação técnica para serviços de administração de vale-alimentação ou congêneres através de atestados averbados pelo Conselho Regional de Nutrição. Aplicação de multa aos gestores responsáveis pela elaboração do edital e homologação do certame sem a devida observância das formalidades do processo licitatório. (grifos)
IX. Assim, entendo que, em sede de cognição sumária, é possível afirmar que há aparente incongruência entre o que se entende por razoável na condução de certames desta natureza e que consta do Edital ora examinado, razão pela qual os fatos narrados invocam a atuação desta C. Corte, o que me motiva a receber o expediente.
X. Quanto à medida cautelar pleiteada, atesto o preenchimento dos requisitos autorizadores da sua concessão. O fumus boni iuris resta demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas pela representante, conforme considerações tecidas anteriormente. O periculum in mora, por sua vez, está caracterizado pois a abertura da sessão de pregão está prevista para o dia 13/12/2023 e a continuidade do processo licitatório sem o enfrentamento prévio das questões ora discutidas pode resultar em prejuízos ao erário, em razão da restrição ao caráter competitivo.
XI. Diante do exposto, defiro o pleito de medida cautelar para suspender o certame vergastado, no estado em que se encontra.
XII. Posto isso, decido:
1) RECEBER a presente Representação da Lei n.º 8.666/1993, visto que preenche os requisitos do § 1º do artigo 113 da Lei n.º 8.666/1993, bem como dos artigos 30 e 34 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113, de 15/12/2005) e dos artigos 275 e 276, caput e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITCEPR);
2) SUSPENDER cautelarmente o Pregão Eletrônico n.º 179/2023, no estado em que se encontra, com fundamento no inciso IV do § 2º do artigo 53 da Lei Orgânica, bem como no inciso VII do artigo 32, no § 1º do artigo 282 e no inciso V do artigo 401 do RITCEPR, atentando-se que houve o preenchimento dos requisitos autorizadores da sua concessão, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora;
3) REMETER os autos à Diretoria de Protocolo para:
3.1) INTIMAR com urgência, via comunicação eletrônica, contato telefônico, e-mail com certificação nos autos, o MUNICÍPIO REALEZA, na pessoa de seu representante legal, para ciência e cumprimento da determinação contida no item "2";
3.2) INCLUIR na autuação e providenciar a CITAÇÃO, por meio de ofício com aviso de recebimento (AR), nos termos do inciso II do artigo 278, inciso II do artigo 381 e caput do artigo 382 do Regimento Interno, do MUNICÍPIO DE REALEZA, na figura do seu representante legal, PAULO CEZAR CASARIL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do AR aos autos:
3.2.1) comprove o cumprimento da decisão cautelar;
3.2.2) exerça o contraditório em face das irregularidades noticiadas;
3.2.3) encaminhe a integralidade do procedimento licitatório em epígrafe.
XIII. Ato contínuo, retornem conclusos para apreciação em sessão do Tribunal Pleno, nos termos do artigo 400, § 1º, do RITCEPR, com posterior remessa à Diretoria de Protocolo para controle de prazo.
XIV. Após o decurso dos prazos para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 338601/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE JAPIRA
INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE JAPIRA, PAULO JOSE MORFINATI, PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
PROCURADORES: EMANUELLE FRASSON DA SILVA, JOÃO PAULO CORRÊA CARVALHO, MATEUS CAFUNDÓ ALMEIDA, OTHON WELBER BARAGÃO, RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO, RENATO LOPES, RENNER SILVA MULIA, ROBERTO DOMINGUES ALVES, RODOLFO ARAÚJO FERNANDES, VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO, YAN ELIAS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO N.º: 1728/23
Considerando o contido na Instrução n.º 909/23 - CMEX (peça 40), na Petição Intermediária n.º 795298/23 (peças 41 e 42) e no Parecer n.º 1067/23 - 3PC (peça 43), remeto os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções e ao Ministério Público de Contas para manifestação sobre a baixa de responsabilidade e emissão de Certidão de Quitação da Obrigação acerca da determinação expedida "à municipalidade, para que insira no seu portal da transparência a íntegra dos seus procedimentos licitatórios, em respeito ao princípio da publicidade.".
Após, retornem para deliberação.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 184795/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADOS: MARCELO ELIAS ROQUE
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 1729/23
Trata-se de Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Paranaguá, Marcelo Elias Roque, exercício 2022.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, Instrução n.º 4042/23 - CGM, peça 12, após Análise da Execução Orçamentária e Financeira, se manifestou pela regularidade das Contas.
Pelo Despacho n.º 1532/23 – GCFSC (peça 13), determinei a intimação do interessado Marcelo Elias Roque, para eventual manifestação, em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa.
O interessado Marcelo Elias Roque, se manifestou às peças 16/17, dando ciência quanto a regularidade das contas.
Considerando a manifestação do interessado e da Coordenadoria de Gestão Municipal, Despacho n.º 837/23 – CGM (peça 18), encaminhe-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme art. 27, da Instrução Normativa n.º 172/22[1].
Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
***1**. Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.*

PROCESSO N.º: 203820/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
INTERESSADOS: MARCOS ANTONIO ZANETTI
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 1730/23
Trata-se de Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Balsa Nova, Marcos Antonio Zanetti, exercício 2022.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, Instrução n.º 3535/23 - CGM, peça 7, após Análise da Execução Orçamentária e Financeira, se manifestou pela regularidade das Contas.
Pelo Despacho n.º 1217/23 – GCFSC (peça 8), determinei a intimação do interessado Marcos Antonio Zanetti, para eventual manifestação, em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa.
O interessado Marcos Antonio Zanetti, se manifestou às peças 11/12, cientificando o opinativo de regularidade das contas ao ano de 2022.
Considerando a manifestação do interessado e da Coordenadoria de Gestão Municipal, Despacho n.º 851/23 – CGM (peça 13), encaminhe-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme art. 27, da Instrução Normativa n.º 172/22[1].
Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
***1**. Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.*

PROCESSO N.º: 189428/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
INTERESSADOS: JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 1731/23
Em face da Instrução n.º 5514/23 - CGM (peça 9) da Coordenadoria de Gestão Municipal, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimação de JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.

Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 218959/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ
INTERESSADOS: PEDRO TABORDA DESPLANCHES
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 1732/23
Em face da Instrução n.º 5522/23 - CGM (peça 8) da Coordenadoria de Gestão Municipal, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimação de PEDRO TABORDA DESPLACHES, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

PROCESSO Nº:-833667/18
ORIGEM:-CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ADILSON POLEZE, CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU
PROCURADOR:-EDUARDO FELIPE VERONESE, RAFAEL CHIAPETTI DE MOURA, SAULO FERREIRA NETTO
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPACHO:-1830/23
1. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que seja intimado o Município de Quedas do Iguaçu, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste os esclarecimentos solicitados na Informação nº 5179/23, elaborada pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 12 de dezembro de 2023.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-504370/22
ORIGEM:-ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA
INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR DE CURITIBA, BERENICE CONCEICAO DA SILVA SCHUMACHER PEREIRA, FUNDO MUNICIPAL PARA CRIANCA E O ADOLESCENTE, MARIA ALICE ERTHAL
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO:-1832/23
1. Diante do decurso de prazo sem manifestação dos interessados, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para nova manifestação.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 12 de dezembro de 2023.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-599235/23
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INTERESSADO:-ANADILSON APARECIDO JUAZEIRO DOS SANTOS (FALECIDO(A) EM 2021), BRUNO VINICIUS COUTO DE MORAES, EDUARDO BAZAN QUEZADA, FELIPE PENIDO PORTELA, GILBERTO NEI MULLER, IVAN RICARDO FERNANDES, JOSE HENRIQUE SKROCH ANDRETTA, JOSUE FERREIRA RODRIGUES, PRISCILLA TIEMI KUMEGAWA, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, WELLINGTON DE FARIAS RAMOS JUNIOR
PROCURADOR:-DANIELA APARECIDA REZENDE, LORENA POOL DEMARIO STUBERT, LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL, RICARDO DE FREITAS VASCO, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPACHO:-1833/23
1. Com base no artigo 484 do Regimento Interno, recebo em seu duplo efeito o Recurso de Revista interposto por Anadilson Aparecido Juazeiro dos Santos, Eduardo Bazan Quezada e José Henrique Skroch Andretta, contido nas peças 188/189, em face do Acórdão 1730/22, mantido em sede de embargos de declaração pelos Acórdãos 2531/23 e 3581/23, todos do Tribunal Pleno, em razão de estarem presentes os pressupostos de adequação, legitimidade, interesse recursal e tempestividade.
2. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a alteração do assunto para Recurso de Revista, com o consequente sorteio de novo Relator, nos moldes do artigo 485 do Regimento Interno.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 12 de dezembro de 2023.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº:-755317/19
ORIGEM:-GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
INTERESSADO:-EDILSON GARCIA KALAT, GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS, TATIANA MAIA VIEIRA, TEREZINHA MARIA DE SOUZA
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO:-1834/23
1. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que seja derradeiramente intimado o ente previdenciário, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as justificativas ou as correções necessárias, em relação às falhas indicadas quanto ao valor da média dos proventos, em atenção ao contido na Instrução nº 4198/23, elaborada pela Coordenadoria de Gestão Municipal.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 12 de dezembro de 2023.
Lohaide Cristine Souza
Auditora de Controle Externo – Jurídico[1]

_____
1. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO N°: 205466/23
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
INTERESSADO: CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
PROCURADOR: LEANDRO SOUZA ROSA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 2023/23
Mediante a petição intermediária n. 776978/23, CLÁUDIO CESAR CASAGRANDE, representado por seu advogado, solicita a dilação do prazo para apresentação de sua manifestação, oportunizada no Despacho n. 1544/23 (peça 8), deste Gabinete.
Observo, contudo, que a petição é intempestiva, considerando que o prazo inicial decorreu em 27/11/2023, conforme informado na peça 17, e o pedido foi protocolado em 29/11/2023, fora do prazo previsto no art. 477 do Regimento Interno[1].
Assim, encontra-se impossibilitada a prorrogação do prazo.
Contudo, em privilégio ao princípio do contraditório e de forma a evitar futuras alegações de cerceamento de defesa, defiro novo prazo, de 15 (quinze) dias, para que Cláudio Cesar Casagrande atenda à intimação determinada por este Gabinete à peça 8.
Retornem à Diretoria de Protocolo para acompanhamento.
Apresentada a resposta, encaminhem-se à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova instrução.
Publique-se.
Gabinete, 11 de dezembro de 2023.
RODOLFO BRANDÃO DE PROENÇA JARUGA[2]
Diretor de Gabinete de Conselheiro / Mat. 52.539-1

_____
1. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.
2. Instrução de Serviço n. 171/23.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO N º:-792078/23
ORIGEM:-AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR
INTERESSADO:-VIACAO CAPITAL DO OESTE LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CARLOS ARAUZ FILHO, CAROLINA PINTO COELHO, CLOVIS SUPLICY WIEDMER FILHO, DANIELLE WARDOWSKI CINTRA MARTINS, FERNANDO HENRIQUE LUZ
DESPACHO:-1421/23
DESPACHO
Trata-se de Representação, nos termos do art. 113, §1º[1], da Lei n.º 8.666/1993, cumulada com pedido cautelar de suspensão, formulada pela empresa VIAÇÃO CAPITAL DO OESTE LTDA contra a AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA (TRANSITAR), representada por sua Presidente, Sra. SIMONI SOARES DA SILVA, em razão de possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Pública n.º 03/2022, cujo objeto compreende a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros no Município de Cascavel, dividida em 2 (dois) Lotes distintos geograficamente (Norte e Sul), pelo prazo de 15 (quinze) anos.
Nos termos do edital (Edital Retificado – II)[2], a modalidade de julgamento consiste na melhor proposta decorrente do critério menor valor da tarifa de remuneração, conforme disposto no art. 15, I, da Lei n.º 8.987/95[3], com pagamento pela outorga fixa de concessão no valor de R$ 1.733.400,02 (um milhão setecentos e trinta e três mil e quatrocentos reais e dois centavos), para o Lote Norte; e R$ 1.266.599,98 (um milhão duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), para o Lote Sul, com data da disputa marcada para o dia 06/12/2023, às 9:00 horas.
Ainda, nos termos do item 4 do edital (atualizado), o valor estimado do contrato, na data base de maio de 2023, corresponde ao valor total dos investimentos, estimado ao longo do prazo estipulado da Concessão, no montante de R$ 150.607.183,42 (cento e cinquenta milhões seiscentos e sete mil cento e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos), para o Lote Norte; e R$ 123.093.078,80 (cento e vinte três milhões noventa e três mil setenta e oito reais e oitenta centavos), para o Lote Sul.
Em suma, a Representante destaca que o projeto padece das seguintes falhas:
a) Da exclusão dos anexos de estudo preliminar: aduz que os anexos Produto 06 – Relatório Técnico Final Revisado, Produto 07 – Relatório Econômico- Financeiro Final (Revisado e Produto 08 – Relatório Jurídico-Institucional Final Revisado), que

instruíram e definiram parâmetros para elaboração do estudo preliminar, que, por sua vez, é a base do presente certame, foram excluídos do Edital Republicado em 01.11.2023, sendo que possuem dados de vital importância para a elaboração da proposta e análise da viabilidade de participação do certame;

b) Defasagem dos dados considerados no Edital – maio de 2023: infere-se que o Edital republicado em 01.11.2023 está baseado em moeda de maio de 2023, ou seja, partindo de uma defasagem de 6 (seis) meses, citando a defasagem de alguns custos, a exemplo do Diesel S10, que teve um acréscimo de 19,25%;

c) Defasagem da demanda considerada no Edital: salientou que, mesmo com a republicação do Edital, os dados da demanda são os mesmos do edital de maio de 2023, já contestados anteriormente, entendendo que se faz necessária a atualização do projeto em dados atuais de demanda;

d) Da exigência de frota inexistente no mercado: há exigência de ônibus Low Entry contendo 5 (cinco) portas, ocorre que inexiste no mercado veículos do tipo ônibus com tais características. Destacou, ainda, Ofício encaminhado pela MARCOPOLO (referência mundial na fabricação de carroceria de ônibus) à representante;

e) Impossibilidade de atendimento da integralidade do Caderno de Encargos (Anexo I): exigida tecnologia impossível der ser atendida, nos itens referentes a equipamentos embarcados de ITS (Intelligent Transportation System) e SBE (Sistema de Bilhetagem Eletrônica);

f) Previsão de linhas distritais: apesar de determinar o atendimento às linhas distritais, o Edital não possui parâmetros para cálculo, pois não incluiu as referidas linhas nos estudos de viabilidade ou mesmo no plano de negócios, o que afeta diretamente a proposta, visto inexistir parâmetros para calcular a proposta a ser ofertada; necessária a revisão do Edital, principalmente do apêndice VIII.I - LINHAS DISTRITAIS, de modo que, sua retificação, seja instruída de estudo de viabilidade de expansão urbana;

g) Estudo não considera eventual subsídio e, no Edital não trata da matéria: Nos estudos de viabilidade econômico-financeira (Documentos Complementares 27a e 27b - itens 2.2. – Receita Tarifária, dos referidos documentos), há previsão de pagamento de subsídios à Concessionária pelo Poder Concedente, nos casos em que a tarifa pública for inferior a tarifa de remuneração, entretanto o Edital não utiliza em seu estudo de viabilidade o pagamento de subsídios. Ou seja, o edital não considera eventual cenário em que se faça necessário o pagamento de subsídios à Concessionária, nem ao menos estabelece base orçamentária para tanto;

h) Ausência de informações sobre a frota pública – Apêndice VIII.II: O Edital informa que a municipalidade possui frota de ônibus elétricos, que será disponibilizada à concessionária, para execução da operação, entretanto atribui à concessionária os custos operacionais da frota elétrica; o Edital apresenta graves falhas ao não ser acompanhado de estimativas de custos com a frota elétrica, esclarecimentos sobre rede credenciada, condições de garantia dos veículos, responsável pelos seguros da frota e outros dados de vital importância para elaboração da proposta e análise de viabilidade em participar do certame;

i) Qualificação técnica – item 15.10 do Edital: apesar do Edital exigir comprovação de operação de frota mínima, ou mesmo quantidade de viagens anuais completas, verifica-se que não há exigência razoável de prazos para a referida comprovação; considerando a complexidade do objeto e o longo período da concessão, o Edital deveria, no mínimo, exigir que os licitantes comprovem, por meio de atestados de capacidade técnica, experiência prévia equivalente ao objeto licitado, ou seja, não é plausível que em uma concessão de quinze anos, prorrogáveis por mais dez anos, seja exigido apenas experiência técnica de operação pelo período de um mês; O item 15.10.3 permite somatória de atestados, de modo que um licitante, com diversas pequenas operações, poderia participar do certame se operar referida quantidade de carros em mais de uma cidade, acontece que a complexidade de um sistema maior, como o licitado, mostra-se completamente distinto da realidade de pequenas operações;

j) Ausência de informações claras sobre Bens Reversíveis: o Edital menciona genericamente os bens reversíveis, sem especificar de forma clara quais serão os bens reversíveis da concessão; embora o contrato obrigue a concessionária a manter e renovar os bens reversíveis, por outro lado, ao término da concessão, não haverá indenização dos bens reversíveis; outra ilegalidade consiste em imputar à concessionária custos envolvendo bens reversíveis;

k) Desconsideração da necessidade de NIG (capital de giro): no presente caso, o ANEXO III – MECANISMO PARA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA prevê que as concessionárias receberão a remuneração com uma defasagem de 10 (dez) dias, sendo necessário considerar a NIG;

l) Obscuridade quando ao reajuste tarifário: na versão do Edital publicada em 01.11.2023, verifica-se que o Ente Licitante tentou corrigir a omissão quanto ao reajuste anual da tarifa, entretanto, a expressão “no mínimo” deixa dúvidas, pois não garante o tempo máximo para que o reajuste ocorra. Desta forma, o Edital viola o princípio da transparência ao não redigir de forma clara e objetiva a data limite para ocorrer o reajuste;

m) Extenso prazo para definição do pleito de equilíbrio econômico-financeiro: nos termos do Edital, no anexo VIII, item 3.1, o processo de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poder ser superior a 180 (cento e oitenta dias), ou seja, além da excessividade temporal, não há limitação de prorrogação. Assim, necessária a retificação do referido item para que limite a duração do processo de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro em prazos razoáveis e proporcionais ao contrato, não podendo ser superior ao período de trinta dias, prorrogáveis por igual período;

n) Exigências ineficazes que aumentam o custo do serviço e consequentemente da tarifa: o Edital estabelece diversas exigências impertinentes: informações automatizadas como peso do veículo, temperatura do óleo motor, pressão do pneu aumentam o custo dos equipamentos de ITS (Intelligent Transportation System) e SBE (Sistema de Bilhetagem Eletrônica), sem uma contrapartida eficaz para o serviço;

o) Procedimento em caso de acidente envolvendo frota pública: omissão sobre os casos de acidente envolvendo a frota pública, o que configura enorme risco, pois se esta é a responsável por eventuais indenizações, deve necessariamente ser comunicada, com a máxima antecedência, para que ofereça defesa em eventuais pleitos indenizatórios.

Assim, diante das supostas irregularidades apresentadas, requereu o deferimento da medida cautelar de suspensão pleiteada e, no mérito, que seja julgada procedente a presente representação, para que o Edital da licitação seja corrigido, de forma a viabilizar a participação de empresas no certame.

Em seguida, antecipando-se à intimação, na forma do art. 381 do Regimento Interno[4], a AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA (TRANSITAR) apresentou suas razões de defesa[5], por meio da qual esclareceu os seguintes pontos:

a) Inconsistência do estudo de viabilidade, por ausência de “custos unitários e consumos” e de “orçamento detalhado em planilhas que expressassem todos os custos unitários, conforme dever imposto pelo art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal 8.666/93”. Da exclusão dos “anexos de estudo preliminar”: destacou que a confusão do impugnante quanto ao modelo de licitação adotado no certame. Não estamos diante de uma licitação baseada no regime tradicional de licitação e contratação pública, baseado na Lei 8.666/93 que, sim, exige a planilha detalhada referida, mas diante de uma concessão, regida pela Lei 8.987/95, sendo que nesse caso, para concessões e PPP's, não exige projeto básico, altamente detalhado, para a licitação, conforme já decidido no âmbito da representação de n.º 42111/23, neste TCE-PR. Já quanto aos anexos supostamente excluídos, informou que são partes integrantes do processo digitalizado e disponibilizado no portal da transparência;

b) Defasagem da data-base da moeda: destacou que em matéria de concessões e PPP's não existe uma resposta clara e objetiva sobre o tema com base na legislação. Destacou que o TCU[6] considera aceitável uma defasagem de até 18 (dezoito) meses entre a orçamentação e a publicação do Edital, considerando a maior complexidade de projetos e arranjos jurídicos sofisticados que demandam um prazo considerável para serem estruturados. Ressaltou que a defasagem de 6 (seis) meses aqui observada pode ser aceita com completa tranquilidade, considerando que tal prazo é amplamente aceito e, inclusive, previsto em normativas, à exemplo a Instrução Normativa 05/2014-MPOG, Decreto 7.983/13, Decreto Estadual 9.900/21 (no âmbito do Estado de Goiás) e, também, está em linha com as regras da Nova Lei Geral de Licitações (lei 14.133/21), art. 23. Para além, destacou o art. 471 do Decreto 10.086/22 do estado do Paraná, que regulamentou a Lei 14.133/21, que destaca prazo ainda mais alongado do que o aqui verificado;

c) Defasagem da demanda: informou que quanto à possibilidade de utilização da demanda de 2019 como referência para dimensionamento dos estudos, foi avaliada a possibilidade de recuperação da demanda observada em 2019 para o ano de 2023. De acordo com o modelo econométrico estimado, há evidências de que a demanda projetada para 2023 esteja nos níveis próximos aos observados no período pré-pandemia;

d) Exigência de frota inexistente do mercado: no que toca a citada impossibilidade de configurar o Low Entry urbano com 5 (cinco) portas, inicialmente, a entidade destacou a necessidade da configuração prevista (veículos possuírem 3 portas ao lado esquerdo, além das 2 portas à direita), pois trata-se de uma modelagem necessária para atender às peculiaridades do Município; destacou que não prospera a tese apresentada, na medida em que o Município já adquiriu ônibus elétricos de 2 eixos que possuem essa configuração, o que refuta qualquer argumento no sentido de que a frota “inexiste” no mercado; para mais, destacou que o ofício da Marcopolo S/A mencionado na impugnação apenas confirma a possibilidade do desenvolvimento dessa solução, respeitados os requisitos técnicos;

e) Impossibilidade de atendimento do caderno de encargos: O impugnante alega que a solução para o ITS não existe no mercado, todavia, trata-se de uma solução comum, que pode ser visualizada em uma série de cidades; o simples fato de uma empresa, escolhida pela própria impugnante, não possuir solução congênere não significa que outros players do setor não terão prestadores de serviços mais completos e atualizados do que o que se manifestou;

f) Quanto às linhas distritais, ressaltou que a modelagem original envolve apenas as linhas urbanas; que as linhas distritais somente serão objeto do contrato em caso de solicitação formal do Poder Concedente, havendo, para essa hipótese, Apêndice específico regendo a “incorporação” de tais serviços ao contrato de concessão; que o mesmo Apêndice VIII.I – Linhas Distritais, deixa claro que, nesse cenário, qual seja, de incorporação de linhas distritais ao contrato, será deflagrado um processo de revisão contratual, que é regido pelo próprio Apêndice; não há ofensa à Lei Municipal n.º 7.370/2022, a qual prevê que para a concessão das linhas urbanas E/OU distritais, os estudos devem ser realizados, com posterior detalhamento da documentação licitatória. Assim, o fato de a concessão iniciar apenas com linhas urbanas não ofende a regra legal, sendo absolutamente aceita pelo ordenamento jurídico a inclusão de um novo escopo dentro de um contrato de concessão já vigente;

g) Estudo não considera eventual subsídio e o Edital não trata da matéria: destacou que o DOCUMENTO COMPLEMENTAR - ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICOFINANCEIRA citado não é anexo contratual, de modo que é apenas referencial, não constituindo em encargos ou obrigações de desembolso pela futura concessionária. O objetivo é auxiliar o proponente licitante na confecção de sua proposta. De todo modo, há previsão contratual explícita do pagamento de subsídio para os casos de diferença entre a tarifa contratual e a tarifa pública praticada pelo Poder Concedente (item 3 do ANEXO III - MECANISMO PARA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA e Cláusula 18.3 do Contrato;

h) Ausência de informações sobre a frota pública: informou que os valores usados para estimar investimentos e custos operacionais dos carros elétricos, adquiridos pelo Município e cedidos para a operação dos concessionários, foram obtidos junto ao fabricante, que também fornece os carregadores de baterias e podem ser consultados diretamente nos estudos anexos ao Edital; que no plano de negócios, estão incluídas, especificamente, as verbas para a manutenção dos carros e dos carregadores, além da substituição das baterias dos veículos no Ano 8; o descarte das baterias usadas, por legislação, cabe ao fabricante; cabem ao Município a instalação e a vigilância dos carregadores, caso sejam instalados fora das garagens dos concessionários, bem como sua eventual substituição, razão pela qual estes itens não constam no plano de negócios do concessionário;

i) Atestados de qualificação técnica: no que toca ao ponto, a Representante busca o contrário do que preconiza a legislação e os órgãos de controle; deseja maior restrição à competitividade, quando o ordenamento jurídico está voltado para a ampliação do caráter competitivo dos certames. Destacou que os quantitativos, para fins de atestados, estão no limite do que é aceito pela jurisprudência: 50% das quantidades que deverão ser executados no futuro contrato. Para mais, é exigida, para fins de soma de atestados, a concomitância, de modo que, ainda que os serviços tenham sido executados por meio de vários contratos menores, como foram executados de forma concomitante, houve, sim, prova de capacidade técnica, vez que vários pequenos, se concomitantes, passam a equivaler a um mais robusto;

j) Bens reversíveis: De acordo com as alegações preliminares, a alegação é desconstruída facilmente, pois consta no Contrato a cláusula 41.1;

k) Desconsideração da necessidade de NIG: informou que não há a necessidade de considerar o NIG nos estudos de viabilidade econômico-financeira, incluindo este descasamento de caixa, devido ao fato de haver previsão de antecipações decendiais para a Concessionária com base na previsão de demanda contido no ANEXO I - CADERNO DE ENCARGOS;

l) Afastamento dos licitantes por força das regras de reajustamento: informou que o Poder Concedente se comprometeu, no âmbito do processo 401419/23 que tramita no TCE-PR, a ajustar as cláusulas pertinentes para que o reajuste seja concedido a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data-base da tarifa, que atualmente se refere ao mês de maio de 2023, ou seja, a cláusula foi ajustada, de modo que o reajuste ocorrerá a cada 12 (doze) meses; a referência a "no mínimo" a cada 12 meses só se aplica ao primeiro reajustamento, para o cenário em que o contrato só será assinado após maio de 2024, o que impossibilitará a sua concessão em 12 meses exatos;

m) Prazo para reequilíbrio: destacou que o prazo de 180 dias para um processo de reequilíbrio econômico-financeiro de um complexo contrato de concessão ser finalizado é absolutamente razoável, e se encontra em linha com a praxe do setor e melhores práticas;

n) Exigências ineficazes que aumentam o custo do serviço e consequentemente da tarifa: ressaltou que as exigências consideradas pela Representante como ineficazes, são relevantes para a operação e para a fiscalização e obtenção de dados importantes para o planejamento dos serviços, destacando, ademais, que o tema se insere dentro da esfera de discricionariedade do Poder Público, não cabendo à concessionária o controle sobre que dados são relevantes;

o) Seguro em caso de acidente envolvendo frota pública: Registrou que não existe obrigação legal de esta providência/obrigação constar no contrato e que, em caso de acidente, as regras legais e constitucionais de responsabilidade civil irão incidir, bem como, em caso de ação judicial, as regras processuais civis, razão pela qual, quanto ao tema, mais uma vez a impugnação não prospera;

Após a manifestação prévia da entidade, a Representante compareceu novamente ao feito[7], requerendo, inicialmente, o desentranhamento da petição anterior (peça n.º 49).

Aduziu que, ao analisar as respostas do Órgão Licitante, verificou-se a completa ausência de valoração dos argumentos aduzidos pela Representante, eis que, em suas justificativas, a TRANSITAR rejeita, sem a devida fundamentação, cada item da impugnação, apresentando respostas evasivas, fatos e termos genéricos para afastar a necessidade de retificação do Edital, mantendo uma postura de negar fatos que maculam o instrumento convocatório, sem se preocupar com o devido estudo técnico que deve basear um projeto de grande monta e de longo prazo.

Reiterou a necessidade dos relatórios que instruíram o estudo preliminar, pois se tratam de dados fundamentais para complementação das informações previstas no Edital, sem os quais, o instrumento convocatório padece de clareza, objetividade e subsídios mínimos para formulação da proposta.

Destacou, novamente, a defasagem da demanda, tendo em vista que o certame utiliza dados de 2019, ou seja, todo o edital se norteia em dados com defasagem de 04 (quatro) anos, não condizendo com o atual cenário do transporte público coletivo de Cascavel/PR.

Sobre a questão dos veículos Low Entry exigidos no Edital, ressaltou que, apesar de o Ente Licitante alegar que os veículos existem, justificando a existência de ônibus elétricos adquiridos pela Municipalidade, tais veículos utilizados em analogia pela Municipalidade (elétricos) não são parâmetro para embasar a exigência, devendo ser observado que os custos com veículos elétricos superam, em muito, os custos de veículos à combustão.

Ademais, conforme informado pela fabricante MARCOPOLO: "como nunca foi produzido um veículo com portas no lado esquerdo do balanço traseiro, todo os testes físicos e cálculos estruturais de elementos finitos deveriam ser refeitos e tal fato implica longo tempo de projeto e estudos de viabilidade técnica". Ou seja, por se tratar de projeto inédito, o custo aumenta consideravelmente, o que reforça a tese de que a exigência não corresponde à realidade de mercado.

Outro ponto crítico destacado são as linhas distritais previstas no instrumento convocatório e não consideradas nos estudos que embasaram a licitação. Apesar de se tratar de demanda futura, que deverá ser objeto de formalização com a Concessionária em caso de concretização, o Edital prevê prazo exíguo de 30 (trinta) dias para início de atendimento às linhas distritais, o que inviabiliza a operação e onera a futura Concessionária.

Quanto à eventual necessidade de pagamento de subsídios, ressaltou que deve ser objeto de expressa previsão editalícia e considerado nos estudos de viabilidade econômico-financeira, conforme razões da Representante, em conformidade como art. 10, parágrafo único da Lei de Mobilidade Urbana, discriminando, inclusive, a dotação orçamentária que será utilizada para a despesa, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal 4.320/64).

Destacou que a resposta no tópico da frota pública, e seus custos operacionais, não responde aos questionamentos da Representante, pois são diversas as falhas informativas, como o procedimento para manutenção dos veículos elétricos, rede credenciada, garantia, seguro, custos operacionais para limpeza e manutenção das placas solares e carregadores.

Reiterou a necessidade de exigência de capacidade técnica, pois se trata de licitação com objeto complexo, com alta demanda de passageiros, vultosos investimentos, exigindo que a operação seja realizada por empresa com comprovada expertise no ramo e capacidade, tanto técnica quanto financeira, para adequada execução do serviço.

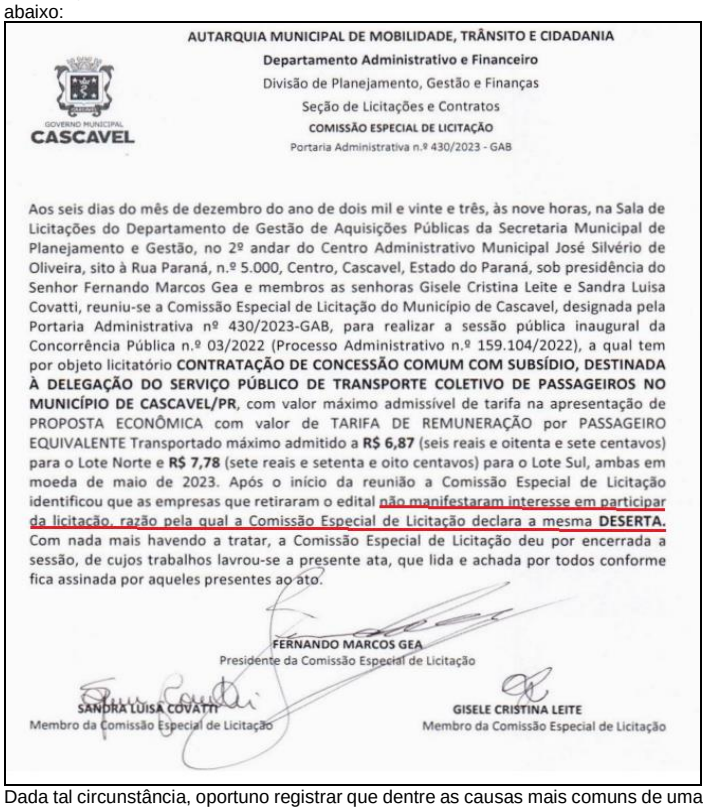
De igual forma, considerou insatisfatórias as respostas em relação à questão dos bens reversíveis, pois a Representada se limitou a informar que os bens se encontram arrolados na Cláusula 41.1 do Contrato, sem, ao menos, justificar a pertinência das demais alegações, bem como no que toca ao prazo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que poder ser superior a 180 (cento e oitenta dias), dada a possibilidade prorrogação, não havendo limite de prazo para essa prorrogação.

Por fim, destacou que o Edital em comento possui diversas irregularidades e inconsistências, não somente de terminologia ou interpretação, mas de dados necessários para elaboração da proposta, devendo ser retificado a fim de possibilitar a apresentação de propostas pelos proponentes.

É a síntese fática.

Pois bem.

Convém registrar, de início, conforme informações constantes no Portal Transparência[8] da entidade promotora do certame, que a sessão pública para abertura das propostas, prevista para o dia 06/12/2023, às 9h, findou sem a participação de interessados, sendo declarada, ao final, como deserta, conforme ata abaixo:



AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA
Departamento Administrativo e Financeiro
Divisão de Planejamento, Gestão e Finanças
Seção de Licitações e Contratos
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria Administrativa n.º 430/2023 - GAB

GOVERNO MUNICIPAL CASCAVEL

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, no 2º andar do Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel, Estado do Paraná, sob presidência do Senhor Fernando Marcos Gea e membros as senhoras Gisele Cristina Leite e Sandra Luisa Covatti, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação do Município de Cascavel, designada pela Portaria Administrativa nº 430/2023-GAB, para realizar a sessão pública inaugural da Concorrência Pública n.º 03/2022 (Processo Administrativo n.º 159.104/2022), a qual tem por objeto licitatório **CONTRATAÇÃO DE CONCESSÃO COMUM COM SUBSÍDIO, DESTINADA À DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR**, com valor máximo admissível de tarifa na apresentação de PROPOSTA ECONÔMICA com valor de TARIFA DE REMUNERAÇÃO por PASSAGEIRO EQUIVALENTE Transportado máximo admitido a **R$ 6,87** (seis reais e oitenta e sete centavos) para o Lote Norte e **R$ 7,78** (sete reais e setenta e oito centavos) para o Lote Sul, ambas em moeda de maio de 2023. Após o início da reunião a Comissão Especial de Licitação identificou que as empresas que retiraram o edital não manifestaram interesse em participar da licitação, razão pela qual a Comissão Especial de Licitação declara a mesma **DESERTA.** Com nada mais havendo a tratar, a Comissão Especial de Licitação deu por encerrada a sessão, de cujos trabalhos lavrou-se a presente ata, que lida e achada por todos conforme fica assinada por aqueles presentes ao ato.

FERNANDO MARCOS GEA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SANDRA LUISA COVATTI
Membro da Comissão Especial de Licitação

GISELE CRISTINA LEITE
Membro da Comissão Especial de Licitação

Dada tal circunstância, oportuno registrar que dentre as causas mais comuns de uma licitação deserta podem ser citadas: exigências muito restritivas e/ou inadequadas, objetos muito específicos ou, ainda, falhas e erros na elaboração do edital.

Fato é que uma licitação deserta aponta para o desinteresse da iniciativa privada em relação ao objeto, seja por inadequações no edital licitatório seja por incertezas decorrentes do futuro contrato, o que demanda, por parte da entidade promotora do certame, inevitavelmente, a revisão dos termos e condições previstas em edital, que deve se dar a partir do diálogo com os potenciais interessados, a fim de adequar as condições do certame à realidade de mercado e, por via de consequência, possibilitar a efetivação da concessão, com vistas ao interesse público, notadamente o interesse da comunidade local.

No contexto dos autos, ainda que a entidade já tenha se manifestado no feito, verifica-se que houve uma abordagem genérica a respeito de pontos sensíveis em relação à licitação em voga.

Nessa perspectiva, com vistas ao prosseguimento do feito, preliminarmente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar, entendo pertinente que a autarquia municipal se manifeste, a fim de que preste novos esclarecimentos acerca dos fatos aventados, trazendo aos autos fundamentos e justificativas aptas a demonstrar a pertinência das exigências constantes no edital licitatório, nos termos do caput do art. 404[9] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, notadamente a respeito:

a) das divergências e inconsistências na modelagem econômico-financeira, defasagem nos valores e estudos de demanda, bem como demais itens aqui tratados, considerando ser um momento oportuno para reavaliar tais pontos;

b) das medidas que serão tomadas em relação ao edital licitatório e suas disposições, dada a ausência de interessados no certame (licitação deserta).

Nestes termos, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que providencie:

a) o desentranhamento da petição de peça n.º 49, conforme requerido pela parte Representante;

b) a devida INTIMAÇÃO, por ofício e via comunicação eletrônica, da AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA (TRANSITAR), na pessoa de seu representante legal, Sra. SIMONI SOARES DA SILVA, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação da Lei n.º 8.666/93, conforme acima.

Publique-se.

Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

RELATOR

---

1. Art. 113. [...] § 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

2. Peça n.º 05.

3. Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:
I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

4. Art. 381. As citações e intimações serão realizadas por uma das seguintes modalidades, conforme o caso: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)
I - quando do comparecimento espontâneo da parte; [...]
§ 1º As citações e intimações consideram-se perfeitas: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)
a) pelo comparecimento espontâneo da parte, quando for dada ciência dos termos do despacho e da decisão, certificando-se nos autos, qualificando-se e colhendo-se a assinatura da parte;

5. Peça n.º 47.

6. ACÓRDÃO N. 683/2010 - PLENÁRIO e ACÓRDÃO N. 3079/2010 - PLENÁRIO.

7. Peças n.º 49 e 51.

8. Disponível em: https://cascavel.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais

9. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-791357/23
ORIGEM:-AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR
INTERESSADO:-PIONEIRA TRANSPORTE COLETIVO LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ALCIDES PAVAN CORREA, MOACYR CORREA NETO
DESPACHO:-1422/23

DESPACHO

Cuida-se de Representação, nos termos do art. 113, §1º[1], da Lei n.º 8.666/1993, cumulada com pedido cautelar de suspensão, formulada pela empresa PIONEIRA TRANSPORTE COLETIVO LTDA contra a AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA (TRANSITAR), representada por sua Presidente, Sra. SIMONI SOARES DA SILVA, em razão de possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Pública n.º 03/2022, cujo objeto compreende a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros no Município de Cascavel, dividida em 2 (dois) Lotes distintos geograficamente (Norte e Sul), pelo prazo de 15 (quinze) anos.

Nos termos do edital (Edital Retificado – II)[2], a modalidade de julgamento consiste na melhor proposta decorrente do critério menor valor da tarifa de remuneração, conforme disposto no art. 15, I, da Lei n.º 8.987/95[3], com pagamento pela outorga fixa de concessão no valor de R$ 1.733.400,02 (um milhão setecentos e trinta e três mil e quatrocentos reais e dois centavos), para o Lote Norte; e R$ 1.266.599,98 (um milhão duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), para o Lote Sul, com data da disputa marcada para o dia 06/12/2023, às 9:00 horas.

Ainda, nos termos do item 4 do edital (atualizado), o valor estimado do contrato, na data base de maio de 2023, corresponde ao valor total dos investimentos, estimado ao longo do prazo estipulado da Concessão, no montante de R$ 150.607.183,42 (cento e cinquenta milhões seiscentos e sete mil cento e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos), para o Lote Norte; e R$ 123.093.078,80 (cento e vinte três milhões noventa e três mil setenta e oito reais e oitenta centavos), para o Lote Sul.

Em síntese, a Representante destaca que, não obstante a entidade licitante ter promovido ajustes em decorrência da interposição de impugnações administrativas e representações perante este TCE/PR[4], o "novo" projeto ainda padece de diversas falhas, quais sejam:

a) A obrigatoriedade da realização de nova audiência pública, precedentemente à publicação do Edital Retificado II: a audiência pública para a delegação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros foi realizada em 18/12/2021. Como o projeto sofreu modificações substanciais, seria necessária a realização de uma nova audiência pública;

b) A inobservância ao disposto na Resolução n.º 101/2023 deste TCE/PR: a Transitar não cumpriu o dever imposto no art. 4ª da citada Resolução, que dispõe que os órgãos da Administração Pública estadual e municipal deverão enviar a esse e. TCE/PR as informações relacionadas aos processos de concessões comuns de serviço público e às PPPs, por meio de peticionamento via requerimento externo, no prazo de 120 dias da data prevista para a publicação do Edital;

c) Inconsistências na modelagem econômico-financeira: i) Consumo de combustível do veículo Euro 6 superior ao considerado; ii) utilização de parâmetro inadequado referente ao custo com pessoal de manutenção, administração e diretoria; iii) troca de baterias com valor subestimado, pois o preço da bateria corresponde a cerca de 50% do valor do veículo novo, conforme informação amplamente divulgada pelos sites especializados; iv) uso do valor do veículo básico de forma inadequada na composição do OPEX, o que demonstra ser um fator relevante na composição dos custos da operação; v) necessidade de considerar capital de giro (NIG), pois as futuras concessionárias passarão a receber a receita com a defasagem de 10 (dez) dias; vi) inexistência de cálculo do Fator de Utilização de Fiscais; vii) não justificativa de coeficientes de consumo, pois não houve a demonstração da exatidão das premissas e informações utilizadas;

d) Consideração indevida de investimentos a serem realizados pela futura concessionária em relação aos veículos elétricos públicos: a modelagem econômico-financeira aplica uma depreciação real em equipamentos divergente da realidade e aplica depreciação fiscal divergente da legislação vigente, trazendo inconsistência e erros na modelagem;

e) Defasagem dos valores do projeto de concessão: os estudos de viabilidade econômico-financeiro que compõem o Edital (Retificado II) é de maio/2023, ao passo que o Edital restou republicado somente em 1º/11/2023, ou seja, uma defasagem de mais de 6 (seis) meses desta data e de mais de 7 (sete) meses até a data de abertura dos envelopes;

f) Defasagem da demanda: O estudo de viabilidade explicita que a demanda utilizada como referência foi a demanda de 2019, portanto, anterior à pandemia. Não é verdadeira a informação constante do documento de fls. 4525, no sentido de que a demanda de passageiros de 2023 está próxima da demanda apurada em 2019;

g) Incerteza dos custos e forma de operação dos veículos elétricos: não há indicação de que o custo com energia foi considerado na modelagem financeira; dúvidas acerca da instalação, manutenção e vigilância dos carregadores elétricos; incertezas sobre o descarte correto das baterias; plano de manutenção corretiva e preventiva dos veículos elétricos e os custos a ele atrelados; vida útil dos veículos, baterias e carregadores;

h) Impossibilidade técnica de configuração do ônibus básico low entry urbano com 5 portas: considerando a manifestação de empresa especializada, afirma a representante ser inviável tecnicamente o cumprimento deste item do Edital;

i) Previsão de implantação e operação de linhas distritais: a incorporação de linhas distritais não está incluída nos estudos de viabilidade que originaram a licitação da concessão das linhas urbanas. O Apêndice VIII.I não informa quais serão as linhas distritais de cada lote, não especifica horários, itinerários, pontos de parada e frota; ou seja, afronta o disposto nos arts. 8º e 13, III da Lei Municipal n.º 7.370/2022;

j) Falta de precisão editalícia acerca do reajuste tarifário: não estabelece, de maneira inequívoca e pré-definida, o marco temporal e data limite para ocorrem os reajustes tarifários ao longo da concessão.

Assim, diante das supostas irregularidades apresentadas, "que (i) denotam fragilidades em sua modelagem e comprometem, implacavelmente, suas chances de sucesso; (ii) restringem o caráter competitivo, (iii) repercutem ilegalidades e (iv) geram insegurança para os potenciais futuros concessionários", a Representante propôs a presente Representação, pleiteando a concessão de medida liminar, com o objetivo de suspender cautelarmente o processo licitatório no estado em que se encontra, e, no mérito, as providências corretivas, notadamente quanto a anulação da Concorrência Pública n.º 03/2022, e, bem assim, a retificação do instrumento convocatório e a nova publicação do Edital retificado.

Ato contínuo, antecipando-se à intimação, na forma do art. 381 do Regimento Interno[5], a AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA (TRANSITAR) apresentou suas razões de defesa[6], por meio da qual esclareceu os seguintes pontos:

p) Necessidade de repetição de audiência e consulta públicas: destacou que tais atos são repetidos somente quando o Poder Concedente realiza alterações que venham a ser consideradas substanciais nos documentos licitatórios e que demandam a reabertura do debate com a sociedade civil. Neste caso, em que as alterações somente afetaram o prazo máximo do contrato, ajustes nos produtos produzidos pela FIPE, atualização da data-base da moeda (algo natural, para evitar defasagem), dentro alguns outros aspectos, não estamos diante de alterações substanciais a ponto de impor nova audiência e consulta;

q) A inobservância ao disposto na Resolução n.º 101/2023, do TCE/PR: destaca que a Resolução é de 3 de maio de 2023, data em que a licitação em questão já havia sido publicada, não se aplicando à hipótese, conforme Nota Técnica n.º 22/2023, publicada em 12 de setembro de 2023, na qual foi consignado que "II – aos processos iniciados antes da publicação da Resolução nº 101/2023 não se aplicam os prazos para encaminhamento de informações estabelecidos pelo art. 5º da Resolução n.º 101/2023 [...]";

r) Inconsistências na modelagem econômico-financeira: i) quanto ao Consumo de Diesel do Euro 6, informmou que várias cidades já estão operando com a nova motorização, e os resultados apontam redução; e que os valores utilizados no estudo, para consumo com a tecnologia Euro 6, estão dentro das faixas de consumo propostas pela ANTP; ii) Em relação à Mão de Obra de Administração e Manutenção, informou que os valores da Planilha da ANTP são apenas referenciais, cabendo ao proponente orçar suas próprias despesas para a execução do contrato, sendo que a diferença de valores questionada, representa apenas 0,62% do valor das receitas esperadas; iii) quanto ao valor das Baterias dos Ônibus Elétricos, informou que os valores usados no estudo de viabilidade do edital, decorrem de cotações concretas, cujas fontes estão citadas no material licitatório, obtidas em outras licitações; iv) Preços de Veículos Euro 6 no Opex: ressaltou que não procede a tese, na medida em que todas as despesas efetivamente vinculadas aos próprios ônibus, como por exemplo a sua manutenção, usaram como base os preços Euro 6. O que se manteve indexado a preços de Euro 5, foram as despesas com itens que não tem nenhuma relação com a tecnologia de propulsão dos ônibus, exatamente como as mencionadas na impugnação (manutenção das garagens, e dos equipamentos de ITS); v) Necessidade de se considerar capital de giro (NIG): informou que não há a necessidade de considerar o NIG nos estudos de viabilidade econômica-financeira, incluindo este descasamento de caixa, devido ao fato de haver previsão de antecipações decendiais para a Concessionária com base na previsão de demanda contido no ANEXO I - CADERNO DE ENCARGOS; vi) quanto ao Fator de Utilização de Fiscais, informou que o valor utilizado, de 0,2 fiscais por carro operacional, foi objeto de cálculo, e atende às necessidades, conforme detalhamento exposto[7]; vii) Justificativa dos Coeficientes Usados: o edital deixa claro que os valores dos coeficientes técnicos de consumo seguiram métodos de cálculo tarifário aceitos nacionalmente, como os da ANTP e do GEIPOT, sendo apenas valores referenciais, cabendo aos proponentes realizar seus próprios levantamentos; viii) Em relação aos investimentos em Veículos Elétricos, informou que não há previsão para investimentos das concessionárias em tais veículos; que os valores que aparecem como investimentos para os carros elétricos, são aqueles que o concessionário fará para equipá-los com o sistema embarcado de ITS (tecnologia inteligente de controle embarcada), como o fará com os demais veículos da concessão;

s) Defasagem da data-base da moeda: destacou que em matéria de concessões e PPP's não existe uma resposta clara e objetiva sobre o tema com base na legislação. Destacou que o TCU[8] considera aceitável uma defasagem de até 18 (dezoito) meses entre a orçamentação e a publicação do Edital, considerando a maior complexidade de projetos e arranjos jurídicos sofisticados que demandam um prazo considerável para serem estruturados. Ressaltou que a defasagem de 6 (seis) meses aqui observada pode ser aceita com completa tranquilidade, considerando que tal prazo é amplamente aceito e, inclusive, previsto em normativas, à exemplo a Instrução Normativa 05/2014-MPOG, Decreto 7.983/13, Decreto Estadual 9.900/21 (no âmbito do Estado de Goiás) e, também, está em linha com as regras da Nova Lei Geral de Licitações (lei 14.133/21), art. 23. Para além, destacou o art. 471 do Decreto 10.086/22 do estado do Paraná, que regulamentou a Lei 14.133/21, que destaca prazo ainda mais alongado do que o aqui verificado;

t) Defasagem da demanda: informou que quanto à possibilidade de utilização da demanda de 2019 como referência para dimensionamento dos estudos, foi avaliada a possibilidade de recuperação da demanda observada em 2019 para o ano de 2023. De acordo com o modelo econométrico estimado, há evidências de que a demanda projetada para 2023 esteja nos níveis próximos aos observados no período pré-pandemia;

u) Incerteza quanto aos custos e forma de operação da frota elétrica: informou que os valores usados para estimar investimentos e custos operacionais dos carros elétricos, adquiridos pelo Município e cedidos para a operação dos concessionários, foram obtidos junto ao fabricante, que também fornece os carregadores de baterias e podem ser consultados diretamente nos estudos anexos ao Edital; que no plano de negócios, estão incluídas, especificamente, as verbas para a manutenção dos carros e dos carregadores, além da substituição das baterias dos veículos no Ano 8; o descarte das baterias usadas, por legislação, cabe ao fabricante; cabem ao Município a instalação e a vigilância dos carregadores, caso sejam instalados fora das garagens dos concessionários, bem como sua eventual substituição, razão pela qual estes itens não constam no plano de negócios do concessionário;

v) Impossibilidade de configurar o Low Entry urbano com 5 portas: inicialmente a entidade destacou a necessidade da configuração prevista (veículos possuírem 3 portas ao lado esquerdo, além das 2 portas à direita), pois trata-se de uma modelagem necessária para atender às peculiaridades do Município; destacou que não prospera a tese apresentada, na medida em que o Município já adquiriu ônibus elétricos de 2 eixos que possuem essa configuração, o que refuta qualquer argumento no sentido de que a frota "inexiste" no mercado; para mais, destacou que o ofício da Marcopolo S/A mencionado na impugnação apenas confirma a possibilidade do desenvolvimento dessa solução, respeitados os requisitos técnicos;

w) Quanto às linhas distritais, ressaltou que a modelagem original envolve apenas as linhas urbanas; que as linhas distritais somente serão objeto do contrato em caso de solicitação formal do Poder Concedente, havendo, para essa hipótese, Apêndice específico regendo a "incorporação" de tais serviços ao contrato de concessão; que o mesmo Apêndice VIII.I – Linhas Distritais, deixa claro que, nesse cenário, qual seja, de incorporação de linhas distritais ao contrato, será deflagrado um processo de revisão contratual, que é regido pelo próprio Apêndice; não há ofensa à Lei Municipal n.º 7.370/2022, a qual prevê que para a concessão das linhas urbanas E/OU distritais, os estudos devem ser realizados, com posterior detalhamento da documentação licitatória. Assim, o fato de a concessão iniciar apenas com linhas urbanas não ofende a regra legal, sendo absolutamente aceita pelo ordenamento jurídico a inclusão de um novo escopo dentro de um contrato de concessão já vigente;

x) No que tange às cláusulas pertinentes ao reajuste, informou que o Poder Concedente se comprometeu, no âmbito do processo 401419/23 que tramita no TCE-PR, a ajustar as cláusulas pertinentes para que o reajuste seja concedido a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data-base da tarifa, que atualmente se refere ao mês de maio de 2023, ou seja, a cláusula foi ajustada, de modo que o reajuste ocorrerá a cada 12 (doze) meses; a referência a "no mínimo" a cada 12 meses só se aplica ao primeiro reajustamento, para o cenário em que o contrato só será assinado após maio de 2024, o que impossibilitará a sua concessão em 12 meses exatos.

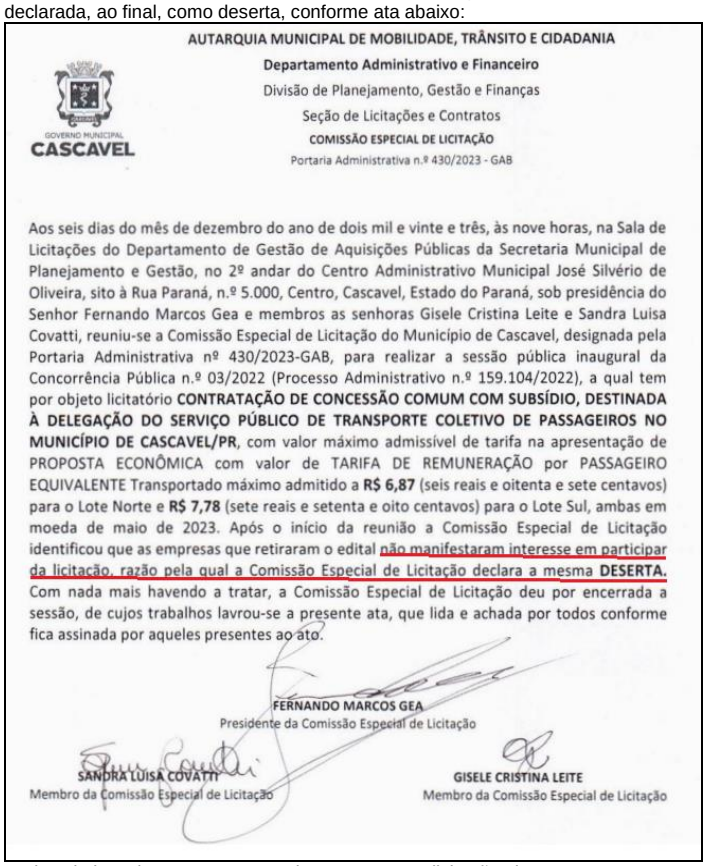
Por fim, ressaltou que a série de dúvidas levantadas pela impugnante foi objeto de pedidos de esclarecimentos, e foram devidamente respondidas, não havendo nenhuma resposta que influencie ou impeça a formulação de propostas.

Ato contínuo, sobreveio aos autos petição[9] da entidade Representada, informando que a licitação em análise "teve sua regular abertura na data das 06/12/2023 às 9:00 horas, conforme edital do certame, tendo a mesma sido declarada como deserta, nos termos da Ata anexa".

É a síntese fática.

Pois bem.

Conforme informado pela TRANSITAR em sua última manifestação nos autos, assim como com base nas informações constantes no Portal Transparência[10] da referida entidade, constata-se que a sessão pública para abertura das propostas, prevista para o dia 06/12/2023, às 9h, findou sem a participação de interessados, sendo declarada, ao final, como deserta, conforme ata abaixo:



AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA
Departamento Administrativo e Financeiro
Divisão de Planejamento, Gestão e Finanças
Seção de Licitações e Contratos
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria Administrativa n.º 430/2023 - GAB

GOVERNO MUNICIPAL CASCAVEL

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, no 2º andar do Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel, Estado do Paraná, sob presidência do Senhor Fernando Marcos Gea e membros as senhoras Gisele Cristina Leite e Sandra Luisa Covatti, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação do Município de Cascavel, designada pela Portaria Administrativa nº 430/2023-GAB, para realizar a sessão pública inaugural da Concorrência Pública n.º 03/2022 (Processo Administrativo n.º 159.104/2022), a qual tem por objeto licitatório **CONTRATAÇÃO DE CONCESSÃO COMUM COM SUBSÍDIO, DESTINADA À DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR**, com valor máximo admissível de tarifa na apresentação de PROPOSTA ECONÔMICA com valor de TARIFA DE REMUNERAÇÃO por PASSAGEIRO EQUIVALENTE Transportado máximo admitido a **R$ 6,87** (seis reais e oitenta e sete centavos) para o Lote Norte e **R$ 7,78** (sete reais e setenta e oito centavos) para o Lote Sul, ambas em moeda de maio de 2023. Após o início da reunião a Comissão Especial de Licitação identificou que as empresas que retiraram o edital não manifestaram interesse em participar da licitação, razão pela qual a Comissão Especial de Licitação declara a mesma **DESERTA**. Com nada mais havendo a tratar, a Comissão Especial de Licitação deu por encerrada a sessão, de cujos trabalhos lavrou-se a presente ata, que lida e achada por todos conforme fica assinada por aqueles presentes ao ato.

FERNANDO MARCOS GEA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SANDRA LUISA COVATTI
Membro da Comissão Especial de Licitação

GISELE CRISTINA LEITE
Membro da Comissão Especial de Licitação

Dado tal desenlace, oportuno registrar que uma licitação deserta aponta para o desinteresse da iniciativa privada em relação ao objeto, seja por inadequações no edital licitatório seja por incertezas decorrentes do futuro contrato, o que demanda, por parte da entidade promotora do certame, inevitavelmente, a revisão dos termos e condições previstas em edital, que deve se dar a partir do diálogo com os potenciais interessados, a fim de adequar as condições do certame à realidade de mercado e, por via de consequência, possibilitar a efetivação da concessão, com vistas ao interesse público, notadamente o interesse da comunidade local.

No contexto dos autos, ainda que a entidade já tenha se manifestado no feito, verifica-se que houve uma abordagem genérica a respeito de pontos sensíveis em relação à licitação em voga.

Nessa perspectiva, com vistas ao prosseguimento do feito, preliminarmente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar, entendo pertinente que a autarquia municipal se manifeste, a fim de que preste novos esclarecimentos acerca dos fatos aventados, trazendo aos autos fundamentos e justificativas aptas a demonstrar a pertinência das exigências constantes no edital licitatório, nos termos do caput do art. 404[11] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, notadamente a respeito:

c) das divergências e inconsistências na modelagem econômico-financeira, defasagem nos valores e estudos de demanda, bem como demais itens aqui tratados, considerando ser um momento oportuno para reavaliar tais pontos;

d) das medidas que serão tomadas em relação ao edital licitatório e suas disposições, dada a ausência de interessados no certame (licitação deserta).

Nestes termos, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que providencie a devida INTIMAÇÃO, por ofício e via comunicação eletrônica, da AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA (TRANSITAR), na pessoa de seu representante legal, Sra. SIMONI SOARES DA SILVA, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação da Lei n.º 8.666/93.

Publique-se.

Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

RELATOR

_____

__1__. Art. 113. [...] § 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.
__2__. Peça n.º 05.
__3__. Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:
I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;
__4__. Processos n.º 401419/23 e 405317/23.
__5__. Art. 381. As citações e intimações serão realizadas por uma das seguintes modalidades, conforme o caso: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)
I - quando do comparecimento espontâneo da parte; [...]
§ 1º As citações e intimações consideram-se perfeitas: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)
a) pelo comparecimento espontâneo da parte, quando for dada ciência dos termos do despacho e da decisão, certificando-se nos autos, qualificando-se e colhendo-se a assinatura da parte;
__6__. Peça n.º 12.
__7__. Peça n.º 12, fl. 05.
__8__. ACÓRDÃO N. 683/2010 - PLENÁRIO e ACÓRDÃO N. 3079/2010 - PLENÁRIO.
__9__. Peças n.º 14 a 16.
__10__. Disponível em: https://cascavel.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais
__11__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-558377/23
ORIGEM:-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO:-CLAUDIO STABILE, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, SINDICATO DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URB., GESTAO, COLETA, TRANSP., TRAT. E DISPOSICAO FINAL ADEQ. DE RESID. SOLID. E EFLUENTES DO ESTADO DO PARANA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:-FERNANDA BENDER COLLODEL, JACQUELINE DOS SANTOS CORREA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, MOEMA REFFO SUCKOW, RAFAEL STEC TOLEDO
DESPACHO:-1424/23

DESPACHO

Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, nos termos do art. 87, §2º, da Lei nº 13.303/16, formulada pela PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA em face da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, dando conta de possíveis irregularidades no procedimento licitatório promovido pelo Edital nº 243/2023, cujo objeto é a "contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos: domésticos e recicláveis para o município de Cornélio Procópio e Distrito de Congonhas no aterro sanitário de Cornélio Procópio por um prazo de 730 dias e prazo de vigência do contrato de 850 dias, com preço máximo de R$ 6.985.404,48, atualmente suspenso.

Conforme anteriormente relatado, o representante aponta, preliminarmente, a prevenção do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, em razão da existência do Processo nº 356022/23 e, no mérito, irregularidades que implicariam na nulidade do edital, quais sejam, ausência de exigência de cumprimento da NR-38 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; ausência de planilha de composição de custos unitários; falta parâmetros objetivos nos requisitos de qualificação técnica; desatendimento às normas técnicas e à legislação ambiental; falta de exigência de licença ambiental como requisito de habilitação no certame; falta de exigência de balanço apresentado na forma de SPED, sistema de escrituração contábil digital implantado pela Receita Federal; exigência de índices contábeis em contrariedade à Resolução nº 492/2022-DP/DA/DFRI; exigência de mesmos preços para produtos e serviços; possível direcionamento do objeto decorrente da possibilidade de comprovação da capacidade técnica através de atestado de manutenção e limpeza em estações de tratamento de efluentes, serviço estranho ao objeto licitado; prazo do contrato incompatível com as exigências de idade dos veículos; falta de previsão de software para a gestão exigida no contrato; ausência de justificativa para fixação de percentuais máximos de Encargos Sociais e Trabalhistas - EST e Bonificações de Despesas Indiretas – BDI; falta de avaliação da qualidade técnica do potencial prestador dos serviços, conforme o decidido pelo Tribunal de Contas no Acórdão nº 1394/22 – Tribunal Pleno; possibilidade de retenção de créditos em razão de eventuais demandas administrativas ou judiciais em curso; ausência de Programa de Gerenciamento de Riscos voltado aos trabalhadores.

Diante das irregularidades narradas requereu a suspensão cautelar do certame e, no mérito, a declaração de nulidade do edital, em razão de impossibilidade de saneamento.

Por meio do Despacho nº 1153/23 – GCAZ[1] foi determinada a manifestação prévia da entidade, que apresentou esclarecimentos acerca do processo licitatório, com defesa da legalidade do certame e pedido de improcedência da representação[2]. Além disso, informou a suspensão da licitação[3].

Além desta representação, foram apresentadas as representações nº 559250/23 e 619961/23 contra o Edital nº 243/2023, as quais narram irregularidades semelhantes, sendo que na última foi incluída a impossibilidade indireta de contratação de mulheres, em decorrência da ausência de previsão de auxílio maternidade na planilha de encargos sociais.

É a breve síntese.

De início, a partir da análise do objeto do presente processo e da Representação nº 356022/23 contata-se que não procede a preliminar de prevenção apresentada na inicial.

Aquele processo constitui representação apresentada pelo Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana, Gestão, Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final Adequada de Resíduos Sólidos e Efluentes do Estado do Paraná visando adequação do procedimento licitatório emitido pela SANEPAR para a prestação de serviços

semelhantes aos da licitação ora impugnada, no Município de Cianorte. Nesta representação, embora trate de objeto semelhante, o serviço é destinado ao Município de Cornélio Procópio.
Sobre o tema, o art. 346-B do RITCE-PR[4] dispõe sobre a continência e a conexão como causas de modificação da competência. Já o artigo 346, inciso VIII, do RITCE-PR[5] estabelece a prevenção entre denúncias e representações quando tratarem do mesmo processo de contratação, que não é o caso, motivo pelo qual firmo competência para atuar no processo.
Superada tal questão, em sede de juízo de cognição sumária, tenho que a narrativa feita pela Representante goza de verossimilhança, pois afigura-se coerente e coesa em sua argumentação, acompanhada de documentação mínima comprobatória, complementada em instrução preliminar, a demonstrar que há indícios de impropriedades em relação a parte dos itens inseridos na petição inicial, merecendo processamento a presente demanda para o fim de verificar a legalidade/regularidade da licitação promovida.
Dessa forma, atesta-se o preenchimento dos requisitos dos artigos 30 e 34 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e dos artigos 275 e 276, caput e §1°, do Regimento Interno. Passa-se então à análise do pedido cautelar.
As principais irregularidades apontadas no Edital da licitação que ensejam o recebimento da representação consistem na ausência de planilha de composição dos custos unitários, com impacto em encargos sociais, como possível discriminação de gênero; ausência de exigência de cumprimento da NR-38 do Ministério do Trabalho e Emprego; falta de exigência de licença ambiental como requisito de habilitação no certame; desatendimento às normas técnicas e à legislação ambiental; e ausência de justificativa para fixação de percentuais máximos de Encargos Sociais e Trabalhistas - EST e Bonificações de Despesas Indiretas – BDI; sem prejuízo de análise aprofundada e detida quanto aos demais tópicos elencados na representações em curso.
Com relação ao pedido cautelar, constata-se que perdeu seu objeto, tendo em vista que a entidade promoveu a suspensão do certame, motivo pelo se encontra ausente o periculum in mora.
Assim, RECEBO a presente Representação da Lei nº 8.666/1993 e, com fulcro no art. 53, §2º, inciso IV e §3º, II da Lei Complementar Estadual n.º 113/05[6], assim como com base no inciso XII[7] do art. 32 e no §1º[8] do art. 282 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, acolho em parte petitório apresentado e deixo de analisar o pedido cautelar em razão da perda do seu objeto a partir da suspensão do certame pela entidade.
À vista disso, encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo (DP) para CITAR a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, na pessoa de seu representante legal ou servidor com poderes de gestão, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresentem defesa quanto às irregularidades apontadas nesta Representação.
Após, regressem.
Publique-se.
Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____

1. *Peça nº 29.*
2. *Peça nº 34.*
3. *Peça nº 43.*
4. *Art. 346-B. A competência para relatar processo poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)*
§ 1º Reputam-se conexos dois ou mais processos quando lhes for comum o objeto. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)
§ 2º Dá-se a continência entre dois ou mais processos quando o objeto de um, por ser mais amplo, abrange o dos demais, independentemente de identidade quanto às partes. (Incluído pela Resolução nº 85/2021).
§ 3º Os processos conexos ou continentes serão redistribuídos por dependência ao relator prevento, na forma do art. 346, § 1º, exceto se houver decisão de mérito ou terminativa no processo que ensejaria a prevenção. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)
5. *Art. 346. Constituem assuntos que ensejam obrigatoriamente prevenção do Relator, devendo ser distribuídos por dependência, sem prejuízo de outras hipóteses em ato normativo, que deverão constar no termo de distribuição do processo:*
(…)
VIII - denúncias e representações quando lhes for comum o objeto, incluindo as representações da Lei nº 8.666/1993 que tratam sobre o mesmo edital, licitação, processo de contratação direta ou procedimento correlato para seleção de propostas, bem como os processos em que se discute a execução do mesmo contrato, convênio, pacto, termo, ajuste ou avença. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)
(…)
§ 1º A prevenção será reconhecida em favor do relator a quem por primeiro foi distribuída a matéria, conforme a data e horário da distribuição. (Incluído pela Resolução n° 24/2010).
6. *Art. 53. O Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente, aos órgãos e Poderes competentes a aplicação de medidas cautelares definidas em lei, ou determinar aquelas previstas no Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil. [...]*
§ 2º As medidas cautelares referidas no caput são as seguintes: [...]
IV – outras medidas inominadas de caráter urgente. [...]
XIII - submeter à apreciação do Tribunal Pleno, na primeira sessão subsequente, as decisões que concederem ou revogarem medidas cautelares, em processos de competência de denúncia e representação.
§ 3º São legitimados para requerer medida cautelar: [...]
II – as partes;
7. *Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
[...]
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
8. *Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.*
§ 1º Caso comporte decisão cautelar a mesma será proferida com urgência pelo Conselheiro Relator, produzindo efeitos imediatamente, sendo submetida à deliberação do Plenário na sessão subsequente, independentemente de inclusão em pauta.

PROCESSO N °:-403560/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
INTERESSADO:-ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA, KATIA HARMS, LUCIANO ESSER QUEIROZ, M. V. SELMER E CIA LTDA, MARIA ROSA DUCHEIKO, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:-DOUGLAS IVAM ALVES, LEONARDO FERREIRA MENDES DE PAIVA, PATRICIA FERREIRA MENDES
DESPACHO:-1425/23
DESPACHO
Em atenção à petição apresentada pelo Município de Carambeí, por meio da qual apresentou o resultado da enquete de satisfação com os serviços prestados[1], assim como levantamentos feitos pelo fiscal do contrato, conforme relatório referente ao período de junho a novembro de 2023[2], por entender relevante ao deslinde do feito, recebo a peça apresentada e seus anexos.
À vista disso, retornem os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) para nova instrução, considerando o teor dos documentos apresentados, e, após, ao Ministério Público de Contas (MPC) para emissão de parecer.
Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____

1. *Peça n.º 91.*
2. *Peças n.º 92 a 94.*

PROCESSO N °:-679417/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE LOANDA
INTERESSADO:-ANTONIO ANESIO BANA, JOAO NICOLAU DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE LOANDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ELIZANDRA RAMOS SANTIM, RODRIGO TIAGO BROIETTI
DESPACHO:-1426/23
DESPACHO
Apresentados os documentos de contraditório, às peças 21 a 26, os autos devem prosseguir à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) para instrução e ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer.
É o despacho.
Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO N °:-791454/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE MARILENA
INTERESSADO:-JOSE APARECIDO DA SILVA, MUNICÍPIO DE MARILENA
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1428/23
DESPACHO
Tendo em vista que o Recurso de Revista proposto por JOSÉ APARECIDO DA SILVA, consoante Petição Intermediária nº 791454/23 (Peça nº 28), foi admitido mediante Despacho nº 1681/23 – GCILB (Peça nº 29), encaminho o feito, em obediência ao rito previsto no art. 485 do Regimento Interno[1], à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas para análise e manifestação.
Após, retornem os autos para deliberação.
Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____

1. *Art. 485. Recebido o recurso, será sorteado novo Relator que, após a manifestação do recorrido, se houver, encaminhará os autos para instrução da unidade administrativa, abrirá vista do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação, incluindo-o, a seguir, em pauta de*
julgamento, observando o prazo a que se refere o art. 62, I, da Lei Complementar nº 113/2005.

PROCESSO N °:-750099/20
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO:-BACHIR ABBAS, EIDER LUIZ PADILHA, HILTON SANTIN ROVEDA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1430/23
DESPACHO
Tratam os autos de ato de inativação originário do MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, com pedido de quarta prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 40) o prazo decorrente da prorrogação concedida à entidade para manifestação terminou em 04/12/2023.
O novo pedido de prorrogação foi protocolado em 04/12/2023 (peça nº 38).
Em vista da reautuação[1] (peça 43) do presente processo, em caráter excepcional, determino:
1) A intimação via ofício com A.R. do MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, na pessoa de seu gestor atual, para que apresente em última e derradeira diligência, no prazo de 15 (quinze) dias a regularização do presente processo, conforme já solicitado pela CAGE.
2) Seja comunicado, também via Ofício com AR, ao gestor do FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS DA ADMINISTRAO PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE UNIAO DA VITORIA, para regularização do ato (prazo do item 1).
3) Seja notificada o servidor EIDER LUIZ PADILHA, também via Ofício com A.R., sobre o não atendimento das diligências pelo FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS DA ADMINISTRAO PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE UNIAO DA VITÓRIA, sujeitando-a a ser negada por este Tribunal de Contas, o registro de sua aposentadoria.
4) Alertar o gestor do FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS DA ADMINISTRAO

PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE UNIAO DA VITORIA e o Chefe do Poder Executivo de União da Vitória que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar em imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015 e demais cominações legais, bem como, a negativa de expedição da CERTIDÃO LIBERATÓRIA, até a regularização da pendência.
5) Remeta-se o feito à Diretoria de Protocolo (DP) para que sejam adotados, nos termos regimentais, os procedimentos de praxe necessário à intimação do jurisdicionado.
Publique-se.
Gabinete, em 11 de dezembro de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
***1**. Em atendimento a Informação 8455/23 - CAGE, foi procedida a reautuação do feito, cujo assunto passou de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA para ATO DE INATIVAÇÃO, bem como à respectiva distribuição, na forma do art. 299-A, § 5º do Regimento Interno.*

PROCESSO N °:-501650/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO:-HISSAM HUSSEIN DEHAINI, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, PCO SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1433/23
Tratam os autos de representação apresentada com fulcro no art. 113, §1º, da Lei 8.666/93, por PCO SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI noticiando supostas irregularidade na Pregão Presencial nº 054/2023, do Município de Araucária para a contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos nos cemitérios municipais com sepultamento, exumação, limpeza, conservação e manutenção dos cemitérios, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
O valor máximo estimado é de R$ 957.000,72 (novecentos e cinquenta e sete mil reais e setenta e dois centavos) e a abertura estava prevista para o dia 03/08/2023 às 09h.
A representante alegou que o Edital foi elaborado sem considerar a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho SINDUSCON referente ao intervalo de dada base de 2023 -2024, afetando a formulação da proposta.
De acordo com os documentos anexados pela representante, em especial o Anexo I – Termo de Referência, item 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3 fazem referência à tabela de serviços considerando a data base 01/06/22.
Os valores apreseentados no edital colacionado pela representante de fato divergiam do apresentado na tabela da CCT-SINDUSCON (peça 07).
Em uma primeira análise, entendi que a formulação de custos sem considerar o valor da remuneração base presente da Convenção Coletiva do SINDUSCON, homologada em 27/07/2023, poderia comprometer a formulação da proposta e ferir os princípios da isonomia e da concorrência, motivo pelo qual recebi a presente representação e concedi a medida cautelar de suspensão do certame, conforme Acórdão de Homologação nº 3177/23-STP.
Após o contraditório oferecido em razão do deferimento da medida cautelar, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução nº 5207/23-CGM, manifestou-se pela improcedência da representação, considerando que houve retificações editalícias ocorridas em 03/08/2023, em observância a CCT 2023-2024-SINDUSCON.
O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 1042/23, opinou pelo encerramento do feito por perda do objeto, também considerando as retificações do Edital.
A Municipalidade apresentou pedido de revogação da cautelar, considerando os opinativos das unidades instrutivas (peça nº 34).
É o breve relato.
Foi possível verificar no contraditório apresentado pelo Municipalidade na peça nº 15, que o Edital foi republicado pela terceira vez, em 03/08/2023, realizando as devidas adequações para observar as alterações da Convenção Coletiva de Trabalho do SINDUSCON.
Nota-se que a abertura estava prevista para o dia 03/08/2023, motivo pelo qual havia concedido a medida cautelar.
Ocorre, que neste mesmo dia houve a republicação do Edital, fato que até então era desconhecido nos autos.
Assim, considerando que a presente representação versa exclusivamente sobre a não adoção do Edital nº 054/2023, da Convenção Coletiva de Trabalho do SINDUSCON, 2023-2024, havendo correção do Edital, justamente para contemplar a convenção (peça nº 15, fls.5), entendo que houve perda superveniente do objeto, motivo pelo qual acolho o pedido do Município para revogar a medida cautelar deferida e homologada nos termos do Acordão nº 3177/23-STP.
A partir do exposto, decido revogar a medida cautelar concedida e homologada nos termos do Acordão nº 3177/23-STP.
Determino o encaminhamento à Diretoria de Protocolo (DP) para realizar a intimação, com urgência, via email e/ou fax, do Município de Araucária, na pessoa de seu representante legal, para dar ciência da presente revogação, conforme art. 405, §1º.
Para além, os autos devem retornar a este Gabinete, tendo em vista a necessidade de submeter à apreciação do colegiado a decisão proferida, conforme disposto no art. 400 e 406, do Regimento Interno.
Gabinete, em 12 de dezembro de 2023.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.°:-211156/23
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA (PRESONTER)
RESPONSÁVEL:-ALMIR FEDERICCI
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-571/23
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
***1**. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

PROCESSO N.°:-19076/17
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
RESPONSÁVEIS:-CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, JEANNE MARIA FUJII KATO, PEDRO BARALDI, ROGÉRIO JOSÉ LORENZETTI
INTERESSADAS:-ADRIANA APARECIDA RODRIGUES, ALACY DE SOUZA ANDRADE, ALINE PEREIRA LIMA DE ABREU, ANDRESSA CAMPEZATO BRITO, BARBARA CHRISTIANNE DAL PIZZOL, BARBARA MULLER DA SILVA, DAYANE CARLA BARBOSA DE MELLO, ELISSANDRA MARIA PETIK, IVONE RUBIRA DE ALENCAR ARRAIS, JULIARA DIAS DOS SANTOS, KAREN ANDRESSA NOVAIS SALDANHA DE ALMEIDA, MARIA SELEIDE RIBEIRO CAMPOS CARDOSO, NATHALY EDMONA DOS SANTOS NOGUEIRA, PRISCILA GONCALVES DE OLIVEIRA BARATELLA, ROSIANE DE SOUZA, TAISA BARCELOS CLAUDINO DINIZ PEREIRA, TAMARA FRANCIELE JASPER
PROCURADORES:-CLAUDIO EVANDRO STEFANO, GILSON JOSÉ DOS SANTOS, HUGO MORGADO BRAGA, JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR, JOÃO JOSÉ BAPTISTA
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-572/23
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
***1**. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

PROCESSO N.°:-712754/18
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE URAÍ
RESPONSÁVEIS:-ANGELO TARANTINI FILHO, CARLOS ROBERTO TAMURA
INTERESSADOS:-ANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS, ANDRÉ MASSAYUKI HOYASSY, ARIANE TIVA DE SOUSA, BEATRIZ CRISTINA DE OLIVEIRA, CAMILA BATISTA RAIMUNDO, CINTIA SATOMI ONO, CLAUDEMIR DOMINGUES DE SOUZA, CLEDER WILSON ARRUDA TAVARES, CLEYTON JUNIOR VIEIRA, DANIELE PEREIRA BRAGA RODRIGUES, EDER VENANCIO FRANCISCO, ENID GABRIELA LIZOTTI BREGANO, GISLENE LIBANIO DA SILVA, GRAZIELLE RODRIGUES CARVALHO, IRENE DO ROCIO BUENO PINTO, ISABELLI CAROLINE PIRES, IVAN CARDOSO GIROTTO, JULIANA AQUA, LOHAINI APARECIDA GAMBA RODRIGUES, LUCIANO RODRIGUES CARDOSO, LUIS MARCELO DE SOUZA, MARIA DE FATIMA LIMA, MARIA EDUARDA DOS REIS, MICHELLE CARLA PEDRO BUENO, MONICA SUBTIL, PAULA ROBERTA MARTINS MACHADO DA COSTA, RODRIGO BRANDALIZE VESPERO, ROSANGELA JUSTINO DA SILVA, ROSEMEIRE MARIA GONCALVES, ROSENEIDE PEREIRA DA SILVA, TEREZINHA VICENTINI
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-573/23
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
***1**. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

PROCESSO N.°:-669578/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDÊNCIA (FOZPREV)
RESPONSÁVEIS:-ÁUREA CECÍLIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO
INTERESSADA:-ROSEMERIE BEMSABATH DE JESUS
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: -574/23
Com fundamento no artigo 383, inciso I, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda, por meio eletrônico, à intimação da responsável, senhora ÁUREA CECÍLIA DA FONSECA, para que, no prazo de 15 dias, apresente razões de contraditório em face dos apontamentos contidos na peça n.° 13.
Ocorrendo decurso de prazo sem apresentação de resposta, retornem os autos a este gabinete.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
***1**. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

PROCESSO N.º:-398883/19
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
INTERESSADO:-ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA, JESSICA LOPES FONTOURA, JULIANA MALAQUIAS KAISER, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 79/23
Aprecia-se, para fins de registro, ADMISSÃO DE PESSOAL realizada pelo MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ no âmbito do teste seletivo regulamentado pelo Edital n.º 24/17, relativa à contratação temporária de Farmacêutico e Fisioterapeuta[1].
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da admissão, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
4. Publique-se.
Curitiba, 8 de dezembro de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

_____
***1**. Foram admitidas: Jessica Lopes Fontoura e Juliana Malaquias Kaiser.*

PROCESSO N.º:-88290/20
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE CIANORTE
INTERESSADO:-CLAUDEMIR ROMERO BONGIORNO (FALECIDO(A) EM 2021), ELNATA DE PAULA OLIVEIRA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MUNICIPIO DE CIANORTE
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 80/23
Aprecia-se, para fins de registro, ADMISSÃO DE PESSOAL complementar realizada pelo Município de Cianorte no âmbito do concurso público disciplinado pelo Edital n.º 001/2015, relativa ao provimento de cargo de Motorista pelo senhor Elnatã de Paula Oliveira.
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da admissão, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
4. Publique-se.
Curitiba, 8 de dezembro de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
EA

PROCESSO N.º:-670010/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, LUCIEN NARCIZO MENDOZA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 81/23
Aprecia-se, para fins de registro, REVISÃO DE PROVENTOS de inativação do senhor Lucien Narcizo Mendoza, concernente à incorporação de Adicional de Permanência, em virtude de decisão judicial[1], conforme Portaria n.º 8.676/23 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu em 01º/09/23.
2. A aposentadoria do interessado, no cargo de Assistente Administrativo Especialista, foi concedida pela Portaria n.º 5.058/16 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu em 20/01/16, tendo obtido registro neste Tribunal de Contas por força do Despacho de Homologação de Benefício n.º 44/16-COFAP/GP, disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal n.º 1506, de 20/12/16.
3. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da revisão de proventos, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
4. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
5. Publique-se.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

_____
***1**. Ação de Revisão Previdenciária n.º 0025080-83.2022.8.16.0030-TJPR*

PROCESSO N.º:-686316/23
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
INTERESSADO:-AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANTONIO CASAGRANDE, BALTAZAR BRAVO COCO, DAVID RENAN COSTA MIRANDA DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, ROMUALDO DE JESUS BENATTI
DESPACHO N.º:-282/23
Trata-se de REPRESENTAÇÃO interposta pelos senhores Antonio Casagrande, Baltazar Bravo Coco, David Renan Costa Miranda dos Santos e Romualdo de Jesus Benatti, vereadores da Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, versando sobre supostas omissões ou insuficiência de informações pelo poder executivo municipal, relativas ao cumprimento das metas fiscais no exercício de 2023, em violação ao artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. Visando subsidiar a apreciação da admissibilidade do procedimento, consoante Despacho n.º 233/23-GATBC (peça 16), foi concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação preliminar da municipalidade acerca do aduzido pelos representantes.
3. O Município de São Jorge do Ivaí, por intermédio da petição n.º 750839/23 (peça 20), firmada por seu representante legal, senhor Agnaldo Carvalho Guimarães, juntou justificativas e documentos.
4. Recebo a documentação.
5. Tendo em vista que o Município se limitou a citar links de acesso ao portal da transparência e anexar cópias da ata das audiências públicas, sem discorrer sobre os pontos questionados pelos representantes, conheço da Representação.
6. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para que, levando em conta a documentação disponibilizada pelo Município acerca de sua gestão fiscal no período de referência, confirme as falhas apontadas pelos representantes.
7. Após, retornem a este gabinete.
8. Publique-se.
Curitiba, 12 de dezembro de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
ACP

PROCESSO N.º:-126114/05
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ANOROSVAL COLOMBO, CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU, EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO, ELCIO JAIME DA LUZ, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU
DESPACHO N.º:-310/23
Trata-se do cumprimento do Acórdão n.º 1993/06-Segunda Câmara[1] (peça 22), pelo qual o senhor ANOROSVAL COLOMBO, Presidente da Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu no exercício financeiro de 2004, ficou obrigado a devolver parcela de subsídio recebida acima do valor devido.
2. A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação n.º 4977/23 (peça 169) solicitou deliberação quanto ao cumprimento da obrigação certificada pela Vara da Fazenda Pública de Quedas do Iguaçu nos autos n.º 0000903-02.2011.8.16.0140, haja vista a divergência de valores verificada entre o montante a ressarcir e o efetivamente restituído aos cofres do ente municipal:
Em atendimento a referida análise, o MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, por meio da Petição Intermediária nº 771755/23, de 28/11/2023, juntou documentos referente ao pagamento efetuado em 08/03/2023 pelo Sr. ANOROSVAL COLOMBO, no valor de R$ 13.664,83 (peça 168, páginas 3 a 6), bem como a CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE DÌVIDA Nº 001/2023, datada de 24/11/2023.
Ocorre que o valor R$ 13.664,83, recebido em 08/03/2023, é inferior ao valor constante da Certidão de Débito nº 289/2009 (peça 115, página 12 a 14) de R$ 65.211,54, calculado em 17/04/2009. Só para efeitos de comparação, o valor da referida Certidão de Débito, se atualizado até a data do pagamento efetuado em 08/03/2023 utilizando-se a ferramenta disponível no site deste Tribunal de Contas (https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/calculo-de-atualizacao-monetaria/203/area/54), atinge o montante de R$ 381.588,28, conforme tela abaixo:
(...)
Destacamos que a pendência impede a obtenção de certidão liberatória, emitida para fins de transferências voluntárias, desde 10/08/2023 (Informação nº 3350/23 – CMEX, peça 165), nos termos do art. 95, da Lei Complementar nº 113/2005.
3. Ato subsequente, a unidade, mediante Informação n.º 5091/23 (peça 170), apresentou os seguintes esclarecimentos, novamente postulando deliberação:
O Processo nº 147771/07-TC é da relatoria do AUDITOR SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA e a mesma documentação foi ali juntada para comprovação do pagamento da dívida referente a CERTIDÃO DÉBITO - TC Nº 235/2009, inscrita em dívida ativa pelo Município de Quedas do Iguaçu sob nº 02/09, decorrente do ACÓRDÃO N° 1338/08 - Segunda Câmara, mantido pelo ACÓRDÃO N° 231/09 - Segunda Câmara.
Juntamos com ANEXO da presente informação o Ofício nº 517/2023 do Município de Quedas do Iguaçu, bem como os aludidos documentos juntados no Processo nº 147771/07-TC.
Assim sendo, retornamos o presente processo ao Gabinete do Relator, AUDITOR THIAGO BARBOSA CORDEIRO, para deliberações quanto as providências que entender cabíveis, em razão do acima exposto, bem como quanto ao relatado na Informação nº 4977/23 – CMEX (peça 169).
4. O Município de Quedas do Iguaçu, por meio das petições n.º 801890/23 (peças 171-174) e n.º 811030/23 (peças 175-179), firmadas por seu Prefeito, senhor Élcio Jaime da Luz, junta documentos e esclarecimentos, formulando os seguintes pedidos:
Esclarecemos que o Município está providenciando a notificação pessoal dos respectivos devedores, além da publicação em Diário Oficial para que seja viabilizada a execução dos valores devidos. Ainda, informamos que houve o pagamento em parcela única do devedor Ambrosio Jacuboski no valor de R$ 9.935,65, sendo descontado o pagamento anterior efetuado no valor de R$ 2.087,71, conforme a documentação já apresentada no Processo nº. 111334/04.
(...)
É de conhecimento que o processo de execução dos valores indicados nos Processos nº. 111334/04, 126114/05 e 147771/07 possuem diversas fases processuais e que devem ser respeitados. Ocorre que o INTERESSE PÚBLICO da população do Município de Quedas do Iguaçu não pode ser prejudicada em razão do prazo estabelecido pela legislação.
Como já informado, nas últimas semanas o Município de Quedas do Iguaçu sofreu com as intensas precipitações hídricas (chuvas), que ocasionaram a destruição dos leitos das estradas rurais, assoreamento, entupimento e rompimento de bueiros e pontes, resultando em prejuízos e alagamentos em diversos bairros do município, prejudicando o escoamento da produção e o transporte de trabalhadores e escolar, resultando em danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos públicos e

privados, tendo sido decretado Situação de Emergência, conforme Decreto Municipal nº. 639/2023.
(...)
É certo que a não emissão do respectivo documento, poderá inviabilizar o atendimento das necessidades da população do Município, o que demonstra a existência do fumus boni iuris e o periculum in mora. Por todo o exposto, o Município de Quedas do Iguaçu vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer:
a) O recebimento da presente manifestação com os documentos que a instruem;
b) Que seja determinada a concessão de prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento das diligências estabelecidas por este Tribunal de Contas, para viabilizar a continuidade das contratações de operação de crédito/convênios e o recebimento dos demais recursos provenientes do Governo do Estado, vez que demonstrado o relevante INTERESSE PÚBLICO;
c) Alternativamente, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, que seja determinada então uma Certidão Liberatória Positiva com Efeitos de Negativa, de modo a viabilizar a continuidade das contratações de operação de crédito/convênios com o Governo do Estado do Paraná.
5. Ato subsequente, o Município de Quedas do Iguaçu, mediante petição n.º 812482/23 (peças 180-181), apresenta resposta ao contido na Informação n.º 4977/23-CMEX (peça 169), reiterando ao final o pedido formulado em sua petição anterior:
Inicialmente, cumpre esclarecer que o valor de R$ 13.664,83 recolhido pelo Sr. Anorosval Colombo, é referente à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município - Lei Municipal nº. 1.444/23, que foi considerado irregular por este Tribunal de Contas, nos autos do Processo nº. 111334/04.
Assim, o Município de Quedas do Iguaçu expediu nova Certidão de Dívida Ativa no montante de R$ 65.211,54, conforme o ofício nº. 118/09-OCD/GP (Processo TCE/PR nº. 126114/05), corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV, juros simples de 1% ao mês e multa de 10%, de acordo com o art. 30 e seguintes do Código Tributário Municipal - Lei nº. 084/2001, que corresponde ao valor total de R$ 515.209,04, conforme a planilha de atualização já acostada.
Diante do exposto e devidamente esclarecidas as razões pelas quais o Município de Quedas do Iguaçu expediu nova Certidão de Dívida Ativa atendendo às determinações deste Tribunal, reiteramos o último requerimento de concessão de prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento das determinações exaradas nos autos epigrafados.
6. Recebo a documentação apresentada.
7. Primeiramente, considerando as circunstâncias relatadas nas petições n.º 801890/23 (peças 171-174) e n.º 811030/23 (peças 175-179), que destacam a urgência na formalização de operações de crédito e recebimento de recursos para fazer frente à Situação de Emergência objeto do Decreto Municipal n.º 639/2023 do Município de Quedas do Iguaçu, determino a suspensão das obrigações impostas pelo Acórdão n.º 1993/06-Segunda Câmara, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, de modo a que o descumprimento da referida decisão não constitua óbice à emissão de certidão liberatória pela municipalidade.
8. Remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para que proceda ao pertinente registro de tal suspensão no sistema, bem como para que analise a documentação ora recebida, assim como o requerimento para que seja reconhecida a prescrição da cobrança, formulado pelo senhor Anorosval Colombo mediante petição n.º 101139/20[2] (peças 123-124).
9. Após, retornem a este gabinete, para as deliberações cabíveis.
10. Publique-se.
Curitiba, 11 de dezembro de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
EA

_____

1. *A parte dispositiva da decisão foi assim lavrada:*
ACORDAM
OS MEMBROS DA SEGUNDA CÂMARA, nos termos da Proposta de Julgamento do Relator, Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO, por unanimidade em:
1) Julgar pela irregularidade das contas prestadas pelo Legislativo Municipal de Quedas do Iguaçu, exercício de 2004, face à extrapolação na remuneração dos agentes políticos, com impugnação dos valores às fls. 33/47;
2) Ressalvar a falta de retenção das contribuições dos agentes políticos ao INSS.
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO e os Auditores THIAGO BARBOSA CORDEIRO e JAIME TADEU LECHINSKI.
Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ELIZEU DE MORAES CORREA.
Sala das Sessões, 11 de outubro de 2006 – Sessão nº 36
Contra essa decisão foi interposto Recurso de Revista conhecido e desprovido nos termos do Acórdão n.º 1296/07-Tribunal Pleno, de relatoria do Auditor Claudio Augusto Kania; após houve interposição de Recurso de Revisão igualmente conhecido e desprovido, consoante Acórdão n.º 830/08-Tribunal Pleno (peça 97), de relatoria do Conselheiro Heinz Georg Herwig; por fim, em sede de Embargos de Declaração decididos pelo Acórdão n.º 207/09-Tribunal Pleno (peça 111), de relatoria do Conselheiro Heinz George Herwig, houve o conhecimento e provimento do recurso, apenas para consignar que "a boa-fé dos agentes políticos não tem o condão de retirar o caráter irregular do recebimento de subsídios percebidos a mais, permanecendo a obrigação de devolução".
2. *Inobstante a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções tenha, mediante Informação n.º 865/23 (peça 125), acusado a juntada do pleito e feito menção ao encaminhamento do pleito a este gabinete, os autos permaneceram naquela unidade (vide peças 126 e seguintes).*

Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA

Sem publicações

Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO

Sem publicações

Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Sem publicações

Auditora MURYEL HEY

Sem publicações

Auditor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

PROCESSO Nº.:-205750/23
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IMBITUVA
INTERESSADO:-ANNE PRISCILLA POBBE DOS SANTOS, CELSO KUBASKI, CRISTINE RAMOS ESPERIDIAO, FILIPE MARCAL PIRES, MUNICÍPIO DE IMBITUVA, SAULO MARTINS DE CERQUEIRA, SILMARA DANIELE TABOR OLSZEWSKI
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO Nº.:-183/23
I - Diante do teor da Instrução n.º 17.220/23 da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (peça n.º 64) e do Parecer n.º 1.104/23 do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (peça n.º 67), encaminhem-se os presentes autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do MUNICÍPIO DE IMBITUVA, na pessoa de seu representante legal, bem como de CELSO KUBASKI, por meio eletrônico, ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de AR, para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o seu direito de contraditório e ampla defesa, manifestando-se quanto ao contido na mencionada instrução técnica e no parecer ministerial, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n° 113/2005;
II – Após, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova instrução.
III – Em seguida, vistas ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
IV – Por fim, voltem-me conclusos.
Curitiba, 08 de dezembro de 2023.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Auditor Relator

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

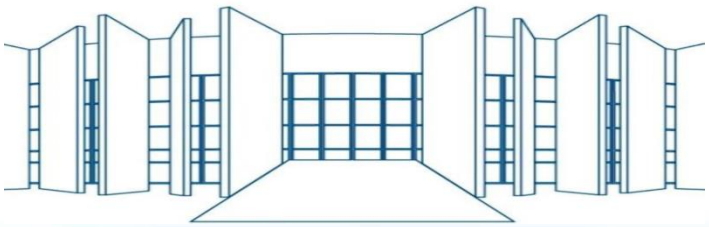
Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações



TCEPR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5694/2023
Processo Nº: 810564/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 08:01:54
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, SHIRLEI DA SILVA FURTADO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5695/2023
Processo Nº: 387440/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 10:07:55
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP-PROAMUSEP
Interessado: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP- PROAMUSEP, IZABELLY GIMENES DE FRANCA, JULIANA FERREIRA NUNES, KATHIA FERNANDA MARTINI MARUTTI, MARCONDES ARAUJO DA COSTA, MARCOS FELIPE DE SOUZA LACERDA, RICARDO ITIKAWA BAQUETA, YAGO ALVES MARTINS MAEDA
Exercício: 2016
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 1013651/16, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5696/2023
Processo Nº: 805412/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 10:17:20
Assunto: RECURSO DE REVISÃO
Entidade: MUNICIPIO DE NOVA AURORA
Interessado: JOSE APARECIDO DE PAULA E SOUZA, MUNICIPIO DE NOVA AURORA, PEDRO LEANDRO NETO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5697/2023
Processo Nº: 657617/19
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 10:23:15
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJU
Interessado: ADEMAR AMERICO FORNEL, ADILSON DA SILVA CARDOSO, ANA CLAUDIA BALBINO BASTOS, ANA PAULA RIBEIRO, ANDREA DOS SANTOS, ANGELA MARCIA PADILHA, ANNE CRISTINE SILVA LISBOA, CARMEN LUCIA ZIMMERMANN, CELIA DA SILVA LEONARDO GARCIA, CLAUDIA LEOCADIA D AQUINO CORDEIRO E OUTROS.
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 752292/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento
Interno.
Relator: Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5698/2023
Processo Nº: 551391/21
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 10:30:24
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE SARANDI
Interessado: ADRIANA CARLA SANTOS POLLI, ADRIANA GENEROSA DA SILVEIRA, AGATHA BLANCHE KOLLER GONCALVES, AGNALDO GOMES, ALBERTO MONTESCHIO MESTI BAZOTTE, ALESSANDRA CORTEZ VITORIO TURKE, ALIANE DOS ANJOS CESTARI, ALINE APARECIDA BENTO PEREIRA, ALINE COMINI DE SOUZA, ALINE CUSTODIO E OUTROS.
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 408508/18, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5699/2023
Processo Nº: 649618/21
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 10:55:05
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Interessado: ADRIANE BACIQUETT, ALEX SANDRO DOMINGUES ROSA, AMANDA HENRIQUE LOPES DA SILVA, ANA PAULA ELIAS, ANDERSON CESARIO, ANDREIA RODRIGUES, ANDREISSE OLIVEIRA NOGUEIRA, ANTONIO CEZAR PAES PEREIRA CARRIEL, BRUNA SOBREIRA FERNANDES, CAMILA ISTRISOSKI VIDAL DA SILVA E OUTROS.
Exercício: 2021
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5700/2023
Processo Nº: 732500/22
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:07:17
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL
Interessado: BRUNO SOEIRO DE MORAES, CLAUDIA MARA DE LIMA, DIOGO ROSSETTO, ELIZANDRA CARDOSO, ELOIR SERGIO COSMA, GIZELE VIEIRA, JAINE FATIMA GREIN, JAQUELINE DA ROCHA, JOCEMIR CLARO, JOSIELI APARECIDA DE OLIVEIRA E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5701/2023
Processo Nº: 683545/20
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:27:38
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: ANA CLAUDIA DE SOUZA, ANDREIA AUGUSTA RODRIGUES PEREIRA, CAMILA BIANCONI ROSA, CAMILA DANIELE VELO BONIFACIO, EDISLAINE DE SOUZA SILVA, ELIANA RIBEIRO, FABIANA GRANZOTE ALMEIDA, FABIANE CRISTINA SEVERINO DOS SANTOS, GLADYS HEBE TURRISSI, JOÃO TOLEDO COLONIEZI E OUTROS.
Exercício: 2016
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 76710/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno, sendo que o processo n.º 722418/16 trata das admissões iniciais relativas ao mesmo certame.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5702/2023
Processo Nº: 809930/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:28:08
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOSE DE OLIVEIRA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5703/2023
Processo Nº: 810009/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:29:08
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LORI BOKORNI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5704/2023
Processo Nº: 810270/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:29:55
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5705/2023
Processo Nº: 810327/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:30:31
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, RONALD DE MELLO PORTUGAL
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5706/2023
Processo Nº: 548874/22
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:37:16
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Interessado: LEANDRO SALOMAO LEAL, MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO, SANTIAGO MARTINS JUNIOR, SERGIO CARLOS DE CARVALHO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Exercício: 2015
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 33720/22, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5707/2023
Processo Nº: 811200/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 11:44:02
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Interessado: LILIAM FARIA PORTO BORGES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5708/2023
Processo Nº: 302581/22
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 12:07:24
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE TOLEDO
Interessado: LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, MARIZA MANESCO CARDOSO, MARTA FATH, MUNICÍPIO DE TOLEDO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5709/2023
Processo Nº: 505008/22
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 12:13:29
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MILTON DE CARVALHO, PARANAPREVIDÊNCIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5710/2023
Processo Nº: 386912/22
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 12:19:31
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ
Interessado: ANA CAROLINA ROSA, ANDRESSA MARCELINO DA SILVA, BEATRIS DE OLIVEIRA SANCHES, DEYSE SILMARA DE OLIVEIRA, FELIPE MATEUS DO NASCIMENTO GALIZA, GERSON LUIZ MARCATO, JAQUELINE SANCHES, JESSICA FERNANDA GOMES DA SILVA, MARIA VITORIA SANTOS DE FRANCA, MATHEUS LUIZ MAGRINI E OUTROS.
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5711/2023
Processo Nº: 814217/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 12:41:45
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: ISABEL FARIAS SZAJMAN
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5712/2023
Processo Nº: 814241/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 12:51:40
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: EDER SOARES DE LIMA
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5713/2023
Processo Nº: 800801/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:04:33
Assunto: RECURSO DE REVISÃO
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: ALEXANDRE GUERRA DA SILVA, CARLOS SERGIO MELO DO REGO MONTEIRO, DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA, ELISANDRO PIRES FRIGO, FABIO DRUMOND FORMIGA, FERNANDO EUGENIO GHIGNONE, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, METTACARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA, RAFAEL SPADARI KAWASAKI, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:
Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES por estar impedido na 1ª instância.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5714/2023
Processo Nº: 812125/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:10:41
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
Interessado: M. S. TAVARES - COMUNICACAO VISUAL
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 729221/23 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Auditora MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5715/2023
Processo Nº: 814098/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:11:42
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade: JOSE MARCELO LOBATO SILVA MATIDA
Interessado: JOSE MARCELO LOBATO SILVA MATIDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 193964/23, conforme Art. 11º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5716/2023
Processo Nº: 813342/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:24:00
Assunto: CONSULTA
Entidade: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
Interessado: IVAN REIS DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5717/2023
Processo Nº: 812052/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:24:28
Assunto: CONSULTA
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: TAUILLO TEZELLI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5718/2023
Processo Nº: 808314/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:25:30
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5719/2023
Processo Nº: 811560/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:56:45
Assunto: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Interessado: LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA, SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5720/2023
Processo Nº: 812222/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 13:56:55
Assunto: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL, VALDEMAR BERNARDO JORGE
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5721/2023
Processo Nº: 814730/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 14:47:34
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: KARL HORST HEINRICHS
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5722/2023
Processo Nº: 801780/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 15:24:23
Assunto: PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ELIZA ANA ZENEDIN KONDO LANGNER
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5723/2023
Processo Nº: 813997/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 17:25:53
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA
Interessado: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA, MUNICÍPIO DE LONDRINA, QUEBEC CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A.
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5724/2023
Processo Nº: 815914/23
Data e hora da distribuição: 12/12/2023 21:12:51
Assunto: PEDIDO DE RESCISÃO
Entidade: ROBERLEI ALDO QUEIROZ
Interessado: ROBERLEI ALDO QUEIROZ
Exercício:
Modalidade de distribuição: por substituição a(o) Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, mediante sorteio, afastado pelos motivos indicados nos autos nº 729221/23 , conforme disposto no art. 333, IV, § 5º-A c/c art. 51-A, II, do Regimento Interno.
Relator: Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, conforme Portaria 273/2006 do(a) Gabinete da Presidência - por relatar processo original ou recurso do mesmo.

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N °-789514/23
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANTU
INTERESSADO-TIAGO ELICKER RAYMUNDO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6551/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANTU, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17379/23 - CAGE peça nº 17: - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANTU – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N °-788992/23
ORIGEM-MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
INTERESSADO-CLEIDE INES GRIEBELER PRATES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6552/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17428/23 - CAGE peça nº 22: - MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N °-811064/23
ORIGEM-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELISANDRO PIRES FRIGO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6553/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17453/23 - CAGE peça nº 13: - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N °-682182/19
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ALBERTO CARAZZAI NETO, CLEIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARILAND PACCA CARAZZAI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6554/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17449/23 - CAGE peça nº 19: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N °-495196/19
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ALOIZIO MUNIZ DA CRUZ JUNIOR, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARLUS DE OLIVEIRA, ROZANA TEIXEIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6555/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17450/23 - CAGE peça nº 19: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N °-264453/20
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
INTERESSADO-CAMILA RIBAS DE SOUZA, CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, CLEUSA CORREA RIBAS OSARCHINIUK, ELIZANGELA MARA DA SILVA HAUAGGE, MARCIA ELIANE XARAM DE OLIVEIRA WOINAROWSKI, NIVALDO PEREIRA DE SOUZA, RICARDO KASZEVSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6556/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17452/23 - CAGE peça nº 14: - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – gestor atual: conforme cadastro.

Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-775254/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
INTERESSADO-ANA GABRIELA LOBO DA COSTA, BIANCA SEMMER BREDA, EMYLIN CAROLINE MARIOTTI, JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6557/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17458/23 - CAGE peça nº 57: - MUNICÍPIO DE PIRAQUARA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-79450/19
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ
INTERESSADO-HISSASHI UMEZU, IZAURA XAVIER BUENO, MERCEDES FERREIRA DE BARROS, PEDRO EDUARDO, SAMIR ALVES DE MELLO, VALDEMIR FERREIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6558/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17455/23 - CAGE peça nº 12: - INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-230214/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
INTERESSADO-ADROALDO HOFFELDER, JOCELITO NIEDZULKA, LUCINEIA DA SILVA LIMA, MIGUEL LIMA NIEDZULKA, SERGIO FAUST
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6559/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17456/23 - CAGE peça nº 13: - MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-799543/19
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
INTERESSADO-ALEXANDRO GONCALVES DIAS, ANDRE DA SILVA FIRMIANO, ANDRE DE MATTOS VIANA, BIHL ELERIAN ZANETTI, CARLOS ALBERTO DE CASTRO CANELLO, CELSO DE ALMEIDA JUNIOR, DANIEL TRENTINI MONTEIRO, EDI HILTON SOUZA DE LIMA, EDWIN JONNAS FERREIRA, FERNANDO SANTILHO DE SOUZA, GEOVANI BATISTA ROSA, ISABELLE LETTY PRADO, JEAN GARCEZ SILVEIRA, JOAO PAULO BORGES DUMUCHARSKI, JONY FILEMON KAMPA, LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS, LUIS FERNANDO ALENCAR, MATHEUS ROMEU NATAL GARCIA, MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, RAFAEL EUSTACHIO LIMA, RONEI ROCHA RAUBER, SIDINEI FERREIRA, TIAGO DE JESUS ALVES, WALTER LUIZ ROBLEDO SILVA, WILLIAN THIAGO WARTHA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-6560/23
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 17451/23 - CAGE peça nº 65: - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 12 de dezembro de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
INTERESSADO: MARCO ANTONIO MARCONDES SILVA
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 100%
PERÍODO: 2º Quadrimestre de 2023
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 54% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, o limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/08/2023. Diante do exposto, além das restrições impostas pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal. Caso não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; bem como contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 11 de Dezembro de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE LINDOESTE
INTERESSADO: SILVIO DE SOUZA
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 100%
PERÍODO: 1º Quadrimestre de 2023
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 54% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, o limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/04/2023. Diante do exposto, além das restrições impostas pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal. Caso não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; bem como contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 11 de Dezembro de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MARIALVA
INTERESSADO: VICTOR CELSO MARTINI
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 100%
PERÍODO: 1º Semestre de 2023
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 54% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, o limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/06/2023. Diante do exposto, além das restrições impostas pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal. Caso não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; bem como contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 11 de Dezembro de 2023.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
INTERESSADO: MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 95%
PERÍODO: 1º Semestre de 2023
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/06/2023. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 11 de Dezembro de 2023.

TCEPR

COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR

ATOS NORMATIVOS

Sem publicações

TCEPR

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-774797/23
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-TIAGO BECHER DE MATTOS LEAO
INTERESSADO:-TIAGO BECHER DE MATTOS LEAO
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-4665/23
Retornam os autos com a Informação nº 696/23-DGP (peça 4), mediante a qual a Diretoria de Gestão de Pessoas solicita autorização para o envio da declaração ao Requerente.
Ante o exposto, autorizo o envio da declaração ao herdeiro, encaminhem-se os autos à Diretoria de Gestão de Pessoas para ciência do contido no presente e após à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia dos presentes autos, encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e seu respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 11 de dezembro de 2023.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-479464/18
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-ADEMAR LUIZ TRAIANO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARLUS DE OLIVEIRA, PARANAPREVIDÊNCIA, SILVANA BRUEL
ADVOGADOS:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
DESPACHO Nº:-4666/23
Os autos de Inativação vieram a esta Presidência tendo em vista o que consta no item II do Acórdão 3451/23 – S2C (peça 39).
Eis a decisão:
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Determinar o registro do ato de inativação, em razão da incidência do Prejulgado 31; e
II- encaminhar, após o trânsito em julgado da decisão, o feito ao Gabinete da Presidência para avaliar a implementação de medidas propostas pelo órgão ministerial para aperfeiçoamento da tramitação dos processos previdenciários que tangenciem o prazo decadencial, ficando autorizado, desde logo, o encerramento e o posterior arquivamento do feito junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Plenário Virtual, 1 de novembro de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.
Compulsando os autos, verifico que no Parecer 834/23 (peça 37, - replicado na peça 38) o Ministério Público de Contas propôs:
Requer-se, contudo, em vista da situação relatada, seja comunicada a Douta Presidência desta Corte, a fim de que possam ser implementadas medidas de aperfeiçoamento na tramitação dos processos previdenciários que tangenciem o prazo acima gizado, de modo a que venham a receber análise prioritária pelo Corpo Técnico e por este Parquet, possibilitando a aferição da legalidade dos atos e o tempestivo julgamento pelo registro ou por sua negativa pelo Corpo Deliberativo deste E. Tribunal de Contas.
Tendo em vista que a proposta trazida pelo Parquet de Contas trata de questão interna corporis e que não impacta na decisão proferida nestes autos, encaminho o feito à Diretoria de Protocolo para que extraia cópia do Parecer 834/23 (peça 37) e do Acórdão 3451/23 – S2C (peça 39) e junte-os ao presente Despacho abrindo um novo protocolo a ser autuado como requerimento interno.
Posteriormente, certificada neste expediente, a abertura dos novos autos, inclusive com o número do protocolo, em atenção à autorização do Relator constante na parte final do item II, do citado Acórdão, promova-se o encerramento deste feito e arquivamento na Diretoria de Protocolo.
Gabinete da Presidência, em 11 de dezembro de 2023.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-691930/23
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CORBÉLIA
INTERESSADO:-GIOVANI MIGUEL WOLF HNATUW
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4667/23
Trata-se de solicitação de certidão acerca das exigências dispostas no inciso IV, itens “a” e “b”, do artigo 21, da Resolução 43/2001, do Senado Federal, na forma da redação dada pela Resolução nº 03/2002, para fins de instrução de pedido de verificação da capacidade de endividamento, visando à contratação de Operação de Crédito pelo Município de Corbélia.
Pela Instrução nº 5497/23 (peça 16), a Coordenadoria de Gestão Municipal, observa que o Município não atende ao disposto no artigo 167-A, da Constituição Federal (CF), quanto ao enquadramento do Ente ao limite de 95% da despesa corrente (liquidada + RPNP) em relação à receita corrente.
A CGM, relata, ainda, que não foram encaminhadas as declarações dos chefes dos Poderes Legislativo e Executivo atestando o cumprimento das medidas atinentes ao ajuste fiscal em conformidade com o art. 167-A, incisos I a X da Constituição Federal, bem como não foi encaminhada a declaração em que o Prefeito atesta o cumprimento dos artigos 11 (competência tributária), 33 (inexistência de operação de crédito com infração à LRF, e 37 (operação de crédito vedadas), da Lei de Responsabilidade Fiscal, com data atualizada (a menos de 30 dias da solicitação).
Por tal razão, tendo em vista que o requerimento não reúne as condições necessárias à certificação, opina pelo indeferimento do pleito, sem prejuízo de que o interessado seja comunicado para complementar o processo com as adequações necessárias.
Diante do exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para expedição de comunicação ao Município de Corbélia, na pessoa de seu representante legal, na forma do art. 7º da Instrução de Serviço 115/2017, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, possa juntar aos autos a documentação apontada como faltante pela Coordenadoria de Gestão Municipal.
Gabinete da Presidência, 11 de dezembro de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

PROCESSO Nº:-721383/23
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURIDICOS
INTERESSADO:-SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURIDICOS
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-4668/23
Pelo Despacho nº 890/23-CGF (peça 4) a Coordenadoria-Geral de Fiscalização,

prestou as informações solicitadas e encaminhou o feito aos respectivos relatores para autorizarem a disponibilização de cópias dos autos visando subsidiar a resposta à Subprocuradoria. Ao final encaminha a esta presidência para deliberar quanto ao acesso aos autos digitais de Representação da Lei nº 8.666/1993 n.º 108079/20
Ante o exposto, defiro o acesso aos autos sob minha responsabilidade, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para comunicação à Promotoria solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia dos presentes autos, bem como do processo nº 630190/19, 625492/21 e 625492/21, e encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e seu respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 11 de dezembro de 2023.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-669241/23
ASSUNTO:-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE IBIPORÃ
INTERESSADO:-GUSTAVO TONELI DE SA
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-4669/23
Tratam os autos de Requerimento de Análise Técnica – Admissão de Pessoal, oriundo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Ibiporã.
Através da Instrução nº 17424/23-CAGE (peça 20), a Coordenadoria de Acompanhamentos de Atos de Gestão informa que o referido teste seletivo foi cancelado e, ante a inexistência de processo seletivo em andamento que demande análise por parte desta Corte Contas, sugere o encerramento e arquivamento deste expediente.
Diante do exposto, acato o sugerido pela unidade técnica e determino o encaminhamento deste expediente à Diretoria de Protocolo para seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, em 11 de dezembro de 2023.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-773103/23
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ENTIDADE:-RUI JEF SANTOS DE LIMA SOUZA
INTERESSADO:-RUI JEF SANTOS DE LIMA SOUZA
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-4671/23
Retornam os autos com a Informação nº 219/23-CAGE (peça 5) por meio da qual a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão manifesta-se em relação à solicitação formulada pelo Sr. Rui Jef Santos de Lima Souza.
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para comunicação à solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017 e disponibilização de cópia dos presentes autos.
Após, encaminhem-se os autos à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[2], e, na sequência, retornem à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, em 11 de dezembro de 2023.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-789255/23
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ENTIDADE:-BRENO VIEIRA SINDEAUX NETO
INTERESSADO:-BRENO VIEIRA SINDEAUX NETO
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-4672/23
Retornam os autos com a Informação nº 88/23-CGM (peça 5) por meio da qual a Coordenadoria de Gestão Municipal manifesta-se em relação à solicitação formulada pelo Sr. Breno Vieira Sindeaux Neto.
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para comunicação à solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017 e disponibilização de cópia dos presentes autos.
Após, encaminhem-se os autos à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[2], e, na sequência, retornem à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, em 11 de dezembro de 2023.
Assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

Sem publicações



Sem publicações





COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Corregedor-Geral
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Auditores
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria das Graças Greco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Auditores
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania
- Livio Fabiano Sotero Costa
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Auditores
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Tiago Alvarez Pedroso
- Muryel Hey

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- Ivan Lelis Bonilha

Coordenadora da Corregedoria
- Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de Moraes

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Valéria Borba

Procuradores
- Flávio de Azambuja Berti
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Gabriel Guy Léger
- Michael Richard Reiner
- Juliana Sternadt Reiner

Secretário-Geral – MPC
- Willian Gregor Michels

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Mariana Alves Galliano Daros

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
- Cinthya Pedron Caciatori

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Auditores – Coordenadores de Gabinete

Gabinete Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete Auditor Thiago Barbosa Cordeiro – CATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete Auditor Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete Auditor Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete Auditor Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete Auditora Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete Auditor José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
-

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Saul Dorval da Silva

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
- Marcio José Assumpção

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Gabinete da Presidência – GP
- Vinicius Greco Pazza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Elizandro Natal Brollo

Escola de Gestão Pública – EGP
- Vivian Feldens Cetenareski

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Edson Custódio

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

Diretoria de Planejamento – DIPLAN
- Cintia Aparecida Guizelini Dantas

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Carine Rebelo de Almeida Cesar

Diretoria de Protocolo – DP
- Paulo Sergio Moura Santos

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Jose Augusto Cheute

Controladoria Interna – CI
- Viviane de Medeiros Pires

Gabinete de Assessoria Militar
- Mauro Celso Monteiro

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Djalma Riesemberg Junior

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Leandro Sudré

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Wilmar da Costa Martins Junior

Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE
- Ednilson da Silva Mota

Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM
- Levi Rodrigues Vaz

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Vivianeli Araujo Prestes

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Acir José Honório Bueno

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Ricardo Alpendre